

Marcelo da Silva

**Sentidos de Brasil na Imprensa
Argentina – a Teia Noticiosa do
Periódico *Clarín***

Universidade Estadual Paulista, 2009

Índice

INTRODUÇÃO	12
1 TEORIAS DO JORNALISMO E DA NOTÍCIA	18
1.1 A tendência “Divisionista” para a compreensão das notícias	19
1.2 A Teoria do Espelho	21
1.3 Teoria da Ação Pessoal ou “Gatekeeper”	23
1.4 Teoria Organizacional	24
1.5 Teoria da Ação Política	26
1.6 Teoria Construcionista	31
1.7 Teoria Estruturalista	35
1.8 Teoria Interacionista	40
1.8.1 Ordem e Imaginários de Espaço	41
1.8.2 Ordem e Imaginários de Tempo	45
1.9 A tendência “unionista” para explicação das notícias	49
1.10 Exercícios de relação de poder no Jornalismo	57
1.11 Sobre a possibilidade de uma Comunidade Interpretativa	62
1.12 O fazer noticioso e os Mitos da atividade jornalística	70
1.13 Valores-Notícia na produção noticiosa	74
1.14 Categorias dos Valores-notícia	77
1.15 Valores-notícia na perspectiva de Nelson Traquina	85
1.15.1 Critérios Substantivos	87
1.15.2 Critérios contextuais nos Valores notícia	88
1.15.3 Valor-notícia de construção e a Organização noticiosa	89
2 DAS TEORIAS DA NOTÍCIA AOS PROLEGÔMENOS DA LINGUAGEM E DO DISCURSIVO	94
2.1 Língua, linguagem e Sociedade	97
2.2 O Discurso – Entre língua e fala	99
2.3 Análise de Discurso como método: Algumas questões de linguagem jornalística	102
2.4 Escola Francesa da Análise de Discurso: Michel Pêcheux e sua abordagem	110

2.5	Sobre a noção de condições de produção de discursos (CPD)	114
2.6	Formações Ideológicas (FI) e Formações Discursivas (FD)	115
2.7	Heterogeneidade e Memória Discursiva	120
2.8	Sobre a noção de sujeito na Comunicação Midiática . .	122
2.9	A fotografia jornalística como discurso – Discurso imagético	129
3	ASPECTOS HISTÓRICOS E CONCEITUAIS DO <i>Clarín</i>	150
3.1	Do criador à criatura: Roberto Jorge Noble: A saga do líder fundador	150
3.2	<i>Clarín</i> : soou estridente na Argentina de 1945	152
3.3	A marca <i>Clarín</i>	153
3.4	O Jornal <i>Clarín</i> e seu êxito na Argentina	154
4	SENTIDOS DE BRASIL NA IMPRENSA ARGENTINA – A TEIA NOTICIOSA DO PERIÓDICO <i>Clarín</i>	158
4.1	Sentidos de Brasil no discurso político-econômico internacional	171
4.2	Discurso da violência – sentidos do crime organizado no <i>Clarín</i>	179
4.3	Lula na teia da faticidade do discurso político do <i>Clarín</i> – por alguns sentidos	186
4.4	Um Brasil em guerra civil? Brasil-Iraque: Alguns sentidos	195
4.5	Sentidos de Brasil no Turismo – O discurso do <i>Clarín</i> .	201
4.6	Sentidos de Anarquia social no Rio Janeiro	208
4.7	Lula, Chávez e Kirchner: o discurso da “sintonia-tensa”	220
4.8	Brasil x Argentina – Do futebol à produção de sentidos na notícia	230
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	238
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	246

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Comunicação, área de concentração em Comunicação Midiática, da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da UNESP, Campus de Bauru, como requisito para obtenção do título de Mestre em Comunicação, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Maria Inez Mateus Dota.

Dedico este trabalho a meu avô Manoel – vulgo “Seu Néca”
– que foi para os braços ternos do grande Deus no dia 1º
de maio de 2009, por transmitir-me valores como honesti-
dade, respeito, paixão e amizade, pela perseverança, força
de vontade e luta pela vida.

AGRADECIMENTO

Primeiro agradeço ao grande Deus, Senhor dos senhores, que nos momentos de mais incerteza, dúvida e fraqueza levantou-me, fazendo-me perceber ternamente que é na minha fraqueza que a força dEle se aperfeiçoa e conduz meus pés, minhas mãos, minha vida, dando-me paciência, amor, paixão e sabedoria. Este trabalho é Seu, Senhor, autor da vida, e eu, sua composição, o Senhor é o artista, e a tela, meu coração.

Agradeço à professora Dr.^a Maria Inez Mateus Dota por ter aceitado enfrentar ao meu lado o desafio de compor esta dissertação; pela paciência, dedicação e conselhos sempre presentes.

Agradeço à professora Dr.^a Maria Antônia Vieira Soares por acompanhar há 9 anos meus passos acadêmicos, por sempre acreditar, incentivar e ensinar-me por meio da sensibilidade, mostrando-me que o conhecimento nos dá meios para viver e só a sabedoria nos regala razões para existir e viver.

Agradeço ao meu amigo Luiz Alfredo, com quem eu pude quebrar as correntes que impediam meu crescimento, assujeitavam-me e faziam-me desistir da linda jornada que é a vida.

Agradeço à minha amiga e irmã Malena Pignatari, pelas vezes em que pudemos trocar nossas experiências teóricas e crescer mutuamente; pelas palavras de ânimo que sempre me oferta, pelo amor a/de Deus que a faz brilhar e contagiar com sua alegria e vontade de viver.

Agradeço à minha mãe Marinês, meu irmão Eduardo e meu padrao Renato, que na sua humildade e sinceridade, oram por mim, compreendem meus sonhos e colocam pitadas de amor no meu coração, que me impulsionam e me ajudam a chegar a lugares inimagináveis.

Aos meus companheiros de Mestrado que direta ou indiretamente “aparecem” nesta dissertação: Jéssica Rossi, Noemi Bueno, Simone Mussio, Katarini Miguel, Cláudia Franzão, Denise Brito, Diego Mene-gueti, Ana Paula e Guto.

Aos meus amigos que tanto estimo e amo: Paula Bastos, Anne Gracielle, Rosângela Sousa, Márcia Maria, Maria Cecília, Maria “do Skinão”, Marcos Bob, Cínthia, Patrícia Garcia, Dani Almeida, Silvana, Elaine Silva, Mary, Juliana e Chris do Depto. CHU da Unesp.

À minha dentista Dr.^a Elizabeth, por acreditar em meus sonhos e cuidar dos meus dentes como uma grande mãe; por incentivar e lançar palavras de excelência sobre minha vida.

À minha amiga Raquel Cabral, por me incentivar a prestar a seleção do Mestrado e ter acompanhado todos os passos até a aprovação em 2006. Por cobrir-me de amor e amizade e receber-me em sua casa e no seu trabalho nos momentos de mais instabilidade emocional, espiritual e psicológica.

Ao casal Kaula e Élbio, grandes amigos que sempre acreditaram no meu potencial e me receberam no dia que antecedeu a primeira fase da seleção em 2006; nunca me esquecerei da forma como me aflagaram em um dia tão escuro e sem perspectiva, em que sonho, para mim, existia apenas no dicionário.

A todos os professores do programa de pós-graduação em Comunicação Midiática da UNESP, especialmente aos professores Murilo, Max, Regina Beluzzo e Maria Inez Dota.

Aos alunos do terceiro ano de Relações Públicas da UNESP, com os quais pude construir ao longo de um semestre uma relação madura e de compromisso, num rico processo de ensino e aprendizagem como professor temporário no primeiro semestre de 2009.

Aos meus amigos do grupo de discussões de Análise de Discurso na internet: Dany Moura, Val, André e Anderson.

Aos meus alunos de Língua Espanhola, com os quais tenho podido me construir como professor e ser humano e ajudá-los a ver a língua, a linguagem e a sociedade numa perspectiva menos pragmática.

À toda minha família – Avó Teresa, tias Cida e Ivanete, primos Otavinho, Pepe - e especialmente meu sobrinho Murilo que enche meus olhos de alegria, sonhos e vontade de vencer.

Ao professor Dr. Décio Rocha da UERJ, pela dedicação, prontidão, prazer em ensinar, esclarecer e abrir atalhos para que eu pudesse caminhar - com riscos - mas bem municiado teoricamente.

Agradeço às pessoas que me ajudaram depois do acidente que sofri no dia 14 de julho de 2009, aos amigos que me deram apoio, à equipe médica e, sobretudo a Deus.

À CAPES, que financiou esta investigação durante 24 meses e me ofereceu suporte para me manter na cidade, participar de eventos, produzir conhecimento e socializá-lo.

RESUMO

As notícias são artefatos lingüísticos que tratam e representam determinados aspectos da realidade, e na sua construção interagem fatores de natureza histórica, ideológica, pessoal, tecnológica e social; as notícias que temos nos meios de comunicação não são selecionadas e enunciadas simplesmente pelo acaso. As explicações para as notícias serem como são só terão interesses se nós pressupormos que não é óbvio serem o que são. Nesse sentido, esta investigação objetiva analisar, compreender e deter alguns sentidos pregnantes na imprensa argentina acerca do Brasil, pois não estamos convencidos de que as notícias apenas espelham o mundo exterior e imprimem os pontos de vista da classe dominante.

A partir das Teorias da Notícia e da Análise de Discurso Francesa, pretendemos palmilhar a teia noticiosa do jornal argentino *Clarín*, identificando que assim como a linguagem, o jornalismo é uma atividade opaca, não-transparente e que, portanto, nos dá muito mais um trato do que um retrato da realidade.

O Brasil enunciado no *Clarín* carrega uma série de estereótipos, formações discursivas reificadoras e legitimadores de uma imagem negativa que pode produzir no imaginário coletivo argentino, e em diferentes mediações sócio-culturais, uma concepção de Brasil vincada muito mais em critérios de noticiabilidade e de audiência, que em explicações plausíveis dos acontecimentos brutos que erigem no Brasil e são levados às páginas do *Clarín*.

No afã de organizar e deter o caos - esse caldo amorfo que serve de cultura à confusão, ao inusitado e ao inesperado - o jornal *Clarín*, na construção do acontecimento na notícia, parece intoxicar e fazer perder a noção de funcionamento do mundo e do Brasil, ao mesmo tempo em que busca informar e esclarecer sobre o que ocorre por dentro da sociedade brasileira.

Palavras-chave: *Clarín*, Jornalismo, Análise de Discurso, formação discursiva, imagem, sentido e Brasil.

ABSTRACT

News is linguistic artifacts which treat and represent some reality aspects, and in its construction, historical, ideological, personal, technological and social factors interact; the news found in our means of communication is not merely selected and announced by chance. The explanations for the news being the way it is will only be of any interest if one assumes that it is not obvious that this news is real.

In this sense, this investigation has the objective of analyzing, understanding and getting some remarkable senses in the Argentinean press about Brazil, because we are not convinced that news only reflects the outside world and expresses the dominant class' points of view.

From the News Theory and the French Stream of Discourse Analysis, we intend to search through the news line of the Argentinean newspaper *Clarín*, identifying that just as the use of language, journalism is not a transparent activity and, therefore, it gives us more of a treatment than a picture of reality.

Brazil, when announced in *Clarín*, carries a series of stereotypes, reifying discursive formations and spreaders of a negative image which may produce in the Argentineans' imagination, and in different socio-cultural mediations, a conception of Brazil linked more to news and audience criteria than to plausible explanation of the brute happenings which arise in Brazil and are taken to the pages of *Clarín*.

With the intention of organizing and restraining the chaos - this amorphous gray which serves as culture to confusion, to the unusual and to the unexpected - the newspaper *Clarín*, in the construction of the event in the news, seems to intoxicate and to cause the losing of the world's and Brazil's functioning notion, at the same time it tries to inform and elucidate what happens within the Brazilian society.

Keywords: *Clarín*, Journalism, discourse analysis, discursive formation, image, sense and Brazil.

As palavras só têm sentido se nos ajudam a ver o mundo melhor. Aprendemos palavras para melhorar os olhos. O ato de ver não é coisa natural. Precisa ser aprendido. Há muitas pessoas de visão perfeita que nada vêem. Quando a gente abre os olhos, abrem-se as janelas do corpo, e o mundo aparece refletido dentro da gente. São as crianças que, sem falar, nos ensinam as razões para viver. Elas não têm saberes a transmitir. No entanto, elas sabem o essencial da vida. Quem não muda sua maneira adulta de ver e sentir, e não se torna como criança, jamais será sábio.

Rubem Alves

INTRODUÇÃO

DIVERSAS investigações científicas têm sido realizadas na área da comunicação midiática e, quiçá, a hipótese central para alavancar o movimento de confluência e interdisciplinaridade na produção científica sobre os Meios de Comunicação e as Indústrias Culturais reside:

- (1) *num evidente esvaziamento das certezas e;*
- (2) *na necessidade de abandonar as ações de demarcação territorial (esta última como consequência de uma concepção positivista), na promoção do rompimento de fronteiras e limites. Estas marcas estão intrinsecamente vinculadas à famigerada contemporaneidade, tão fragmentada, transitória, líquida e efêmera.*

Esses imbricamentos, diálogos e duelos entre diferentes teorias, proposições e autores têm trazido novas perspectivas ao estudo científico: olhares transversos sobre um mesmo objeto puderam ser postulados, permitindo reformulações; determinismos puderam ser deixados de lado e relativizações colocadas como premissas, pois a área de Comunicação está em construção, e mostra-se como transdisciplinar, intradisciplinar, multidisciplinar e interdisciplinar¹ ao mesmo tempo; é um grande tempo que está em fase de constituição.

Nesse sentido, algumas interrogações são necessárias para que entendamos ou possamos acercar-nos ao papel social, cultural, ideológico, político e econômico do jornalismo na nossa sociedade, haja vista os discursos que figuram nos textos jornalísticos e o(s) sentido(s) de verdade e realidade que neles materializam-se. Marconi (2006) afirma que

¹Apesar de efetivamente poderem ser usados de forma intercambiável, destacamos que a multidisciplinariedade caracteriza-se por uma participação autônoma de diversos campos científicos, com seus quadros teórico-metodológicos singularizados, para estudar/tratar um dado fenômeno. Já a interdisciplinariedade configura-se como um processo de mútua coordenação e cooperação entre disciplinas, para a construção de referenciais conceituais e metodológicos em consenso, apesar de cada um a partir do seu próprio quadro referencial teórico metodológico. E, por fim, a transdisciplinariedade diz respeito à possibilidade destes conceitos produzidos em comum serem re-acomodados sem que pertençam necessariamente a um só campo. (Idéias extraídas de SANTOMÉ, J. T. *Globalização e Interdisciplinariedade: o currículo integrado*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998).

o jornalismo nos dá muito mais um *trato* que um *retrato* da realidade e essa perspectiva aponta para a linguagem não como um espelho da realidade exterior, senão como uma forma de apresentar e tratar o mundo no universo noticioso.

Traquina (2005) acredita que é fulcral uma discussão acerca do papel dos sujeitos jornalistas na produção das notícias, assim como as posições que assumem no processo de fabrico das mesmas. Ele coloca em foco o campo do jornalismo ao inquirir: é um campo aberto em que todos os agentes sociais podem articular estratégias comunicacionais próprias ou um campo totalmente fechado a serviço da legitimação do *status quo*?² Como entender a força e o poder imanentes das distintas formas de discurso nos meios de comunicação? Que perspectivas teóricas seriam fecundas para verificar as estratégias por trás das retóricas informativas midiáticas? Por que as notícias são como são e não de outra maneira? Por que temos as notícias que fazem parte de nosso cotidiano e não outras? Por que as notícias que fazem parte do nosso cotidiano são essas e não outras? Como funciona a circulação das notícias e que efeitos elas produzem nos sujeitos-enunciatários? De fato os estudos que têm sido desenvolvidos não nos fornecem uma resposta cabal a estas perguntas, embora lancem olhares analíticos sobre elas.

Evocamos aqui o papel e as configurações das diferentes linguagens nos meios de comunicação, a saber, nas notícias, como uma condição *sine que non* para a compreensão da produção noticiosa e como o que ocorre no mundo poderá tornar-se um fato jornalístico midiaticizado, que revestimento discursivo trará e seus efeitos variados nas diversas formas de sujeito.

Alguns discursos midiáticos, como o jornalístico, por exemplo, enquadram-se, para o senso comum, no conjunto de discursos irrefutáveis, tidos como retratores da realidade imanente. Destacam-se com imenso valor social e são porta-vozes de outros discursos também tidos como

²Essas questões foram, e cremos que têm sido objeto de várias investigações sobre jornalismo, e por isso houve a produção de um sem número de artigos, revistas, dissertações de Mestrado e teses de Doutorado, tanto no Brasil como em vários países do mundo tal como nos Estados Unidos que de acordo com Nelson Traquina, tiveram os primeiros cursos de Mestrado e Doutorado em jornalismo nos anos 30 do século XX (2005, p.145).

incontestáveis (como o próprio discurso científico, o histórico, o jurídico, o religioso, o financeiro etc).

Assim, pretendemos compreender que discursos sobre o Brasil têm tomado as páginas do periódico argentino *Clarín* e que conceitos/imagens ele tem desenhado, tratado e levado ao sujeito leitor argentino; para tanto nos ancoramos na idéia de que: “Na realidade, não são palavras o que pronunciamos ou escutamos, mas verdades ou mentiras, coisas boas ou más, importantes ou triviais, agradáveis ou desagradáveis”, considerando que, “a palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial” (BAKHTIN, 1992, p. 95).

O jornalismo, tal como o vemos hoje, desenvolveu-se como atividade remunerada durante o século XIX em decorrência de um complexo processo de urbanização, escolarização, industrialização da nossa sociedade, avanços tecnológicos e o erigir de regimes políticos nos quais o ideal e princípio de liberdade de imprensa converteram-se em algo sagrado.

A profissionalização e os câmbios que têm acontecido no jornalismo são resultados históricos de uma linguagem e atividades específicas, uma forma peculiar de sentir o tempo, de “saber” e “uma panóplia de símbolos, mitos, cultos e um conjunto de imagens estereotipadas do herói, do colega ideal, dos vilões” (TRAQUINA, 2005, p.106). Essas transformações podem, de certo modo, materializar-se em diferentes meios de comunicação - na nossa investigação no jornalismo impresso já que seu produto-base é a notícia.

Acreditamos que o aparecimento da Cibernídia não acarreta o fim das atividades do jornalismo, pois este, independente do suporte, faz-se na notícia, na reportagem, enfim se “veste” em seus diversos gêneros, formatos e linguagens; é conhecimento e não somente pura técnica. Essa noção é corroborada pelo acadêmico português Nelson Traquina quando afirma que “a chegada da Cibernídia pode reforçar o papel dos jornalistas nas sociedades contemporâneas” (2005, p.145).

A socióloga estadunidense Gaye Tuchman citada por Nelson Traquina (2005, p.146), ao afirmar que muito “... embora o propósito de fornecer relatos de acontecimentos interessantes pareça ser claro, esse objetivo é, como outros fenômenos, simples, inextricavelmente complexo”, adverte-nos para o desafio da tarefa de compreender tais ques-

tionamentos na relação entre a práxis jornalística e suas teorias da notícia e do jornalismo.

Com o amparo teórico e metodológico da Análise de Discurso e de imagens, imbricadas com as Teorias do Jornalismo e da Notícia, vamos empreender uma análise crítica das formas de discursos levadas a cabo pelo/no jornal argentino *Clarín* sobre os acontecimentos que tratam da realidade brasileira; cuidando dos sentidos que não aparecem na superfície discursiva, e que, portanto ficam apensos quando determinados discursos são levados ao contexto sócio-histórico, chegaremos à pregnância de sentidos da maquinaria discursiva que é o *Clarín*.

Vamos entender o porquê de determinadas notícias ganharem as páginas do jornal e outras não, buscar compreender que efeitos de sentido enunciados como “*Não é o Iraque, é o Rio de Janeiro (sobre o ataque dos narcotraficantes em dezembro de 2006 e janeiro de 2007)*”, “*A autoridade legal não existe (Sobre o Narcotráfico e o Rio de Janeiro)*”, “*Ex-líder sindical (em referência a Lula)*”, produzem no interior das formações discursivas e ideológicas que são matéria na produção noticiosa do *Clarín*, quando levadas à formação social, ao contexto sócio-histórico.

A delimitação do corpus analítico pela Análise de Discurso justifica-se por sua concepção de linguagem, constituída por um aspecto material (a língua, a parte visível "a olho nu") atravessado pela história e pela ideologia (as quais caracterizam relações essenciais para detectarmos o sentido, relações que, ao contrário da língua, não estão disponíveis ao observador desprovido de determinado arsenal teórico de análise).

Assim, no primeiro capítulo vamos abordar os aspectos teóricos e conceituais das Teorias da Notícia e do Jornalismo; partindo das contribuições de estudiosos como Traquina (2005), Sousa (2004), Pontes (2005), (e outros pesquisadores do jornalismo e da comunicação midiática), acreditamos que após muitos estudos levados a cabo na área do jornalismo, existe a possibilidade de esboçar várias teorias que intentem responder às interrogantes norteadoras desta dissertação. Sousa (2004) crê que diferentes contribuições para a compreensão do jornalismo e dos seus efeitos podem integrar-se numa teoria da notícia.

Da tendência “divisionista” para a compreensão das notícias (teoria do espelho, da ação pessoal, organizacional, ação política, construcionista, estruturalista, interacionista), chegaremos à tendência “unio-

nista”, tratando da relação de poder que perpassa a atividade jornalística, seus mitos e valores-notícia determinantes para decidir o que será notícia.

No segundo capítulo, das teorias da notícia, partiremos aos prolegômenos do campo discursivo, abordando algumas questões pertinentes à linguagem jornalística, como a noção de discurso, que o localiza entre língua e fala, a Análise de Discurso Francesa como método teórico para interpretação de produtos midiáticos, assim como a relevância da noção de sujeito na contemporaneidade e da fotografia jornalística como discurso, porque investida de sentidos.

No terceiro capítulo, trataremos dos aspectos contextuais, históricos e ideológicos que envolvem nosso objeto de investigação, o jornal argentino *Clarín*, que hoje compõe o segundo maior grupo de comunicação da América Latina – O Grupo *Clarín*; por meio de seu criador, Roberto Jorge Noble, em 1945, o espectro da história dos Meios de Comunicação na Argentina começa a mudar, muitas vezes por associações, licitações e favorecimentos junto ao Regime Político instituído, “bailando” segundo os interesses do *status quo* para solidificar-se e legitimar-se frente à população local e do mundo hispânico.

No quarto capítulo descrevemos o jornal *Clarín* levando em consideração alguns dos seus elementos constitutivos, principalmente as circunstâncias em que o fenômeno está sendo estudado, o contexto sócio-histórico no qual está imerso, e o conhecimento científico relevante para a interpretação dos dados recolhidos.

Na seqüência analisaremos oito notícias sobre o Brasil, enunciadas entre dezembro de 2006 e janeiro de 2007, tendo como critério de seleção os pressupostos teóricos e metodológicos sugeridos pelo investigador português Jorge Pedro de Sousa, perfazendo, assim, uma semana: um domingo, uma segunda-feira, uma terça-feira, uma quarta-feira, uma quinta-feira, uma sexta-feira e um sábado.

Uma análise extra acerca dos sentidos de Brasil presentes no discurso esportivo, terá espaço neste trabalho, para confirmarmos ou refutarmos a idéia de que a estereotipização do Brasil na imprensa argentina - especificamente no *Clarín* – pode ter sua origem em mediações sociais e culturais relacionadas com a rivalidade esportiva que há entre os dois países e que constitui uma marca na história tanto do Brasil como da Argentina.

Caminhamos para a compreensão do fenômeno da comunicação na cultura industrializada, haja vista que as teorias da comunicação já estacionaram em vários lugares, inclusive naqueles que a Cibernética lhes oferece. Nesses estacionamentos, alguns problemas foram esclarecidos e as soluções se transformaram em guia prático para a sobrevivência profissional. “Precário, porém, pois há alguma coisa que escapa sempre, o guia não funciona, os problemas se repetem, insistem, reaparecem e novas questões devem ser elaboradas” (FREITAS, 2000, p.97).

Destarte, acreditamos, na esteira de Charaudeau (2006), que o papel do analista é o de observar à distância, para procurar compreender e explicar como funciona a máquina de fabricar sentido social, engajando-se em interpretações cuja relatividade deverá aceitar e evidenciar. Ao partirmos da constatação de que há fatores de natureza pessoal, social e cultural nesse jogo de mediação que implica a produção, a recepção e as ações provocadas pelas notícias (SOUSA, 2002), precisamos de uma abordagem crítica do jornalismo que o aproxime das teorias da mídia e das teorias da notícia.

Apresentar como verdade absoluta uma explicação relativa e acreditar cegamente nela seria arrogância; fazê-lo sem acreditar seria cinismo. Todavia, entre arrogância e cinismo, existe lugar para uma atitude que, sem ignorar as convicções fortes, busque compreender os fenômenos, intente descrevê-los e proponha interpretações para colocá-los em foco no debate social.

1 TEORIAS DO JORNALISMO E DA NOTÍCIA

Nunca sei ao certo se sou um menino de dúvidas ou um homem de fé. Certezas o vento leva, só dúvidas continuam de pé.

Paulo Leminski

Conforme Traquina (2005), no livro *Teorias do Jornalismo - Por que as notícias são como são*, a utilização do termo “teoria” é discutível, porque pode também significar somente uma explicação interessante e plausível, e não um conjunto elaborado e interligado de princípios e proposições. “É de notar também, que estas teorias não se excluem mutuamente, ou seja, não são puras ou necessariamente independentes umas das outras” (2005, p.146).

Nesse sentido, o pesquisador português, Jorge Pedro de Sousa arremata:

[...] quando falo de “teorias”, não pretendo que se confundam as hipóteses explicativas que aqui referencio com teorias científicas no sentido efetivo do termo, já que quaisquer teorias científicas pressupõem uma validade e uma abrangência que as hipóteses que exploram neste livro não me parece que atinjam. Porém, designar essas hipóteses por “teorias” da comunicação social já entrou no próprio jargão científico, sendo assim justificável a utilização do termo (SOUSA, 1999, p.94).

Dessa maneira, pensando na criação de cursos de Comunicação Social, nomeadamente na habilitação em jornalismo no Brasil, tanto em nível de graduação como de pós-graduação, e nas mudanças que esse campo tem experimentado na relação entre teoria e prática, parece-nos plausível a utilização do termo “teoria”, embora esteja sujeito a críticas.

[...] diversas teorias da notícia que foram avançadas ilustram bem a complexidade e oferecem diversas explicações que, apesar de cada teoria ter os seus destaques, apontam para uma série de fatores como o tempo, os constrangimentos organizacionais, as rotinas instituídas, e o crescente

peso do fator econômico, ou, para ser mais preciso, o “pólo” econômico do campo jornalístico, para mencionar as principais forças que ajudam a construir o produto jornalístico. Não é possível compreender as notícias sem uma compreensão da cultura dos profissionais que dedicam as suas horas e às vezes, as suas vidas, a esta atividade (TRAQUINA, 2005, p.13-14).

É nesta direção que vamos inicializar nossa trajetória; vamos passar pelas diversas teorias do jornalismo e da notícia que foram erigidas ao longo da história, das teorias divisionistas – teoria do espelho, da ação pessoal, organizacional, ação política, construcionista, estruturalista e interacionista - à proposição do pesquisador português Jorge Pedro de Sousa, que aventura a possibilidade de uma Teoria Unionista para a compreensão das notícias que têm sido produzidas nos meios de comunicação e na Indústria Cultural.

Nosso percurso não é totalizante, é um olhar que perpassa a questão do poder, dos profissionais do jornalismo como uma comunidade interpretativa investida de mitos e de valores-notícia que condicionam o que será ou não será notícia, o que será *dito* e o que permanecerá no campo do *não dito*.

1.1 A tendência “Divisionista” para a compreensão das notícias

A definição sobre a notícia tende a ser imprecisa. É possível, entretanto, apontar fatores que influenciam na escolha do que será noticiado.

Zanchetta

Embora nem todos investigadores do jornalismo estejam conformes em relação à existência de conhecimento científico e reflexivo suficiente para a edificação de uma teoria do jornalismo e da notícia vincada no processo de produção, circulação e efeitos da informação jornalística, pensamos que é imprescindível um perfilar pelas diferentes teorias que foram erigidas ao longo dos estudos que têm sido levados a cabo entre

os pesquisadores, no nosso caso, do jornalismo impresso, para que compreendamos suas condições de produção, já que está ligada à história, à sociedade e à ideologia.

Acreditamos, na esteira de Sousa (2005), que uma teoria científica do jornalismo deve integrar diversos fenômenos do campo jornalístico e enfatizar o resultado do processo de produção jornalística - a notícia. Dessa forma, parece-nos pertinente uma teoria que explique as notícias e seus efeitos, assim como a construção de sentidos dentro da notícia e na relação entre sujeitos³, a saber, o sujeito-enunciador e enunciatário.

Os sujeitos do discurso jornalístico impresso – o jornalista e o leitor – enunciam de posições sociais e ideológicas que comportam diversas mediações, nas quais são concomitantemente sujeitos que enviam/dizem e recebem, já que complexos e pertencentes a distintas mediações sócio-histórico-culturais. Esses sujeitos são, para Orlandi (2007), materialmente divididos desde sua constituição, são sujeitos à língua e à ideologia, porque para constituir-se, para que haja produção de sentidos é necessário que sejam afetados por elas.

Como a notícia é o resultado pretendido do processo jornalístico de produção de informação, cremos que o conceito de notícia tem uma dimensão *tática e estratégica*; a primeira reside nos gêneros jornalísticos e a segunda encara a notícia como um enunciado jornalístico, centrada nas formas e conteúdos do produto jornalístico.

Sousa (2000 e 2002) afirma que a notícia é um artefato lingüístico porque é uma construção humana calcada na linguagem e nasce da interação entre a realidade perceptível, os sentidos que permitem aos sujeitos apropriar-se da realidade, a mente que se esforça por apreender e

³Utilizaremos ao longo dessa dissertação os termos *sujeito, enunciador, enunciatário, jornalista, espectador, leitor*, evocados pela Análise de Discurso Francesa nos pressupostos teóricos de Michel Pêcheux, Eni Orlandi, Nagamine Brandão e outros estudiosos, e por dar conta do que julgamos fulcral a essa investigação, pois a noção de sujeito está inextricavelmente ligada à dos sentidos, marcados pela história, pela interpelação ideológica e pela memória discursiva. Ademais, lembramos na esteira de Orlandi (2007) que esse sujeito discursivo é imaginado como uma “posição” entre outras. “Não é uma forma de subjetividade, mas um lugar que ocupa para ser sujeito do que diz” (PÊCHEUX, 1969 apud ORLANDI, 2007, p.49).

compreender essa realidade e as linguagens⁴ que alicerçam e traduzem esse esforço cognoscitivo.

Doravante vamos percorrer as distintas teorias da notícia, para que possamos compreender porque as notícias são como são, porque temos as notícias que temos e não outras e quais as condições em que foram e são produzidas. A notícia comporta informação com sentido compreensível num determinado momento histórico e num certo meio sócio-cultural; a construção de sentidos em uma notícia depende da interação perceptiva, cognoscitiva e inclusive afetiva que os sujeitos estabelecem com ela. Assim, iniciamos nossa trajetória.

1.2 A Teoria do Espelho

As notícias são vistas nessa teoria como um espelho de uma realidade não expurgada, segundo a ideologia profissional clássica dos jornalistas; é, de acordo com Nelson Traquina (2005), a teoria mais antiga e versa que as notícias são como são porque a realidade assim as determina.

Fragmentos dessa teoria se desenvolveram em alguns países mais desenvolvidos quando os meios de comunicação cresceram como uma indústria.

Central à teoria é a noção-chave de que o jornalista é um *co-municador desinteressado*, isto é, um agente que não tem interesses específicos a defender e que o desviam da sua missão de *informar, procurar a verdade*, contar o que aconteceu, *doar a quem doar* (TRAQUINA, 2005, p.147 grifos do autor).

Dentro desse paradigma informacional, o papel do jornalista está centrado na observação dos acontecimentos e no relatar com equilíbrio, honestidade e veracidade o que ocorre com muita cautela, sem deixar entrever opiniões pessoais acerca do acontecimento. Afirmo Traquina

⁴Orlandi (2007) alerta-nos que para que a língua faça sentido, é necessário que a história intervenha, pelo equívoco, pela opacidade, pela espessura material do significante; assim parece-nos plausível algumas observações em relação ao fazer jornalístico, haja vista a condição da linguagem e dos discursos assentar-se no opaco, móvel, e ser no uso e nas articulações tanto da língua como da linguagem que as notícias são tecidas.

(2005), que o desenvolvimento dessa concepção inicia-se nos idos do século XIX com um “Novo jornalismo”, o de informação, que separava os fatos da emissão de opiniões subjetivas.

Anthony Smith (1980) citado por Traquina (2005, p.148), escreve que, no século XIX, numa época em que o positivismo era reinante, todo esforço intelectual, tanto na ciência como na filosofia, como ainda na sociologia e em outras disciplinas, ambicionava imitar esse novo invento – a máquina fotográfica – que parecia ser o espelho, há muito procurado, capaz de reproduzir o mundo real.

No século XX é cunhado nos Estados Unidos entre os anos 20 e 30 o conceito de objetividade; Michael Schudson (1978) explica que, a partir da ideologia da objetividade, os jornalistas terminaram por substituir uma fé simples nos fatos por uma fidelidade intrincada às regras e procedimentos criados por um mundo no qual até os fatos eram colocados em tela de juízo.

Jornalistas como Walter Lippmann (1922) acreditam que é imprescindível procurar no método científico e nos procedimentos profissionais o antídoto para a subjetividade⁵. As notícias estão centradas num referente, e a mentira, assim como a invenção, são violações elementares às regras jornalísticas; dessa forma, a realidade não pode deixar de ter um papel fulcral e determinante no conteúdo jornalístico.

Segundo Traquina (2005, p.149):

A ideologia jornalística defende uma relação epistemológica com a realidade que impede quaisquer transgressões de uma fronteira indubitável entre realidade e ficção, havendo sanções graves impostas pela comunidade profissional a qualquer membro que viole essa fronteira. O *ethos* dominante, os valores e as normas identificadas com um papel de árbitro, os procedimentos identificados com o profissionalismo, faz com que dificilmente os membros da comunidade jornalística aceitem qualquer ataque à teoria do

⁵Nelson Traquina (2005, p.148), acredita que o conceito de objetividade é hoje visto erradamente como a negação da subjetividade e um reforço da fé nos fatos, e que o ideal da objetividade não foi a expressão final de uma convicção nos fatos, mas a afirmação de um método concebido em função de um mundo no qual os fatos não eram merecedores da confiança devido ao surgimento de uma nova profissão, Relações Públicas, e a tremenda eficácia da propaganda verificada na Primeira Guerra Mundial.

espelho porque a legitimidade e a credibilidade dos jornalistas estão assentes na crença social de que as notícias refletem a realidade, que os jornalistas são imparciais devido ao respeito às normas profissionais e asseguram o trabalho de recolher a informação e de relatar os fatos, sendo simples mediadores que “reproduzem” o acontecimento em notícia.

1.3 Teoria da Ação Pessoal ou “Gatekeeper”

Esta explicação está intrinsecamente ligada à metáfora do *gatekeeping* aplicada à produção de informação jornalística.

Nos estudos engendrados no campo do jornalismo, o *Gatekeeper* foi a primeira teoria “criada” e foi utilizada pela primeira vez por David Manning White, que ao aplicar o conceito originou “uma das mais persistentes e prolíferas teorias na pesquisa sobre as notícias” (TRAQUINA, 2005, p.149)⁶. Nessa teoria, as notícias resultam da seleção de acontecimentos, com base nas opções particulares de cada jornalista seletor.

O processo de produção de informações está relacionado a uma série de escolhas nas quais o fluxo de notícias deve passar pelos *Gates*, ou seja, os “portões”, que são áreas de decisão em relação às quais os jornalistas vão eleger essa notícia ou aquela. Nesse sentido, se a notícia for ao encontro dos interesses que estão em jogo, será publicada, do contrário, sua progressão será impedida.

Na investigação levada a cabo por White e publicada em 1950, ele afirma, segundo Traquina (2005, p.150), que “o processo de seleção é subjetivo e arbitrário e que as decisões do jornalista eram altamente subjetivas e dependentes de juízos de valor baseados no conjunto de experiências, atitudes e expectativas do *gatekeeper*.”

No bojo das conclusões de White, Schudson (1989) desenvolve uma teoria e a conceitua como “ação pessoal”; quando as notícias são compreendidas e explicadas como produtos dos sujeitos e das suas intenções no processo de produção e de emissão. White (1950 e 1993, p.145)

⁶Nasce nos estudos realizados pelo psicólogo social Kurt Lewin, num artigo publicado em 1947, sobre as decisões domésticas relativas à compra de alimentos para casa.

citado por Traquina (2005, p.151), afirma que no caso em que analisou, duas categorias foram relevantes:

- a) A rejeição do incidente devido à sua pouca importância.
- b) Seleção a partir de muitos relatos do mesmo acontecimento.

Assim, percebemos que entre o acontecimento e a materialização deste em notícia, para a teoria da ação pessoal, na produção noticiosa figura tão somente o sujeito-jornalista, e é esse o ponto nevrálgico que tanto White como Schudson procuraram abordar em seus estudos, haja vista a posição em que o sujeito-jornalista é posto – no centro de todas atividades periodísticas - que culminam na notícia veiculada.

Logo, vemos que na teoria da ação pessoal o ponto basilar é quem produz as notícias, o que fica restrito a uma abordagem micro-psicológica, ao nível do indivíduo, fato que segundo Traquina (2005, p.151) “ignora por completo quaisquer fatores macro-sociológicos, ou mesmo micro-sociológicos como a organização jornalística”.

Essa teoria minimiza outras dimensões importantes de produção das notícias e apresenta uma visão limitada do processo de produção e das consequências da sua veiculação, das relações que se estabelecem entre o sujeito enunciatário e enunciatário assim como as mediações que perpassam o fazer jornalístico, as várias idiossincrasias em jogo, a cultura profissional e o *ethos* jornalístico.

Ademais, outros estudiosos como McCombs e Shaw (1976), a partir de investigações realizadas no campo do jornalismo, concluíram que o sujeito-jornalista exerce sua liberdade dentro de uma latitude limitada e que existem forças sociais que condicionam o processo de produção das notícias, e isso leva a “novas” configurações teóricas em relação à produção noticiosa.

1.4 Teoria Organizacional

Esta teoria enfatiza que as notícias são o resultado das condicionantes organizacionais em que são fabricadas e alarga a perspectiva teórica do âmbito individual a um mais amplo e complexo - a organização jornalística. Dessa maneira, as formas de socialização e aculturação dos

jornalistas, as hierarquias, a rede de alcance dos acontecimentos, os recursos humanos e financeiros e a política editorial estão concatenados, deixam-se entrever na produção da notícia.

Warren Breed (1955) foi responsável pela primeira publicação relacionada à teoria organizacional; segundo ele, devemos relevar a importância dos constrangimentos organizacionais sobre a execução das atividades dos jornalistas, e arremata que o sujeito-jornalista conforma-se mais com as normas editoriais da organização do que com as crenças particulares que ele traz consigo.

Assim, Breed (1955), citado por Traquina (2005, p.153), assinala que os pontos de vista da direção da empresa jornalística controlam o trabalho do jornalista diuturnamente, e identifica seis fatores que promovem certo conformismo com a política editorial da organização:

1. *A autoridade Institucional e as sanções* – segundo Breed (1955), é real o receio que os jornalistas têm de punições; entre elas destacam-se a atribuição de complicadas tarefas para a busca de dados e informações, alterações das peças noticiosas produzidas, assim como sua assinatura e sua colocação no produto jornalístico.
2. *Os sentimentos de obrigação e de estima com os superiores* – com o passar do tempo, laços de amizade podem ser criados e o jornalista pode ter sentimentos de obrigação para com a empresa.
3. *Aspirações de mobilidade* – lutar contra a orientação da política editorial do periódico seria um grande óbice para a ascensão na carreira.
4. *A ausência de grupos de lealdade em conflito* – o local de trabalho é relativamente pacífico e os sindicatos não interferem em temas internos.
5. *O prazer da atividade* – de acordo com Breed (1955), os jornalistas gostam das atividades que desenvolvem e estão próximos das grandes decisões sem terem de tomá-las.
6. *As notícias como valor* – as notícias possuem um valor máximo, são um desafio constante e seus produtores não podem contestar a política editorial da empresa.

Breed (1955) acredita que esses fatores são decisivos não apenas para a promoção do conformismo senão para sua legitimação. Todavia, ele reconhece que há um nível de autonomia por parte do sujeito jornalista e aponta fatores que podem servir de resistência ao controle da organização, a saber:

- a) As regras e normas da política editorial nem sempre são bem claras;
- b) Os diretores podem ignorar certos fatos e os jornalistas empregados, o que pode possibilitar a utilização de seus melhores conhecimentos para subverter a política editorial da empresa jornalística;
- c) Ao explorar a ignorância dos executivos em relação a fatos minúsculos, os jornalistas podem usar a tática da “prova forjada”, quando um sujeito-jornalista ao obter uma boa estória e não puder publicá-la destacadamente no jornal em que trabalha, possa publicá-la em outro canal por meio de contatos profissionais;
- d) No que tange às “*beat story*” e às “estórias” iniciadas pelos jornalistas, estes podem exercer maior autonomia e receber informações de repórteres rivais e concorrentes;
- e) Os sujeitos-jornalistas considerados “estrelas” podem transgredir a política editorial com mais facilidade.

Esses fatores mostram que sob determinadas condições de produção, os elementos que levam ao conformismo com a política editorial da organização jornalística podem ser ultrapassados e transgredidos e a fonte de recompensas dos sujeitos-jornalistas residiria mais na relação com colegas e superiores que nos sujeitos-leitores, clientes.

1.5 Teoria da Ação Política

Nos anos 60 houve uma onda de questionamentos e dúvidas que invadiu o espaço das universidades, ansiando respostas às novas perguntas que emergiam no campo do jornalismo. Essa explosão nos anos 1970 trouxe outras contribuições e um interesse crescente nas questões da

ideologia. Os defensores da teoria da ação política sustentam que as notícias distorcem a realidade, embora pudessem ser o seu espelho.

Na nova fase de investigação, a relação entre jornalismo e a sociedade conquista uma dimensão central: o estudo do jornalismo debruça-se sobre as implicações políticas e sociais da atividade jornalística, o papel social das notícias, e a capacidade do Quarto Poder em corresponder às enormes expectativas em si depositadas pela própria *teoria democrática* (TRAQUINA, 2005, p.161, grifos do autor).

Dessa forma, os estudos da imparcialidade converteram-se no novo filão de investigação, pois a parcialidade é um conceito que a maioria dos cidadãos associa como papel do jornalismo contemporâneo, e estabelece a baliza de comportamento dos órgãos de comunicação social, em particular do setor público. Esses estudos partem, segundo Traquina (2005), do princípio de que as notícias devem refletir a realidade sem distorção e uma das grandes questões dessas investigações é se houve ou não distorção da realidade, aceitando o pressuposto de que é possível reproduzir a realidade⁷.

Há duas versões dessa teoria da ação política: uma *direitista*, que afirma que as notícias são dissonantes da realidade porque os jornalistas, sem autonomia, são assujeitados ao controle ideológico e inclusive conspirativo que leva os meios noticiosos a se tornarem um instrumento a serviço da classe dominante e do poder. O papel social do sujeito-jornalista é de pouca relevância, reduzido à função de executantes a serviço do capitalismo, quando não coniventes com as elites⁸. Nessa direção as notícias dão uma visão *direitista*, liberal e conservadora do mundo e contribuem para a sustentação do *status quo*.

⁷O papel de “servidor do público” que busca a verdade, de “Cão de guarda” que protege os cidadãos está presente pelo menos de forma implícita nos códigos deontológicos dos sujeitos-jornalistas.

⁸Em toda a sociedade existe e sempre existiu apenas uma minoria que por variadas formas é detentora do poder em contraposição a uma maioria que dele está privada; entre todas as formas de poder, e particularmente o poder econômico, o poder ideológico e o poder político é que constroem a diferença entre as elites e a maioria das pessoas. A teoria das elites surgiu e se desenvolveu pela especial relação mantida entre as elites políticas e o Estado Nacional.

Outra versão foi, segundo Traquina (2005), desenvolvida pelos pesquisadores Herman e Chomsky (1989)⁹ – uma das formulações mais completas acerca da perspectiva de *esquerda*; nesta, o conteúdo das notícias não é determinado ao nível interior (de acordo com os valores, preconceitos, idiosincrasias e visão de mundo do sujeito-jornalista), nem ao nível interno (que tange à organização jornalística), senão ao nível externo, ou seja, ao macroeconômico. Arremata Traquina (2005, p.164):

[...] uma relação direta é estabelecida entre o resultado do processo noticioso e a estrutura econômica da empresa jornalística. Assim, segundo esta versão da teoria, existe um diretório dirigente da classe capitalista que dita aos diretores e jornalistas o que sai nos jornais.

Destarte, Chomsky & Herman (1989), citados por Traquina (2005) no complexo processo de produção das notícias sublinham:

- a) O papel determinante dos proprietários dos media e a ligação estreita entre a classe capitalista, as elites dirigentes e os produtores midiáticos;
- b) A existência de um acordo entre personalidades da classe dominante e produtores midiáticos;
- c) A total concordância entre o produto jornalístico e os interesses dos proprietários e das elites.

Estes autores contestam veementemente uma possível diversidade das notícias, e acreditam que somente um conjunto de temas ou fatos é colocado à disposição da população; o que desvia da perspectiva geral da organização noticiosa está confinado às suas limitações, e não chega à população, ao sujeito-receptor, haja vista que da seleção do acontecimento ao processo evenemencial, há determinados critérios que norteiam o que vai figurar no campo do dito, e aquilo que estará no campo do dizer, embora sem ser dito.

⁹Defendem a posição de que os Media reforçam os pontos de vista do poder instituído devido ao poder dos donos dos grandes meios de comunicação e dos anunciantes.

Afirmam Chomsky & Herman (1989), segundo Traquina (2005, p. 165), que “o conteúdo noticioso é determinado por certas propriedades estruturais dos Media, em particular por sua ligação com os negócios e com o governo. Assim, as notícias servem os interesses do poder¹⁰ estabelecido”.

As relações que explicam, de acordo com Traquina (2005) ao referenciar Chomsky & Herman (1989) a submissão do jornalismo aos interesses do sistema capitalista neoliberal são:

- a) A estrutura de propriedade dos meios de comunicação;
- b) Sua natureza capitalista, isto é, a procura do lucro e a importância da publicidade;
- c) A dependência dos jornalistas nas fontes governamentais e das fontes do mundo empresarial;
- d) As ações punitivas dos poderosos;
- e) A ideologia anticomunista dominante entre a comunidade jornalística norte-americana¹¹.

¹⁰Para entendermos a questão do poder, recorremos ao conceito de Michel Foucault que, segundo Judith Revel (2005, p.67) “nunca o trata como uma entidade coerente, unitária e estável, mas de “relações de poder” que supõem relações históricas de emergência complexas e que implicam efeitos múltiplos, compreendidos fora do que a análise filosófica identifica tradicionalmente como o campo do poder. Suas análises efetuam dois deslocamentos notáveis: se é verdade que não há poder que não seja exercido uns sobre os outros – “os uns” e “os outros” não estando nunca fixados num papel, mas sucessiva, e até simultaneamente, inseridos em cada um dos pólos da relação –, então, a genealogia do poder é indissociável de uma história da subjetividade; se o poder não existe senão em ato, então é à questão do “como” que ele retorna para analisar suas modalidades de exercício, isto é, tanto à emergência histórica de seus modos de aplicação quanto aos instrumentos que ele se dá, os campos onde ele intervém, a rede que ele desenha e os efeitos que ele implica numa época dada. Em nenhum caso, trata-se, por consequência, de descrever um princípio de poder primeiro e fundamental, mas um agenciamento no qual se cruzam as práticas, os saberes e as instituições, e no qual o tipo de objetivo perseguido não se reduz somente à dominação, por não pertencer a ninguém e varia ele mesmo na história”.

¹¹Lembramos que Chomsky & Herman desenvolveram suas investigações no contexto norte-americano e seus apontamentos e observações referem-se a problemáticas dos meios de comunicação nos EUA.

Logo, as ligações entre os meios de comunicação e o mundo dos negócios têm influências ideológicas sutis; em realidade pensamos que a ideologia se materializa no campo discursivo e emerge nas entidades que dominam o fluxo das notícias que vão ao público e nas publicidades também, haja vista que, para Herman & Chomsky citado por Traquina (2005, p.166), “toda a vastidão da cobertura dum acontecimento particular nos vários meios de comunicação social é tratada como uma campanha de publicidade maciça”.

A propaganda *framework*¹² (“modelo de propaganda”) vai ao encontro de determinados interesses que servem às relações públicas ou exigências ideológicas de um grupo de poder, podendo contribuir com a mobilização da opinião pública numa direção determinada. Este “tipo” de propaganda sugere:

[...] quando surgem situações em que podem ser “marcados pontos contra países inimigos” ou idéias ameaçadoras, os media serão freqüentemente ativos em “campanhas publicitárias” de grande intensidade e paixão. Pelo contrário, quando acontecimentos muito semelhantes ocorrem em países amigos, os media mostrarão interesse pelas circunstâncias especiais envolvidas e prosseguirão uma política de negligência benigna (TRAQUINA, 2005, p.167).

Seja de esquerda ou de direita, escreve Nelson Traquina (2005) que estas teorias defendem a posição de que as notícias são distorções sistemáticas que servem aos interesses políticos de certos agentes sociais bem específicos que utilizam as notícias na projeção da sua visão de mundo, da sociedade e de interesses determinados pelo poder e pelo capitalismo.

Os estudos engendrados pelos dois estudiosos norte-americanos limitaram-se a questões de política internacional, fato que Traquina crê ser um problema-chave na investigação, já que Herman & Chomsky mostraram uma visão altamente determinista do funcionamento do campo jornalístico, em que os jornalistas ou colaborariam na utilização ins-

¹²Chomsky e Herman chegam a concluir, conforme Traquina (2005, p.167) “que o campo jornalístico é uma arena fechada”. Sublinham a tendência para o encerramento virtual do sistema midiático norte-americano, em que o campo jornalístico é apresentando como um campo fechado.

trumentalista dos meios de comunicação ou seriam totalmente submissos aos desígnios dos interesses dos proprietários.

1.6 Teoria Construcionista

É nos anos 1970 que surge um “novo” paradigma para compreender as notícias - a construção; de acordo com Traquina (2005, p.168) esse é:

[...] um momento de virada, com a emergência de um paradigma que é totalmente oposto à perspectiva das notícias como distorção e que também põe em causa diretamente a própria ideologia jornalística e a sua teoria das notícias como espelho da realidade.

A concepção das notícias como construção leva em conta a impossibilidade de se estabelecer uma diferenciação total entre a realidade e os meios noticiosos que deveriam refletir essa realidade, pois as notícias ajudam a construir a própria realidade social.

Os investigadores dessa teoria defendem que a linguagem não funciona como transmissão direta do significado intrínseco aos fatos, haja vista que ela não é neutra, e acredita que os meios estruturam sua representação dos acontecimentos por causa de diversos fatores, tais como os aspectos organizativos do trabalho jornalístico, as limitações orçamentais e a forma como a rede noticiosa é colocada para responder à imprevisibilidade dos acontecimentos.

Segundo Sousa (2004), para os estudiosos que perfilam essa teoria, as notícias são histórias que resultam de um processo de construção lingüística, organizacional, social, cultural e não podem ser vistas como espelho da realidade senão como artefatos discursivos não-ficcionais – indiciáticos – que fazem parte da realidade e ajudam-na a construir-se e reconstruir-se.

Esse paradigma teórico considera o conceito de distorção inadequado e pouco frutífero e “discorda radicalmente da perspectiva das teorias que defendem que as atitudes políticas dos jornalistas são um fator determinante no processo de produção das notícias” (TRAQUINA, 2005, p.169). O paradigma da construção não predica que as notícias são ficção, senão uma convenção.

[...] dizer que a notícia é uma estória não é de modo algum rebaixar a notícia, nem acusá-la de ser fictícia. Melhor, alerta-nos para o fato de a notícia, como todos os documentos públicos, ser uma realidade construída, possuidora da sua própria validade interna (GAY TUCHMAN, 1976 e 1993, p.262 apud TRAQUINA, 2005, p.169).

Traquina (2005) sinaliza que os profissionais do campo do jornalismo resistem ao paradigma das notícias como construção apesar de fazerem amiúde, referência às notícias no jargão profissional, como estórias. Considerar as notícias como narrativas não significa negar o seu teor informativo e sua correspondência com a realidade.

A rechaça ao conceito de notícia como construção da realidade deriva “tanto na teoria como na práxis, de uma fé metafísica obstinada e conservadora de que a linguagem é transparente”, segundo Itzhak Roeh (1989, p.162 apud TRAQUINA, 2005, p.170)¹³. Essa resistência está imbricada aos princípios fundamentais da ideologia profissional dos sujeitos-jornalistas e são norteadores das atividades engendradas cotidianamente nas organizações jornalísticas.

O conceito de notícia enquanto estória nos permite verificar a importância da dimensão cultural das notícias, já que os sujeitos-produtores-jornalistas atuam em um sistema cultural, num invólucro de significados culturais armazenados e de padrões de discursos¹⁴.

As notícias como uma forma de cultura incorporam suposições acerca do que importa, do que faz sentido, em que tempo e em que lugar vivemos, qual a extensão de considerações que devemos tomar seriamente em consideração (SHUDSON, 1995, p.14 apud TRAQUINA, 2005, p.171).

Acerca da produção das notícias emergem outros conceitos, como o de gramática cultural que delinea as regras que norteiam o processo de

¹³Itzhak Roeh (1989) assinala que “[...] o erro assenta na recusa de jornalistas e estudantes de jornalismo, em situar a profissão onde esta pertence, isto é, no contexto de expressão humana da atividade expressiva. É a recusa em lidar com a escrita das notícias por aquilo que é na sua essência - contar estórias”. (apud TRAQUINA, 2005, p.170)

¹⁴Padrões de discursos que se inscrevem, no bojo da Análise de Discurso Francesa, no que pode e deve ser dito e no que não pode e não deve ser dito.

construção da narrativa. Nesse sentido, Stuart Hall (1984), citado por Nelson Traquina afirma:

As coisas são noticiáveis porque elas representam a volubilidade, a imprevisibilidade e a natureza conflituosa do mundo. Mas não se deve permitir que tais acontecimentos permaneçam no limbo do “aleatório”- devem ser trazidos aos horizontes do “significativo”. Este trazer de acontecimentos ao campo dos significados quer dizer, na essência, reportar acontecimentos invulgares e inesperados para os “mapas de significado” que já constituem a base do nosso conhecimento cultural, no qual o mundo social já está “traçado”. A identificação social, classificação e contextualização de acontecimentos noticiosos em termos destes quadros de referência de fundo constituem o processo fundamental através do qual os media tornam o mundo a que fazem referência inteligível a leitores e espectadores (TRAQUINA, 2005, p.171).

A década de 1970 foi um marco para o avanço das investigações na área do jornalismo, pois as inovações metodológicas¹⁵ contribuíram decisivamente para a riqueza das pesquisas; nesse momento os estudiosos foram aos locais de produção das notícias, puderam averiguar e observar *in loco* os membros da comunidade jornalística e suas condições de produção, “entrar na pele das pessoas observadas e compreender suas atitudes” (TRAQUINA, 2005, p.171-172).

Evoca-se assim, uma abordagem etnometodológica que permite um olhar teoricamente mais informado sobre as ideologias e as práticas profissionais dos sujeitos produtores das notícias, considerando os instantes de crise e de instabilidade da sociedade e da organização; nas palavras de Claude Lévi-Straus (1968) são *os hot moments*, que poderiam corrigir uma visão demasiado mecânica do processo de produção e fabrico das notícias. Essa abordagem traz à compreensão três pontos fulcrais no que tange às notícias e todas as nuances do acontecimento à produção.

¹⁵De acordo com Nelson Traquina (2005), os acadêmicos da área do jornalismo seguiram o exemplo dos antropólogos com uma abordagem etnometodológica.

Possibilitou num primeiro momento, ver a importância da dimensão trans-organizacional no processo de produção das notícias, todo o *networking* informal que permeia a relação entre os jornalistas e a conexão cultural que provém do fato de fazer parte de uma comunidade profissional.

Em segundo lugar, reconhece que as rotinas organizacionais constituem um elemento crucial nos processos de produção das notícias, pois como afirma Nelson Traquina (2005), é um elemento chave no paradigma construtivista porque nas rotinas se materializam e se constituem as ideologias.

Destarte, um terceiro ponto emerge como corretivo às teorias instrumentalistas¹⁶ que surgem com “nova” roupagem nos anos 1970 e 1980 e uma onda crescente de críticas aos meios de comunicação.

Dentro do paradigma da Teoria Construcionista, as notícias como construção social, há duas outras teorias que partilham o mesmo modelo de notícia, porém, todavia, divergem nalguns pontos, já que ambas rechaçam a teoria do espelho e criticam o empiricismo ingênuo dos jornalistas. Segundo Traquina (2005), tanto a Teoria Estruturalista como a Interacionista concebem as notícias como o resultado de complexos processos de interação social entre agentes sociais, nomeadamente, os sujeitos-jornalistas e as fontes de informação, os jornalistas e a sociedade e os membros da comunidade profissional, dentro e fora de sua organização.

Tanto a Teoria Estruturalista como a Interacionista situam o sujeito-jornalista no seu local de labor e reconhecem a relevância dos constrangimentos organizacionais¹⁷ na produção do acontecimento jornalístico, a saber, das notícias. Os processos que norteiam a produção, tal como a seleção, exclusão, acentuação dos diferentes aspectos do acontecimento – que está intrinsecamente ligado ao enquadramento elegido - mostram que a notícia, dá vida ao acontecimento, o constrói e constrói uma representação da realidade.

¹⁶As teorias instrumentalistas partem do pressuposto de que o processo de produção das notícias está eivado de uma conspiração entre agentes sociais e de uma intenção consciente de distorção que perpassa a elaboração das notícias;

¹⁷Ressaltemos aqui que a Teoria Organizacional, já enunciada, ignora os processos de interação social que ocorrem para além da empresa jornalística.

As escolhas que são feitas e realizadas pelo sujeito-jornalista, não são totalmente livres; a narrativa engendrada é orientada pela aparência que a “realidade” assume para ele, “pelas convenções que moldam a sua percepção e fornecem o repertório formal para a apresentação dos acontecimentos, pelas instituições e rotinas” (TRAQUINA, 2005, p.174).

Assim, os acontecimentos oferecem um ponto de partida para a constituição de enquadramentos midiáticos ainda que haja discordâncias em relação ao que “de fato” ocorreu. Tanto a Teoria Estruturalista como a Interacionista sublinham a relevância da identidade das fontes de informação e:

[...] refletem sobre as conseqüências sociais que resultam dos processos e procedimentos utilizados pelos jornalistas. Para as suas teorias, a conexão entre jornalistas e fontes faz das notícias uma ferramenta importante do governo e das autoridades estabelecidas e as notícias tendem a apoiar as interpretações oficiosas dos acontecimentos (TRAQUINA, 2005, p.175).

1.7 Teoria Estruturalista

Definida como uma teoria macrossociológica, esta sublinha o papel dos meios de comunicação como reprodutores e legitimadores da ideologia dominante e que corrobora o *status quo*. Aceita a autonomia relativa do sujeito enunciador e defende que as notícias são um produto social resultante de vários fatores, que segundo Traquina (2005, p.175), são os seguintes:

1. Organização burocrática;
2. Estrutura de valores-notícia;
3. A construção da notícia que envolve identificação e contextualização em que mapas culturais do mundo social são usados na organização¹⁸.

¹⁸Ao voltar-se para a importância da cultura no processo de produção das notícias, a teoria estruturalista assenta-se numa perspectiva culturalista; entre seus propositores se encontra Stuart Hall que pertence à chamada Escola Culturalista Britânica.

De acordo com Sousa (2004), os jornalistas e os órgãos de comunicação têm uma reduzida margem de autonomia, cultivam uma cultura rotinizada e burocratizada e estão sujeitos ao controle da classe dominante, proprietária dos meios e os vincula às suas primeiras definições dos acontecimentos. As notícias condensam essa relação estrutural entre os meios e os definidores de sentido para os acontecimentos e ajudam a construir uma sociedade consensual e normalizada, em função da ideologia dominante-hegemônica.

As relações que se estabelecem entre a organização burocrática, a estrutura de valores-notícia e a construção da notícia é fulcral para que compreendamos como o sujeito-jornalista articula-se e percorre o processo de apreensão do acontecimento e produção da notícia.

Os meios de comunicação estão empenhados na produção regular de notícias e os fatores de organização burocrática podem incidir sobre o que for selecionado, assim como a ideologia profissional dos sujeitos-jornalistas que vão apontar para o que constitui como “boas notícias”. Ademais, no que tange à construção, envolve a apresentação do item ao seu público, tal como a avaliação e o tornar compreensível aos sujeitos-enunciatários, as escolhas léxico-gramaticais e as fotografias selecionadas para enquadrar o acontecimento e dar-lhe um sentido.

Moura (2006), ao dissertar acerca da problemática da seleção léxica sustenta que a escolha das palavras está freqüentemente provida de carga argumentativa e retórica; a eleição do léxico pode revelar a atitude adotada a respeito do que refere, pela forma de julgá-lo e de tratá-lo. “Há palavras que colocadas estrategicamente no texto, trazem consigo uma carga poderosa de implícitos” (KOCK, 1984, p.156 apud MOURA, 2006, p.75).

Em relação à fotografia é importante destacar que ela é discurso já que está investida de sentido(s); de acordo com Barthes (1984, p.29),

[...] toda fotografia é um certificado de presença, sempre traz consigo seu referente, ambos atingidos pela mesma imobilidade amorosa ou fúnebre, no âmago do mundo em movimento: estão colados um ao outro.

Stuart Hall (1993), citado por Traquina (2005), afirma que no processo de construção das notícias, a identificação e a contextualização

são mecanismos importantes, pois, por meio delas os acontecimentos podem tornar-se significativos e produzir sentido(s); isso ocorre quando logram num âmbito de inteligibilidade e conhecimento identificações sociais e culturais.

Este processo de tornar um acontecimento inteligível é um processo social - constituído por um número de práticas jornalísticas específicas, que compreendem (freqüentemente de modo implícito), suposições cruciais sobre o que é a sociedade e como ela funciona (HALL, et.al.1973/1993 apud TRAQUINA, 2005, p.177).

Assim, na Teoria Estruturalista o processo de produção de notícias pressupõe a natureza consensual da sociedade e aponta para o papel das notícias no reforço da construção da sociedade como consensual. Os mapas de significação refletem, de acordo com Nelson Traquina (2005), valores comuns, formam a base dos conhecimentos culturais e são mobilizados no processo de tornar um acontecimento inteligível.

Os meios de comunicação, nessa direção, podem definir quais os acontecimentos são mais significativos e propor interpretações de um acontecimento. Para a Escola Culturalista Britânica, as notícias, como parte da produção da Indústria Cultural, contribuem para a constituição e legitimação de uma “hegemonia ideológica”¹⁹, ou podem estar imbricadas com os detentores do poder ou com aqueles que vislumbram estabelecer através dos meios de comunicação relação de poder e de dominação.

¹⁹O conceito Gramsciano de hegemonia se contrapõe, nos *Cadernos do cárcere*, à idéia de “dominação”. Somente numa fase tosca e primitiva é que se pode pensar numa nova formação econômica e social como dominação de uma parte da sociedade sobre outra. Na realidade, o que uma hegemonia estabelece é um complexo sistema de relações e de mediações, ou seja, uma completa capacidade de direção. Gramsci fornece uma série de exemplos históricos, em particular o da hegemonia dos moderados na França do século XIX ou na Itália. Não haveria organização do poder moderado somente com o uso da força. É um conjunto de atividades culturais e ideológicas — de que são protagonistas os intelectuais — que organiza o consenso e permite o desenvolvimento da direção moderada. Não deve ser entendida como afirmação de uma dominação, mas como afirmação de uma capacidade superior de interpretação da história e de solução dos problemas que ela coloca. Disponível em: (<http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=644>, acesso em 18/08/2008).

Da posição que Stuart Hall assume como papel ideológico dos meios de comunicação, faz-se necessário trazer à superfície as relações intrigantes entre os definidores primários e os meios de comunicação, haja vista a legitimação que pode haver do *status quo* através das formações discursivas e ideológicas que são enunciadas nos *Media*, assegurando a hegemonia dominante e a sintonia entre as idéias dominantes e as práticas dos meios de comunicação.

Como já enunciamos, pensamos que tanto os sujeitos enunciadorees como os receptores não são totalmente assujeitados pelos meios de comunicação, pela língua e pela linguagem; ao contrário, acreditamos que a história é construída exatamente porque esses sujeitos estão engajados em lutas muitas vezes interiores pela busca de ruptura, o que denota que há resistência, existe uma “dobra discursiva”, haja vista que nem a linguagem, nem os sentidos são transparentes. Stuart Hall, citado por Traquina arremata:

Isto não pode ser simplesmente atribuído – como algumas vezes o é em teorias de pura conspiração - ao fato de que os media são, em grande medida, pertença de capitalistas (embora essa estrutura de propriedade seja corrente), uma vez que isto seria ignorar a “relativa autonomia” do dia a dia do jornalista e dos produtores de notícias em relação ao controle econômico direto. Em vez disso, queremos chamar a atenção para as mais rotineiras estruturas de produção de notícias, para observar como é que os media vêm, de fato, e em última instância, a reproduzir as definições dos poderosos, sem estarem, num sentido simplista, ao seu serviço. Devemos aqui insistir numa distinção crucial entre definidores primários e secundários (HALL, et.al, 1973/1993 apud TRAQUINA, 2005, p.178).

As rotinas jornalísticas, tal como os constrangimentos organizacionais, as exigências profissionais de parcialidade e objetividade, as questões do assujeitamento e resistência, combinam-se para proporcionar o acesso sistematicamente estruturado aos meios de comunicação por parte daqueles que detêm posições institucionalizadas e privilegiadas. Essa predileção permite a definição ou interpretação primária dos tópi-

cos em questão e poderá impor os termos de referência que nortearão todas as futuras coberturas ou debates.

Para os que compactuam dos pressupostos teóricos da Teoria Estruturalista, os meios de comunicação não se limitam à criação de notícias e transmissão da ideologia da “classe dominante” com nuances de conspiração; são, em realidade, os definidores primários de acontecimentos noticiosos, todavia, as relações estruturais estabelecidas com o poder, segundo Stuart Hall, têm o efeito de fazê-los representar não um papel fulcral, senão secundário, ao reproduzir as definições daqueles que têm acesso privilegiado, como que de direito, aos meios de comunicação como “fontes acreditadas”.

Destarte, levando em conta estes aspectos, os *media* se colocariam numa posição de subordinação estruturada aos definidores primários e nessa intrincada relação estrutural encontra-se o papel ideológico²⁰ dos meios de comunicação. Stuart Hall, citado por Traquina (2005), reconhece que esse processo não se fecha em si, já que:

- a) Os meios de comunicação institucionalmente são diferentes das outras “agências do Estado”;
- b) Possuem lógicas e motivos que podem levar a um conflito com os definidores primários;
- c) A estrutura de poder, por meio das instituições que a compõem podem amiúde entrar em disputas e embates.

Há muitas semelhanças entre a Teoria Estruturalista e a Interacionista, já que ambas conceituam as notícias como construção social; entretanto a grande divergência assenta-se nas relações entre as fontes e os jornalistas, porque na Teoria Estruturalista as fontes oficiais são, conforme Nelson Traquina (2005), um bloco unido e uniforme e não há relevantes disputas entre os membros das fontes oficiais, ao passo que na interacionista os definidores são encarados como atemporais, imutáveis e determinadores da ação, numa relação unidirecional.

²⁰Para Stuart Hall, é importante ressaltar a função, o papel ideológico dos meios de comunicação como reprodutores da ideologia dominante. Acredita que as primeiras definições estabelecem os limites para toda a discussão subsequente através do enquadramento da natureza do problema.

Logo, neste ponto a teoria estruturalista é colocada em tela de juízo por conta de um exagerado determinismo.

Não há forma de conceber um espaço de manobra por parte dos jornalistas; os jornalistas nunca tomam a iniciativa, nunca desafiam os “definidores primários”, por exemplo, através de iniciativas como a reportagem, o jornalismo de investigação, ou os furos. Segundo a teoria estruturalista, nunca há um processo de negociação²¹ antes da definição principal. Encarado como um espaço de reprodução da ideologia dominante, o campo jornalístico perde o seu potencial como objeto de enjau, como recurso potencial para todos os diversos agentes sociais (TRAQUINA, 2005, p. 180).

A partir dessas observações e formulações teóricas, emerge outra teoria, que, calcada num processo de interação de diferentes fatores, entende que o acontecimento caracteriza-se e constitui-se em um vasto universo de matéria prima, que vai do fato à notícia, e logo, às relações produzidas entre sujeitos-enunciadores e sujeitos-enunciatórios.

1.8 Teoria Interacionista

Segundo Nelson Traquina (2005), as notícias resultam de um processo de produção definido como a percepção, seleção e transformação de uma matéria prima (acontecimentos) num produto (as notícias).

Nessa teoria os jornalistas vivem sob a tirania do tempo e estão orientados a cumprir as horas de fechamento; os sujeitos-jornalistas são vistos como observadores ativos, participantes na construção da realidade. As notícias são encaradas como uma construção social, sendo limitadas pela natureza da realidade, porém registrando nuances tangíveis desta.

²¹Aqui entendemos negociação como conciliação de interesses divergentes e distintos, em que há um “diálogo” entre duas partes. Assim, pensamos que não existe uma possível negociação entre o sujeito-jornalista e o acontecimento, pois este foge do controle de quem os enuncia e às vezes de seus agentes, ou seja, para alguns acontecimentos não há previsibilidade.

As notícias são representações (...) [e] não um reflexo dos fatos isentos de valores. Há sempre maneiras diferentes de dizer as coisas e elas não são (...) acidentais. As diferenças na expressão contêm distinções ideológicas (e, portanto, diferenças na representação)

(FOWLER, 1991 apud SOUSA, 2004, p.19).

Conforme Jorge Pedro de Sousa (2004), as notícias também registram os constrangimentos organizacionais, os enquadramentos e narrativas culturais que governam a expressão jornalística. As rotinas orientam e condicionam a produção das notícias, os critérios de noticiabilidade e as negociações entre jornalistas e fontes de informação estão presentes no produto “fabricado”, que é a notícia.

Como é uma atividade prática e quotidiana orientada para cumprir as horas de fechamento, o trabalho e as empresas do campo jornalístico se vêem obrigados a desenvolver estratégias para fazer face ao desafio duplamente colocado pela natureza da sua matéria prima. Dessa forma, trazemos à colação, na coxia de Traquina (2005), que:

- a) Os acontecimentos (a matéria-prima preponderante do trabalho jornalístico) podem surgir em qualquer parte;
- b) Os acontecimentos podem surgir em qualquer momento;
- c) Face à imprevisibilidade, as empresas jornalísticas precisam impor ordem no espaço e no tempo.

1.8.1 Ordem e Imaginários de Espaço

A situação de comunicação é como um palco, com suas restrições de espaço, de tempo, de relações, de palavras, no qual se encenam as trocas sociais e aquilo que constitui o seu valor simbólico.

Patrick Charaudeau

As empresas jornalísticas tentam constituir uma ordem no espaço por meio da extensão de uma rede noticiosa responsável pela “captura” dos acontecimentos e a consequência disso é que os acontecimentos

noticiáveis sucedem em determinados lugares e não em outros, fato que provoca alguns questionamentos em relação à possibilidade da imposição de uma ordem no espaço.

Gaye Tuchman (1973/1978)²², citada por Nelson Traquina (2005), apresenta algumas estratégias que são geralmente levadas a cabo para a cobertura de “todos” os espaços, a saber:

- a) *A territorialidade geográfica* – as empresas jornalísticas dividem o mundo em áreas de responsabilidade territorial para conseguir capturar os fatos mais relevantes;
- b) *A especialização organizacional* – as empresas jornalísticas estabelecem “sentinelas” em determinadas organizações que, do ponto de vista dos valores-notícia, produzem acontecimentos julgados com noticiabilidade;
- c) *A especialização em temas específicos* - as empresas jornalísticas se auto-dividem por seções que enchem certas “rubricas” do jornal.

Outros sim, esse imperativo traz algumas conseqüências aos membros da comunidade jornalística já que no afã de levar a cabo seu trabalho, de fazer com que acontecimentos sejam julgados como noticiáveis, é importante compreender que alguns fatos tenderão a ocorrer em certas localidades e não em outras, o que acarretará um abismo entre o dito e o não-dito, já que as realidades locais, as vicissitudes culturais, os atores sociais, o tempo e o espaço não podem ser controlados pelos sujeitos-captadores de notícias.

Cristina Ponte (2005) afirma que a determinação dos pontos de colocação das redes informativas (expressas metaforicamente por diferentes malhas de variação entre informação miúda e graúda), pontos esses designados por *beats*, vai impor uma ordem no mundo social que poderá:

²²Cristina Ponte (2005) escreve que na retrospectiva sobre o jornalismo norte-americano, Gaye Tuchman assinala que a orientação para o sujeito-leitor nos jornais populares na primeira metade do século XIX impôs a saída das redações, com o acompanhamento sistemático de locais de onde pudessem provir informações, e uma divisão territorial do mundo.

[...] levar a diferentes graus de visibilidade de acontecimentos e problemáticas, pois constitui um sistema hierarquizado de intervenientes nessa informação e impõe um enquadramento sobre ocorrências que poderão ser notícia, pela combinação de um complexo sistema organizativo na redação com a dispersão de repórteres por vários locais (PONTE, 2005, p.131-132).

Destarte, a rede informativa busca a atração do interesse do sujeito-enunciário e acredita que ele tem uma determinada predileção por fatos em determinados locais, por realizações de certas organizações e por determinados assuntos, vinculando a personificação ao processo de noticiabilidade, o que a faz excluir ocorrências de serem noticiadas por conta da ausência de parâmetros de personalização ou de centralização, como estabelecimento de prioridades na produção de serviços²³.

Concomitantemente, Ponte (2005) assinala a importância do espaço físico do jornal, assim como a paginação ordenada por títulos, a hierarquia e a rubrica como integrantes dos processos de construção da identidade entre o leitor e o periódico, fato que “constrói lugares marcados e relativamente estáveis de categorias de leitura do mundo” (PONTE, 2005, p.133).

O fato de colocar uma informação numa ou em outra série de notícias não será fortuito na proposta de um sentido interpretativo, de direcionamento de leitura num imaginário específico. A informação toma e torna-se existência quando paginada, e o valor da informação na sua série é o valor da sua diferença, do lugar relacional que cobre, que ocupa em relação às escolhas, às hierarquias na construção renovada e reconhecível de atos de comunicação que constitui produtores e leitores.

No que tange à problemática do espaço, Charaudeau (2006), ainda afirma que por ser uma área feita de palavras, de desenhos e de ima-

²³Ponte (2005) avança em suas reflexões na vala comum do investigador francês Tétu (1993); este diferencia a experiência como território vivido e a sua representação simbólica como carta geográfica, em que necessariamente existe distorção estabelecida a partir do local em que se erigiu como centro. A atualidade do sistema informativo será, assim, a retirada dos eventos dos seus territórios para deslocá-los em novos espaços simbólicos, por processos de manejo de efeitos de real que variam de suporte para suporte de informação e que, no caso da imprensa, viverão essencialmente da descrição e polifonia de vozes.

gens fixas, nos meios de comunicação impressos há uma antinomia decorrente da experiência do espaço entre proximidade e distanciação, ubiqüidade e egocentrismo. Essa tradição escrita caracterizar-se-ia, de acordo com Patrick Charaudeau, por:

[...] uma relação distanciada entre aquele que escreve e aquele que lê, a ausência física da instância de emissão para com a instância da recepção; uma atividade de conceitualização da parte das duas instâncias para representar o mundo, o que produz lógicas de produção e de compreensão específicas; um percurso ocular multiorientado do espaço de escritura que faz com que o que foi escrito permaneça como um traço para o qual se pode sempre retornar: aquele que escreve, para retificar ou apagar, aquele que lê, para rememorar ou recompor sua leitura (CHARAUDEAU, 2006, p.113).

Os contextos geográficos e espaciais que se materializam, que “se mostram” nas informações não são de acesso direto por parte dos sujeitos-enunciatários, as informações são produzidas e enunciadas por circuitos afirmativos de uma proximidade temporal que anula as distâncias e criam “uma ilusão de estar *também lá* e de afirmação de ubiqüidade” (PONTE, 2005, p.133).

As notícias presentes nos periódicos impressos carregam certa relatividade no que se refere ao tempo e no espaço, ao *aqui/lá*, já que são construções de um imaginário que produz um deslocamento da geografia na perspectiva de uma mirada egocêntrica, que ao explorar a caracterização simbólica dos espaços de experiência dos sujeitos, tal como a casa, a comunidade, a igreja e o mundo, podem provocar um envolvimento dos enunciatários nas escolhas realizadas pelos sujeitos enunciadores.

As relações de espaço não se restringem tão somente às condições de instalação, funcionamento dos meios de comunicação e de sua rede noticiosa espalhada pelo mundo; pensamos que pode haver uma rede mais complexa e transcendental no processo de apreensão/observação do acontecimento, sua materialização em notícia e seu consumo por parte do sujeito-enunciatário.

O *aqui* e o *lá*, nos meios de comunicação assumem uma relatividade investida de uma noção de ordem e (in)consciência do tempo, já que é imprescindível para fabricação do produto noticioso, para transporte de um lugar a outro e um tempo para a leitura, ou seja, um desencadeamento sucessivo de momentos operatórios que produzem uma considerável defasagem entre o erigir do acontecimento e o instante em que o sujeito-leitor toma conhecimento dele, embora dentro de uma dialética intrínseca, essa defasagem será compensada por um espaço estratégico de informação que diferenciar-se-á nos diferentes meios de comunicação.

1.8.2 Ordem e Imaginários de Tempo

Entender o tempo jornalístico será, assim, entender a dimensão sincrônica com que um conjunto de acontecimentos se apresenta e situar essa sincronia numa dimensão diacrônica, que aponta para processos de identificação, de memória e de reconhecimento pelas partes envolvidas.

Cristina Ponte

Para que consigam levar a cabo seu labor diário de apreensão de acontecimentos e produção de notícias, as empresas de comunicação, no nosso caso, empresas de jornalismo impresso, impõem uma estrutura diária sobre o tempo, já que cada organização tem certo “biorritmo” que lhe é peculiar e norteador das atividades engendradas pelos sujeitos-jornalistas e as variáveis que influenciam o processo de produção de notícias e informações.

O fator tempo está relacionado com a prática jornalística e a define; são notícias atuais sobre acontecimentos atuais já que o jornalismo é atravessado e marcado por horas de fechamento em que o imediatismo condiciona o esforço e a capacidade performativa dos sujeitos-jornalistas.

A problemática do tempo está imbricada com os acontecimentos e fatos que são julgados com valor-notícia, pois espera-se que estes ocorram em determinados lugares institucionais e não em outros e que concentrem-se durante as horas normais de trabalho, o que compreende o período anterior ao fechamento; nessas horas as organizações jor-

nalísticas dispõem do seu corpo de repórteres e fotógrafos presentes e disponíveis para a cobertura das “estórias”.

A captação do acontecimento está no bojo de uma percepção que deve pautar-se pela eficácia e por fatores como a frequência do sinal, clareza, amplitude, grau do inesperado, significância, continuidade, consonância e complementaridade. A percepção de um acontecimento afetará o conceito, a imagem constituída por meio de elementos culturais, tal como a conexão do fato com nações ou personalidades do governo, da elite, a personalização e o sentido negativo ou positivo.

Segundo Traquina (2005), as redes noticiosas podem sofrer lapsos temporais e a ocorrência de um acontecimento antes ou depois destas horas tem que apresentar uma evidência clara de caracterização como acontecimento com valor-notícia, em ordem a justificar a movimentação de repórteres e fotógrafos para sua cobertura.

Percebemos que as empresas jornalísticas fazem uma espécie de planejamento do futuro por meio de uma agenda que limita e define os acontecimentos previstos; esta agenda liga-se inextricavelmente ao ritmo de trabalho jornalístico que incrustado em valores como o imediatismo e a definição de jornalismo como relatos atuais acerca de acontecimentos atuais, tem como consequência uma ênfase nos fatos e não nas problemáticas sociais, políticas e econômicas que podem mostrar-se muito mais complexas do que o que é dito, enunciado pelos meios de comunicação.

Com todas as mudanças que têm ocorrido nos meios de comunicação, mais especificamente no jornalismo impresso, acreditamos que os acontecimentos estão conectados e calcados em uma teia de faticidade, no tradicional lide que demarca o espaço e o tempo do acontecimento jornalístico.

A compreensão do tempo jornalístico é de uma complexidade e variabilidade fundantes, haja vista a polissemia do conceito de *atualidade* que recorre às teorias da linguagem e da enunciação; essa atualidade está eivada de ato, enunciação performativa que afeta e influi no nosso perceber dos acontecimentos.

Nesse sentido, damos-nos conta de que o passado recente ou a prospecção futura nos são apresentados com nuances de presente, numa relação em que passado, presente e futuro fundem-se e causam a sensação perene de atualidade diante das notícias que são enunciadas, con-

sumidas pelo auditório. Ponte (2005) afirma que o manejo do tempo presente, em particular nos títulos, evoca um presente narrativo, não-histórico, não-cronológico, destinado a uma dramatização de ação relatada.

Dentro dos vários olhares sobre o conceito de tempo assinalamos uma

[...] visão antropológica, segundo a qual perceber o tempo é ser capaz de localizar um evento, definir um corte entre um *antes* e um *depois*, avaliar a duração que separa os dois momentos, orientar-se para um futuro a partir de um presente. A representação do tempo decorre da relação do homem com a natureza e com a sociedade, resultantes de temporalidades radicalmente diferentes. Enquanto o tempo da natureza é um tempo cósmico, de grandes ciclos de repetição, o tempo social apresenta modalidades diversas (ecológicas, técnicas, econômicas, míticas, históricas, rituais), decorrentes de temporalidades diferentes. Nesta diferenciação, o tempo jornalístico será uma das modalidades mais complexas do tempo social

(PONTE, 2005, p.125).

A atualidade está imbricada não com um tempo que lhe é peculiar senão com uma maneira de co-presença do sujeito-jornalista e do sujeito-leitor-espectador perante qualquer “novo” acontecimento que seja convertido em notícia.

Traquina (2005) sugere que para potencializar a dinâmica e complexidade do *xadrez jornalístico* é necessário que posicionemos três pessoas dentro e diante da organização jornalística:

1. Os *promotores de notícias* – que são indivíduos que tornam observáveis algumas ocorrências em especial;
2. Os *news assemblers ou produtores de notícias* – profissionais que transformam um conjunto de ocorrências promovidas em acontecimentos;

3. Os *consumidores de notícia* que assistem a certas ocorrências e enquadramentos disponibilizados pelos meios de comunicação social.

Os sujeitos envolvidos na trama da notícia e do(s) acontecimento(s) têm propósitos diferentes porque estão arraigados a culturas, estatutos, origens sociais, idiossincrasias e situações bastante específicas, fato que repercute na emissão e no consumo das notícias. Há necessidades distintas de acontecimentos por parte dos diversos agentes sociais, e a construção da notícia no tempo e no espaço vai da descrição/narração do acontecimento bruto, ao estado de mundo midiático construído, representado. Para Charaudeau (2006), a construção da notícia:

[...] ocorre sob a dependência do processo de transação que consiste, para a instância midiática, em construir a notícia em função de como ela imagina a instância receptora, a qual, por sua vez, reinterpreta a notícia à sua maneira. Esse duplo processo se inscreve, então, num contrato que determina as condições de encenação da informação, orientando as operações que devem efetuar-se em cada um desses processos (2006, p.114).

Tempo, espaço e sujeitos, numa relação dialética e dialógica intrínseca e extrínseca se constituem, e são constituídos socialmente; a atualidade tem validade numa espécie de contrato enunciativo, num pacto fiduciário que liga o sujeito-jornalista ao sujeito-leitor da informação produzida para *um* horizonte de expectativas numa determinada duração variável e dentro de um contexto sócio-histórico determinado.

* * *

Até aqui tecemos algumas observações teóricas acerca de como ao longo da história diferentes estudiosos aventuraram variadas teorias para a explicação do porquê as notícias são como são e não de outra maneira; fizemos um recorte a partir dos postulados teóricos dos portugueses Nelson Traquina, Jorge Pedro de Sousa e Cristina Pontes (e os pesquisadores estudados e citados por eles), no que tange não apenas à notícia como produto final, mas também no complexo percurso que

vai do evento, do acontecimento à construção da notícia e os sujeitos envolvidos tanto no fato como na esfera da constituição da notícia, no interior da organização jornalística.

Ademais trouxemos à arena dessa dissertação contribuições de investigadores da Análise de Discurso Francesa, tal como Patrick Charaudeau e Enni Orlandi, haja vista a pertinência de suas pesquisas a respeito da produção de sentidos nos meios de comunicação e indústria cultural na sociedade contemporânea.

O que aparentemente poderia conotar o que Vasallo chamou de “uma ingenuidade teórica”, ao nosso ver, é um salto teórico-metodológico, por imbricar as teorias do jornalismo e da notícia com a AD, uma metodologia teórica que compreende discurso como produção de sentido, seja ele textual ou fotográfico, considera a teia da faticidade jornalística dentro da sua complexidade e lança interpretações não totalizantes para o entendimento da nossa sociedade, uma sociedade de discursos e de produção de sentidos.

Percebemos que uma característica corrente na sociedade coeva – o fechamento, as conclusões – muitas vezes não leva em conta a movência das investigações e observações já engendradas por diversos pesquisadores. Assim, esse intento de perfilar as teorias do jornalismo pode haver deixado fissuras no que tange à produção das notícias, os sujeitos envolvidos nos processos de comunicação e seu imbricamento com a temporalidade e a espacialidade no ventre de uma sociedade investida de uma cultura e de maneiras específicas de ver o mundo.

Da tendência *divisionista*, chegamos a outra, a *unionista* para a explicação do funcionamento das notícias e as ações-forças que são evocadas e se evocam concomitantemente antes, durante e depois do processo de fabrico de informações, a saber, das notícias, já que estas podem não “morrer” em si no tempo e no espaço e seguir de formas distintas e quicá inatingíveis, indecodificáveis na sua totalidade, fazendo parte da cotidianidade dos sujeitos receptores.

1.9 A tendência “unionista” para explicação das notícias

[...] a notícia é um artefato lingüístico que representa determinados aspectos da realidade, resulta de um processo

de construção onde interagem fatores de natureza pessoal, social, ideológica, histórica e do meio físico e tecnológico, é difundida por meios jornalísticos e comporta informação com sentido compreensível num determinado momento histórico e num determinado meio sócio-cultural, embora a atribuição última de sentido dependa do consumidor da notícia.

Jorge Pedro de Sousa

As teorias acerca das notícias que tiveram seu lugar até aqui, não possuem fronteiras muito bem definidas; entre elas percebemos e observamos que há pontos de intersecção, explicações comuns, pontes e diálogos ademais de duelos. Pensamos que os aspectos que as unem são mais relevantes que aquilo que eventualmente as separa e desse modo as teorias unidimensionais podem não conseguir explicar as notícias em todas suas nuances e proporcionar um acercamento a uma compreensão de seu funcionamento, assim como a movimentação de diversos discursos no interior de diferentes gêneros textuais²⁴.

Michael Shudson (1988), citado por Sousa (2002), afirma que:

[...] as explicações para as notícias serem o que são só terão interesse se pressupomos que não é óbvio as notícias serem o que são. Se estivermos convencidos de que as notícias apenas espelham o mundo exterior ou que simplesmente imprimem os pontos de vista da classe dominante, nesse caso não é necessário mais nenhuma explicação (2002, p.6).

Destarte, para compreender as notícias podemos, num audacioso intento, conciliar várias explicações que, isoladas, podem parecer insuficientes para que entendamos as notícias que temos, que fazem parte da nossa cotidianidade, por que são como são e que discursos são (des)

²⁴Zanchetta afirma que a configuração do texto noticioso impresso e da foto jornalística na televisão obedecem a fatores históricos. Cada um desses tipos de texto constitui o que Bakhtin (1992) chama de gênero textual. Tais gêneros seriam desenvolvidos ao longo do tempo, na exposição e revisão permanentes baseadas no contato entre esses textos e o público (2004, p.52).

construídos em textos que fazem circular diferentes filiações de sentidos ideológicos, já que, para Orlandi (2007), discurso é produção de sentido entre interlocutores e estes sentidos podem materializar-se de diferentes maneiras nos textos-notícia.

Assim, arrematamos na esteira de Sousa (2004), que o processo de produção de notícia é demasiado complexo; não conseguimos chegar à sua imanência, uma vez que as condições de produção e os sujeitos envolvidos são de uma complexidade infundável e fundantes.

Souza (2004) crê que diversas ações influem nesse percurso que começa no acontecimento, nas percepções do jornalista, suas formas de ver, agir, sentir, observar, de enquadrar o fato, os constrangimentos organizacionais até a notícia materializada nas páginas dos jornais. Esse percurso que termina no discursivo e se dirige às mediações sócio-culturais dos sujeitos-enunciatários, está, conforme o autor, eivado, perpassado, recortado, cruzado por diversas forças que atuam ativamente na produção, a saber:

*Ação pessoal*²⁵: as notícias resultam parcialmente das pessoas e das suas intenções, da capacidade pessoal dos seus autores e dos atores que nela e sobre eles intervêm – em especial, o sujeito-jornalista – de seus pensamentos e de sua subjetividade. Pensamos que o sujeito-jornalista não é apenas assujeitado, dominado, ele é, nas palavras de Michel Foucault, um sujeito de resistências já que se só houvesse a escravização, a submissão e a passividade, seria o fim da história²⁶.

Nesse cenário, os sujeitos-jornalistas fazem um uso adaptado de rotinas cognitivas familiares para organizar as informações e a produção de sentido em informações que confirmem suas convicções. Pensamos que as rotinas da produção de notícias estão situadas a meio caminho entre a força pessoal e a força social já que correspondem a formas mecanicistas pessoais de proceder e nesse meandro concebemos o sujeito-jornalista não como mero agente passivo perante as fontes, senão como um negociador de informações e significados.

²⁵A essas *ações*, Sousa (2002) também chama de *forças*, numa tradução matemática que diz respeito à construção da notícia numa função N (notícia), direcionada proporcionalmente ao produto das forças pessoal, ideológica, cultural, histórica, do meio físico e dos dispositivos tecnológicos, extra-organizacional e sócio-organizacional.

²⁶Desde que White desenvolveu os estudos do *Gatekeeping* se predica que a seleção das notícias é um processo subjetivo fortemente influenciado pelas experiências, valores, idiosincrasias e expectativas do *gatekeeper*.

Ação social: Os estudos acerca do *Newsmaking* têm lançado contribuições no que tange às relações que se constituem no processo de fabrico de notícias. Na ação/força social, as notícias são frutos das dinâmicas e dos constrangimentos do sistema social, particularmente do meio no qual foram construídas e fabricadas. A força social, segundo Sousa (2002), pode situar-se em distintos níveis – uma força sócio-organizacional que está incrustada nos constrangimentos decorrentes das organizações noticiosas e uma força social extra-organizacional referente a todos os constrangimentos que influenciam o jornalismo a partir de uma exterioridade.

Dessa forma, as notícias sofrem a influência de fatores como das redes que são estendidas para “pescar” acontecimentos dignos de se converterem em notícia, o desejo do lucro, os mecanismos de socialização que impelem os jornalistas a obedecer às normas da organização, a disputa entre editores e editoriais, os recursos humanos e materiais, a hierarquia e a organização interna, sua dimensão e burocracia, e os constrangimentos temporais. Num nível extra-organizacional, as notícias podem sofrer influência de fatores como o mercado, as relações entre jornalistas e fontes, a audiência e os canais de rotina.

Ação ideológica: as notícias são oriundas de um conjunto de idéias que “moldam” processos sociais, proporcionam referentes comuns e dão coesão aos grupos, amiúde em função de interesses, mesmo quando esses interesses não são conscientes e assumidos²⁷. Essa força é exercida na notícia de diversas maneiras, nomeadamente há ideologias políticas que interferem na orientação dos órgãos de comunicação social e no atuar dos sujeitos-jornalistas; nos estados de direito democráticos as principais ideologias que “moldam” as notícias são as profissionais dos jornalistas, a da objetividade e a do profissionalismo.

Para Sousa (2000/2002), a ideologia do profissionalismo desenvolve o ideal da coragem para reportar mesmo em situações que impõem perigo, já que envolvem desejo e ideais de atuação profissional. Am-

²⁷Parafrazeando Gregolin (2006, p.136), - ao analisar as obras de Pêcheux e Foucault – vemos que esses sujeitos não são autômatos, não aceitam passivamente a todas as determinações do poder. Segundo a autora, os mecanismos de controle e de vigilância contínuos demonstram que os sujeitos lutam e dessa luta deriva o fato de que nenhum poder é absoluto ou permanente, senão transitório e circular, o que permite a aparição das fissuras onde é possível a substituição da docilidade pela meta contínua e infundável da libertação dos corpos.

pliando um pouco mais, acreditamos que o labor da ideologia é a produção de evidências, pondo o homem na relação imaginária com suas condições de produção de existência.

A ideologia, por sua vez, nesse modo de a conceber, não é vista como conjunto de representações, como visão de mundo ou como ocultação da realidade. Não há, aliás, realidade sem ideologia. Enquanto prática significativa, a ideologia aparece como efeito da relação necessária do sujeito com a língua e a língua com a história para que haja sentido. E como não há uma relação termo-a-termo entre linguagem/mundo/pensamento essa relação torna-se possível porque a ideologia intervém com seu modo de funcionamento imaginário (ORLANDI, 2007, p.48).

*Ação cultural*²⁸: As notícias são um produto do sistema cultural no qual são produzidas, que condiciona quer as perspectivas que se têm do mundo quer a significação que se atribui a esse mesmo mundo (mundividência); cultura, nesse sentido, deixa de ser vista tão somente como o conjunto das expressões espirituais de cada sociedade (nacional) materializadas nas artes, na literatura, nos monumentos e no caráter nacional, ou como ideologia dominante na sociedade, e passa a ser definida como “um processo constante de produção de sentido inseparavelmente ligado às práticas individuais e coletivas, por meio das quais a realidade social se constitui e que inclui, mas não limita àquelas” (BURITY, 2003, p. 46).

Destarte, se compreendemos cultura como produção de sentido(s), pensamos que esses sentidos estão apensos nos textos e discursos jornalísticos, haja vista a relação intrincada entre enunciador-enunciatário, condições de produção e contexto sócio-histórico-cultural.

As notícias carregam os *frames* em que foram produzidas, já que são construídas no ventre de uma “gramática da cultura” (BIRD. E; DARDENNE, R. 1988 apud SOUSA, 2002); representam essa cultura e ajudam na compreensão dos seus valores e símbolos, assim como na

²⁸Philip Elliot (1972) aponta para a existência de crenças comuns e define a cultura do grupo como sabedoria coletiva e que a adoção de uma identidade profissional tem um impacto no pensamento e no comportamento através do desenvolvimento de ideologias profissionais distintas (TRAQUINA, 2005, p.36).

constituição de sentidos no momento em que o produto-notícia é recepcionado pelo sujeito-enunciatário.

As notícias, no nosso modo de ver, possuem códigos simbólicos reconhecidos pela audiência. Sousa (2002, p.13), afirma que “as notícias recriam um sentimento de segurança ao promoverem certa ordem e ao estabelecerem fronteiras para o comportamento aceitável”. O processo de construção de notícias está eivado de elementos da cultura, assim, essa mobiliza um inventário de discurso, nomeadamente, de sentidos na notícia.

Traquina (2005) afirma que não é possível compreender as notícias sem uma compreensão da cultura dos profissionais que dedicam as suas horas e, às vezes, as suas vidas a essa atividade. Desse modo, constituímos uma relação entre a cultura apreendida pelo sujeito-jornalista e a cultura de um modo mais amplo:

O entendimento de cultura estaria muito mais ligado a uma globalidade que envolve modo de vida, aspectos materiais e espirituais. Nesse contexto, introduz-se uma abordagem analítica que segue em direção à incorporação das subjetividades ou à construção de uma teoria do sujeito, estes vistos como ativos pela existência de uma série de normas que acionam o imaginário, capazes de perpetuar e redefinir padrões, de apropriar-se de gêneros e transformá-los em referências, a um só tempo, particulares e universalizantes (SOUSA, 1995, p.13).

Ação do meio físico: está ligada aos dispositivos estruturais e tecnológicos dos quais dispõe o profissional na feitura de produtos noticiosos. Embora para Sousa (2002) não haja muitas investigações acerca dos dispositivos no trabalho jornalístico, parece óbvio, todavia, que o sujeito-jornalista pode produzir mais e melhor num local apropriado e os meios informáticos permitem a correção, revisão e alteração de textos, o que não acontecia com as antigas máquinas de escrever.

O meio físico pode influir nos formatos e conteúdos das notícias e a introdução dos computadores e das novas tecnologias da informação e do conhecimento tornou mais fácil e de difícil detecção a manipulação digital de imagens e de criação. A atividade jornalística sempre foi profundamente transformada pelas inovações tecnológicas e na nossa so-

cidade hodierna particularmente, a rede transglobal de computadores interligados marca as práticas jornalísticas já que acelera a velocidade dos processos de produção de notícias, corroendo as barreiras do espaço e do tempo.

[...] as novas capacidades que a *internet* oferece aos jornalistas e ao público na obtenção de dados e de acesso à informação, a proliferação de canais e a explosão de locais de comunicação e de informação, nomeadamente os milhares de sites no ciberespaço, as novas oportunidades de acesso aos jornalistas a *vozes alternativas* da sociedade, são fatores que apontam para a debilitação do controle político do jornalismo e para a existência dum campo jornalístico que é cada vez mais uma *arena* de disputa entre todos os membros da sociedade (TRAQUINA, 2005, p.210).

Ação histórica: Aqui Souza (2004) enxerga as notícias como produtos da história, durante a qual agiriam as restantes forças que as compõem e existem no presente²⁹. Os avanços nos processos de transmissão e difusão de informação trouxeram “novas” formas de noticiar e de enquadrar, e a urbanização assim como a organização do território permitiram a concentração de consumidores em núcleos, facilitando a distribuição dos jornais.

Tem havido substanciais mudanças históricas no escopo do jornalismo, a saber, houve um alargamento do conjunto de temas noticiáveis evocado pela evolução dos *frames* culturais, no “Novo Jornalismo” e a perspectiva do sujeito-jornalista no cerne da enunciação noticiosa, a evolução do jornalismo para a análise.

Cabe ressaltar nesse momento que a ação histórica está calcada em como o decorrer da história marca e influencia nos processos de fabrico das notícias e concomitantemente emerge a oposição *discurso* e

²⁹Sousa (2002, p.14), afirma que um registro curioso da evolução histórica do jornalismo pode delinear-se a partir da tese do primeiro doutor em comunicação, Tobias Peucer. Peucer debruçou-se em 1690, sobre a forma de relatar as notícias, tendo identificado fenômenos paleo-jornalísticos antigos. Por exemplo, antigos gregos, como Homero, ou antigos romanos, como Júlio César, já usavam nas suas narrativas formas de estruturação textual (*dispositio*) semelhantes à técnica da pirâmide invertida. Ele propunha que no relato “noticioso” se respeitassem escrupulosamente as regras que mandavam indicar sujeito, objeto, causa, maneira, lugar e tempo.

história, pois no bojo do fazer jornalístico estão os discursos que destacam posicionamentos ideológicos nem sempre muito bem definidos historicamente *na/pela* história³⁰.

Logo, a teoria da notícia unificada, na visão de Souza (2004), pensaria as notícias como o resultado de uma interação histórica e a presença de todas essas forças/ações que tendo efeitos cognitivos, afetivos e comportamentais sobre as pessoas – sujeitos-jornalistas-receptores – poderão propor efeitos de mudança ou permanência e de formação de referências acerca das sociedades, das culturas e das civilizações.

Pensamos que os sujeitos enunciatários fazem parte da emissão também, por uma relação de mediação³¹ sócio-histórica e cultural inerente aos sujeitos enunciadores e que estão presentes na sua cotidianidade. Nessa direção:

As mediações estruturam, organizam e reorganizam a percepção da realidade em que está inserido o receptor, tendo poder também para valorizar implícita ou explicitamente esta realidade. Por essa razão, a atenção concentra-se nos movimentos, nas dinâmicas e daí que a pesquisa sobre os usos nos obriga, então, a deslocar-nos do espaço dos meios ao lugar em que se produz sentido (MARTÍN BARBERO, 1987, p.213 apud ESGOSTEGUY, 2005, p.67).

³⁰Benveniste (1966) afirma que a enunciação histórica comporta três tempos verbais, a saber: pretérito imperfeito, mais-que-perfeito e pretérito perfeito. O presente é enunciado apenas quando se remete a um momento atemporal, enquanto, por outro lado, no discurso emprega-se todas as formas pessoais do verbo e todos os tempos são possíveis, salvo o pretérito perfeito. A enunciação jornalística está *na aqui/agora/eu/tu/ele* porque faz relevantes critérios de atualidade e um movimento de captura dos sujeitos-enunciatários para dentro da cena enunciada.

³¹“Las mediaciones son entendidas aquí como ese “lugar” desde el que es posible percibir y comprender la interacción entre el espacio de la producción y el de la recepción: que lo que se produce en la televisión no responde únicamente a requerimientos del sistema industrial ya estrategia comercial sino también a exigencias que vienen de la trama cultural y los modos de ver” (MARTÍN-BARBERO, 1987, p.49). “As mediações são entendidas aqui como esse “lugar” de onde é possível perceber e compreender a interação entre o espaço da produção e o da recepção: o que se produz na televisão não responde apenas a requerimentos do sistema industrial e a estratégias comerciais, mas também a exigências que vêm da trama cultural e das formas de ver” (Tradução nossa).

O exercício de compreensão das notícias traz consigo não apenas imbricamentos entre enunciador e enunciatário; guarda, acreditamos, a fulcral condição *sine qua non* do entendimento do(s) sujeito(s)-jornalista(s) como “agentes especializados” (BOURDIEU, 1993 apud TRAQUINA, 2005), dentro de uma “comunidade interpretativa” (ZELIZER, 1993 apud TRAQUINA, 2005), com relações de poder e quadros de referências comuns imersos em mediações que podem nortear a confecção e construção noticiosa da realidade e dos fatos que nela podem vir a ocorrer.

1.10 Exercícios de relação de poder no Jornalismo

Não há relação de poder onde as determinações estão saturadas.

Michel Foucault

Em pleno século XXI não podemos deixar de assinalar os exercícios de poder que são levados a cabo nos meios de comunicação, a saber, nos textos e mais profundamente nos discursos que são produzidos e enunciados por eles.

Os meios de comunicação, para Lippmann (1922), citado por Traquina (2005), são uma imprescindível ligação entre os acontecimentos no mundo e as imagens que as pessoas têm acerca desses acontecimentos. Assim, o conceito de agendamento evocado por Maxwell Combs e Donald Shaw em 1972, postula que os meios de comunicação “podem não dizer às pessoas como pensar sobre os assuntos, mas são bem sucedidos ao dizer no que pensar” (TRAQUINA, 2005, p.15). É uma forma de criar um espaço entre o que é *dito* e o que *não é dito*, mas que fica no campo do dizer, e “desaparece” por causa de determinados apagamentos discursivos produzidos pelo sujeito-enunciador.

Trazemos à discussão o poder da imprensa escrita, exercido nas articulações e escolhas léxico-gramaticais realizadas pelos sujeitos-jornalistas; não tratamos apenas do poder *em si e para si*, mas das relações engendradas por ele na trama tênue e intrincada que vai da emissão à recepção e que perpassa diversas mediações sócio-históricas.

Com o avanço das investigações sobre o jornalismo e as relações de poder que se inscrevem e são engendradas pelos sujeitos, as consequên-

cias do agendamento vão muito além de dizer o que os enunciatários devem pensar. Esse agendar noticioso sugere um “como” pensar e conseqüentemente “o que” pensar.

A *agenda setting* não elimina as relações interpessoais, todavia, tais relações não são introdutoras de temas. “Elas vivem e se nutrem daquilo que é difundido pelos Médias, sendo que essas relações não causam o agendamento, mas são causadas pelos ditames da agenda midiática” (HOHFELDT; MARTINO; FRANÇA, 2001, p.112).

Nessa perspectiva, os indivíduos adquirem sua visão de mundo a partir da agenda estipulada ao longo do tempo pelos meios de comunicação de massa. Constatam-se, portanto, a força dos meios e a fragilidade dos indivíduos, do público, dos sujeitos-enunciatários.

Para além das teorias dos efeitos dos meios de comunicação, a teoria do agendamento³² sublinha mudanças substanciais e uma redescoberta do poder do jornalismo, que agora se situa não apenas na seleção de acontecimentos ou assuntos noticiáveis, senão nas diferentes formas de enquadrar tais acontecimentos, *personas* e temas.

Reconhecemos que o jornalismo possui um poder que lhe é outorgado, quiçá socialmente, porém esse poder dá-se em relações, tanto nas projeções sociais, nos seus enquadramentos como recurso de uma discussão pública. Para Charaudeau “o poder nunca depende de um único indivíduo, mas da instância na qual se encontra o indivíduo e da qual ele tira sua força” (2006, p.18).

Traquina (2005) acredita que o conceito de enquadramento é fulcral para a compreensão do poder que emana das notícias. Enquadramento, parafraseando Goffman (1975), é uma idéia organizadora central, que

³²Embora não haja aparecido entre as teorias da notícia tratadas neste trabalho dissertativo, o *Agendamento* ou *Agenda setting* integra as reflexões acerca do fazer jornalístico. Há um desdobramento da *agenda setting* que leva ao *newsmaking*, hipótese preocupada em verificar as rotinas que as mídias desenvolvem para alcançar determinado *agendamento*. É considerada por alguns estudiosos como mais uma teoria do jornalismo do que da comunicação por dar ênfase à produção de informações, ao potencial de transformação dos acontecimentos cotidianos em notícia. Abrange estudos sobre *gatekeeping* ou filtragem da informação – estudos estes introduzidos por Kurt Lewin, em 1947. Embora essa hipótese ajude a entender o modo pelo qual a informação flui de uma fonte primária para o mediador (que é o sujeito-jornalista) e deste até o receptor, o *newsmaking* aparece como uma abordagem que privilegia o processo de elaboração de mensagens sob o enfoque do sujeito-emissor. O sujeito-receptor participa como consumidor daquilo que se elegerá como notícia.

dá sentido(s) aos acontecimentos relevantes e sugere o que é um assunto interessante. Assim, seriam modelos de cognição, apresentação e interpretação, pelos quais os discursos seriam organizados rotineiramente, tanto o verbal como o não-verbal.

Os enquadramentos realizados pelos meios de comunicação oferecem definições da realidade social e nesse sentido, contam “estórias” e constroem os pólos da relação de poder, numa pugna travada no interior dos discursos produzidos na matéria do jornalismo que é a notícia.

Ao afirmar que a notícia é uma estória e está pletórica de poder, procuramos validar tal conceito não no seu rebaixamento, nem numa acusação de que é pura ficção, senão colocar em tela de juízo o fato de que a notícia é uma construção da realidade social. As notícias têm uma validade interna que figura nas suas formações discursivas e nos sentidos que nela ficam apensos, “soltos” e variam segundo suas condições de produção e os sujeitos que as consomem.

Charaudeau (2006), por sua vez, afirma que o discurso manifestado no mundo político está intimamente ligado ao poder e à manipulação, ao passo que o mundo das mídias tem a pretensão de se definir contra o poder e contra a manipulação; o que observamos na contemporaneidade é um imbricamento entre o político e as mídias, ou seja, esta como um instrumento para a manutenção do *status quo* e manipulação da opinião pública³³. Poder e manipulação integram-se no produto midiático e tornam-se um indicador de seus efeitos quando chega ao sujeito-enunciatário-consumidor.

No que tange ao plano simbólico³⁴, “essa máquina de fazer viver as comunidades sociais, que manifesta a maneira como os indivíduos, seres coletivos, regulam o sentido social ao construir sistemas de valores” (CHARAUDEAU, 2006, p.17), tem sido um filão para as investigações, haja vista o movimento que há em relação aos sentidos que são construídos pelos meios de comunicação e seus produtos noticiosos.

³³Reiteramos que não pensamos os sujeitos-enunciatários como passivos e atômicos, completamente seduzidos pelos conteúdos midiáticos; acreditamos que são sujeitos de resistência, que lutam.

³⁴Para além da economia, da tecnologia e da idéia de que a lógica das mídias está calcada no comercial e no *marketing*, vemos a fulcralidade de uma observação do componente simbólico que está presente nos conteúdos e nos sentidos dos discursos midiáticos (no nosso caso, do jornal argentino *Clarín* – versão impressa).

Na realidade, fontes, jornalistas e público coexistem dentro de um sistema que se assemelha mais ao jogo da corda do que a um organismo funcional inter-relacionado. No entanto, os jogos da corda são decididos pela força: e as notícias são, entre outras coisas, o exercício do poder sobre a interpretação da realidade (GANS, 1979, p.81 apud TRAQUINA, 2005, p.197).

Pensamos que pode haver um predomínio das fontes oficiais, todavia, ao mesmo tempo percebemos que diversos agentes sociais têm acesso regular aos meios de comunicação, embora muitos movimentos sociais tenham dificuldade em ver seus acontecimentos transformados em notícias; Traquina (2005) afirma que a cobertura do movimento social depende em parte da capacidade de criar um aparelho de publicidade e demonstrar a sua vontade de participar na teia de faticidade que sustenta o labor jornalístico. Aqui mais uma vez emerge a questão do poder, já que os meios de comunicação enunciam os conteúdos de acordo com seus critérios de noticiabilidade e não segundo os anelos de movimentos sociais que muitas vezes são contrários às políticas de comunicação engendradas pelos *Media* e pela Indústria Cultural.

Dessa maneira, o conceito de noticiabilidade³⁵ guarda em si exercícios de relações de poder, ao dar destaque a desvios, ao pouco comum, ao estranho, já que os sujeitos-jornalistas se ancoram em normas e valores sociais evocados nos processos de enquadramento jornalístico, pois as notícias envolvem acontecimentos, não todas as condições que os engendram, privilegiam pessoas, não todo o grupo, dão relevância ao conflito, não ao consenso, privilegiam os fatos que (retro)alimentam a “estória”, não os que a explicam. De acordo com Ponte (2005, p.74),

[...] ainda que compostas por conteúdos aparentemente aleatórios, há nas notícias uma estrutura comum que desenha uma visão particular do mundo, há uma representação do mundo dotada de coerência, constituindo uma unidade imaginária e esta unificação está implícita na natureza do apelo à audiência das histórias de interesse humano.

³⁵Trabalharemos a partir da página sessenta e seis com minúcia e detalhamento, esses critérios de noticiabilidade.

A noticiabilidade, logo, como fruto de diversas negociações, pode corroborar o *status quo*, haja vista que os grupos sociais que visam uma atuação distante do consenso são tachados como marginais, e esta marginalidade pode crescer na medida em que se distancia do social legitimado, por meio de atos de violência e busca da afirmação. Da imprescindibilidade de colocar ordem no espaço e no tempo deriva a “estória” do jornalismo que é descrita como sendo essencialmente da interação de fontes oficiais e sujeitos jornalistas no seu funcionamento diário.

As fontes provêm de uma estrutura de poder estabelecido e é nessa direção que as notícias podem legitimar o *status quo* e engendrar estereótipos acerca de realidade social. Embora passível de controvérsias, na teoria estruturalista e na interacionista, a ligação entre fontes e jornalistas podem converter as notícias em uma ferramenta importante para o governo e as autoridades que estão no poder, já que os recortes feitos nas notícias poderão apoiar interpretações oficiosas dos acontecimentos controversos.

Entretanto, não podemos deixar de trazer à colação o mito de que o jornalismo funciona como um *contra-poder*. O papel do jornalismo pode localizar-se numa força conservadora que reconhece o poder de (re)constituir um recurso para os agentes sociais que contestam a ordem estabelecida e os valores dominantes. Segundo Traquina (2005, p.201), se levarmos em conta:

[...] a importância da “autonomia relativa” dos jornalistas, a existência de normas e valores profissionais, assim como a pujança de toda uma cultura que atrai um número significativo de jovens que acreditam na mitologia jornalística, a crescente capacidade por parte de diversos agentes sociais em participar e, às vezes, vencer (n) o xadrez jornalístico, defendemos a posição de que seria mais correto afirmar que o jornalismo é um Quarto Poder que defende sobretudo o *status quo*, mas periodicamente realiza o seu potencial de contra-poder.

Esta antinomia, cravada no ventre das teorias e das práticas do jornalismo, traz a importância da compreensão da produção das notícias e seu lugar na construção social da realidade social quotidiana, como

um fenômeno complexo e quiçá inapreensível na sua plenitude já que, enquanto uma comunidade interpretativa, os sujeitos-jornalistas estão imersos num caldo de relações e de forças, sobretudo de poder que habitam a interioridade de sua exterioridade e a exterioridade de sua interioridade numa relação de interdependência dialógica.

Nessa relação dialética, em que teoria e prática definem e são dependentes uma da outra, possibilita-nos uma visão mais crítica e ampla do fazer jornalístico, pois o complexo precisa ser explicado a partir da sua complexidade, e embora a tendência da contemporaneidade seja explicar fenômenos complexos de modo simples, estamos e vamos caminhar no sentido oposto dessa inclinação.

1.11 Sobre a possibilidade de uma Comunidade Interpretativa

[...] o que o jornalismo apresenta ao leitor é um mundo construído a partir de valores já estabelecidos, contudo mutáveis.

Marconi Oliveira da Silva

A profissionalização que vem ocorrendo nos meios de comunicação, tanto nas universidades como na prática diária da atividade, tem constituído o que a investigadora estadunidense Barbie Zelizer (1993) denominou de “comunidade interpretativa”, que manteria determinada coesão pelo fato de possuírem um arcabouço de acontecimentos do passado, uma cultura jornalística que influi no paradigma das ações do presente, e ao que Maffesoli (1988) chamou de “tribo jornalística³⁶”.

Dizer comunidade interpretativa, segundo Hymes (1980) citado por Traquina (2005), remete-nos a um grupo (re)unido por suas interpretações da realidade. Zelizer (1993), diz que os sujeitos-jornalistas possuem um enquadramento de referência para levar a cabo seu trabalho

³⁶Embora Traquina (2005) acredite que “tribo” transmita mais claramente a idéia de que seus membros são similares ao “biscateiro” do antropólogo Claude Levi-Strauss, o adepto do “faça-você-mesmo” no desempenho de muitas tarefas, que utiliza uma lógica das mãos e dos olhos (p.24). Desenvolveremos esse capítulo alternando ambos os conceitos, já que se aproximam da idéia de homens e mulheres de ação, envolvidos no complexo processo de produção de notícias.

diário de apreensão dos acontecimentos e da produção de notícias. Acreditamos que, de um ponto de vista antropológico, uma comunidade ou tribo jornalística pressupõe certas características e ideologia como fator crucial na elaboração do produto noticioso.

Assim, pensar numa comunidade interpretativa é acercar-nos à possibilidade de uma “comunidade hermenêutica”, sustentada por formas comuns de interpretação e valoração ainda que seus membros não compartilhem o mesmo espaço e tempo. Bourdieu (1998) acredita que a prática jornalística está calcada em múltiplas assunções e crenças partilhadas, ou seja, há um compartilhar de estruturas cognitivas, perceptivas e avaliativas, haja vista que, os sujeitos-jornalistas carregam consigo representações ideológicas que podem dar legitimidade e reconhecimento às suas práticas de interpretação e intervenção da e na realidade.

Zelizer (1993), citado por Ponte (2006), enfatiza que no processo noticioso são relevantes os conceitos de *performance*, *ritual* e *narrativa*. O ritual estaria imbricado com as questões da linguagem e das formações discursivas; nesse sentido a construção da notícia é, na sua gênese, ideológica e pletórica de poder, já que vislumbra e intenta um fechamento ao mundo complexo e às suas problemáticas. Há no interior de determinadas formações discursivas um apagamento das contradições da sociedade, dos conflitos e dos sujeitos que engendram os fatos e acontecimentos; tende-se a simplificar o que é immanentemente complexo.

Na narrativa jornalística, segundo Ponte (2006, p.83),

“O interesse humano é plástico a uma construção redutora, repetitiva e evocativa, como proporciona aos leitores fábulas e anedotas que sublinham a (aparente) imutabilidade da experiência humana social”.

No que tange à *performance* do processo noticioso, é importante que percebamos que os sujeitos jornalistas trabalham as variações de tempo e de espaço por meio de processos decorrentes de uma aprendizagem da profissão, no bojo do acúmulo de práticas e por transmissão de saberes que envolvem editores, fontes, jornalistas e os textos produzidos; é o que costumamos designar de “tarimba” jornalística.

Essa *cultura de redação* configura um léxico e uma gramática peculiares – uma narrativa – pois tanto léxico como gramática estão atrela-

dos ao recolhimento do tema, procedimentos de predileção, tratamento da informação e construção; na peça jornalística configura-se a *performance* dos sujeitos emaranhados em tal execução, pois está ligada a um processo que decorre da aprendizagem armazenada no dia a dia da atividade de apreensão de fatos e construção de notícias.

Ponte (2006) citando Ericson et. al (1991), explica que os sujeitos-jornalistas podem adquirir três tipos de conhecimentos pela experiência e contato com a cultura de redação, a saber:

- 1) *Saberes de (re)conhecimento* – estão ligados à localização e ao situar jornalístico de um evento. Este saber procede de uma representação racional da existência dos sujeitos (seres) e dos fenômenos sensíveis do mundo.

Charaudeau (2006) afirma que o jornalismo compõe uma tentativa de converter o mundo em inteligível, pondo marcas no *continuum* de sua materialidade e criando fronteiras que permitem diferenciar os semelhantes dos diferentes e estabelece relações de contigüidade e de substituição entre os elementos apreendidos e produz conjuntos, subconjuntos, hierarquias, ou seja, diversas taxionomias.

Dessa forma, os indivíduos construiriam conhecimentos a partir da convergência de uma aprendizagem de mão dupla, e que no caso do sujeito-jornalista, essa aprendizagem é relevante para erigir do fato à notícia, a noção de que a notícia é uma construção individual e social, porque nela subjazem diversas vozes no nível discursivo e cruzar-se-ão dados da vida empírica com aqueles logrados por meio das especialidades das ciências.

Pela aprendizagem que se desenvolve através de práticas da experiência, às quais se aplica uma observação na empiria do sentir, do ver e do ouvir, no jogo dos erros e dos acertos, na predição das percepções, e que permite ao sujeito depreender recorrências no interior desses fenômenos, e construir assim uma explicação empírica do mundo fenomenal. E pela aprendizagem dos dados científicos e técnicos que tentam explicar o mundo a partir do que não é visível e se torna apreensível com o auxílio de um instrumental intelectual (cálculo, raciocínio, discursos de explicitação mais ou menos vulgarizados) (CHARAUDEAU, 2006, p.44).

No que tange aos saberes no seio da prática e produção jornalística, Patrick Charaudeau (2006) amplia suas observações; segundo ele, há ainda no saber de conhecimento três categorias relacionadas com a natureza do que é percebido e a forma como a partir da percepção dá-se a sua descrição.

- a) A *natureza existencial* do saber de conhecimento é determinada pela descrição da existência de objetos do mundo, nalgum lugar, num certo momento e dentro de um estado, carregando características que os identificam e definem na sua factualidade. Este saber pode aparecer sob uma forma discursiva de definição ou indicação factual.
 - b) A *natureza evenemencial* do saber de conhecimento relaciona-se com uma percepção determinada pela descrição do que acontece ou ocorreu, dos fatos que cambiam o estado do mundo; essa percepção é realizada sob o modo da maior ou menor verossimilhança e varia segundo o consenso no interior de uma comunidade social, sobre a maneira de (com) partilhar a experiência do mundo e representá-la.
 - c) A *natureza explicativa* do saber de conhecimento está no bojo de uma descrição do porquê, da finalidade dos acontecimentos e do como, das intenções e dos motivos que presidiram o surgimento do acontecimento e de seus desdobramentos dentro de uma determinada comunidade e realidade social.
- 2) Os *saberes de procedimento ou forma de agir*, estão incrustados no desenvolver de um tema, implicando que fontes ouvir, que métodos usar para contatar e interrogar fontes, como gerir o tempo e o espaço, quais cruzamentos realizar no que tange aos saberes de conhecimento.
 - 3) Os *saberes de narração*, que estão imbricados com a apresentação de um dado de forma jornalística, indicando como justificar uma ação, determinado enquadramento e escolha lexical no caso de questionamentos e de pugnias, sobretudo ideológicas.

Outros saberes permeiam e são condição *sine qua non* no desenvolvimento da atividade jornalística, tanto na prática como na teoria;

Charaudeau (2006) disserta acerca dos *saberes de crença* e dos *saberes de representações*; os primeiros resultam de uma atividade humana de explicar e comentar o mundo, a “fazer com que o mundo não mais exista por si mesmo, mas sim através de um olhar subjetivo que o sujeito lança sobre ele” (CHARAUDEAU, 2006, p.45).

Essas crenças inscrevem-se na dependência de sistemas de interpretação e procuram dar conta do mundo no que diz respeito à forma de proceder diante da regulação das práticas sociais, ao se produzirem normas efetivas de comportamento e discursos de representação forjados no âmbito social para avaliar tais comportamentos.

No cerne do circuito informativo, essas crenças são utilizadas para fazer com que o(s) *Outro(s)* comparta(m) os julgamentos sobre o mundo, o que cria uma relação de cumplicidade, já que uma informação a respeito de uma crença funciona como interpelação, quando o interlocutor toma posição com relação à avaliação que lhe é proposta, colocando-o em posição reativa³⁷.

No que tange às representações, destacamos a relação percepção-construção que o ser - humano mantém com a realidade e elabora certa categorização dela.

As representações, ao construírem uma organização do real através de imagens mentais transpostas em discurso ou em outras manifestações comportamentais dos indivíduos que vivem em sociedade, estão incluídas no real, ou mesmo dadas como se fossem o próprio real. Elas se baseiam na observação empírica das trocas sociais e fabricam um discurso de justificativa dessas trocas, produzindo-se um sistema de valores que se erige em forma de referência (CHARAUDEAU, 2006, p.47).

A elaboração de uma categorização do real revela um determinado metadiscurso, incrustado na relação de “desejabilidade” entre os grupos

³⁷Charaudeau (2006, p.46) afirma que a questão da interpelação do sujeito não ocorre necessariamente no caso de informações que se referem aos conhecimentos. Para ele, ao se dizer “Nova York é uma cidade estranha”, interpela-se duplamente o interlocutor: não só sobre o fato de ele conhecer ou não Nova York, mas também sobre a adesão ou rejeição à apreciação proposta.

sociais e suas experiências com o cotidiano e o tipo de comentário de inteligibilidade do real que é característica imanente deles.

Destarte, os usos e sentidos que os sujeitos jornalistas fazem da língua e das linguagens não são simplesmente acidentais, são portadoras de determinados valores e podem mobilizar universos de crenças susceptíveis de produzir diversas interpretações, pois parafraseando Pêcheux (1988), como o sentido de uma palavra não existe em si mesmo, só pode ser constituído em referência às condições de produção de um determinado enunciado e muda de acordo com a formação ideológica de quem o (re) produz, ou de quem o interpreta.

Na comunidade interpretativa, uma percepção explicativa possibilita que o sujeito enunciador forneça ao(s) enunciatário(s) “os argumentos para tornar inteligíveis os acontecimentos do mundo, ou seja, com fundamento na razão” (CHARAUDEAU, 2006, p.45). As astúcias da linguagem, a significação e os sentidos ganham vida no percurso que compreende o ir e vir entre emissão e recepção, possibilitando alguns efeitos de sentido dentro de uma mesma formação textual e discursiva, investida de ideologia e de usos da língua nem sempre acidentais.

O léxico peculiar pode justificar a interpretação corrente dos sujeitos-jornalistas acerca da sua atividade como eminentemente prática, não tão organizada, não rotinizada nem tampouco sistematizada. Essa interpretação, matéria intrínseca do imaginário da cultura dos jornalistas é perpassada pela metáfora do *faro* para as notícias, dentro do quadro de que os jornalistas possuem um determinado grau de autonomia relativa e o entendimento das notícias pode dar-se no interior de uma cultura jornalística.

O mundo oferecido aos leitores/espectadores é uma “imagem refratada” que passa através de um “prisma” – os valores-notícia da comunidade jornalística – tais como o novo, o fora de uso, o sensacional e o controverso. A política, através do prisma da notícia, é principalmente acerca da luta pelo poder, subordinada ao drama do conflito e da controvérsia, enlameada nas metáforas do campo de batalha e focada nos meios e não nos fins (PATTERSON, 1997 apud TRAQUINA, 2005, P.25).

O ritual jornalístico está encravado numa prática em que o que será

notícia depende do veículo de comunicação, não da natureza intrínseca do acontecimento e dos atores nele presentes; as notícias recebem um tratamento decorrente do meio de comunicação, que imprime suas marcas, suas intenções a partir de uma série de forças que atuam no fazer jornalístico.

Bourdieu (2004) assevera que o jornalismo pode ser um campo, um microcosmo dotado de leis próprias e que os sujeitos-jornalistas partilham estruturas invisíveis que organizam a percepção e determinam o que vemos e o que não vemos, teriam os jornalistas lentes especiais através das quais veriam determinadas coisas e não outras; esse olhar condicionaria a seleção, a tessitura e emissão do acontecimento – notícia.

Destarte relevamos a importância de dimensões como os sentimentos, inconsciente, os sentidos e o imaginário para a captação e uma compreensão do processo jornalístico, fato que dentro do conceito de comunidade ganha terreno e legitimidade, haja vista que estas são agregadoras de sensibilidades, estilos, rituais, repertórios iconográficos, idiosincrasias e registros proxêmicos, cujo imaginário está no domínio de uma possível “estética” e de uma ética na notícia.

Para Pierre Bourdieu (2004), o universo das ciências assim como o jornalístico é dividido, pletórico de conflitos, rivalidade e disputas, e seu pensamento vai ao encontro da idéia de que os produtos provenientes do jornalismo seriam muito mais semelhantes do que imaginamos, pois as tendências políticas dos meios de comunicação estão tornando-se cada vez mais evidentes, embora tentem esconder similaridades profundas.

A cobertura noticiosa pode sugerir um sistema de valores-notícia comuns entre as organizações e os sujeitos operantes dentro delas, pois como pode existir um sistema de proximidade, partilha de informações e observação do trabalho de outros sujeitos jornalistas, consultas e buscas às mesmas fontes oficiais de informações e de acontecimentos, podem compartilhar referentes comuns de enquadramento e significação³⁸.

Ainda que não estejam em contato direto com o acontecimento, para

³⁸Traquina (2005) afirma que diversas investigações foram levadas a cabo por estudiosos como Timothy Crouse (1972), Nimmo & Combs (1983) e Shields & Dunwoody, nas quais descobriram que os sujeitos-jornalistas se acompanham uns aos outros e compartilham informação com os concorrentes rotineiramente, o que em certa

Traquina (2005), os jornalistas podem confiar veementemente nos trabalhos uns dos outros, como uma prática institucionalizada para idéias de histórias e critérios noticiosos. Esse movimento traz uma notícia insular e auto-reforçadora, todavia, proporciona aos sujeitos-jornalistas um pouco de certeza para atuar num ambiente incerto e de escassez de detalhes acerca dos fatos-acontecimentos.

Acreditamos que a notícia é na sua gênese um artigo deteriorável, produzido no seio da atividade jornalística que estabelece uma relação de fetiche do sujeito-jornalista com o tempo e o espaço, já que o tempo pode determinar quem é competente e capaz de não ser dominado por ele, fato que produz certa obsessão com os segundos “que poucos fora da comunidade conseguem entender como racional” (TRAQUINA, 2005, p.28).

Pensar em uma comunidade interpretativa ou de imaginários é levar em consideração que estão perpassadas por variáveis locais, políticas e temporais e são estruturadas em sentimentos de identificação. Ponte (2006, p.123) valendo-se das contribuições de Cohen (1985) em referência ao estudioso Silverstone (1999, p.98-99), assevera que:

A característica essencial de uma comunidade é seus membros possuírem, ou pensarem que possuem, uma forma idêntica de sentir, seja sobre questões gerais ou sobre interesses específicos. Mais ainda, pensam que esse sentimento é diferente do experimentado pelos que estão de fora [...] o triunfo de uma comunidade é ser capaz de conter uma variedade de divergências internas que não põem em causa a coerência concreta expressa pelas suas fronteiras. A força deste argumento é a de que a similaridade e diferenças relativas não resultam de apreciações “objetivas”: é uma questão de sentimentos, uma questão que se situa nos próprios espíritos dos seus membros.

Levando em conta que as notícias são produtos de profissionais que compartilham uma maneira de ver, ter e agir no mundo comum, podem

medida evoca uma tendência a vários jornalistas cobrirem a mesma história da mesma maneira.

fazer parte de uma tribo interpretativa transnacional, e a cobertura noticiosa em países distintos pode apresentar e revelar semelhanças significativas porque seguem uma ordem discursiva no interior de um campo e de uma notícia construída como uma estória.

O *Clarín*, nosso objeto de investigação, possui correspondentes na cidade do Rio de Janeiro e Camboriú, o que pode condicionar os recortes que têm feito em relação ao Brasil e as formas como tem registrado, representado e enunciado os acontecimentos que fazem parte da nossa realidade social diante dos sujeitos-leitores-argentinos.

O fazer jornalístico emerge como uma atividade que concomitantemente pode construir e destruir por meio de articulações imagéticas, gramaticais e lexicais a “imagem-conceito” de outra nação diante de determinados sujeitos enunciatários, disso deriva a imprescindibilidade de compreender a produção noticiosa dentro de uma cultura, perpassada pela história e investida de ideologia.

1.12 O fazer noticioso e os Mitos da atividade jornalística

...como o fato aparece (no jornal), se ele é comprimido ou ampliado, se a perspectiva é do que sofre ou do que bate, todas essas escolhas são feitas por diversas pessoas que atuam na produção do jornalismo, construindo, à margem desse fato, outro fato.

Ciro Marcondes Filho

Há uma forma específica de agir inerente à prática jornalística, já que os sujeitos-jornalistas são homens e mulheres mais de ação que de reflexão diante dos acontecimentos e das notícias veiculadas; muitas vezes revelam e trazem à tona grandes problemáticas sociais norteadoras de micro e macro realidades. O pragmatismo marca tal atividade e está ligado com horas de fechamento e do valor que se dá ao imediatismo, à lógica do concreto.

Para Traquina (2005), a prioridade dada à ação em relação à reflexão, explica a dificuldade que os jornalistas têm em responder a uma pergunta tão central da sua atividade profissional – o que é notícia, ou seja, quais são os critérios de noticiabilidade que utilizam no processo

de produção das notícias. Dessa maneira, pensamos que o saber que permeia a atividade jornalística denota certa perspicácia jornalística, e a cultura jornalística propicia um elo entre o saber e o instinto do sujeito-jornalista.

Ainda conforme Traquina (2005), uma linguagem, uma forma de falar peculiar tem sido desenvolvida no mundo do jornalismo – o *jornalês*, que carrega como característica fundante a compreensão, a comunicação que transcende as fronteiras étnicas, de classe, políticas e sociais existentes numa sociedade, levando em conta a necessidade de um discurso que seja capaz de provocar o desejo de ser lido, visto ou ouvido.

O *jornalês* caracteriza-se pelo uso de frases curtas, sintaxe direta e econômica, palavras simples, concisão, linguagem metafórica para dramatizar o acontecimento, realismo gráfico, criação de ambientes que provoquem a sensação de que “*se está ali*”. Traquina (2005, p.47) afirma que “o formato jornalístico impõe uma estrutura nos acontecimentos” e está intimamente ligado a um saber de narração, compilação de informações em tempo útil e de modo interessante e sedutor.

As formas de ver e de enquadrar os acontecimentos trazem no seu bojo hábitos mentais, nos quais os valores-notícia privilegiariam uma visão bipolar do mundo, configurando um embate entre o bem e o mal, o pró e o contra, o natural e o artificial. A atividade jornalística está encravada nos acontecimentos e não nas problemáticas norteadoras da sociedade. Desse modo, os diferentes meios de comunicação, no afã de noticiar, formam um caleidoscópio de formas da realidade com “uma visão temporalmente limitada” (TRAQUINA, 2005, p.48).

Assim, essa maneira de ver o mundo está imbricada à seleção dos acontecimentos e à construção da notícia. Para Zanchetta (2004, p.54),

A seleção e os modos de apresentação do fato e de constituição textual seriam mediados por um código social consentido, regulador dos elementos da notícia. Se por um lado existe um gosto pelas notícias extraordinárias como as que reportam acidentes e crimes, configurando-se uma tendência à negatividade, por outro tais notícias acabam por requerer o que Van Dijk chama de “busca do equilíbrio”.

Como o sujeito-jornalista-enunciador utiliza determinados esque-

mas para a confecção das notícias, os sujeitos-enunciatários, nomeadamente leitores-expectadores, também lançariam mão dos mesmos esquemas para a compreensão das notícias, o que traz à tona dentro do processo cognitivo a intrincada conexão entre expectativas sociais e individuais. Os meios de comunicação, além de valorizar determinada percepção acerca dos acontecimentos, influenciam em grande escala os fatos e como eles ocorrem.

Como os sentidos não estão apenas no texto-imagem, senão na relação erigida entre destinatador e destinatário, quando os meios de comunicação engendram certos enquadramentos, podem desenhar um monstro e concomitantemente abrir espaço para o cunhar de um mocinho³⁹, haja vista a preocupação no evento em si e não em seu entorno social, em seu contexto sócio-histórico, em problemáticas investidas de personagens que antes de sujeitos-mediatizáveis são seres-humanos, por tanto complexos na sua gênese.

Traquina (2005) assevera que as notícias são um valor absoluto em que amiúde meios ilícitos podem ser necessários e que para além da dedicação à verdade exaltada na sua ideologia profissional, a dinâmica da concorrência leva ao encanto de outros mitos que circulam na sua cultura profissional, tal como o mito do “furo” e o da “grande estória”.

O mito do “furo” jornalístico – orgulho do jornalista ousado – está arraigado à cultura jornalística e alimenta os interesses dos sujeitos-jornalistas, pois pode proporcionar-lhes um deleite particular, grande prazer de um conquistador associado a um brilho profissional, prestígio que pode alavancar sua carreira profissional. Tony Schwartz (1985) afirma que o furo é um fenômeno extremamente raro porque a circulação de muitos grandes jornais diminuiu assustadoramente com o avanço da televisão e da internet, o que provocou uma reconfiguração dos jornais impressos no que se refere à apresentação de notícias em primeira mão.

Concomitantemente, o “furo” tem se convertido em um elemento agudizador da concorrência e o da grande estória, instante de glória,

³⁹ Isso ocorreu em quase todos os jornais estadunidenses quando Saddam Hussein foi capturado e o levantamento de um paralelo com o perseguido Osama Bin Laden. Do mesmo modo, ao lado da informação sobre a captura do ditador, era preciso aventar sobre o que seria feito dele (a perspectiva do julgamento) e comparar seu destino ao de outros ditadores (ZANCHETTA, 2004, p.54).

delírio profissional e sonho de uma vida; são vistos como uma fonte de inspiração que ajuda o jornalista a passar o tempo gasto processando estórias de rotina e ao mesmo tempo buscando uma produção para além da passividade, já que os sujeitos-jornalistas são ativos na construção e representação da realidade social⁴⁰.

Há outros mitos que, de acordo com Traquina (2005), circunscrevem a atividade jornalística; um deles é o jornalismo como “aventura”, quando a figura do repórter é evocada, já que se converte em testemunha ocular do acontecimento, da história em devir.

Elliott (1978), citado por Nelson Traquina (2005), afirma que os repórteres foram transformados num mito coletivo no qual representam o indivíduo na sociedade de massas, apto a mobilizar o poder da imprensa para corrigir a injustiça. Dentro dessa dimensão mitológica, a figura do jornalista também liga-se a um “grande repórter”, o correspondente de guerra, ou correspondente estrangeiro. Traquina (2005), na esteira de Elliott (1978), assevera que a história do jornalismo tem sido escrita em grande parte como a biografia de grandes nomes que deixaram suas marcas na profissão.

Outro mito que percorre a atividade e produção jornalística é a do jornalista como “detetive”, aquele que engendra uma busca metafísica e fugaz pela verdade, como se fosse um *voyer*, um bisbilhoteiro, fora da lei; no encontro entre o detetive e o repórter é que emerge o jornalismo de investigação que na década de 1970 deixou sinais que ainda influenciam o jornalismo dentro e fora dos Estados Unidos. Para Tony Schwartz (1985), como os jornais impressos perderam seu lugar no que se relaciona à transmissão de notícias em primeira mão, eles agora concentram-se no jornalismo de investigação, editoriais, comentários e críticas. “A primeira página de um jornal torna-se quase obsoleta frente às notícias transmitidas pelo rádio e TV” (SCHWARTZ, 1985, P.76).

Esse sujeito-jornalista-detetive é uma figura contemporânea marcada pela caça. Para Traquina (2005, p.58), “o mito do jornalista caçador invade toda sua cultura profissional: o jornalista vai atrás do acon-

⁴⁰No filme *His Girl Friday* há, segundo Traquina uma versão bem satírica da obsessão dos jornalistas pelo “furo”: Hildy Jhonson é levada a esquecer o trem, o futuro marido, e a vida normal em nome do “furo” e do mito da “grande estória”, isto é, a cobertura de um “mega-acontecimento” que poderia ser o momento alto da carreira profissional (2005, p.55-56).

tecimento, vai atrás da notícia, fura as aparências, revela a verdade, caça a presa”.

Entretanto, é necessário apontar que suas relações com as fontes é fulcral para o desenvolvimento da atividade de seleção e produção de notícias, que se dá por meio de rondas regulares a fontes de informações reconhecidas e que possui interesses próprios em tornar as informações disponíveis aos sujeitos – receptores⁴¹. Tais relações estão emaranhadas e (re) cortadas pelos critérios de noticiabilidade, nomeadamente valores-notícia, do que pode e deve ser dito e do que não pode e não deve ser dito dentro de certas condições de produção.

1.13 Valores-Notícia na produção noticiosa

Será notícia aquilo que, considerado pertinente pela cultura profissional dos jornalistas, seja susceptível de ser trabalhado sem demasiadas alterações ou subversões do ciclo de produção.

Mauro Wolf

Diferentemente da idéia de que as notícias amiúde pautam apenas o que é inesperado, ou pelo teor “negativo” do acontecimento que será “transformado” em notícia, os valores-notícia podem funcionar como uma estrutura de retaguarda social, escondida e complexa e requerem um saber consensual em relação ao mundo e à realidade social.

Assim como a linguagem, os valores-notícia são uma estrutura opaca em sua gênese e possuem critérios gerais que versam sobre a sociedade enquanto consenso, um sentido e integração de ordem variando segundo formato, natureza das fontes e fatores de organização tal como o suporte informativo e sua periodicidade.

Para Traquina (2005), a compreensão histórica do jornalismo pode ajudar-nos a entender a importância das qualidades duradouras das notícias; ele acredita que os valores-notícia mudaram muito pouco ao longo da história. Na esteira de Stephens (1988), o investigador português

⁴¹Elliott (1978) citado por Traquina (2005, p.58), afirma que o jornalismo é de muitas maneiras mais parecido com a agricultura sedentária do que com a caça e a busca da presa; diz que tal como na agricultura, nada é inteiramente previsível na atividade jornalística.

afirma que as qualidades duradouras das notícias são o atual, o insólito, o extraordinário, a figura proeminente, a morte, a guerra, a calamidade, a ilegalidade.

Se remontarmos a 1600, quando ainda não existiam periódicos diários, perceberemos que predominava uma circulação de informações por meio das chamadas “folhas volantes”, que se debruçavam sobre um único tema e não eram publicações regulares; traziam informações, porém, sobretudo interpretações religiosas e avisos moralistas.

As Folhas Volantes apareceram no século XVII na Inglaterra, mas em Veneza, um século antes já houvera registro de sua publicação; na Cidade do México em 1541 houve a publicação de uma folha, o que mostra que sua produção não se restringiu à Europa. Traquina (2005) conta que em 1616⁴² foram publicadas vinte cinco Folhas Volantes e que um terço delas dedicou-se a coberturas acerca de assassinatos enquanto outro terço noticiou a vida das celebridades.

Na era das Folhas Volantes deu-se mais relevância às catástrofes, aos milagres, abominações e acontecimentos bizarros⁴³; vários fatos que eram transformados em notícias carregavam no seu bojo interpretações eivadas de sinais divinos contra os pecados do povo de Deus na Inglaterra. A conduta dos heróis, uma batalha naval, eram assuntos que mereciam um espaço nas folhas, principalmente se eram sobre acontecimentos internacionais aos quais o povo inglês não tinha acesso.

Afirma Nelson Traquina (2005) que um valor notícia bastante presente na época era *o insólito*, acontecimentos que causavam espanto, horror, surpresa, profunda maravilha, como se a produção noticiosa das Folhas Volantes estivesse calcada na qualidade do extraordinário, prodigioso e sensacional.

Outro valor era a *noticiabilidade* do ator protagonista do acontecimento, as palavras, as ações das pessoas importantes, as crônicas, as andanças das personalidades da “elite”. Havia um deslumbramento com os homicídios e enforcamentos de assassinos, que se tornavam notícias

⁴²Em 1616 não houve qualquer notícia acerca da morte de Shakespeare, uma única referência na imprensa da sua época foi numa balada que comenta a morte da Rainha Isabel em 1603 (TRAQUINA, 2005, p.64).

⁴³O nascimento de um porco de duas cabeças, por exemplo, se convertia em notícia, entretanto visto como sinal da raiva de Deus em relação às atrocidades, aos pecados dos habitantes da Inglaterra. (Ibidem)

em forma de relato em primeira pessoa⁴⁴ figurando arrependimento dos assassinos que esperavam pela morte.

Os milagres e as feiticeiras também eram acontecimentos vistos como noticiáveis; os cometas eram um sinal divino de presságio; o aparecimento de monstros assim como de crianças nascidas com deficiências e as metamorfoses pelas quais alguns feiticeiros submetiam-se, passavam a fazer parte do imaginário noticioso e tornavam-se assuntos recorrentes nas folhas volantes.

Se no início do século XVII predominavam as Folhas Volantes, nas suas últimas décadas começaram a surgir os primeiros jornais na Alemanha, Inglaterra, Portugal e França. Traquina (2005), diz que ao longo do século XVIII, publicações periódicas como os jornais impressos estiveram sob o domínio do pólo político e eram tidos como uma arma política até o surgimento da “*penny press*” na década de 30 do século XIX. Alguns periódicos davam mais ênfase às questões locais, outros apresentavam histórias de interesse humano, reportagens sensacionalistas de fatos surpreendentes.

A partir dessa incipiente passagem pela história dos valores-notícia⁴⁵ na imprensa escrita pretendemos esboçar quais valores-notícia são vigentes nas formações noticiosas do jornalismo impresso na contemporaneidade já que compreendemos que todo “novo” trará no seu ventre elementos residuais e emergentes, ou seja, constituir-se-á a partir de um referencial anterior dentro de configurações distintas.

Primeiro com Galtung e Ruger nos anos 60 a respeito da cobertura de crises políticas internacionais e em resposta à pergunta “como é que os acontecimentos se tornam notícia?”, e mais adiante a partir das reflexões do pesquisador português Nelson Traquina (2005), vamos perfilar as reflexões que têm sido feitas em relação aos valores-notícia na produção jornalística, pois podemos compreender, ou esboçar possibi-

⁴⁴As lamentações melódicas dos assassinos eram tão conhecidas que passaram a ter o nome de “*hanging tune*” – a cantiga do enforcamento (Ibidem, Idem).

⁴⁵Herbert Gans (1979) levou a cabo uma investigação acerca dos três principais telejornais de três importantes cadeias norte-americanas (CBS, ABC e NBC) e as revistas de informação *Newsweek* e *Time* com o intuito de demonstrar a importância do valor-notícia “*notoriedade*” do ator principal do acontecimento, ou seja, a proeminência do ator (TRAQUINA, 2005, p.68). Pensamos que tal fato abre a pertinência de um desenho a respeito do que é notícia e dos critérios de noticiabilidade na contemporaneidade.

lidades de entendimento do porquê termos certas notícias nos meios de comunicação e não outras.

1.14 Categorias dos Valores-notícia

Revelar o modo como as notícias são produzidas é mais do que a chave para compreender o seu significado, é contribuir para o aperfeiçoamento democrático da sociedade.

Felipe Pena

Galtung e Ruge (1965 e 1993), citados por Traquina (2005) e por Ponte (2005), identificaram de forma exaustiva e sistemática os valores-notícia que a comunidade interpretativa utiliza e leva a cabo no seu trabalho diário; parece-nos relevante destacar os fatores que influem no fluxo de notícias, a linguagem dos sujeitos-jornalistas, considerando características como a frequência, significância, consonância, clareza, amplitude, imprevisibilidade, complementaridade e continuidade, aspectos que variam muito pouco em relação às culturas e eixos estruturadores do mundo a partir de certas condições de produção, da circulação e da política de mercado.

A *frequência* está relacionada com o tempo necessário para que um evento/acontecimento tenha visibilidade e adquira significado; é um critério que está intrinsecamente ligado e pautado por um imaginário de criação de um sentido de atualidade, do *aqui* e do *agora* com o auditório, com os sujeitos-enunciatários. Tende-se a fazer uma cobertura que centra o evento em si e sua constituição como fatalidade, oculta:

[...] a contextualização espacial e a indexicalidade não apenas a fatores de ordem social e econômica, mas também à ausência de solidariedade. Interpreta essa cobertura dentro dos quadros da cultura jornalística: desigualdade da cobertura geográfica, negatividade, consonância de imagens de fome com a imagem mental desse espaço *outro*, manifestação das regras da clareza e da simplicidade, qualidades de qualquer notícia para consumo imediato, digamos da sua *naturalização* e da sua *reificação* (PONTE, 2005, p.196).

Amplitude e a *clareza* são características ligadas à facilitação de percepções já que ouvimos e vemos melhor aquilo que se mostra de forma mais intensa e diferente nos seus entornos; a *amplitude* está relacionada com mecanismos de afinidade cultural, de distanciamento e entre conteúdo e forma, os sujeitos-jornalistas primam pelo mais violento ou negativo, enquanto a *clareza*, para Cristina Ponte (2005), está relacionada à ausência de condicionantes, adversativas ou concessivas na apresentação de uma história com fatos claros e fontes explícitas.

Nesse quadro, a *simplificação* emerge como critério geral de noticiabilidade, pois assegura uma clareza aparente do controle da diversidade de possíveis interpretações, da eleição de um enquadramento e de um foco em nível de escritura e de imagens. Assim, a clareza aparece como uma tentativa de redução da polissemia inerente ao texto noticioso, à sua significação. Traquina (2005) assevera que é preferível um acontecimento com uma interpretação clara, livre de ambigüidade no seu significado, ao que é altamente ambíguo⁴⁶.

Significância-proximidade e interesses evidenciam a interpretação do acontecimento num quadro cultural do sujeito-leitor-ouvinte eivado e organizado por critérios de *relevância* e *etnocentrismo*. Enquanto aquela traduz significados que interessam ao auditório, esse assegura um quadro de proximidade cultural por uma maior atenção ao familiar, ao corrente, ao cotidiano.

Mauro Wolf (1985) citado por Ponte (2005), afirma que a significância constitui o alicerce de critérios substantivos articulados ao redor da importância e do interesse da notícia.

A *importância* enfatiza a dimensão coletiva do fato e Wolf (1985) destaca algumas variáveis, a saber:

⁴⁶Reiteramos na esteira de Orlandi (2007), que o(s) sujeito(s) cria(m) um ideal de completude, participando do imaginário de um sujeito mestre de suas palavras: ele determina o que diz; entretanto pensamos que esse sujeito é também determinado pela exterioridade na relação com os sentidos, o que mostra que mesmo com todo o esforço engendrado com o objetivo de “fechar” um quadro de interpretação, a opacidade se fará ver na/pela linguagem-discurso, uma vez que não há um sentido prévio, único, fixo e irreduzível, senão um sentido instituído historicamente na relação do sujeito com a língua e que faz parte das condições de produção do discurso. Isso mostra que por mais que o sujeito-jornalista tenha a sensação de “dominar” os sentidos, esses dar-se-ão na relação entre sujeitos - interlocutores, e não está simplesmente nas palavras.

- 1) Releva o grau e o nível hierárquico dos indivíduos nele envolvidos;
- 2) O impacto sobre o país e o interesse nacional;
- 3) A quantidade de pessoas envolvidas;
- 4) A relevância do acontecimento quanto à evolução de uma determinada situação.

O *interesse* do acontecimento está mais aberto à subjetividade e julga como interessantes as notícias que buscam dar uma interpretação do fato calcada no interesse humano, procurando o insólito, as pequenas curiosidades, o que pode atrair a atenção dos sujeitos-receptores.

A *consonância* está encravada na compatibilidade entre o que se percebe e o que se deseja perceber, e está imbricada na ordem do desejo e da previsão; esta de dimensão cognitiva, construtora de um roteiro mental que pode facilitar a recepção e o registro do evento, ao passo que aquele é de dimensão normativa. A notícia se converte numa expectativa do que recebamos e desejamos ao mesmo tempo, mobiliza um(s) sentido(s) de coerência num mundo de experiências aparentemente caóticas e de desordem da ordem social que se manifesta nos textos jornalísticos e logo nos discursos.

Ponte (2005) assegura que essas expectativas, sejam elas do âmbito cognitivo ou normativo, são necessárias ao reconhecimento de uma ocorrência; se ela estiver muito afastada de enquadramentos ou não for neles enquadrável dificilmente tornar-se-á notícia.

Os processos de consonância podem ser percebidos na combinação entre interpretação e percepção de um acontecimento, fatores intrinsecamente ligados à construção social da realidade e à teoria dos modelos cognitivos que funcionam a partir da associação da memória episódica e pessoal à coletiva e social. Para Traquina (2005), a consonância conecta o fato selecionado a uma pré-imagem mental em que o “novo” fato é construído em função de uma “velha” imagem, ou seja, de uma narrativa que já existe, velha.

A *imprevisibilidade* é um valor-notícia relacionado com o inesperado, pois o que acontece de forma rotinizada, repetitiva e em intervalos curtos não prende, nem atrai a atenção; o inesperado pode provocar

fascínio da emissão à recepção e está imbricado no campo do *dito* a um atributo de raridade, de raro. Afirmo Traquina (2005) que a idéia reside na insuficiência para um acontecimento ser culturalmente significativo e consonante se este não trouxer características de ruptura à ordem.

Estes dois componentes (inesperado e raro) permitem separar aquilo que é da ordem do não controlado pelos seus agentes diretos e para eles inesperado (como nos acidentes), e que se apresenta como raro e insólito mas passível de ser aceito como verossímil, apesar da extrema improbabilidade de ocorrência, como nos acontecimentos de surpresa máxima (serendipity) (PONTE, 2005, p.209).

O *inesperado* segundo nosso ponto de vista não remete somente aos fatos que “fogem do controle”, produzidos à margem dos sujeitos-jornalistas, está também numa relação com o que é novidade, à capacidade de surpreender, diferenciar-se da concorrência e marcar pontos dentro da audiência, do consumo do produto noticioso e que consiga fazer-se circular entre interlocutores nas suas diversas mediações sócio-culturais.

Continuidade e complementaridade apontam para uma idéia de conservação, ou seja, como uma notícia tende a permanecer em agenda ainda que a amplitude seja drasticamente reduzida; Ponte (2005) defende que a *complementaridade* estimula a diversidade e o equilíbrio no conjunto perceptivo e são capazes de mobilizar o sujeito-leitor não o saturando, mas garantindo a sua atenção pela variedade de “paisagens informativas”⁴⁷.

A imagem do jornal é construída a partir de recorrentes características, assim como segundo as percepções profissionais dos sujeitos-jornalistas, e está arrolada com a continuidade, concorrência, auto-referência, consonância; as representações culturais de acontecimentos e

⁴⁷Traquina ao citar Galtung e Ruge arremata ao exemplificar: “Imagine-se que o editor de uma estação de radiodifusão, num dia preciso, tem apenas notícias do estrangeiro e só de certo tipo. Alguns minutos antes de entrar no ar, recebe algumas notícias domésticas insignificantes e algumas notícias do estrangeiro de um gênero diferente. Argumenta Traquina (2005) que o valor-notícia mínimo necessário para estas notícias será muito mais baixo do que teria sido de outro modo, devido a um desejo de apresentar um todo “equilibrado”. É o valor notícia de composição (2005, p.71-72).

ocorrências que corroboram a construção das rubricas com que cada meio de comunicação apresenta-se ao auditório e para a constituição da sua imagem como um mosaico.

Os próximos valores-notícia que vamos apresentar no bojo de Ponte (2005) a partir das reflexões dos noruegueses Galtung e Ruge (1993), são justificados pela sua influência social e cultural em diferentes níveis dentro do processo noticioso de produção (*relação com as elites, personalização, negatividade*).

Não nos parece raro que as composições da “elite” em nível de nações ou de pessoas façam parte das notícias que temos nos meios de comunicação. A *relação com as elites* é um valor caracterizado pela centração⁴⁸ em pessoas e países e no que suas ações podem acarretar e provocar, sendo o acontecimento visto como de conseqüência de suas atitudes e ações.

A *Personalização* reside e resiste ao tempo e aos câmbios que têm ocorrido nos meios de comunicação, sobretudo com o predomínio do áudio-visual; a apresentação dos sujeitos estaria enraizada nos imaginários de conhecimento da/na história. Galtung e Ruge(1993) citados por Ponte (2005), propuseram cinco explicações para essa proximidade, a saber:

- 1) *Idealismo cultural*: O sujeito-adulto é dono do seu próprio destino;
- 2) *Necessidade de significado e identificação*: Acontece por meio de empatias e projeções, sendo negativas ou positivas;
- 3) *Frequência*: A conseqüência da frequência reside no fato das ações das pessoas adaptarem-se melhor à mancha temporal dos fatos midiáticos que às variações estruturais;
- 4) *Concentração de elites*: algumas vozes são enunciadas em detrimento de outras, privilegiando pessoas e nações no acontecimen-

⁴⁸Claro que é necessário levar em conta que a disputa pelo espaço público de nações não-elites se acentuaram a partir dos anos 70, embora a apresentação das notícias haja privilegiado determinadas vozes em detrimento de outras e o processo discursivo do *apagamento* e concentração de uma única categoria de vozes seja uma das tônicas da/na produção noticiosa.

to midiático; Traquina (2005) reclassifica esse valor, chamando-o de *notoriedade do autor*.

5) *Adaptação* às técnicas contemporâneas de coleta e apresentação de informações no que se refere ao texto e à imagem

Assim o valor notícia de personificação indica um tratamento em termos pessoais, muito mais que conceitos, generalizações ou processos; a obsessão com pessoas pode servir de paliativo para contornar e desvirtuar discussões sérias de cunho e fatores econômicos e políticos que subjazem,

[...] atuando como um aspecto de uma ideologia hegemônica de representação. Não basta que existam pessoas, é preciso que correspondam e se adequem ao molde cultural com que são pensadas

(PONTE, 2005, p.213).

A *negatividade* ganha espaço no circuito noticioso já que pode satisfazer mais que a positividade ao critério de *freqüência*; Ponte (2005) argumenta que a assimetria básica da vida converte o positivo mais difícil e exige mais tempo, enquanto a negatividade pode ser mais consoante e menos ambígua no sentido de ser reconhecida e percebida no social, pelos sujeitos-telespectadores-leitores.

Van Dijk (1988), citado por Ponte (2005), afirma que a negatividade desempenha um papel central no processamento da informação cognitiva, emocional e social dos sujeitos-leitores, pois a novidade pressupõe a existência de um conhecimento prévio e o desvio, a negatividade, exige reconhecimento e conformidade da positividade.

A negatividade pode ser apreciada como expressão dos nossos próprios receios e medos; o sofrimento dos outros pode trazer tanto alívio como tensão. Dessa forma a problemática da negatividade pode estar vinculada à psicanálise.

Liga assim modelos de ocorrências negativas a esquemas de autodefesa, em que o fascínio por tudo o que é maligno constitui uma preparação efetiva para uma ação de evasão ou de proteção. Considera ainda que, em termos cognitivos,

este processamento da informação se assemelha a uma simulação geral de possíveis ocorrências na nossa própria vida, e sublinha que, quando envolve quadros de desvio social proporciona aos membros de um grupo informação sobre os *outros* que ajudam a definir e a confirmar a sua própria identidade” (VAN DIJK, 1988 apud PONTE, 2005, p.214).

Todos esses critérios de noticiabilidade ou valores-notícia não são puros, estão entrecruzados, perpassados, e é bastante difícil traçar uma classificação totalizante deles. As abordagens, assim como as pesquisas em relação aos valores notícias têm sido (pre)ocupação de vários estudiosos do jornalismo; Nelson Traquina (2005) afirma que ademais de Galtung e Ruge⁴⁹, diversos estudiosos têm se debruçado nos valores-notícia e a partir de outros olhares e referencial têm aportado novas formas de compreender que aspectos levam à emissão de uma notícia em detrimento de outras e os limites entre o que é dito e o que não é dito na produção de textos-notícia.

Nesse sentido queremos destacar outros valores que são importantes para que compreendamos por que as notícias são como são, porque temos as notícias que temos e não outras. Ademais do que já expusemos, nos parece pertinente enfatizar e destacar a *polêmica*, a *simplificação*, a *dramatização* e a *infração*.

A *simplificação* é apresentada como um fato, um acontecimento deve e pode ser reconhecível como significativo e de natureza polisêmica; a *dramatização* está ligada à personificação, onde os acontecimentos são tratados (e retratados) a partir de personalidades-chave envolvidas naquilo que provocou o desencadeamento do acontecimento.

A *infração* encontra-se na aversão, má gestão ou comportamento reprovável socialmente; Traquina (2005, p.76) escreve que:

[...] o policiamento da sociedade assume diversas formas e leva a comunidade jornalística a focar a sua atenção so-

⁴⁹Ericson, Baranek e Chan (1987), pesquisadores canadenses, desenvolveram outros valores-notícia; eles afirmam que “os critérios de noticiabilidade são múltiplos, entrecruzados e que não são imperativos senão elementos que ajudam os jornalistas a reconhecer a importância dos acontecimentos, a proceder a escolhas dentre as alternativas, e a considerar as escolhas a fazer” (TRAQUINA, 2005, p.73).

bre a corrupção, os procedimentos legais, os direitos humanos. Envolve os jornalistas numa política de “policia-mento informativo”, através da obtenção de revelações de informação que contribuem para a credibilidade pública.

Assim, qualquer contexto que sugerisse impropriedade política, corrupção ou mau uso da máquina pública poderia ser julgado como digno de cobertura; ações arbitrárias no exercício de cargos públicos são relevantes enquanto critério de noticiabilidade já que implicam considerar aqueles que os meios de comunicação acreditam ofender os sujeitos-cidadãos e a vida cotidiana tanto numa estrutura micro quanto macro.

A *polêmica* é um valor-notícia⁵⁰ identificado por Cristina Ponte (2005); para ela é relevante na medida em que cobre as matérias de agenda pública, no interior da esfera da controvérsia.

É na disputa entre o que não é ainda legal, mas se pode discutir enquanto probabilidade do vir a ser que um conjunto de temas de agenda pública são capazes de constituir notícia pelo seu caráter polêmico, ainda que com as dificuldades de tratamento por formatos curtos, orientação para eventos e para histórias personalizadas (PONTE, 2005, p. 215).

A *dramatização* é critério de noticiabilidade na medida em que depende do reconhecimento de como um acontecimento pode ser visualizado e enquadrado, sinalizando um desenvolvimento dramático como numa cena, num espetáculo em que há personagens, enredo, espaço, tempo, clímax e interação entre os agentes sociais envolvidos.

Ademais, Nelson Traquina (2005) na vala comum de investigadores como Galtung e Ruge, Ericson, Baranek e Chan (1987) – que têm estudado a questão dos valores-notícias na sociedade coeva – elaborou

⁵⁰Zanchetta (2004) desenvolve, no bojo de Erbolato (1991), uma lista de características que fazem sobressair determinados episódios em lugar de outros nas páginas dos jornais. Segundo o autor são elas: *Proximidade, impacto, celebridade e culto aos heróis, aventura e conflito, conseqüências, humor, raridade e originalidade, progresso, sexo e idade, interesse humano, importância, rivalidade, utilidade, oportunidade, dinheiro, expectativa ou suspense, confidências*. Zanchetta afirma que esses aspectos ajudam os sujeitos-jornalistas a situarem certos processos noticiosos com os quais convivem e têm como algo pré-determinado de assuntos que se tornarão notícia (ZANCHETTA, 2004, p.56-57-58-59).

duas categorias distintas de valores-notícia que nos parecem interessantes para a compreensão da produção noticiosa e a relação entre o que é *dito* e o que não é *dito* no jornalismo impresso e noutros meios de comunicação.

1.15 Valores-notícia na perspectiva de Nelson Traquina

Dentro da complexidade dos sujeitos da contemporaneidade vemos especialmente os jornalistas nalguns espectros norteadores da sua atividade – a procura do acontecimento, do fato passível de veiculação, e ao final a produção, a confecção, a tessitura noticiosa – numa interioridade organizacional em que diversas forças atuam e norteiam o fazer jornalístico.

Nesse contexto e depois de circular pelas várias teorias que tentam explicar o porquê de termos determinadas notícias e não outras, e dos valores-notícia que têm circunscrito a produção jornalística impressa, nós, na perspectiva de Nelson Traquina (2005), julgamos como fulcral um ponto peculiar da problemática dos valores-notícia que leve em conta o fato de que os sujeitos-jornalistas têm óculos particulares por meio dos quais vêem e dão relevância a determinados acontecimentos em detrimento de outros e circulam dentro de valores de seleção e de construção dos temas e dos acontecimentos selecionados.

Destarte Traquina (2005) aponta para uma série de valores que de certo modo conquistaram o consenso da comunidade interpretativa e circulam (não de forma pura) dentro da produção noticiosa, a saber: *notoriedade, proximidade, novidade, tempo, notabilidade, inesperado, infração, controvérsia* ou *conflito* e *escândalo* são alguns critérios substantivos norteadores da seleção e da construção das notícias⁵¹.

Daniel Hallin (1986) citado por Traquina (2005), afirma que é importante imaginar o mundo dos sujeitos-jornalistas dividido em três

⁵¹Não nos aprofundaremos nos critérios substantivos para evitar uma repetição desnecessária já que muitos desses critérios constam dos itens anteriores – “Valor notícia na produção noticiosa, categorias dos valores-notícia e os valores-notícia na perspectiva de Nelson Traquina” – pois, não há um consenso totalizante entre os critérios de noticiabilidade e os investigadores do Jornalismo Impresso.

regiões, cada qual relacionada à aplicação de distintos paradigmas jornalísticos, nomeadamente:

- 1) *Esfera do consenso social* – região em que se encontram valores consensuais da nossa sociedade - liberdade, pátria e maternidade. Nessa esfera os sujeitos-jornalistas sentem a necessidade de apresentar pontos de vista opostos e amiúde atuam como se lhes fosse outorgada a responsabilidade e função de protetores cerimoniais e advogados de valores de consenso⁵².
- 2) *Esfera de controvérsia* – impera a objetividade na prática jornalística; o equilíbrio e a neutralidade são características essenciais e reinantes.
- 3) *Esfera de desvio* – para além da esfera de legítima controvérsia e do consenso, estão os agentes sociais (sujeitos) e os pontos de vista políticos que tanto sujeitos-jornalistas como os valores dominantes caracterizam como marginais; assim os meios de comunicação:

“[...] desempenham o papel de expor, condenar ou excluir da agenda pública os que violam ou desafiam os valores de consenso, e apóiam a distinção consensual entre atividade política legítima e ilegítima” (TRAQUINA, 2005, p.87-88).

Mauro Wolf, académico italiano é, segundo Traquina (2005), quem sinalizou que os valores-notícia estão presentes ao longo do processo de produção jornalística e estabeleceu a distinção entre valores-notícia de *seleção* e de *construção*, que versam dentro de valores substantivos de escolha.

Os critérios de *seleção* estão inscritos no interior de critérios de escolha em que os sujeitos-jornalistas decidem entre um acontecimento

⁵²Podemos observar como esta função se dá em casos recentes como a morte da garota Isabella Nardoni e o caso do seqüestro em Santo André-São Paulo-Brasil que resultou na morte da jovem Eloá Pimentel em outubro/2008. Nesse mega-acontecimento a imprensa fez uma cobertura 24 horas do fato durante quase cinco dias de negociações entre a polícia e o possível seqüestrador.

digno de converter-se em notícia e “se olvida” de outros. Dessa maneira, Wolf citado por Traquina (2005, p.78)⁵³ faz a seguinte divisão:

- a) Os *critérios substantivos* – respeitam à avaliação direta do acontecimento em termos da sua importância ou interesse como notícia;
- b) Os *critérios contextuais* – dizem respeito às condições de produção das notícias; são valores que funcionam como linhas-guia para a apresentação do material, sugerindo o que deve ser realçado, o que deve ser omitido, o que deve ser prioritário na construção do acontecimento como notícia.

Para o pesquisador português Nelson Traquina (2005), onde houver morte haverá um jornalista, pois a morte é um valor-notícia crucial para a tribo jornalística, e um dos motivos que explica o negativismo do mundo noticioso apresentado todos os dias nos jornais, na televisão, no rádio e na internet.

1.15.1 Critérios Substantivos

Ao tratar dos critérios substantivos, Traquina (2005) acredita que todos um dia serão notícia pelo menos uma vez na vida, e que isso dependerá da *notoriedade* como ator principal do fato, característica que para ele é um valor-notícia presente na comunidade jornalística. Do mesmo modo como no período das folhas volantes, a importância hierárquica dos indivíduos envolvidos em acontecimentos tinha valores enquanto notícia possível.

Ademais, Traquina (2005), traz à tona alguns valores-notícia que já foram citados nesta dissertação, a saber: *Proximidade, relevância, novidade, tempo, notabilidade, inesperado, conflito ou controvérsia, infração* e não nos parece pertinente retomá-los novamente nesse momento já que foram enunciados anteriormente.

Para entender as notícias que temos é fundamental que busquemos suas condições de produção, seu contexto sócio-histórico e o papel dos sujeitos que “aparecem” nos textos e nos discursos noticiosos.

⁵³Traquina (2005) arremata ao afirmar que muitos dos valores que foram estudados por Galtung e Ruge vão aparecer na sua lista de valores, mas enquadrados em outras classificações e com uma roupagem diferente nalguns aspectos.

1.15.2 Critérios contextuais nos Valores notícia

No que tange aos critérios contextuais de valores-notícias, Traquina (2005) destaca a *disponibilidade*, o *equilíbrio*, a *visualidade*, a *concorrência* e o *dia noticioso*.

A *disponibilidade* é, para Traquina (2005), a facilidade de levar a cabo uma cobertura jornalística do acontecimento, haja vista a impossibilidade de ir a todos os lugares e cobrir todos os acontecimentos com o envio de um jornalista, algo que exige um dispêndio que precisa ser justificado para a cobertura.

O *equilíbrio* está imbricado com a quantidade das notícias acerca de um mesmo acontecimento ou assunto que já foi veiculado e existiu durante um tempo como produto informativo de uma empresa jornalística. Dessa forma, para os sujeitos-jornalistas um evento pode não ter valor-notícia simplesmente porque já fora noticiado num curto espaço de tempo.

A *visualidade* refere-se aos elementos visuais, tal como filmes e fotografias, cruciais no jornalismo televisivo já que ajuda na explicação da presença de notícias sobre desastres, ou seja, acontecimentos negativos. A existência de boas imagens é determinante na seleção de um acontecimento como passível de ser noticiado ou coberto pelo meio de comunicação.

No que se refere à *concorrência*, Traquina (2005) afirma que cada empresa tem seus concorrentes de estimação e que “o mundo dos jornalistas é um mundo dividido em que há conflitos, concorrências, hostilidades” (BOURDIEU, 1997, p.16 apud TRAQUINA, 2005, p.89).

O encontro do “furo” jornalístico, da exclusividade, dá um valor-notícia maior ao acontecimento e corrobora a idéia de que a comunidade jornalística anda em grupo, como em uma matilha, seguindo-se uns aos outros na busca infrutuosa pelo acontecimento, pelo fato, pelo que a concorrência (não) tem ou (não) pode ter como produto noticiável.

Para ser o primeiro a ver alguma coisa, o jornalista está mais ou menos disposto a tudo e, como os jornalistas se copiam mutuamente cada um deles para ultrapassar os outros, para fazer primeiro que os outros, ou para fazer de modo diferente dos outros, acabam por fazer a mesma coisa (BOURDIEU, 1997, p.13 apud TRAQUINA, 2005, p.90).

Neste subgrupo de valores destacamos por último o *dia noticioso*; vinculado à concorrência que há entre acontecimentos no que tange à quantidade de valor-notícia presente nele e ao fato de que existem dias pobres e ricos em valores; Traquina (2005) disserta que o mês de agosto (período de férias em Portugal), é uma temporada propícia às “Silly season”⁵⁴, na qual fatos com pouca noticiabilidade logram converter-se em notícia de primeira página pelo fato de serem dias pobres em eventos ou acontecimentos com valor-notícia.

Nessa direção, um acontecimento agendado, planejado, tal como uma conferência de um Presidente da República pode suceder no dia em que explode um *mega-acontecimento*⁵⁵, como o ataque contra as torres do *World Trade Center*, por uma grande chacina ou seqüestro relâmpago, assim como a queda de uma ponte ou o assassinato de empresários, políticos fora do seu país de origem. A conferência pode perder em nível de valor-notícia e ceder espaço à emissão dos outros fatos como os que acima foram citados.

1.15.3 Valor-notícia de construção e a Organização noticiosa

Os critérios de noticiabilidade dentro de critérios de construção estão inscritos e são explicados a partir de uma seleção de elementos que no interior de um acontecimento são dignos de aparecerem na elaboração, a saber, na produção e confecção da notícia. A organização jornalística, mais especificamente sua política editorial pode influenciar diretamente na seleção dos acontecimentos de várias maneiras.

[...] influencia a disposição dos recursos da organização e a própria existência de espaços específicos dentro do produto jornalístico através da sua política de suplementos e, sobretudo de rubricas. A criação de espaços regulares, como su-

⁵⁴Para Traquina (2005, p.90) “Temporada da Bobagem” no Brasil e em Portugal, “Temporada da Parvoíce”. Diferentemente de Portugal e países da Europa em que as férias escolares são em agosto, no Brasil elas se dão em julho.

⁵⁵Um mega-acontecimento seria um protótipo de acontecimento; para Traquina (2005, p.97) “arrebenta nas redações jornalísticas e provoca uma alteração completa na rotina, como uma nova primeira página, boletins de notícias, uma interrupção prolongada da programação normal”, tal como o acidente e morte da princesa Diana, os primeiros passos do homem na lua e o atentado às Torres Gêmeas nos EUA.

plementos e rubricas/seções, tem conseqüências diretas sobre o produto jornalístico de uma empresa porque a existência de espaços específicos sobre certos assuntos ou temas estimula mais notícias sobre esses assuntos ou temas, porque tais espaços precisam ser preenchidos (TRAQUINA, 2005, p.93).

O preenchimento de tais espaços levará em conta a especialização temática já que os valores-notícia estão e se dão no bojo de determinadas rotinas jornalísticas, no contato entre fontes e sujeitos-jornalistas e na produtividade das rotinas; nessa direção, Traquina aponta para alguns valores-notícia imersos nas organizações e em suas rotinas noticiosas. Traquina (2005) dá destaque à *amplificação, simplificação, relevância, personalização e dramatização*.

Embora alguns desses valores hajam aparecido na lista de Galtung e Ruge (1965 e 1993), e sido comentados anteriormente nesse trabalho, vamos versar e aprofundar um pouco mais nos cinco critérios enunciados no parágrafo anterior e intentar uma compreensão de como funcionam no seio da organização jornalística e no produto base do jornalismo impresso – a notícia. A saber:

A *amplificação* está ligada à lógica de que quanto mais amplo for o fato, mais possível será a notabilidade da notícia, seja pelo evento, pelo ato em si, quer por suas conseqüências e forças atuantes.

Logo a *simplificação*, na seara do jornalismo tem a ver com a ambigüidade e a complexidade: quanto menos complexo e ambíguo for o acontecimento, a notícia poderá ser mais fácil, notada e compreendida pelos sujeitos-receptores. Traquina (2005) assevera que os clichês, os estereótipos são muitas vezes imprescindíveis e que a simplificação está imbricada com uma tentativa de reduzir a natureza polissêmica do acontecimento.

Por *relevância* compreendemos a questão dos sentidos: quanto mais sentido a notícia der ao fato noticioso, maior será a possibilidade de que a notícia seja notada. Aqui o sujeito-jornalista seria responsável no uso das suas atribuições profissionais e cognitivas de demonstrar que o acontecimento é significativo aos sujeitos-enunciatários, e a relevância desses fatos é gerada pelo enunciator da notícia por meio do uso que faz da língua e das linguagens que a envolvem.

A *personalização*, tratada anteriormente por Galtung e Ruge (1965/1993) como “relação com as elites”, reside na preocupação e valorização de indivíduos envolvidos no acontecimento, já que segundo Traquina (2005), diversos estudos acerca do discurso jornalístico demonstram que os sujeitos-receptores são “agarrados” por esses conteúdos e se interessam pela vida de outras pessoas, seja seu conteúdo positivo ou negativo.

A *dramatização*⁵⁶ apresenta insistentemente uma reiteração dos aspectos emocionais do acontecimento, sua natureza conflituosa, o que torna as notícias relatos investidos de melodrama dentro de temas, fatos atuais, fatos da realidade, o que nos leva a pensar que o sensacionalismo pode ser uma tendência dos meios de comunicação, mais especificamente do jornalismo impresso.

Assim como foi apontado por Galtung e Ruge (1965 e 1993), a *consonância* compõe o grupo de valores-notícia de construção e está dentro da lógica de que quanto mais a notícia inserir o acontecimento numa narrativa já existente e estabelecida, maior será sua notabilidade, já que seu contexto de apresentação poderá corresponder às expectativas do sujeito-receptor dando-lhe a possibilidade de uma interpretação que trará consigo as condições de produção da notícia.

Destarte, compreender as teorias do jornalismo e das notícias que foram erigidas durante anos de atividade é possibilitar um acercamento às formas como a produção noticiosa, as organizações e os sujeitos envolvidos a levam (e levavam) a cabo e que fatores são (e eram) norteadores e fundamentais ao desenvolvimento do jornalismo, no nosso caso, do jornalismo impresso.

Assim, quiçá possamos compreender porque as notícias que são veiculadas são as que temos e não outras, porque o jornalismo tem certos critérios de noticiabilidade e não outros e que características, que antecipações possuem do sujeito-receptor para produzir determinados conteúdos e sentidos e não outros.

Embora Traquina (2005) acredite que os valores-notícia são uma das estruturas mais opacas do jornalismo, acreditamos que podemos aventurar algumas observações teóricas acerca da linguagem jornalística, das

⁵⁶Estudiosos da comunicação têm usado o termo “expetacularização da notícia” para caracterizar a roupagem com a qual as notícias são veiculadas e como atuam os agentes no/do acontecimento, dentro de determinado espaço e tempo.

escolhas léxico-gramaticais engendradas pelos sujeitos-jornalistas e da maneira como fazem articulações textuais para que a tessitura da notícia possa produzir determinado(s) sentido(s).

Assim, parece-nos pertinente trazer à tona algumas contribuições no que se refere à língua e linguagem, e à construção da realidade que pretendem. As teorias da notícia que foram evocadas neste trabalho mostraram ao longo da história, que diferentes posicionamentos foram erigidos no que diz respeito à produção noticiosa, os sujeitos envolvidos, constrangimentos organizacionais e os efeitos de verdade e de sentido produzidos nas reportagens, editoriais e fotografias.

* * *

Nesse capítulo percorremos as vicissitudes das teorias das notícias e do jornalismo; turbulentas porque não formam uma composição homogênea, nem tampouco totalmente heterogênea, já que vão, ao longo de sua existência mantendo elementos novos repletos de vestígios do paradigma anterior, do antigo, o que dificulta a possibilidade de uma categorização totalizante ou que aporte um escopo teórico capaz de compreender satisfatoriamente, na sua complexidade, as imbricações, implicações, enfim, a rede que se forma do acontecimento à notícia que é veiculada nos distintos meios de comunicação.

Primeiro trouxemos à tona a tendência divisionista para compreensão das notícias; ao longo de nossas elucubrações, da teoria do espelho à interacionista, percebemos que todas foram erigidas procurando lançar alguns olhares e abrir, na seara comunicacional, explicações plausíveis para o porquê de termos determinadas notícias nos meios de comunicação e não outras.

Importante ressaltar o papel da organização noticiosa, dos sujeitos jornalistas, da ideologia, da linguagem, do discurso e da história, pois todos estão imbricados, e desse imbricamento surgem possibilidades de compreender as notícias, os actantes-personagens presentes nelas e seus sujeitos-produtores, já que pertencem a diferentes filiações de mediações e são ao mesmo tempo, na sua forma-sujeito, enunciadores e enunciatários.

A tendência unionista, sobre a qual dissertamos depois de perfilar a tendência divisionista – proposta pelo investigador português Jorge Pedro de Sousa – é a que, no espaço dessa dissertação, aproxima-se do

complexo processo de produção de notícias, já que considera todos os elementos que podem influir e determinar a produção jornalística. As ações ou forças que segundo Sousa (2004), atuam e influenciam nas notícias: ação cultural, ideológica, histórica, pessoal, social e do meio físico, estão intrinsecamente relacionadas ao ato de produzir notícias e podem determinar porque as notícias são como são e não de outra maneira.

A produção jornalística, que num primeiro momento e sem munção teórica, pode parecer simples, lógica e transparente, é, ao contrário, bastante complexa. Dada tal complexidade e o risco de cairmos num descritivismo simplista e reificador, vamos tecer algumas reflexões acerca do mundo da linguagem, da língua, do discurso e da ideologia - à luz da Análise de Discurso Francesa - para, nessa direção, desbravarmos e entendermos mais a fundo a produção noticiosa do jornal argentino *Clarín*, dentro de suas escolhas léxico-gramaticais e fotográficas, do ângulo da imagem enunciada, do papel do sujeito-produtor, assim como os sentidos que não aparecem na superfície textual, que estão soltos nas diferentes formas de discurso que analisaremos no último capítulo.

* * *

2 DAS TEORIAS DA NOTÍCIA AOS PROLEGÔMENOS DA LINGUAGEM E DO DISCURSIVO

Linguagem. Faculdade que tem o homem de exprimir seus estados mentais por meio de um sistema de sons vocais chamado língua, que os organiza numa representação compreensiva em face do mundo exterior objetivo e do mundo subjetivo interior.

Câmara Jr.

Segundo Maingueneau (2004), uma das características essenciais das pesquisas sobre linguagem na sociedade hodierna, é a emergência de trabalhos que, em vez de reduzirem a linguagem ao arbitrário de suas unidades e de suas regras, abordam o enunciado como discurso, já que, nos meios de comunicação, nomeadamente no jornalismo impresso, a mobilidade do(s) sentido(s) discursivo(s) pode tornar-se assimétrica:

[...] a pessoa que interpreta o enunciado reconstrói seu sentido a partir de indicações presentes no enunciado produzido, mas nada garante que o que ela reconstrói coincida com as representações do enunciador. Compreender um enunciado [...] é mobilizar saberes muito diversos, fazer hipóteses, raciocinar, construindo um contexto que não é um dado preestabelecido e estável (MAINGUENAU, 2004, p.20).

No ventre dessa assimetria, intentaremos, neste capítulo, compreender a relação entre língua, linguagem, discurso e sociedade, e como estas relações influem na produção noticiosa, já que é complexa na sua gênese.

Nesse capítulo traremos à nossa discussão alguns conceitos que são verdadeiros *sine qua non* para incidir olhares em direção à atividade jornalística, pois toda ela é engendrada através da língua, nas suas articulações gramático-lexicais, nas diferentes linguagens que a compõem e no seio de determinadas instituições sociais, pois, parafraseando Ben

Johnson, a linguagem é o único privilégio de que o homem dispõe para exprimir a superioridade de sua inteligência sobre as demais criaturas.

Ademais, traçaremos um breve histórico da Análise do Discurso Francesa e levantaremos alguns conceitos que fazem parte do seu compósito teórico e que serão utilizados concomitantemente com as teorias da notícia para a compreensão da produção noticiosa do periódico argentino *Clarín*. Acorados tanto na AD como nas teorias do Jornalismo analisaremos algumas matérias sobre o Brasil que foram veiculadas em seus diferentes cadernos.

* * *

A linguagem organiza o pensamento remetendo-se a um sistema de referências que é ao mesmo tempo produto e processo do trabalho constante dela mesma. Nesse sentido, para Geraldi “a linguagem constitui-se como língua e como sistema antropocultural de referências, já que este processo se dá no contexto sócio-cultural” (GERALDI, 2003, p.79-80).

Dessa perspectiva, uma lingüística imanente que se limite ao estudo interno da língua não poderá dar conta do nosso objeto de proposição; é necessário um enfoque que articule o lingüístico e o social e busque as relações entre a ideologia, o discurso e a linguagem. Conforme Brandão (2004), a linguagem é um sistema de significação da realidade e um distanciamento entre a coisa representada e o signo que a representa. Reside no interstício entre a coisa e sua representação símica – o ideológico.

Nas interações sociais emergem as palavras e os discursos, signos ideológicos por excelência, caracterizados pela pluralência. As palavras retratam diferentes vozes e pontos de vista, são um lugar privilegiado para a manifestação da ideologia em diferentes formas de discurso. O dialogismo está intrinsecamente ligado aos discursos, que se transformam em uma arena de luta de vozes que de diferentes posições sociais querem ser ouvidas por outras vozes, desejam criar espaços de interação ou apagamento, querem enunciar-se, desejam posicionar-se no campo do dito.

Barros (2003) arremata que o dialogismo bakhtiniano é concebido como espaço interacional entre o *eu* e o *tu*, ou entre o *eu* e o *outro*,

no texto; para ela, o *monologismo* rege a cultura ideológica dos tempos modernos, e a ele se opõe o *dialogismo*, característica imanente da linguagem e princípio constitutivo de todo discurso e muitas vezes escamoteado, apagado. O dialogismo para Barros, é a condição do sentido do discurso, e a presença do Outro no discurso de determinado sujeito-enunciador é que pode atestar e possibilitar uma identidade discursiva.

Assim, o discurso, que é a linguagem em movimento, não pode ser encarado como uma entidade sincrônica e abstrata, mas como lugar no qual a ideologia se concretiza; para objetivar-se, o ideológico necessita uma materialidade. Logo:

Cada signo ideológico é não apenas um reflexo, uma sombra da realidade, mas também um fragmento material dessa realidade. Todo fenômeno que funciona como signo ideológico tem uma encarnação material, seja como som, como massa física, como cor, como movimento do corpo ou como outra coisa qualquer. Nesse sentido, a realidade do signo é totalmente objetiva e, portanto, passível de um estudo metodologicamente unitário e objetivo - um signo é um fenômeno do mundo exterior. Este é um ponto de suma importância. No entanto, por mais elementar e evidente que ele possa parecer, o estudo das ideologias ainda não tirou todas as conseqüências que dele decorrem (BAKHTIN (VOLOSHINOV), 1929 apud BRANDÃO, 2004, P.9-10).

A relevância do caráter ideológico dos signos reside no funcionamento da linguagem, que é o espaço no qual se materializa; nesse sentido, entender as relações entre língua, linguagem e sociedade é submergir na condição humana. Para José Luiz Fiorin “a linguagem humana é a condensação de todas as experiências históricas e *culturais*⁵⁷, de uma dada comunidade; a língua é a condensação de um homem historicamente situado, é a forma particular pela qual a linguagem se apresenta” (2003, p.72).

Geraldi (2003) assevera que sem sociedade não há linguagem, assim como tanto língua como linguagem necessitam da sociedade, dos sujeitos que no uso e no sentido que vão dando à língua, concomitantemente moldam a língua (porque não são apenas assujeitados por ela) e

⁵⁷Grifos meus.

são moldados dialeticamente. Acreditamos na esteira de Barros (2003), que língua e linguagem têm uma relação de ir e vir com a sociedade, são elementos sem os quais o homem não pode se organizar e viver em sociedade.

Destarte, as práticas de linguagem nos precedem e, em certo sentido, elas nos sujeitam, é nelas que nos constituímos como seres heterogêneos, porque a realidade da linguagem é heterogênea e também pelo fato de que nosso psiquismo mergulhado nesse caldo de heterogeneidade tem diferentes formas de produzir sentido(s), e essa produção de sentido está inexoravelmente ligada ao discurso, à história, aos sujeitos e à ideologia.

Essas questões são importantes para o entendimento da produção noticiosa, para uma aproximação a algumas interpretações no que tange ao jornalismo impresso, pois as (re) configurações engendradas pela contemporaneidade concebem novas formas de produção, de tratamento de texto jornalístico e da posição do sujeito-enunciatário na comunicação; parece-nos que o sujeito-enunciador é também enunciatário e vice-versa; está indireta e inconscientemente ligado à produção e aos sentidos presentes nos diferentes discursos.

2.1 Língua, linguagem e Sociedade

A linguagem é o único privilégio de que o homem dispõe para exprimir a superioridade de sua inteligência sobre as demais criaturas.

Ben Johnson

Os estudos da linguagem que têm sido desenvolvidos no Brasil são de alguma maneira tributários a Saussure, sendo ele referenciado como ponto de partida às pesquisas sobre língua, linguagem e sociedade, aceitando seus postulados teóricos ou rechaçando-os. Entre suas dicotomias, cabe ressaltar as que se referem à língua e à fala; ainda que Saussure haja provocado certa revolução lingüística, no bojo de suas reflexões outros estudiosos descobriram as limitações de suas dicotomias.

Segundo Brandão, esses limites foram, “advindos da exclusão da fala do campo dos estudos lingüísticos” (2004, p.7). Entre língua e fala

a antinomia é total. A fala é um ato, uma manifestação atualizada da faculdade da linguagem dentro de um contexto, enquanto a língua é um sistema virtual que apenas se atualiza *na e pela* fala. De acordo com Ullmam (1952), referenciado por Brandão (2004), a língua não é senão o resíduo de inumeráveis atos de fala, enquanto que estes são apenas a aplicação, a utilização dos meios de expressão fornecidos pela língua.

Michel Bakhtin sentiu a camisa de força que postulava que o objeto da lingüística era apenas a língua, esta concebida como abstrata e ideal para construir um sistema sincrônico e homogêneo; Bakhtin, conforme Brandão (2004), antecipa de muito as orientações da lingüística moderna.

“[...] palmilhando a trilha aberta por Saussure, parte também do princípio de que a língua é um fato social cuja existência se funda nas necessidades de comunicação” (BRANDÃO, 2004, p.7).

Todavia, o soviético aprofunda seus estudos na língua enquanto manifestação individual de cada ser – falante, valoriza os atos de fala e formula uma teoria do enunciado, atribuindo lugar privilegiado à enunciação como realidade inerente à linguagem.

Para Brandão (2004), Michel Bakhtin, atribui à enunciação o papel de componente imprescindível para a compreensão e explicação da estrutura semântica de qualquer ato de comunicação verbal, o que leva à realização da intersubjetividade humana ao lado da interação verbal, que constituem no bojo da sua teoria uma realidade fundamental da língua.

O interlocutor não é um elemento passivo na constituição do significado. Da concepção do signo lingüístico como um “sinal” inerte que advém da análise da língua como sistema sincrônico abstrato, passa-se a uma outra compreensão do fenômeno: à de signo dialético, vivo, dinâmico (BRANDÃO, 2004, p.8).

Ao conceber a linguagem como interação social na qual o Outro desempenha e atua num papel fundamental para a constituição do significado, os atos de enunciação individual integram um contexto mais

amplo e revelam as relações inseparáveis (e intrínsecas) entre o lingüístico e o social.

De acordo com Brandão (2004), o percurso que o indivíduo faz da elaboração mental do conteúdo a ser expresso à objetivação externa – a enunciação – é orientado socialmente, busca adaptar-se ao contexto imediato do ato da fala e, sobretudo, a interlocutores concretos.

Não atingimos jamais o homem reduzido a si mesmo e procurando conceber a existência do outro. É um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem, e a linguagem ensina a própria definição de homem (BENVENISTE, 1988, p.285).

Assim, levando em consideração as reflexões de Bakhtin e de Benveniste, tanto a língua quanto a linguagem são efeitos, e quiçá, eternos *sine qua non* da vida social, do funcionamento das comunidades sociais e das sociedades humanas; acreditamos que o processo social de produção de língua sempre demanda alteridade e esta se constrói no uso da linguagem, no contexto de uma organização social, seus modos de relações e formas peculiares de ser, ter e agir diante do universo que as rodeia.

Entre língua e fala reside um componente fulcral para a condição humana – o discurso – que diferentemente do que circula no senso comum, muitas vezes usado como sinônimo de texto ou de fala, é em realidade produção de sentido entre diferentes interlocutores, é o mover da linguagem de um pólo, o da emissão a um outro, o da recepção.

2.2 O Discurso – Entre língua e fala

As palavras têm vida. Vestem-se de significados. Mascaram-se. Contagiam-se com as outras palavras próximas. Dançam conforme a música, tocada no salão do baile onde estão. O salão é o discurso e é aí que elas cristalizam momentaneamente uma de suas máscaras.

Maria Aparecida Baccega

Embora possa parecer redundante e óbvio, o discurso é o objeto da Análise de Discurso; a noção elementar que temos de discurso como

sinônimo de informação, mensagem e pronúncia não corresponde aos interesses básicos da Análise de Discurso Francesa nas proposições que aqui evocamos a partir de Michel Pechêux, Eni Orlandi, Dominique Maingueneau, Nagamine Brandão, Patrick Charaudeau entre outros estudiosos do discurso.

A Análise de Discurso pode relacionar-se intrínseca ou extrinsecamente à história e à sociologia e busca apreender os sentidos produzidos e apreendidos pelos sujeitos ao elaborar/recepcionar um discurso. Nesse sentido Orlandi (2007, p.21), define o discurso como “efeito de sentidos entre interlocutores”.

De acordo com Brandão (2004), a dualidade constitutiva da linguagem, ou seja, sua roupagem formal e ao mesmo tempo transposta por entradas subjetivas e sociais ocasiona um deslocamento nos estudos lingüísticos que estavam enfocados na problemática opositora entre língua e fala.

Estudiosos passam a buscar uma compreensão do fenômeno da linguagem não mais centrado apenas na língua, sistema ideologicamente neutro, mas num nível situado fora desse pólo da dicotomia saussuriana. E essa instância é a do discurso (BRANDÃO, 2004, p.11).

Dessa maneira, o discursivo possibilita a articulação imprescindível entre o extralingüístico e o lingüístico ao entender que a constituição das significações está na relação entre as condições sócio-históricas e o texto. Para Brandão (2004), ao fazer referência a Michel Bakhtin, no sistema da língua se imprimem historicamente as marcas ideológicas do discurso, que está no entremeio, na relação e no intervalo entre língua e fala.

A linguagem como discurso não forma nem é formada por um universo de signos utilizados somente como instrumentos de comunicação, persuasão, retórica ou suporte de pensamento; nessa direção a linguagem é um modo de produção e interação social sem neutralidade, naturalidade ou inocência, nela há um espaço de concessão privilegiado à manifestação da ideologia.

É *na e pela* linguagem que a ideologia se representa, articulam-se e defrontam-se agentes coletivos na forma de sujeitos, e se legitimam relações intersubjetivas que se dão por meio da língua e são permeadas

por efeitos de sentido, que não são totalmente determinados pela esfera da emissão, já que a linguagem é opaca, não-transparente; a partir disso, não é possível pensar no discurso apenas como transmissão de informação entre interlocutores, já que:

[...] Pensar nesses termos conduz a uma concepção de sentido prévio, estabilizado, verdadeiro, único, sem lugar para ambigüidades, para o desvio e o mal entendido. [...] o sentido sempre pode ser outro e isto está na dependência do lugar em que os interlocutores se inscrevem. Ou seja, nada garante que um discurso produza o mesmo sentido tanto para quem o formulou como para quem o interpretou. Entre os interlocutores há um intervalo que vai muito além do espaço físico que o separa (INDURSKY, 1998, p.7).

Destarte, para a Análise de Discurso, a linguagem não é reflexo de algo que lhe é exterior; pontuam Rocha & Deusdará⁵⁸ que toda produção de linguagem não possui uma motivação outra, mas constitui-se de fato enquanto produto do encontro entre um *eu* e um *tu*, em formas de interação situadas historicamente.

No interior do discurso instauram-se conflitos e confrontos ideológicos, e aquele está numa relação de conjunção com a organização social, o sujeito e o pensamento. Entre a língua e a fala está o discurso, entretanto, precisamos definir e determinar a qual discurso referimo-nos. Nessa investigação nos referimos ao discurso jornalístico impresso, nomeadamente, aos discursos acerca do Brasil que circulam no periódico argentino *Clarín*.

De acordo com Bakhtin (1986), ao ignorarmos a natureza dos discursos, estamos apagando a ligação entre a linguagem e a vida. Um tipo de linguagem está presente no discurso jornalístico impresso, e a partir de articulações léxico-gramaticais que lhe são inerentes (e extrínsecas também) há uma(s) emergência(s) de sentido(s).

⁵⁸Ademais de historicamente, acreditamos que essa interação também está eivada dos componentes social e cultural em que está imersa, numa relação de inerência uns ao outros.

2.3 Análise de Discurso como método: Algumas questões de linguagem jornalística

A análise de discurso não pretende se instituir em especialista da interpretação, dominando “o” sentido dos textos, mas somente construir procedimentos expondo o olhar-leitor a níveis opacos à ação estratégica de um sujeito; a questão crucial é construir interpretações sem jamais neutralizá-las nem no “não-importa-o-que” de um discurso sobre o discurso, nem em um espaço lógico estabilizado com pretensão universal” (PÊCHEUX apud GREGOLIM, Maria do Rosário & BARONAS, Roberto.orgs, 2007).

Parece-nos de suma importância uma compreensão da linguagem como um fenômeno que está intrinsecamente relacionado com o social, o cultural, o político, o idiossincrático, e enquanto um componente arraigado à língua.

Através da linguagem e do discurso, podemos compreender como no seio da atividade jornalística há um exercício diário de produção de sentidos; estes produzidos na inevitável relação entre sujeitos – o enunciador e o enunciatário – determinadas condições de produção, a saber, no contexto sócio-histórico-cultural e formações ideológicas que se materializam no campo discursivo.

Como verificamos anteriormente, nesse espaço dissertativo entendemos a língua como instituição social, onde realizamos trocas e vamos constituindo-nos dentro dela. Gomes (2000) diz que não se troca fora do simbólico, fora das diferenciações, proibições/sanções estabelecidas socialmente.

Na língua enquanto instituição social, nos organizamos enquanto pacto, sempre levando em conta o estatuto desse pacto/língua que nos precede e em relação ao qual não temos escolha. Somos constituídos na linguagem como sujeitos singulares e sociais de um só golpe (GOMES, 2000, p.15-16).

Nesse sentido nos damos conta da necessidade de buscar na Linguística os fundamentos de algumas de nossas reflexões para detectar que

tanto a atividade jornalística quanto os elementos que a compõem (os fatos, as notícias, os textos, as informações, as fotografias, os infográficos) são, ou, ao menos, estão diretamente relacionados a manifestações da linguagem. A definição de Kristeva (1980) anunciada por Gomes (2000), tem a mesma amplitude daquela formulada por Ferdinand de Saussure acerca da heterogeneidade da linguagem ao comportar os aspectos físico, social, psicológico e fisiológico.

“Mas quem diz linguagem diz demarcação, significação e comunicação. Neste sentido, todas as práticas são tipos de linguagem visto que têm a função de demarcar, de significar, de comunicar” (KRISTEVA, 1980 apud GOMES, 2000, p.9).

Assim, a Linguística é uma das disciplinas mais apropriadas para o sujeito-comunicólogo, interessado em investigar e entender os mecanismos lingüísticos que ele próprio leva a cabo ao converter fatos em notícias, as notícias em textos, e, por fim, os textos em informação.

Traquina (2005) assevera que o acontecimento erige a notícia assim como a notícia (re) constrói o acontecimento, e esse processo dá-se no interior de certas condições de produção e é engendrado por um(s) sujeito(s), o sujeito-enunciador; este cria a notícia, enquanto diferentes atores sociais surgem no seio do acontecimento, seja provocando-o, seja como uma personagem dele.

Nessa mesma direção, a delimitação e predileção pela Análise de Discurso Francesa – sobre a qual discorreremos brevemente a seguir – justifica-se pela própria concepção de linguagem que adotamos, a saber, a da linguagem constituída por um aspecto material (a língua, a parte visível "a olho nu") atravessada pela história e pela ideologia (as quais caracterizam relações essenciais para se detectar a predominância de alguns sentido(s)) – relações que, ao contrário da língua, não estão disponíveis ao observador desprovido de determinado arsenal teórico de análise, em nosso caso, a Análise de Discurso Francesa e as Teorias da notícia.

A AD – tal como é conhecida a vertente francesa da Análise de Discurso –, na qual buscamos referencial metodológico, (que possui uma teoria própria) para as reflexões sobre a linguagem e o discurso, coloca-se em relação às Ciências Humanas refletindo a vinculação sujeito-

linguagem-história, e tem como objeto o discurso, este como produtor de sentido e lugar onde se dá essa intrincada e muitas vezes controversa relação.

Michel Pêcheux, em sua obra *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio* propõe uma teoria da significação fundada numa posição materialista do discurso; ressalta a preocupação demasiada dos lógicos em tentar estabelecer uma relação transparente e direta entre linguagem e conhecimento. Estes, por meio de uma linguagem natural, procuravam uma ferramenta válida que levasse ao conhecimento “verdadeiro” e consideravam imperfeição da linguagem qualquer mecanismo que dificultasse essa busca.

Pêcheux opõe-se a essa concepção, que ele chama de “logicista”, por considerar que ela trata as oposições ideológicas e políticas como resultantes de imperfeições da linguagem.

Contrariamente a essa visão utópica de linguagem inequívoca e unívoca, ele trabalha com a oposição entre base lingüística e processo discursivo-ideológico, sendo a primeira um sistema comum a todos os falantes (no que diz respeito ao conjunto de estruturas fonológicas, morfológicas e sintáticas), enquanto os processos discursivos são diferenciados de acordo com processos ideológicos que os determinam, já que estão eivados de sentidos que não dependem apenas do sujeito-enunciador para “fazer sentido”, está inerentemente ligado ao outro pólo, o do sujeito-enunciatário.

Pêcheux inscreve o processo discursivo em uma relação ideológica de classes; ao citar Balibar, Pêcheux afirma que:

Se a língua é indiferente à divisão de classes sociais e à sua luta (daí a relativa autonomia do sistema lingüístico), estas (as classes sociais) não o são em relação à língua a qual utilizam de acordo com o campo de seus antagonismos (PÊCHEUX, 1975 apud BRANDÃO, P.43, 2004).

Assim, os processos discursivos, ao se desenvolverem sobre as bases dessas leis, não são “expressão de um puro pensamento, de uma pura atividade cognitiva, que utilizaria ‘acidentalmente’ os sistemas lingüísticos” (PECHÊUX, 1975, p.91), mas sim um uso consciente e intencionado que “foge” do controle do sujeito-enunciador, porque na linguagem não há acidentes, o que existem são sentidos apensos, que

transcendem o que é visível – o texto e imagem – materializados em um jornal impresso, por exemplo.

Brandão (2004) assevera que a língua constitui a condição de possibilidade do discurso, já que “é uma invariante pressuposta por todas as condições de produção possíveis em um momento histórico determinado” (2004, p.42).

“ [...] os processos discursivos constituem a fonte da produção dos efeitos de sentido no discurso, e a língua é o lugar material em que se realizam os efeitos de sentido” (BRANDÃO, 2004, p.42).

A AD surge, então, como uma disciplina que propõe "problematizar" as maneiras de ler, considerando a opacidade como característica da linguagem. Ao mediar a relação entre o mundo exterior e o discurso, as condições de produção e o texto, a AD possibilita que enxerguemos formas de significação que dificilmente seriam vistas a "olho nu", ou seja, que seriam invisíveis sem os dispositivos teóricos e metodológicos de análise fornecidos por essa disciplina. Maingueneau (1997) mostra, na esteira de Pêcheux que,

[...] a análise de discurso não pretende se instituir como especialista da interpretação, dominando 'o' sentido dos textos; apenas pretende construir procedimentos que exponham o olhar leitor a níveis opacos à ação estratégica de um sujeito. (...) O desafio crucial é o de construir interpretações, sem jamais neutralizá-las, seja através de uma minúcia qualquer de um discurso sobre o discurso, seja no espaço lógico estabilizado com pretensão universal (MAINGUENEAU, 1997, p.11).

Acrescentemos a essa reflexão a idéia segundo a qual a Análise de Discurso recusa a concepção que faria da discursividade um suporte de "doutrinas" ou mesmo de "visões de mundo". O discurso é, segundo Pêcheux (1989), bem menos do que um ponto de vista, é uma organização de restrições que regulam uma atividade específica. A enunciação não é uma cena ilusória onde seriam ditos conteúdos elaborados em

outro lugar, mas um dispositivo constitutivo da construção do(s) sentido(s) e dos sujeitos que aí se reconhecem.

À Análise de Discurso cabe não só justificar a produção de determinados enunciados em detrimento de outros, mas deve, igualmente, explicar como eles puderam mobilizar forças e investir em organizações sociais.

Destarte, a Análise de Discurso fornece um instrumental teórico-metodológico adequado para a realização de uma leitura crítica do jornalismo, ao considerar sua função social de comunicação e divulgação sem desconsiderar a consolidação da informação como produto de consumo inserido no sistema capitalista em sua recente forma neoliberal.

Esse instrumental permite observar como se dá a relação entre estes dois fatores (comunicação/divulgação e produto de consumo) e a maneira como os fatos são (re) tratados, ou no bojo de Wittgenstein, como se dá esse processo de “apresentação do mundo” (e, de certa forma, construção da realidade⁵⁹) enquanto fatos/acontecimentos.

Da mesma maneira que se torna impossível aceitar uma concepção de transparência da linguagem (considerando-se que ela se encontra *em* – e é determinada *por* – um contexto institucional), cujo sentido se caracterizaria pela literalidade, também não há como acatar uma concepção de transparência do jornalismo que prega a existência da informação enquanto transcrição fiel da realidade.

Acreditamos ser pertinente insistir nessas questões, já que, como apresentamos nos tópicos do primeiro capítulo desta dissertação, uma das dificuldades dos estudantes e profissionais de Jornalismo é aceitar a opacidade da língua, a não-transparência da linguagem e o fazer jornalístico como uma “contação de estórias”; estas características evidentemente mostram que a própria prática jornalística não é tão clara como se tende a apresentar, investida de uma verdade inabalável, de uma fiel realidade, objetividade e imparcialidade.

Se a estrutura da língua e as formações discursivas não são um recorte totalmente fiel da realidade, se o que vemos são efeitos de verdades muito mais que uma verdade absoluta e inamovível, seria o jornalismo um retrato ou um trato da realidade? Logo, se a linguagem – que é componente essencial da atividade jornalística – não é transpa-

⁵⁹Segundo Gomes (2000), essa idéia de “Construção da Realidade” foi proposição de pesquisadores como Lacan, Derrida e Deleuze.

rente, só esse fato já seria suficiente para afirmar que o próprio jornalismo não é transparente. Somemos a isso, entre outros elementos, a própria carga de axiologização que o sujeito-jornalista invariavelmente transfere para seus textos.

Parece-nos mais coerente, então, a concepção do jornalismo, assim como a linguagem, atravessados por elementos que possibilitam relações que não são visíveis apenas pelo caráter material manifestado por meio da língua e de suas linguagens. Conseqüentemente, procuramos falar de notícia/informação como recortes da realidade.

Essas reflexões mostram a discordância em relação à concepção de objetividade jornalística – atribuída ao sujeito-jornalista e, ao mesmo tempo, auto-propagada – fundada na suposta imparcialidade dos profissionais da Comunicação Social, a qual permite uma leitura do jornalismo enquanto transparência “perfeita” e “verdadeira” da realidade.

A linguagem, assim, está perpassada por outros aspectos além dos lingüísticos, o que impossibilita a aceitação de uma postura idealista de neutralidade ou isenção jornalística. Gomes (2000, p.19) afirma que:

[...] antes de registrar, de informar, antes de ser colocado pelas condições que o caracterizam, por exemplo, periodicidade, universalidade, atualidade, difusão, o jornalismo é ele próprio um fato de língua.

Trata-se de uma tentativa de olhar para o jornalismo, a partir de determinado arsenal teórico, enxergar relações essenciais para que compreendamos o funcionamento discursivo dos meios de comunicação e da Indústria Cultural. Conforme alerta Corrêa (1999, p.1), “o jornalista, como todo comunicador, (...) deve estar atento ao risco de acreditar que o fato existe por si só e que se dá à descrição, já pronto”.

O diferencial que a pesquisa lingüística, mais precisamente fundada em pressupostos teóricos do domínio da Análise de Discurso Francesa, pode oferecer neste trabalho de observação e reflexão consiste em permitir - diferentemente do que ocorre com sujeitos-jornalistas despreocupados (seja por negligência, seja por desconhecimento) em admitir uma concepção de linguagem caracterizada pela atuação de fatores históricos e ideológicos na língua – que se compreenda que o jornalismo não retrata nem cria fatos, ele trata o mundo, a realidade, constrói visões dos

fatos, sendo estas propagadas como transcrição da realidade e geradora de verdade(s).

Corrêa (1999) assevera que o jornal, assim como os meios de comunicação em geral:

[...] é uma instituição formadora de opinião. Sabe-se, porém, que, como tal, seu propósito é legitimar uma opinião sobre os fatos, aquela que, na melhor das hipóteses, coincide com sua linha editorial – pois pode coincidir com interesses mais imediatos. Ora, se isso que se chama de opinião pública pode ser forjado por diversos veículos, é de se esperar que caiba a cada um deles construir os fatos de uma certa forma. Obviamente, o público (e o alcance) de cada um desses veículos é diferente e essa diferença se deve aos interesses que sustentam uns e outros. Podemos, pois, afirmar que o fato tal como o recebemos enquanto notícia é uma construção de "visões" e não dos fatos em si (CORRÊA, 1999, p. 1).

Essa preocupação relaciona-se à crítica de Abramo (1991), segundo a qual a investigação é “algo que o jornalismo brasileiro em larga escala desconhece; se a notícia não vem de mão beijada, pré-articulada e filtrada pelo interesse de alguém ou de algum grupo não serão os jornalistas a levá-la” (p. 6). E aqui nos parece fulcral verificar porque temos as notícias que temos e não outras e porque as notícias são como são, escapando de uma análise contudística ou apenas focada no nível da imanência do texto, no nosso caso dos textos jornalístico-noticiosos presentes no periódico argentino *Clarín*.

Dada a influência que o Jornalismo atingiu (e ainda atinge na contemporaneidade) nos acontecimentos da nossa sociedade e os jogos de interesses por trás das grandes empresas de Comunicação, não há como negar a necessidade de investigação jornalística tanto no sentido de apuração dos fatos para produção de notícias quanto no sentido de pesquisa a respeito da organização dos fatos tal como é realizada pelos meios de comunicação.

Do nosso ponto de vista, investigar não significa alcançar a objetividade, encontrar o furo jornalístico, atuar como detetive, atingir a transparência e a imparcialidade totais. Significa informar, produzir

notícias, com maior complexidade e mais informações/dados acerca do fato – acontecimento percebido e tratado.

O sujeito-jornalista e o sujeito-comunicólogo que não aceitam a linguagem como transcrição literal do sentido e o texto jornalístico como transcrição fiel da realidade têm muito mais chances de se tornar observadores mais atentos dos fatos e, conseqüentemente, mais cuidadosos tanto em relação aos dados que apuram quanto em relação às notícias que produzem (e também em relação às notícias que ouvem ou lêem).

A Análise de Discurso, nesse sentido, converte-se numa ferramenta fundamental para investigar os produtos midiáticos, haja vista que ela vai ao encontro dos rumos que as pesquisas em linguagem têm tomado e possibilita, por meio de seu método teórico, a inclusão de elementos que estão além das marcas textuais, penetrando na sua materialidade discursiva e trazendo por meio do olhar investigativo do sujeito-pesquisador a pregnância de alguns sentidos em relação a outros, de certos enquadramentos e apagamentos no campo do dito e do não-dito no discurso jornalístico impresso, nosso foco.

Há uma visão mais generalizante dos enunciados, a partir da Análise de Discurso que possibilita um aprofundamento nas investigações, alcançando outras superfícies de sentido, e não só textual – a matéria, a notícia, o editorial. Assim, sons e imagens também devem ser vistos como passíveis de estudo, porque compõem juntos com o texto, um emaranhado de sentidos do/no discurso. São signos que participam da construção das diferentes formas de discurso.

Na nossa pesquisa pretendemos destacar primordialmente o texto verbal, todavia também levaremos em conta as imagens fotográficas, por construírem, simultaneamente, representações da realidade brasileira no discurso jornalístico do periódico argentino *Clarín*. Nossa pesquisa foca a produção noticiosa, preocupando-se em trilhar os caminhos possíveis da enunciação que levaram ao produto midiático enunciado.

No processo de produção dos enunciados, dos textos e na seleção das fotografias, inúmeras variáveis estão correlacionadas, algumas controladas pelos profissionais e por sua subjetividade, outras não, já que o percurso do acontecimento à notícia veiculada mostra-se bastante complexo.

Destarte, quando analisamos os sentidos das reportagens, sabemos que o sentido produzido e o recebido nunca são idênticos e variam con-

forme condições diversas. O sentido não é estático, imobilizável, mas fluido, variando inclusive para o mesmo sujeito-enunciatário em momentos diferentes. Ademais, o sentido escapa até mesmo ao sujeito-produtor no momento de construir determinado enunciado.

Essa dimensão do processo comunicacional não será abarcada nesta pesquisa, mas sublinhamos desde já a importância desses estudos para o entendimento da mutabilidade e efemeridade dos sentidos que podem estar arraigados nos diferentes discursos acerca do Brasil no jornal *Clarín*, haja vista que, pensar em discurso é transcender a significação, situar-se entre a língua e a fala, e buscar morada nos sentidos. Para tanto nosso instrumento teórico e metodológico será a Análise de Discurso proposta por Michel Pêcheux; ela possui várias ramificações teóricas que ora dialogam, ora se contrapõem conforme suas diferentes linhas de pesquisa.

2.4 Escola Francesa da Análise de Discurso: Michel Pêcheux e sua abordagem

As matrizes fundadoras da Análise de Discurso⁶⁰ na abordagem de Michel Pêcheux podem ser localizadas na articulação de diferentes disciplinas orientadas na segunda metade dos anos 1960 pelo estruturalismo.

Dessa forma, essa tendência de análise de discurso surgiu atrelada ao mesmo tempo, ao Marxismo, na sua vertente Althusseriana, à psicanálise Lacaniana e ao estruturalismo lingüístico. Pêcheux e Fuchs (1975, p.165) esclarecem que a região do materialismo histórico que lhes diz respeito é o da superestrutura ideológica em sua ligação com o modo de produção que domina a formação social considerada. Brandão arremata ao afirmar que:

“[...] a AD nasceu tendo como base a interdisciplinaridade, pois ela era preocupação não apenas de lingüistas, como de historiadores e de alguns psicólogos” (2004, p.16).

⁶⁰Temos, ao longo deste trabalho dissertativo, utilizado a abreviação AD como referência à Escola Francesa de Análise de Discurso, levando em conta os postulados teóricos de Eni Orlandi, Michel Pêcheux, Nagamine Brandão, Patrick Charaudeau, Dominique Maingueneau entre outros.

Os teóricos da primeira fase da Análise de Discurso tinham como preocupação central a problemática da articulação entre a formação social e o discurso; privilegiavam o estudo do discurso político de esquerda e de textos impressos, o que se explica, em determinada medida, pela própria composição do grupo de pesquisadores fundadores da AD, formado por intelectuais engajados no mundo da política de seu tempo e do seu país.

Nesse sentido não é por acaso que a obra de Pêcheux *Análise Automática do Discurso* data de 1969. A partir de 1970, quando foi publicado o trabalho de Althusser – *Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado*, este e os demais estudos althusserianos se converteram em uma referência constante para Pêcheux e seus discípulos.

Para Orlandi (1986), “a Análise de Discurso pressupõe a lingüística e é pressupondo a lingüística que ganha especificidade em relação às metodologias de tratamento da linguagem nas ciências humanas” (1986, p.110). Esse pressuposto teórico e metodológico da lingüística distingue a AD das outras áreas das ciências humanas com as quais confina e dialoga; todavia, isso não será suficiente para (de)marcar sua especificidade nos estudos da linguagem, “sob o risco de permanecer numa lingüística imanente” (BRANDÃO, 2004, p.17).

As pesquisas em Análise de Discurso foram orientadas para o discurso, porém necessitaram outros dimensionamentos e observações, como as apontadas por Maingueneau (1997, p.13-14):

“No quadro de instituições que restringem fortemente a enunciação; nos quais se cristalizam embates históricos, sociais; que delimitam um espaço próprio no exterior de um interdiscurso limitado”.

Dessa forma, entendemos a predileção da Análise de Discurso pelo estudo do discurso político já que nele essas condições se apresentavam mais bem configuradas. “O instrumento da prática política é o discurso, ou mais precisamente, a prática política tem como função, pelo discurso, transformar as relações sociais, reformulando a demanda social”(PÊCHEUX & FUCHS, 1997, p.24).

Na abordagem de Pêcheux, o sujeito é interpelado pela ideologia e pela formação discursiva, as quais o constituem em sujeito universal. O sujeito empírico, agente histórico, real, não é considerado na análise, e

o sujeito enunciador, por sua vez, como produtor do seu enunciado, de um texto e de sentidos, é compreendido como uma forma de ilusão do sujeito, a ilusão de ser a fonte do sentido do seu dizer.

A referida ilusão seria decorrente do fato de que o discurso efetivamente organiza-se em referência à situação de enunciação (*eu, aqui, agora*), ou seja, eixos referenciais que o indivíduo experimenta subjetivamente, e que se constituem como necessidade de estabilidade para qualquer atividade da linguagem. Segundo Brandão, ao citar Pêcheux e Fuchs (1975, p.20-21), o sujeito é afetado por dois tipos de esquecimentos e, em consequência, cria uma realidade discursiva ilusória:

Esquecimento 1: o sujeito coloca-se como origem do que diz, a fonte do seu discurso. É de natureza inconsciente e ideológica, e este é o ponto de articulação da linguagem com a teoria da ideologia. Por causa desse esquecimento o sujeito rejeita, apaga, inconscientemente qualquer elemento que remeta ao exterior da sua formação discursiva; por ele é que o sujeito recusa essa e não outra seqüência para que obtenha esse e não outro sentido.

Esquecimento 2: caracteriza-se por um funcionamento do tipo pré-consciente ou consciente na medida em que o sujeito retoma o seu discurso para explicar a si mesmo o que diz, para formulá-lo mais adequadamente, para aprofundar o que pensa. É a operação de seleção lingüística que todo falante faz entre o que é dito e o que deixa de ser dito, em que no interior de uma formação discursiva que o domina, elege algumas formas e seqüências que se encontram em relação de paráfrase e “esquece”, oculta as outras. Essa operação dá ao sujeito a ilusão de que o discurso reflete o conhecimento objetivo que tem da realidade (PÊCHEUX ; FUCHS, 1975 apud BRANDÃO, 2004, p.20-21).

Essa teoria admite, portanto, a existência de um espaço subjetivo da enunciação, que permite ao sujeito falante retornar sobre seu próprio discurso, incluindo-se nessa zona “as estratégias discursivas, a interrogação retórica, a reformulação tendenciosa e o uso manipulatório da ambigüidade” (PÊCHEUX ; FUCHS, 1990, p.239). Entretanto, é exatamente essa possibilidade que permitiria ao sujeito manter a ilusão

de ser a fonte do seu discurso. Esse sujeito é o sujeito de ordem do signo e é determinado pela posição que pode e deve ocupar para ser sujeito de determinado discurso.

A modalidade particular do funcionamento da instância ideológica quanto à reprodução das relações de produção consiste no que se convencionou chamar *interpelação*, ou *assujeitamento* do sujeito como sujeito ideológico de tal modo que cada um seja conduzido sem se dar conta e tendo a impressão de estar exercendo sua livre vontade, a de ocupar o seu lugar em uma ou outra das duas classes sociais antagonistas do modo de produção ou naquela categoria, camada ou fração de classe ligada a uma delas (PÊCHEUX ; FUCHS, 1990, p.165-166).

A noção de interpelação ou assujeitamento do sujeito no discurso faz parte de um sistema conceitual que tem como base o conceito de condições de produção do discurso. De acordo com Michel Pêcheux (1990), integram as condições de produção do discurso a situação e o contexto histórico, social e ideológico. Esses componentes das condições de produção do discurso são pensados, todavia, não como realidade empírica, senão como representações, como formações imaginárias, isto é, pontos de vista de cada um dos protagonistas, suas formas de ver, sentir e ter o mundo.

Assim, sujeito-enunciador e sujeito-enunciatário não são vistos como indivíduos reais, mas lugares determinados na estrutura de uma formação social; as condições de produção seriam representações desses lugares, “uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B (sujeito-enunciador e sujeito-enunciatário) se atribuem cada um a si e ao Outro, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do Outro” (PÊCHEUX, 1990, p.82).

Esses lugares que um atribui ao outro são enigmáticos, representações imaginárias não atestadas, são considerados como uma rede de representações imaginárias determinadas pela estrutura econômica e tidas como espaçadiças ao domínio dos sujeitos. Não é uma remetência a pessoas em concreto mas a papéis, lugares de donde enunciam, se mostram, (se) dizem.

Nesse sentido, no cerne do processo discursivo, “o enunciador pode antecipar as representações do receptor e, de acordo com essa antevisão do “imaginário” do outro, fundar estratégias de discurso” (BRANDÃO, 2004, p.44). Antecipar no sentido de, no uso da língua e de suas linguagens, formular estratégias e engendrar escolhas, práticas linguageiras com o intuito de criar uma pré-noção dos sujeitos-enunciatários.

Em qualquer formação social existem regras de projeção que estabelecem as relações entre as situações e as posições destas. O conceito de condições de produção contribuiu para a aproximação entre os estudos da linguagem e as Ciências Humanas, colocando em pauta o desafio para o estabelecimento de relações entre discurso e sociedade.

2.5 Sobre a noção de condições de produção de discursos (CPD)

Acerca do conceito de condições de produção, cabe ressaltar que, segundo Courtine (1981), esse conceito tem origem na Análise de Conteúdo, tal como é praticada na Psicologia Social e está indiretamente ligado à sociolinguística na medida em que admite variáveis sociológicas e tem origem implícita no texto de Harris, *Discourse Analysis* (1952), no qual o termo situação (condições de produção) é posto em correlação com o de “discurso”.

No bojo dessas noções de condições de produção surgem outras duas concepções, já que as anteriores mostravam-se insuficientes e estavam presas às discussões teóricas feitas pela análise de conteúdo da psicologia social ou da sociolinguística.

De acordo com Brandão (2004), uma dessas concepções foi nomeada por Courtine como “definições empíricas”, nas quais as condições de produção do discurso tendem a se confundir com a definição empírica de uma situação de enunciação; o outro, diz respeito a definições teóricas que aparecem na Análise de Discurso desde 1971, ao lado da noção de formação discursiva.

Conforme Orlandi (2007), as condições de produção podem ser consideradas em um sentido estrito, que é o contexto imediato, as circunstâncias da enunciação, e em um sentido amplo, em que as condições de produção inscrevem-se num contexto sócio-histórico e ideológico.

Muitos pressupostos teóricos que marcaram o início dos estudos e

trabalhos da Análise de Discurso foram se redefinindo. Na década de 70, foram incorporados os conceitos de Formação Ideológica e de Formação Discursiva, trazidos respectivamente da obra de Louis Althusser e de Michel Foucault.

2.6 Formações Ideológicas (FI) e Formações Discursivas (FD)

Segundo Brandão (2004), num determinado momento histórico e no interior de aparelhos ideológicos, as relações de classe podem caracterizar-se pelo confronto de posições políticas e ideológicas que se organizam de forma a entreter entre si relações de aliança, de antagonismos ou de dominação. Destarte, nesse imbricamento entre posições políticas e ideológicas é que se constituem as formações ideológicas.

A formação ideológica era concebida por Haroche et al.(1971) citado por Nagamine Brandão (2004, p.47) como:

[...] um elemento susceptível de intervir como uma força confrontada a outras forças numa conjuntura ideológica característica duma formação social em um momento dado; cada formação ideológica constitui, pois, um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem individuais, nem universais, mas se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classes em conflito umas em relação às outras.

A seu turno, a formação discursiva é o lugar da constituição do sentido que deriva de condições de produção específicas e que, segundo Pêcheux (1975), em uma formação ideológica dada, a partir de uma posição numa conjuntura, determina, pelo estado da luta de classes, o que pode e deve ser dito no discurso.

Entendemos o discurso como uma das instâncias em que a materialidade ideológica se concretiza, assim, “é o discursivo uma espécie pertencente ao gênero ideológico” (BRANDÃO, 2004, p.47). “Uma formação discursiva é constituída – margeada pelo que lhe é exterior, logo por aquilo que aí é estritamente não-formulável, já que a determina” (PÊCHEUX ; FUCHS, 1997, p.177).

As formações ideológicas comportam necessariamente como um dos seus componentes, uma ou várias formações discursivas interligadas que determinam o que pode e deve ser dito; as formações discursivas, assim, intervêm nas formações ideológicas enquanto componentes.

Nesse meandro, Foucault citado por Brandão (2004), problematiza o conceito de formação discursiva; para ele, esta é regida por algumas “regras de formação” que possibilitam a determinação dos elementos que compõem o discurso:

1. Os *objetos* aparecem e coexistem e se transformam num espaço comum; a *enunciação* em que diferentes tipos podem permear um discurso;
2. Os *conceitos* em suas formas de aparecimento e transformação em campo discursivo, relacionados em um sistema comum;
3. *Temas/teorias*, sistemas de relações entre diversas estratégias capazes de dar conta de uma formação discursiva, permitindo ou excluindo certos temas ou teorias.

Pêcheux (1988) ainda define formação discursiva como espaço de reformulações-paráfrases, ou seja, um sistema de enunciados, formas e seqüências em relação de paráfrase, do qual o sujeito falante seleciona um desses enunciados e seqüências e não outro. Para ele, é nesse espaço que se constitui o sentido. A noção de formação discursiva representa, para a Análise de Discurso, um lugar fulcral da articulação entre língua e discurso.

Cada formação ideológica pode corresponder a várias formações discursivas inter-relacionadas, a partir das quais é que as palavras, proposições e expressões recebem seu sentido. Assim, o conceito de formação discursiva regula a menção ao assujeitamento do indivíduo em sujeito do seu discurso.

Segundo Brandão (2004), é a formação discursiva que permite dar conta do fato de que sujeitos falantes, situados numa determinada conjuntura histórica, possam concordar ou não com o sentido a dar às palavras; isto leva a comprovar que uma formação discursiva não é uma única linguagem para todos, ou para cada um uma linguagem, mas que,

numa formação discursiva, o que há são várias linguagens e formas de expressão em uma. De acordo com Courtine e Mandarin (1981), citados por Brandão (2004, p.49-50):

Uma formação discursiva é, portanto, heterogênea a ela própria: o fechamento de uma formação discursiva é fundamentalmente instável, ela não consiste em um limite traçado de forma definitiva, separando um exterior e um interior, mas se inscreve entre diversas formações discursivas como uma fronteira que se desloca em função dos embates da luta ideológica.

Nessa heterogeneidade própria, inerente a toda formação discursiva, Courtine (1982) põe em evidência seu caráter de unidade dividida, que tem como princípio constitutivo a contradição e toma como ponto de apoio a afirmação de Foucault (1969):

Tal contradição, longe de ser aparência ou acidente do discurso, longe de ser aquilo de que é preciso libertá-lo para que ele libere, enfim, sua verdade aberta constitui a própria lei da sua existência: é a partir dela que ele emerge, é ao mesmo tempo para traduzi-la e para superá-la que ele se põe a falar, é porque ela está sempre aquém dele e ele jamais pode contorná-la inteiramente, que ele muda, que ele se metamorfoseia, que ele escapa por si mesmo a sua própria continuidade. A contradição funciona, então no fio do discurso, como princípio da sua historicidade (FOUCAULT, 1969 apud BRANDÃO, 2004, p.50).

Como uma formação discursiva determina o que *deve e pode* ser dito e busca uma homogeneidade discursiva, as contradições ideológicas de classe e seus efeitos podem ser recuperados no cerne da unidade dos conjuntos de discursos. Dessa forma, é função da análise de discurso trabalhar o discurso inscrevendo-o na relação intrínseca e extrínseca da língua com a história, “procurando na materialidade lingüística as marcas das contradições ideológicas” (BRANDÃO, 2004, p.50).

Para Foucault (1986) referenciado por Brandão (2004), a formação discursiva é um espaço de dissensões múltiplas, e analisar o discurso

é fazer desaparecer e reaparecer as contradições, é mostrar o jogo que jogam entre si; é manifestar como pode exprimi-las, dar-lhes corpo, ou emprestar-lhes uma fugidia aparência. Foucault arremata afirmando que analisar o discurso é descrever o sistema de dispersão dos enunciados que o compõem através das suas regras de formação.

A inscrição de uma formação discursiva no discurso se faz por meio dos pré-construídos, que, para Pêcheux, é um dos pontos fundamentais da articulação da teoria dos discursos e da lingüística. Entendidos como construções anteriores, exteriores ao momento da enunciação, os pré-construídos estão ao alcance do sujeito e a ele impõem os limites do seu dizer, uma vez que ele identifica-se com o sujeito universal da formação discursiva. Esse sujeito é que garante o que cada um conhece, pode ver ou compreender. É, assim, “o elemento que irrompe na superfície discursiva como se estivesse *já-aí*” (BRANDÃO, 2004, p.48).

Remetendo-se às evidências, é por meio do pré-construído que o sujeito conhece os objetos do seu discurso. É de acordo com Brandão (2004, p.49), “o que cada um sabe e, simultaneamente, o que cada um pode ver em uma situação dada”.

Portanto, são os pré-construídos que fornecem a matéria prima com a qual o sujeito constitui-se como sujeito falante. Eles se inscrevem numa seqüência discursiva, como o discurso transversal, articulando o sujeito falante com a formação discursiva que o assujeita. Esse fenômeno é denominado interdiscursividade, a relação de sentidos entre diferentes discursos inscritos em distintas formações sociais, distintos momentos históricos e espaciais.

A priori, a formação discursiva era concebida como perfeitamente delimitada e dela participavam determinados enunciados e suas paráfrases, sempre numa correspondência unívoca em relação à formação ideológica à qual ligava-se e, portanto, a uma determinada posição de classe.

Entretanto, já em 1975, quando engendrava um labor de atualização de seu quadro teórico, Michel Pêcheux e Fuchs (1975) referem-se ao conceito de formação discursiva considerando que, mesmo quando desaparecem enquanto tais, elas “fornecem ingredientes para novas formações discursivas, observando-se a dificuldade em delimitar as fronteiras dos objetos reais correspondentes aos conceitos” (1990, p.168).

Na segunda metade da década de 70, quando de uma configuração

teórica na França, amplia-se a influência das teorias da enunciação, incorporam-se as contribuições de Bakhtin, ganha relevo a perspectiva pragmática, e o campo da Análise de Discurso torna-se mais complexo. Há, nesse momento, uma pluralidade de abordagens teórico-metodológicas na Análise de Discurso.

Problematiza-se a homogeneidade das formações discursivas tendo em vista que, embora determinadas pelo estado das formações sociais, podem fornecer elementos a novas formações discursivas, engendradas em novas condições sócio-históricas. Nessa direção, podemos encontrar elementos, por exemplo, do discurso dos jesuítas em textos escolares e didáticos, ou marcas do discurso político no religioso, assim como elementos atualizados de determinadas formações discursivas já enunciadas.

A formação discursiva passa a ser concebida, então, como um espaço de tensões. Logo, não é uma, mas contém no seu interior elementos de outras formações discursivas, o que dilui as fronteiras entre elas e corrobora a idéia de que uma formação discursiva pode carregar no seu ventre muitas outras formações.

A noção de interdiscurso permite-nos compreender o processo de reconfiguração incessante de uma formação discursiva pela incorporação de pré-construídos originários no seu exterior, provenientes de outras formações discursivas. Por meio desse processo, a formação discursiva reorganiza seus elementos, apagando alguns deles, destinados ao esquecimento, enquanto outros são reiterados e repetidos.

Em todo discurso materializado em enunciados se identificaria uma formação discursiva básica, que Courtine (1981) chama de Formação Discursiva de Referência (FDR), na qual intervêm diversas outras formações discursivas, que a ela ligam-se de modo contraditório ou complementar.

A constatação da presença de diferentes formações discursivas no mesmo discurso conduziu a formulação dos conceitos de Heterogeneidade e de Memória Discursiva, abrindo um extenso campo de alternativas teóricas e analíticas à Análise de Discurso.

2.7 Heterogeneidade e Memória Discursiva

Construído sobre a noção de dialogismo formulado por Bakhtin, o conceito de heterogeneidade foi desenvolvido por Authiez-Revuz (1990)⁶¹; segundo ela, no mesmo enunciado, diferentes vozes se manifestam de forma explícita ou não. No primeiro momento, temos a *heterogeneidade mostrada*, que aparece no uso das aspás, citações e também no discurso direto e indireto. Nesse instante, conforme Pêcheux (1990, p.316), “o sujeito reconhece a presença do outro, coloca o outro em cena e instaura explicitamente a separação entre seu dizer e o dizer do outro, ou se coloca em cena como o outro”.

No segundo momento, encontramos a *heterogeneidade constitutiva*, na qual o outro não se revela ao próprio sujeito – sua presença decorre de processos que se dão no inconsciente em que o sujeito é necessariamente descentrado, barrado, clivado, dividido. A presença do outro se faz por um lapso, revelando a natureza clivada do sujeito. No lugar da ordenação consciente da heterogeneidade mostrada, a heterogeneidade constitutiva dá-se como um emaranhado.

Esses conceitos referem-se, portanto, à presença de vozes que, no interior de um discurso, estabelecem relações de complementaridade, aliança, dominação ou antagonismo, a partir de diferentes formações discursivas existentes num mesmo campo discursivo.

No que tange ao ponto de vista do arcabouço teórico da Análise de Discurso, a incorporação dos conceitos de heterogeneidade e interdiscursividade constituiu um elemento de desestabilização e exigiu reformulações e revisões. Pêcheux observa, dessa forma, que as tendências que se desenvolviam em Análise de Discurso colocavam em risco alguns dos principais pilares de seu edifício teórico, já que rompiam com o mecanismo unívoco de interpelação do indivíduo em sujeito por uma formação discursiva investida de uma ideologia.

De acordo com Pêcheux, a insistência da alteridade na identidade discursiva põe em discussão o fechamento desta identidade e, com ela, a própria noção de maquinaria discursiva estrutural e quiçá, também, a de

⁶¹O conceito de heterogeneidade discursiva (Authier-Revuz, 1990) revela que todo texto é marcado por espaços reservados ao interlocutor, cabendo a este compor o tecido do texto como um todo, ocupando os espaços que lhe são determinados. Este conceito se sustenta pela definição de dialogismo em Bakhtin e pela noção de sujeito definida em Freud-Lacan.

formação discursiva. Doravante, os dispositivos de análise automática informatizados – que, supostamente, seriam a garantia de uma análise rigorosa e objetiva – foram sendo abandonados e substituídos pela interpretação do próprio analista percorrendo as mais diversas hipóteses.

Em 1981, Pêcheux analisa o grito de vitória que ecoou pelas cidades francesas com a eleição de François Mitterrand, decompondo o enunciado “*On a gagné*”, os sentidos que recobrem o verbo “ganhar” e a pluralidade de sujeitos que poderiam estar presentes no enunciado e ao fazê-lo, Pêcheux explicita como a opacidade deste enunciado, em termos de estrutura lingüística, apaga o acontecimento em si, no caso a vitória não só de Mitterrand, como a do socialismo.

Seus estudos apontaram para sujeitos que se localizam não apenas em lugares determinados no social ou político, mas também para aqueles que se encontram dispersos. Essas observações vieram no contrafluxo do que houvera proposto quando do assujeitamento do sujeito, pois Pêcheux se dá conta de que a maquinaria da formação discursiva é desestabilizada, assim como o discurso e o sujeito.

[...] este é um sujeito constitutivamente heterogêneo, de uma incompletude fundante que mobiliza o desejo de completude, aproximando-o do outro também incompletude por definição, com esperança de encontrar a fonte restauradora da totalidade nunca alcançada; construindo-se nas relações sociais, entendidas estas como espaço de imposições, confrontos, desejos, paixões, retornos, imaginação e construções (GERALDI, 1996, p.20).

Nessa direção, Pêcheux percorre uma “nova” trilha analítica, buscando múltiplos sentidos; para levá-la a cabo, recorre a acontecimentos outros, discursivos ou não, com os quais constrói uma espécie de cenário enunciativo.

Em suas análises, não se identificam questões formalistas ou esquematizadoras, que ocupavam o centro das suas reflexões nas fases anteriores. Segundo ele, a Análise de Discurso, tal como se desenvolvia em 1990, dava-se precisamente como objeto, explicitar e descrever montagens, arranjos sócio-históricos de constelações de enunciados, apreendendo suas distintas filiações de sentidos quando estes eram lançados à sua exterioridade.

A partir das (re)formulações engendradas por Pêcheux, algumas mudanças vão ocorrendo no cenário da AD⁶², tal como a problemática do sujeito assujeitado, que ele mesmo vai afirmar ser um sujeito de resistências em relação à língua. Ademais, pensamos que essa dobra do sujeito, essa resistência figura na postura dos sujeitos-enunciatórios em relação aos conteúdos e sentidos engendrados pelos meios de comunicação na produção noticiosa.

Como enunciamos no primeiro capítulo desta dissertação, iríamos nos valer da noção de sujeito da Análise de Discurso para buscar uma possível compreensão do papel do jornalista na produção noticiosa; fulcral na contemporaneidade, essa noção de sujeito traz uma forma de observar os indivíduos dentro da complexidade, já que do nosso ponto de vista, o complexo deve ser explicado pela complexidade, principalmente nas pesquisas em Comunicação que se mostram cada vez mais multifacetadas, ressignificáveis e repletas de fissuras.

2.8 Sobre a noção de sujeito na Comunicação Midiática

Na Análise de Discurso Francesa, um dos pilares de suas formulações teóricas é a noção de ideologia imbricada com a de sujeito a partir da consideração dos fenômenos da linguagem, pois é nela que reside a constituição da subjetividade, do sujeito e das suas representações de mundo.

Embora seja um conceito bastante amplo e ao qual pensadores como Michel Pêcheux e Michel Foucault debruçaram-se arduamente, procuraremos neste intento, tecer algumas observações teóricas a respeito dele na sociedade hodierna, e também para uma compreensão de seu papel na produção noticiosa da imprensa argentina, especificamente no periódico *Clarín*.

⁶²Além da AD aqui enunciada, uma outra linha erigiu-se e tem sido explorada principalmente por investigadores da comunicação – a Análise Crítica do Discurso (ACD). Um dos grandes diferenciais da Análise Crítica do Discurso é sua atenção aos estudos comunicacionais e da mídia. A comunicação é uma das disciplinas que mais tem recorrido à AD a fim de estudar o discurso da mídia. Com isso, já existem na história da AD autores que são oriundos da Comunicação e que têm procurado moldar cada vez mais esse método crítico aos objetivos da pesquisa na área. Norman Fairclough, Jorge Pedro Sousa, Cristina Ponte e Allan Bell são alguns desses estudiosos.

Dentro do percurso da concepção do sujeito, Orlandi (1983), citada por Brandão (2004, p.54-55) distingue algumas etapas cruciais, a saber:

- a) Relações interlocutivas centradas na idéia de interação, harmonia conversacional, trocas entre *eu* e *tu*;
- b) As relações intersubjetivas estão eivadas de conflito, são governadas por uma tensão básica em que o *tu* determina o que o *eu* diz, ocorrendo uma espécie de tirania do primeiro sobre o segundo;
- c) A AD rompe com o binarismo da concepção anterior e reconhece no sujeito um caráter contraditório que, marcado pela incompletude, anseia pela completude, pela vontade de “querer ser inteiro”.

Na esteira dessas reflexões emerge a figura de Benveniste, que incorpora em seus estudos lingüísticos a noção de subjetividade, donde está a capacidade de o locutor propor-se como sujeito do seu discurso, e ela se funda no exercício da língua, já que de acordo com Brandão (2004) toda enunciação é, explícita ou implicitamente, uma alocação, quando eu e tu são protagonistas da enunciação.

À medida que as pesquisas na contemporaneidade avançam na compreensão da relação entre cultura e comunicação, de uma saída teórica e política para os problemas na América Latina que perpassam a questão da hibridação, da mestiçagem cultural, tal intento, afirma Jacks (1995), contempla necessariamente o reconhecimento do sujeito e da pertinência de uma teoria que parta das percepções deste sujeito e de sua subjetividade. Uma saída teórica “que acolhe as vacilações da significação; que entrevê a comunicação como um processo dialógico onde a verdade, que nunca será mais a mesma, nasce da intersubjetividade” (MATTELART, 1989, p.201 apud JACKS, 1995, p.151).

Não se trata aqui de traçar uma trajetória histórica totalizante do sujeito, apenas conceber o que se quer revelar dele em meio à singularidade das culturas, às diversas formas de materialidade discursiva e ideológica, a um mundo que perpassa o planeta “global”, “pretensamente” unificado.

Nessa busca temos a subjetividade não como espaço que se desloca somente para o ponto psicológico/individual, nem se sintetiza ao reflexo

do mundo social/sistêmico, mas o que queremos é investigar o lugar social da subjetividade, definida como sendo:

“[...] a vida interior, as opções mais íntimas marcadas por um *ethos* em que a sociabilidade assume um tom caracteristicamente marcante”, constituinte do sujeito (VELHO, 1991 apud SOUSA, 1995, p.33).

Parece-nos complicado dimensionar o quanto é individual e o quanto é social na formação da subjetividade, o fato é que à medida que novas formas de subjetivação são descobertas no meio social, surgem novos prismas de estudos: como, na prática cotidiana, as pessoas encontram elos para relacionar-se consigo mesmas; como se vêem a si mesmas e como constroem sua identidade de sujeito.

A própria Comunicação Social como processo ou os veículos que ela utiliza, participa da construção da subjetividade. Daí porque, diz Sousa (1995) que a relação entre subjetividade e mundo simbólico⁶³ faz desse último uma ponte para outro ângulo da questão, qual seja, a própria construção do imaginário.

De acordo com Fígaro-Paulino (2001) o homem é individual/social porque tem na constituição de sua subjetividade, a subjetividade de um corpo social, histórico, cultural, marcado e distinto de outras sociedades, que foi apropriada de forma particular e pessoal; é um indivíduo/sujeito universal, fruto das relações sociais e da luta de classes e, simultaneamente, absolutamente único e particular apto a compreender e ser compreendido nos sentidos básicos e próprios do humano.

Estamos, pois, falando de um sujeito único, singular, um ser ativo que produz sentido em relação ao mundo por ele vivido na filogênese e na ontogênese, ou seja, enquanto um ser fruto do processo histórico humano e como processo de seu próprio tempo de vida, já que é um sujeito que luta e trava consigo mesmo uma batalha, batalha por ser sujeito do seu dizer, da sua existência e não apenas assujeitado pela língua e pelo sistema social, econômico, político e cultural no qual está imerso.

⁶³Se só conhecemos o real através do simbólico, só temos acesso ao simbólico através do imaginário. O simbólico em si mesmo não nos é dado... é o processo subjetivo pelo qual os homens se apóiam no real e tentam imaginariamente resolver suas contradições (SILVEIRA; DOARY apud SOUSA, 1995, p.34).

Esse sujeito constitui-se inserido numa determinada época histórica, num determinado espaço, num determinado conjunto de relações sociais e contexto cultural. Os sujeitos são plurais na medida em que vai se constituindo da polifonia dos discursos que circulam na sociedade. E atuam na cotidianidade polifonicamente. Baccega (1998) pontua que os enunciatários não são meros números ou participantes de uma classe social, eles reagem e interagem via meios e discursos interpessoais.

Fíguro-Paulino (2001) adverte que esse sujeito não deve ser encarado como um EU autônomo e autômato, livre no sentido de estar desligado, desprendido do conjunto que é a sociedade. O sujeito não é uma fonte absoluta de significação, capaz de tirar e criar de si mesmo todos os sentidos, pois também é produto da sociedade, das condições, das contradições e pulsões sociais.

Sousa (1995) argumenta que muito embora esse sujeito da comunicação na tardomodernidade não esteja configurado teoricamente, sabe-se que ocupa um espaço contraditório, o da negociação, o da busca de significações e de produções incessantes de sentido na vida cotidiana.

O receptor deixa de ser visto, mesmo empiricamente, como consumidor necessário de supérfluos culturais ou produto massificado apenas porque consome, mas resgata-se nele também um espaço de produção cultural (SOUSA, p.26-27).

É um enunciatário melhor percebido no universo da cultura em produção, da cultura popular, em que a própria comunicação encontra-se, surgindo da observação dessas novas situações empíricas, dando chance para o encontro do sujeito.

Destaca-se que essa mudança metodológica, donde o sujeito é inserido, que dos meios passa às mediações, à trama cultural, aos modos de ver, é resultado de uma lógica menos ligada à razão e mais sensível ao mundo social plural, à percepção da pluralidade dos atores sociais.

Tal pluralidade que possibilita outras costuras explicativas na identificação do lugar da comunicação na contemporaneidade. Costuras estas que propiciam a admissão de lógicas específicas, em torno das quais há que se levar em conta os processos políticos, econômicos, envolvendo inclusive esferas ideológico-culturais, já que o ideológico, cultural, político e econômico faz morada no plano discursivo.

Conforme diz Thompson (1998, p. 152), muitas das formas culturais do mundo de hoje, em vários graus de extensão, são culturas híbridas em que diferentes valores, crenças e práticas se entrelaçam profundamente. Isso não implica que a globalização da comunicação através da mídia eletrônica não tenha produzido novas formas de dominação e de dependência culturais. Mas isto também não quer dizer que não possamos entender estas novas formas, suas conseqüências e como os sujeitos se apropriam disso.

O fato é que a comunicação não deve mais ser resumida, afirma Sousa (1995), apenas aos veículos que a compõem, mas exige ser entendida, dissecada, nos processos em que os veículos atuam e que, por conseguinte, dão a ela um lugar social também de parceiro de vida e não apenas de instrumento-veículo. Tanto na esfera da produção quanto do consumo midiático, o processo não existe isoladamente, compõe uma prática conjugada. Interação/produção/consumo materializada justamente na diversidade de gêneros, linguagens, discursos e formatos.

Temos que o sujeito é dialético e dialógico, conflui na contradição própria do seu existir uno e social. Dialógico por apenas ser sujeito quando capaz de constituir-se também do outro, e dos outros que constituem sua história pessoal de vida; dialético porque se constitui nesse ir e vir uno e social. Estamos falando de um sujeito constitutivamente heterogêneo, com esperança de encontrar a fonte restauradora da totalidade nunca alcançada, que se constrói nas relações sociais, entendidas como espaço de imposições, confrontos, desejos, paixões, retornos, imaginação e construções (GERALDI, 1996).

Morin diz que se tentarmos pensar no fato de que somos seres ao mesmo tempo físicos, biológicos, sociais e culturais, psíquicos e espirituais, torna-se evidente que a complexidade é aquilo que tenta conceber a articulação, a identidade, e a diferença de todos estes aspectos, enquanto o pensamento simplificante separa estes diferentes aspectos, ou unifica-os por uma reificação mutilante.

O sujeito é compreendido então como um organismo complexo capaz de pensamento. Morin (1996, p.45 apud GALEMBECK; VEASEY, 2008) define sujeito como o indivíduo, considerado em duas dimensões: a autonomia e a dependência. Com efeito, o sujeito é autônomo, e tem consciência de que é um indivíduo único, dotado de identidade própria. Todavia, esse indivíduo está ciente, ademais, de que depende de outros

seres (da mesma ou de outra espécie) para construir a própria individualidade⁶⁴. Assim, asseveramos que fora da relação com o outro, não pode haver sentido:

Mesmo que os outros sejam o inferno, o homem está inelutavelmente preso ao outro naquilo que há de mais caracteristicamente humano, a linguagem. A alteridade é uma dimensão constitutiva do sentido. Não há identidade discursiva sem a presença do outro (FIORIN, 2003, p.36).

Para Morin, citado por Galembeck e Veasey (2008), ser sujeito não é ser consciente nem ter afetividade, mas tão somente colocar-se no centro de seu próprio mundo. É ocupar-se de si: “*Computo ergo sum*”. Esclarece dizendo que todo mundo pode dizer “eu”, contudo, cada um de nós só pode ser “eu” por si próprio (autonomia). Ninguém pode dizer “eu” pelo outro. Ser sujeito é colocar-se no centro do seu próprio mundo; é ao mesmo tempo, ser autônomo e dependente. Dependente do meio, que é anterior e autônomo enquanto ocupa-se de si. Já, ser consciente é ter a capacidade de sair de si, de transcender a centralidade da subjetividade, percebendo, ao mesmo tempo, que nosso modo de ser é ser o centro de nosso mundo.

Ao propor uma nova hipótese sobre a relação entre emissores e receptores, substituindo a idéia de manipulação da mídia, vigente até hoje, pelos conceitos de sedução e construção de imaginários⁶⁵, o jornalista e pesquisador Juremir Machado da Silva lembra que o imaginário é

⁶⁴A noção de sujeito, em Morin, fundamenta-se em dois princípios, inseparáveis e associados, o princípio da exclusão e o da inclusão. O princípio da exclusão baseia-se na instituição do “eu” como elemento único e central: é a consciência da individualidade e da subjetividade. Mas a exclusão pressupõe a inclusão, pois o “eu” só existe em função do outro com o qual mantemos relações (“você”) e de outros seres com os quais nos integramos (“nós”). Em outros termos, pode-se admitir que o ser humano - dotado de linguagem e cultura - institui-se a si mesmo como um ser único (o “eu”, seguramente, não tem plural, mas, do mesmo modo, ele não pode deixar de levar em consideração o interlocutor (“você”) e o grupo no qual ele se insere (“nós”). O “eu” isolado não existe, porque o sujeito e o outro se complementam e é nessa complementaridade que o ser humano pode exercitar a sua liberdade, como tal entendida a capacidade de escolha (GALEMBECK; VEASEY, 2008).

⁶⁵Segundo Galembeck e Veasey (2008), Morin na década de 60 já atribuía à estrutura do imaginário a explicação para a contradição padronização/individualidade. Paradoxo presente na indústria cultural, pelo qual é possível compreender os mean-

muito mais que um simples álbum de fotografias mentais ou um museu da memória individual ou social.

“O imaginário é uma rede etérea [sublime, celestial] e mo-vedição de valores e de sensações partilhadas concreta ou virtualmente” (SILVA, J.M.S , 2003 apud FERNANDES, 2004, p. 150).

O imaginário é, ao mesmo tempo, reservatório e motor: depósito de imagens, sentimentos, lembranças e experiências, e uma força que impulsiona a concretização da realidade. A realidade é o que nosso imaginário arquiteta e constrói.

Destarte, pensamos que há uma dobra nesse sujeito que é a garantia mesma da liberdade de ação. “A ação dos sujeitos está implícita na noção de resistência: produzir um dentro e, necessariamente, resistir; em outras palavras, a dobra que constitui os sujeitos é a garantia mesma da liberdade de ação desses sujeitos” (ROCHA apud VEIGA-NETO, 2003, p.151-152).

Sujeito que se constitui em todas as formas de discurso. Sabemos que o pensamento humano é expresso na sua gênese através de imagens. Assim pensamos a imagem fotográfica como discurso já que está arraigada de sentidos construídos individual e socialmente por um sujeito que capta a imagem, dá-lhe um foco, a enquadra e ao lado do texto

dros de uma organização burocrático-industrial que busca a novidade e a originalidade. Dizia: o imaginário se estrutura segundo arquétipos: existem figurinos-modelo do espírito humano que ordenam os sonhos e particularmente, os sonhos racionalizados que são os temas míticos ou romanescos. Regras, convenções, gêneros impõem estruturas exteriores às obras, enquanto situações-tipo e personagens-tipo lhes fornecem as estruturas internas. A industrial cultural persegue a demonstração à sua maneira padronizando os grandes temas romanescos, fazendo clichês dos arquétipos em estereótipos. Praticamente fabricam-se romances sentimentais em cadeia, a partir de certos modelos tornados conscientes e racionalizados, com a condição de que os produtos resultantes dessa cadeia sejam individualizados. Tanto que, os palimpsestos são constantemente tomados por diretores de núcleo televisivos, que rememoram cenas cinematográficas e transferem essa construção para cenas televisivas. Como o caso do novo seriado global “Guerra e Paz”, cujas cenas e personagem principal foi inspirado, segundo Carlos Lombardi, em um clássico do cinema americano dos anos 70, “Séripico”. Al Pacino viveu o personagem título do filme: o de um policial incorruptível, odiado pelos colegas e que se disfarça para realizar suas investigações.

no jornalismo impresso, produz sentido e traz à sua própria arena outros discursos, outras formas de enunciar, de dizer, de comunicar e criar efeitos de verdade, de realidade, de sentido.

A tesoura do sujeito fotógrafo marca uma forma peculiar de ver a realidade, de representá-la por meio da fotografia jornalística, e de fazer no seu interior circular uma filiação de sentidos e não outra, considerando todas as ações que atuam no processo de produção noticioso.

Como a fotografia jornalística para nós é uma forma de discurso, vamos tecer algumas observações acerca que como o não-verbal materializa-se no jornalismo impresso investido de sentido e são uma forma de representação do real, um recorte, um tratamento da realidade objetiva perpassado por subjetividades.

2.9 A fotografia jornalística como discurso – Discurso imagético

Ao se pensar a imagem através do verbal, acaba-se por descrever, falar da imagem, dando lugar a um trabalho de segmentação da imagem em unidades discretas. A palavra fala da imagem, a descreve e traduz, mas jamais revela a sua matéria visual [...] É a visibilidade que permite a existência, a forma material da imagem e não a sua co-relação com o verbal.

Tânia Clemente de Souza

Existem muitas discussões e abordagens teóricas para a problemática da análise de imagens, por isso, neste item, pretendemos abordar alguns aspectos que nos parecem pertinentes para o estudo de caso desta dissertação – a edição impressa do jornal argentino *Clarín*. Vamos, nesse sentido, trazer à tona alguns aspectos que julgamos relevantes no espectro das teorias da imagem e que poderão contribuir com nossa investigação e com a leitura/interpretação que engendremos.

Assim, ao analisar algumas imagens, vamos desenvolver considerações sobre apontamentos teóricos de Roland Barthes (1990), Coutinho (2008), Joly (1996), Sousa (2004) e Souza (2001), em relação à fotografia jornalística impressa, inserida no contexto da sociedade hodierna.

Nosso método estratégico para o desenvolvimento desta dissertação é o estabelecimento de uma relação dialética entre o imagético e o lingüístico, pois acreditamos que no fotojornalismo, tanto a fotografia como o texto são estruturas heterogêneas, opacas, e que não existe fotojornalismo sem texto. Verbal e não-verbal completam-se e complementam-se.

Pensamos que no atual cenário, a globalização e as novas formas e nuances que o capitalismo neoliberal tem adquirido, expuseram as mazelas estruturais da nossa sociedade, fato que tornou a informação ficar cada vez mais “pletórica”, mais aparentemente cheia de conteúdos, de dados, o que explica, de certo modo, a busca por diferentes formas de informar e comunicar, realizada pelos Meios de Comunicação e pela Indústria Cultural, a intrincada e às vezes tensa, do ponto de vista discursivo, relação entre o textual e o fotográfico.

Nossa sociedade midiática contemporânea, marcada tanto por avanços como por controvérsias, tem engendrado um sem número de imagens, tanto na publicidade, como no jornalismo, seja o impresso, seja pela televisão ou pela internet). Joly (1996) afirma que a utilização de imagens generaliza-se e, contemplando-as ou fabricando-as, todos os dias somos levados a decifrá-las, interpretá-las e utilizá-las. Sousa (2004) arremata ao dizer que as fotografias podem contribuir para informar, dar mais ênfase às reportagens, atribuir sentido e enquadramento de um acontecimento e ter funções estéticas.

[...] nunca ninguém possa separar “a palavra” do seu sentido, a não ser que se recorra à metalinguagem de uma definição: se a distinção permite descrever a estrutura da imagem de uma maneira coerente e simples e se a descrição assim feita prepara uma explicação do papel da imagem na sociedade, julgamo-la justificada” (BARTHES, 1990, p.30).

De uma polissemia genésica, a expressão imagem aponta em diversas direções; Coutinho (2008)⁶⁶ diz que tal palavra vai da medicina ao elogio da arte e passa pela leitura de exames de alta tecnologia e

⁶⁶Coutinho (2008) assevera que a ato de perceber imagens, a faculdade de percepção visual, seria um dos mais conhecidos modos de relação entre o homem e o mundo. Nessa perspectiva, diz que podemos afirmar que a análise de imagem se-

custo, astronomia, meteorologia, geodinâmica, astrofísica, biologia e informática. “Imaginária ou concreta, a imagem passa por alguém que a produz ou reconhece” (JOLY, 1996, p.13).

Nessa direção, realizar análise de imagem significa fechar o foco, precisar o objeto a ser analisado e apreender o(s) sentido(s) que não figura(m) na estrutura visível da fotografia, senão em lugares opacos da linguagem fotográfica, pois acreditamos que a opacidade⁶⁷ é inerente a todas as linguagens, inclusive à imagética, que para nós é também discurso, já que investida de sentido(s).

Destarte, realizar um trabalho de análise de imagem é buscar uma possível compreensão das mensagens visuais enquanto produtos comunicacionais, sobretudo aquelas que figuram nos meios de comunicação e na Indústria Cultural – anúncios publicitários, filmes, fotografias impressas em periódicos e revistas, imagens difundidas pela televisão e disponíveis na Internet.

O trabalho de interpretação da imagem, como na interpretação do verbal, vai pressupor também a relação com a cultura, o social, o histórico, com a formação social dos sujeitos. E vai revelar de que forma a relação imagem/interpretação vem sendo “administrada” em várias instâncias (SOUZA, 2001, p.5-6).

A relevância de se analisar imagens reside, entre vários motivos, no espaço que as imagens ocupam nos registros visuais da nossa sociedade, no (re) conhecimento do homem desde sua gênese na concepção religiosa cristã, que corrobora e reforça os conceitos de imagem e semelhança na constituição do ser humano.

[...] de um modo mais ou menos confuso, lembramos que “Deus criou o homem à sua imagem. Esse termo, imagem, aqui fundador, deixa de evocar uma representação visual para evocar uma semelhança. O homem-imagem de uma

ria uma espécie de faculdade “natural” de todo ser humano, uma de suas formas de comunicação com o Outro, a Sociedade.

⁶⁷Souza (2001) escreve que a imagem lida não é imagem na sua materialidade intrínseca. É sustentação de discursos outros.

perfeição absoluta para a cultura judaico-cristã une o mundo visível de Platão, sombra, “imagem” do mundo ideal e inteligível, aos fundamentos da filosofia ocidental. Do mito da caverna à Bíblia, aprendemos que nós mesmos somos, seres que se parecem com o Belo, o Bem e o sagrado (JOLY, 1996, p.16).

Assim, um dos pontos comuns entre as diferentes significações da palavra imagem, seja ela material ou imaterial, natural ou não, visual ou não é, “algo que se assemelha a outra coisa” (JOLY, 1996, p.38), mesmo quando tratamos de uma imagem não concreta, como a mental. Logo, pensar na imagem do ponto de vista da semelhança, ou da analogia é, pô-la na categoria das representações.

Se ela parece é porque ela não é a própria coisa: sua função é, portanto, evocar, querer dizer outra coisa que não ela própria, utilizando o processo de semelhança. Se uma imagem é percebida como *representação*, isso quer dizer que a imagem é percebida como signo” (JOLY, 1996, p.39).

Coutinho (2008) afirma que nas pesquisas em comunicação⁶⁸, existem três grandes grupos de investigadores que têm realizado análises de imagens e tecida diferentes considerações a respeito da fotografia, a saber:

a) *Imagem como documento*⁶⁹ – Os pesquisadores dessa linha propõem-se a analisar a imagem como registro de uma determinada realidade, desde uma abordagem de caráter mais etnográfico.

b) *Análise da narrativa da imagem* – Nesse grupo destacamos Roland Barthes (1984/1990); este investigador Francês ressalta a

⁶⁸Como já dissemos, não temos a pretensão de, neste espaço, tecer um histórico, nem adentrar os embates teóricos que podem existir na análise de imagem, senão formular um escopo com alguns apontamentos e utilizá-los nas análises que faremos no último capítulo.

⁶⁹Coutinho (2008, p.331) afirma que “[...] a preponderância desse tipo de análise, cuja eclosão nas chamadas ciências humanas ocorre, sobretudo na década de 1980, teria relação direta com a aproximação entre a fotografia e o registro técnico, e isento, da imagem”.

ligação direta entre a imagem fotográfica e o objeto representado, donde a fotografia partilharia a própria história do mundo. Barthes sentencia: “...toda fotografia é um certificado de presença, sempre traz consigo seu referente, ambos atingidos pela mesma imobilidade amorosa ou fúnebre, no âmago do mundo em movimento: estão colados um ao outro.” (BARTHES, 1984, p.29). Assim, a pesquisadora Coutinho arremata ao afirmar que:

[...] cada fotografia representa um recorte da sociedade ou de fato, situação, e, portanto, pressupõe várias escolhas realizadas quando entra em ação a “tesoura” do fotógrafo. As imagens a serem analisadas se constituiriam assim não na realidade objetiva, mas em uma forma de olhar, registrada pela ação humana em associação a processos técnicos, químicos no caso da fotografia (COUTINHO, 2008, p.332).

- c) Defensora da necessidade de *Exercícios do Ver*, com proposições de Jesús Martín-Barbero e German Rey, pretende refletir acerca da hegemonia do audiovisual na sociedade coeva. “[...] pela fragmentação exigida pelo espetáculo transforma-se o desejo de saber em mera pulsão de ver.” (BARBERO & REY, 2001 apud COUTINHO, 2008, p. 333). Coutinho (2008) cita em seus estudos o investigador Squirra (1999) que afirma: “[...] as representações pictórico-iconográficas constituem parte preponderante no processo de apreensão do conhecimento e de expressão; a informação visual é o mais antigo registro da história humana”.

Assim, estudar o discurso fotográfico é compreender como a imagem não produz apenas um efeito visível e que é fulcral vê-la para além desse visível por meio de um trabalho de interpretação, de leitura que considere “o efeito de sentido que se institui entre a imagem e o olhar” (SOUZA, 2001, p. 5). Souza (2001) ainda assegura que enquanto a leitura da palavra pede uma direcionalidade (da esquerda para a direita), a da imagem é multidirecionada, dependendo do olhar de cada sujeito-leitor.

Quando se recorta pelo olhar, um dos elementos constitutivos de uma imagem produz-se outra imagem, outro texto,

sucessivamente e de forma plenamente infinita. Movimento totalmente inverso ao que ocorre com a linguagem verbal: quanto mais se segmenta a língua, menos ela significa (SOUZA, 2001, p.6).

Sousa (2004) afirma que a fotografia é ontogenicamente incapaz de oferecer determinadas informações, e que, portanto, teria de ser complementada com textos que norteassem a construção de sentidos no interior de certas mensagens noticiosas⁷⁰.

A relação de inerência estabelecida entre imagem e texto abre um campo “novo” de investigações, já que “o processo de perpetuação da história é bem mais complexo do que uma simples cadeia de comunicação oral e que a imagem – dentre outras formas de expressão não-verbal – é também discurso” (SOUZA, 2001, p.11).

Roland Barthes (1990), semiólogo francês, busca compreender e desvelar o que subjaz às fotografias, o que elas portam no campo do invisível, do que não pode ser visto a “*olho – nu*”. Para ele, a fotografia produz ao infinito o que ocorreu apenas uma vez (por exemplo, um acontecimento midiático, como um acidente aéreo), repetindo de modo mecânico o que jamais ocorrerá material e existencialmente da mesma maneira, já que o momento ímpar apreendido pelo sujeito-fotógrafo não mais poderá voltar com as mesmas características, cenário, cor, personagens, ângulos, enquadramentos.

Pensamos que a fotografia não mostra o tempo de forma linear, sequencial, mas representa um tempo próprio, peculiar, distinto do tempo cronometrado pelo relógio. Ela entrega-se ao olhar do Outro sem pedir licença e torna possível um passeio pela memória psicológica e discursiva, e pelo tempo.

[...] Só a oposição do código cultural e do não-código natural pode, parece, dar conta do caráter específico da fotografia e permitir medir a revolução antropológica que ela

⁷⁰O estudioso português assegura que, por exemplo, a imagem não consegue mostrar conceitos abstratos, como o de “inflação”. “Pode-se sugerir o conceito, fotografando, por exemplo, etiquetas de preços. Mas em todo o caso, o conceito que essa imagem procuraria transmitir só seria claramente entendido através de um texto complementar. Nas fotografias de uma guerra, se o texto não ancorar o seu significado, podem ser símbolos de qualquer guerra e não representações de um momento particular de uma guerra em particular” (SOUZA, 2004, p.113).

representa na história do homem, pois o tipo de consciência que ela implica é verdadeiramente sem precedentes; com efeito, a fotografia instala, não uma consciência de *estar lá* da coisa (que toda a cópia poderia provocar), mas uma consciência do *ter – estado – lá*. Trata-se, pois, de uma nova categoria do espaço-tempo: local imediato e temporal anterior: na fotografia produz-se uma conjunção ilógica entre o *aqui* e o *outrora* (BARTHES, 1990, p.35-36).

Roland Barthes (1990), afirma que as fotografias possuem dois elementos que as constituem, se entrecruzam e estão imersos em sua composição, os chamados *studium* e *punctum*.

O *studium* é amplo, vasto, unímido. É o abundante da fotografia, de interesse geral, universal e não propriamente algo peculiar; está ligado ao campo da sabedoria e da cultura, e permite-nos a busca das razões e intenções das práticas sociais e das representações construídas sobre a realidade.

O *punctum* é o elemento que provoca a impressão, comove, mexe com nossos mais recônditos sentimentos de alguma maneira, e causa uma subitânea emoção. É o instante que nos atinge e inflama como uma picada de abelha, pode ser algo que nos proporciona um sentir-se bem, agradável ou não.

A partir de tais conceitos, Barthes (1990) explana-nos o que são o óbvio e o obtuso da/na fotografia. Enquanto o primeiro refere-se a algo apresentado ao entendimento, como um domínio de um saber e de uma cultura inteligível, que pode ser apoiado na ciência para observar o óbvio, o obtuso é o que tange, abala, excita, como um silêncio⁷¹ encantador que pode nos abater e irromper nossa tranqüilidade.

Para Barthes,

[...] uma foto pode ser objeto de três práticas (ou de três emoções, ou de três intenções): fazer, suportar, olhar. O *Operator* é o fotógrafo. O *Spectator* somos todos nós, que

⁷¹ Acerca do silêncio, Orlandi (1992) observa que não pode ser confundido com o implícito. Ao contrário do implícito (não-dito), que significa por referência ao que foi dito, o silêncio não precisa ser referido ao dizer para significar. O silêncio significa, não fala (SOUZA, 2001, p. 7).

compulsamos, nos jornais, nos livros, nos álbuns, nos arquivos, coleções de fotos. E aquele ou aquela que é fotografado, é o alvo, o referente, espécie de pequeno simulacro, de *éidolon* emitido pelo objeto, que de bom grado eu chamaria de *Spectrum* da Fotografia, por essa palavra mantém, através de sua raiz, uma relação com o “espetáculo” e a ele acrescenta essa coisa um pouco terrível que há em toda fotografia: o retorno do morto (1984, p. 20).

Nesse sentido, acreditamos que a composição da fotografia com seus elementos óbvios e obtusos acompanhada de uma legenda, pode atribuir à expressão lingüística algumas funções, já que o fotojornalismo sem texto pode não ter tanta legitimidade e quiçá não existir. Barthes (1990) escreve que o texto dirige o leitor entre os significados da imagem, faz-lhe evitar uns e receber outros, “através de um *dispatching* muitas vezes subtil, ele teleguia-o para um sentido antecipadamente escolhido” (BARTHES, 1990, p.33).

De acordo com Sousa (2004), o texto em relação à fotografia, apresenta algumas funções na produção jornalística, a saber:

1. Chamar a atenção para a fotografia ou para alguns dos seus elementos;
2. Complementar informativamente a fotografia, inclusive devido à incapacidade que a imagem possui de mostrar conceitos abstratos;
3. Ancorar o significado da fotografia, norteando o leitor para aquilo que a fotografia representa;
4. Conotar a fotografia, abrindo o leque de significações possíveis; orientar o leitor para os significados que se pretendem atribuir à fotografia;
5. Analisar, interpretar e/ou comentar a fotografia e/ou seu conteúdo.

Através do texto os sujeitos-jornalistas procuram denotar ou conotar a imagem, atribuir-lhe sentido(s) a partir de gestos e expressões dos sujeitos-actantes que figuram na imagem fotográfica captada no fato ou acontecimento, o sujeito-captador cuida,

segundo Sousa (2004), numa atividade consciente, do embelezamento da imagem, valoração da presença de certos objetos, utilização de várias imagens, truncagem⁷², etc.

No que tange à denotação, a imagem denotada, destarte, está mais próxima da realidade, pois não há uma imagem literal no sentido mais puro;

[...] compreende-se que numa perspectiva estética a mensagem denotada possa surgir como uma espécie de estado adâmico da imagem; desembaraçada utopicamente das suas conotações, a imagem, tornar-se-ia radicalmente objetiva, isto é, ao fim e ao cabo, inocente (BARTHES, 1990, p.34).

Em relação à conotação, Barthes (1990) diz que ela arrasta um significado estético, quiçá como a entonação e que é um significante isolado da linguagem; eivada de um carácter cultural, a imagem no nível da conotação pode ter um variado número de leituras, leituras estas não-anárquicas, já que variará de acordo com os saberes investidos na imagem. Barthes (1990) assevera que a língua da imagem não é somente um conjunto de palavras emitidas, senão um conjunto de palavras recebidas, e que a língua precisa incluir as surpresas provocadas pelo(s) sentido(s).

A variabilidade das leituras não pode, pois, ameaçar a “língua” da imagem, se admitirmos que esta língua é composta por idiolectos, léxicos ou subcódigos: a imagem é inteiramente atravessada pelo sistema do sentido, exatamente como o homem se articula até o fundo de si próprio em linguagens distintas (BARTHES, 1990, p. 38).

Para que compreendamos a produção de sentido na Comunicação Midiática na relação entre fotografia-imagem no jornalismo impresso, parece-nos condição *sine qua non*, tecer mais algumas considerações sobre a importância das peculiaridades de um jornal impresso e sua relevância na vida cotidiana de determinados grupos sócio-culturais.

⁷²Para Sousa (2004), a truncagem consiste na introdução, modificação ou supressão de elementos numa fotografia.

A primeira delas refere-se à construção própria da realidade observável em cada um desses jornais de grande porte, moldando o horizonte de conhecimento do sujeito-leitor sobre uma determinada realidade enquadrada e focada em certos sentidos, cuja variação dá-se muito mais pela característica genésica da linguagem – a opacidade e a “intransparência” – que por uma manipulação literal por parte do sujeito-enunciador.

A segunda diz respeito à onipresença da mídia como dimensão essencial da contemporaneidade, sendo impossível escapar a essa representação. A mídia constrói experiência e apreende sentidos sobre o mundo e a realidade. Lembremos que os meios de comunicação modernos, conforme Soares (2007), são a concretização tecnológica máxima da representação no sentido da figuratividade da imagem, cumprindo um papel testemunhal.

A terceira particularidade do jornal trata da fotografia, que (re)define o conteúdo da experiência cotidiana, colocando-nos em contato com pessoas, eventos, lugares que não presenciamos; está imbricada com nossas mediações, donde como sujeitos interagimos, produzimos sentido também, já que para nós cultura é sentido existencial.

De acordo com Pignatari (2009), a fotografia aparece mediando a relação acontecimento-sujeito-leitor, propiciando ao sujeito-enunciário imaginar o cenário e a ação daquele registro fotográfico. Mais especificamente, as fotografias jornalísticas são produtos do fotojornalismo, que muito mais que técnica e pragmática, é conhecimento. Para Sousa (2004), a tarefa do fotojornalismo envolve informar, contextualizar, oferecer conhecimento, formar, esclarecer ou opinar através da cobertura de assuntos de interesse jornalístico.

Travar o movimento é a opção mais comum no fotojornalismo. Os gestos significativos, as posições sugestivas, precisam frequentemente de ser “congeladas” para que lhes possa ser imposto um sentido. A máquina fotográfica tem a capacidade de “sacar” à realidade um fragmento de tempo que potencia o nosso limitado poder de visão (SOUSA, 2004, p.123).

Imediatismo e inesperado demarcam o caráter das fotografias jornalísticas. Enquanto uma foto-documentário carrega uma relevância

intemporal, a foto jornalística tem uma relevância momentânea. No entanto, acreditamos que dependendo do evento, de seu caráter sócio-histórico, a fotografia jornalística pode adquirir também um valor intemporal⁷³.

Todavia, qual seria a função da foto, seu significado em relação à notícia (texto) e da própria foto como notícia? Na esteira de Barthes (1990), a fotografia assume uma série de funções como a de representar, surpreender, dar significação, provocar desejo. Acrescentemos ainda a função de: documentar, testemunhar, comunicar, realçando, a função de fornecer informações. A fotografia adquire, então, um caráter de notícia, pois possui informações sobre algum acontecimento, transmitindo algo, algum(s) sentido(s).

Enquanto caráter de notícia e não só uma imagem de notícia, a fotografia torna-se uma munição para o sujeito-jornalista, que busca dar veracidade àquilo que escreve. É uma impressão da verdade, um efeito de verdade que fornece provas. O registro fotográfico denuncia.

Aqui trazemos as contribuições do analista de discurso francês Patrick Charaudeau; embora aparentemente ele trabalhe apenas com análises textuais, suas investigações extrapolam o campo lingüístico e vão às imagens, entendendo-as como discurso também, como complementares dos elementos textuais que compõem uma notícia.

O efeito de verdade está mais para o lado do “acreditar ser verdadeiro” do que para o do “ser verdadeiro”. Surge da subjetividade do sujeito em sua relação com o mundo, criando uma adesão ao que pode ser julgado verdadeiro pelo fato de que é compartilhável com outras pessoas, e se inscreve nas normas de reconhecimento do mundo. Diferentemente do valor de verdade, que se baseia na *evidência*, o efeito de verdade baseia-se na *convicção*, e participa de um movimento que se prende a um *saber de opinião*,

⁷³Como exemplo, podemos tomar a famosa foto da garotinha vietnamita em Hanói, atingida por uma napalm. Outra mais recente, a foto das torres gêmeas (World Trade Center) estampada em vários jornais do mundo e talvez no caso do Brasil, o incêndio do galpão da TAM, considerado o maior da história aeronáutica brasileira, com 186 mortos ou os recentes crimes praticados contra a jovem Eloá Pimentel, assassinada pelo namorado depois de mais de quatro dias de seqüestro, e a menina Isabela Nardoni de apenas cinco anos, supostamente assassinada pelo pai e a madrasta.

a qual só pode ser apreendida empiricamente, através dos textos portadores de julgamentos. O efeito de verdade não existe, pois, fora de um dispositivo enunciativo de influência psicossocial, no qual cada um dos parceiros da troca verbal [ou não-verbal-*grifos nossos*] tenta fazer com que o outro dê sua adesão a seu universo de pensamento e de verdade. O que está em causa aqui não é tanto a busca de uma verdade em si, mas a busca de “credibilidade”, isto é, aquilo que determina o “direito à palavra” dos seres que comunicam, e as condições de validade da palavra emitida (CHARAUDEAU, 2006, p.49).

Não apenas no que tange à palavra, mas também em relação à fotografia, acreditamos que dentro do pensamento de Charaudeau (2006), podemos pensar a imagem fotográfica inserida em determinadas condições de validade e de verdade, já que a adesão dar-se-ia por meio de um contrato de veridicção entre sujeito-enunciário e enunciativo, e no seio de certas condições de produção. Segundo Charaudeau (2006), o homem tem necessidade de basear sua relação com o mundo num “crer ser verdade”, o que (de) marca uma questão de verdade, mas também de crença⁷⁴.

Segundo Lage (1999), a fotografia é atividade especializada; trata-se de selecionar e enquadrar elementos semânticos de realidade, de modo que, congelados na imagem fotográfica, transmitam informação jornalística. Assim, a produção jornalístico-fotográfica molda a realidade, partindo dos critérios de noticiabilidade tal qual a produção textual, além de princípios técnico-pragmáticos⁷⁵.

⁷⁴Charaudeau (2006) argumenta que: “Nas sociedades ocidentais, por exemplo, a verdade depende da crença de que ela preexiste à sua manifestação, de que ela se encontra em estado de pureza e inocência, e de que sua descoberta se faz ao término de uma pesquisa na qual o homem seria, ao mesmo tempo, o agente (movido pelo desejo de saber), e o beneficiário (ele descobre a resposta à pergunta: “quem sou eu?”)” (CHARAUDEAU, 2006, p.48-49).

⁷⁵O texto jornalístico transforma a realidade fragmentada (matéria-prima do fazer jornalístico) em informação e notícia. Assim, as notícias são o resultado de um processo de produção, definido como a percepção, seleção e transformação de uma matéria-prima (os acontecimentos) num produto (as notícias). Mais do que narrativas comuns, as notícias são resultados de um processo que envolve um conjunto de nego-

A pragmática do fotojornalismo contribui para a construção de um imaginário relacionado aos acontecimentos traduzidos como fragmentos da realidade do mundo pelo jornal. A cena informativa nasce, conforme Vilches (1993), de onde o fotógrafo decide apontar sua câmera. De acordo com Rodrigues (1994) a fotografia jornalística converte o acontecimento em fato notável, porque seu status de testemunho da realidade é acrescido de cargas axiológicas. Nessa mesma direção opina o semiólogo francês Roland Barthes:

Fotografia é inclassificável porque não há qualquer razão para *marcar* tal ou tal de suas ocorrências; (...) são signos que não prosperam bem, que *coalham* como leite. Seja o que for o que ela dê a ver e qualquer que seja a maneira, uma foto é sempre invisível: não é ela que vemos (BAR-THES, 1984, p. 16).

A fotografia jornalística opera um corte (espaço-tempo) e uma focalização (objetos, indivíduos envolvidos na cena) e os reverbera, permitindo sua conservação e seu transporte. Nesse sentido, o sujeito foto-jornalista, conforme Aumont (1993), realiza um enquadramento, no sentido de seu olhar recortar um determinado objeto do cenário a ser registrado. Esse recorte é orientado pela linha editorial, pelos critérios de noticiabilidade⁷⁶, sem descartar a carga de espontaneidade no processo do registro e o instante jornalístico.

Charaudeau (2006) afirma que no labor de ordenamento do sentido há um sujeito que possui uma dupla faculdade, a primeira, de perceber por meio da experiência direta, não conceitualizada; “Aquilo que os fenômenos têm de potencialmente estruturável em relação ao tempo e ao espaço” (CHARAUDEAU, 2006, p.98-99). A segunda, a faculdade de estruturar o mundo, dando-lhe uma configuração com o auxílio da

ciações e disputas, de reprodução social da realidade. E o sentido produzido a partir do texto não se esgota na notícia em si, no produto, mas perpassa o processo de produção e recepção. Por isso, o jornalismo não só informa, ele comunica conformando uma rede de sentidos, quando se pensa nas interlocuções na produção e na recepção, por exemplo.

⁷⁶Tais critérios foram enunciados no primeiro capítulo desta dissertação, quando buscamos compreender as diferentes Teorias da Notícia e quais motivos nos levam a ter determinadas notícias e não outras.

linguagem. Segundo o investigador francês, esse trabalho depende da capacidade do sujeito integralizar suas percepções num sistema de experiência e pensamento que preexistem ao aparecimento do fenômeno, e que isto exige três tipos de aptidão, a saber:

Reconhecimento do sistema de pensamento e das referências organizacionais que devem permitir perceber e interpretar os acontecimentos internos ao sistema; *percepção* de um elemento novo, perturbador, o qual surge fora de sistema e que deve permitir a apreensão dos acontecimentos externos, acidentais, inesperados; a *reintegração* do acontecimento acidental a um dos sistemas de pensamento preexistentes que deve permitir cambiar tais sistemas e garantir sua evolução.

Assim, o processo evenemencial⁷⁷, terá como um dos protagonistas, o sujeito-fotógrafo, que através de sua câmera capta alguns sentidos do fenômeno, do acontecimento num efeito de saliência que se inscreve “numa rede coerente de significações sociais por um efeito de pregnância” (CHARAUDEAU, 2006, p.100).

Esse efeito de saliência remete a uma operação perceptivo-cognitiva que faz com que seja o sujeito que impõe seu olhar sobre o mundo, fazendo-o passar, segundo um jogo de acaso e de necessidade, de um estado de determinismo absoluto a um estado de movimento aleatório, de um estado de não-acontecimento ao de acontecimento (CHARAUDEAU, 2006, p.100).

Ampliando as contribuições de Charaudeau, Vilches (1993) afirma que as fotos são como textos que se oferecem para serem lidos e a percepção é um processo de abdução, atravessados por referenciais afetivos, sociais, materiais. A imagem jornalística é então produto de diversas transformações discursivas. Por meio dessas imagens e da leitura delas a realidade histórica é atualizada e ressignificada diariamente.

As fotografias no jornalismo impresso não são meras ilustrações, mas narrativas dotadas de uma mensagem específica e intencionada. Intencionalidade que cria uma interdependência contínua entre texto e

⁷⁷O Processo evenemencial é o de construção do acontecimento por meio da língua em suas diferentes formas de linguagem. Charaudeau (2004) afirma que para um acontecimento ser apreendido, é necessário que se produza uma modificação no estado do mundo fenomenal, geradora de um estado de desequilíbrio.

imagem. Diagramação, títulos, legendas possuem papel decisivo na percepção da fotografia jornalística realizada pelo sujeito-enunciário.

A Fotografia não fala (forçosamente) daquilo que não é mais, mas apenas e com certeza daquilo que foi. Essa sutileza é decisiva. Diante de uma foto, a consciência não toma necessariamente a via nostálgica da lembrança (quando fotografias estão fora do tempo individual), mas, sem relação a qualquer foto existente no mundo, a via da certeza; a essência da Fotografia consiste em ratificar o que ela representa (BARTHES, 1984, p. 127).

Para Sousa (2004), não existe fotojornalismo sem texto, os textos seriam complementares à construção de sentido da mensagem; já para Vilches (1993), o fotojornalismo é dotado de certa autonomia, como ocorre, por exemplo, com as fotos de Sebastião Salgado sobre a Índia, a temática é a Índia, e existem algumas fotos sem nenhuma legenda, já que elas “falam” por si, emanam sentidos, sentidos apreendidos por quem a vê, a consome e interpreta, entretanto, diferentes para cada sujeito-observador.

Para Barthes, o texto – ancoragem de sentidos flutuantes – funciona como método de conotação da imagem fotográfica; é a imagem que se torna conotada e tem o texto como aliado nesse processo. Joly (1996) diz que na relação texto-imagem há muito mais que exclusão ou interação, há complementaridade. A imagem não está ligada apenas à palavra, mas à interpretação. Palavras e imagens revezam-se, complementam-se e esclarecem-se com uma energia revitalizante; isso aponta para a dilaceração estrutural da idéia de sentido total e fixo na comunicação midiática, haja vista que:

[...] as obras das comunicações de massa conjugam todas, através de dialéticas diversas e diversamente conseguidas, a fascinação de uma natureza, que é a da narrativa, da diegese, do sintagma, com a inteligibilidade de uma cultura refugiada em certos símbolos descontínuos, que os homens “declinam” ao abrigo da sua fala viva (BARTHES, 1990, p.41).

Os textos relacionados à fotografia tomam três formas: 1) as manchetes (títulos e subtítulos), 2) as legendas e 3) o texto da matéria jornalística em si. Ivan Lima (1988) nomeia da seguinte maneira: 1) fotografia-legenda, 2) fotografia-manchete e 3) fotografia-texto.

Para Lima (1988), a *legenda* pode tanto endossar o que se passa na imagem quanto modificar inteiramente o que se vê na fotografia. Muniz Sodré (1979) afirma que a legenda serve para realçar os significados da imagem em sua polissemia. Para Guran (1992), sua função é ativar no leitor todos os conhecimentos e sentimentos correlatos àquela cena enunciada.

O fato é que as associações entre texto e imagem possibilitadas pelas fotos dão margem a uma abertura dos sentidos da mensagem fotojornalística, sem que a informação básica perca-se. O fotojornalismo é uma prática que possui uma linguagem, uma composição (forma) própria, um conteúdo (acontecimentos) e seus sentidos transitam entre os contextos da produção e da recepção, pensando atentamente na chamada “cadeia comunicativa de sentidos” que emerge tanto do discurso fotográfico quanto do textual.

Portanto, a fotografia jornalística não só informa, mas também comunica. Representa e comunica uma realidade social, cultural, histórica e ideológica, que não é a realidade em si, mas uma representação dessa realidade conformada pelo sujeito enunciator/enunciatário dos discursos sociais, que são parte do processo comunicacional. Charaudeau (2006) diz que as representações, ao construírem uma organização do real por meio de imagens mentais transpostas em forma de discurso ou em outras manifestações comportamentais dos indivíduos que vivem em sociedade, estão incluídas no real, ou são dadas como se fossem o próprio real na comunicação midiática.

As imagens fotográficas são “narrativas” que por conta dos critérios de noticiabilidade, de pauta, orientação editorial e do contato com o evento em si - com os sujeitos envolvidos (inclusive o sujeito-profissional-fotojornalista) que partilha do discurso (imagem) a ser construído, recortado, valorado - também constituem parte do real já domesticado. A representação por meio da fotografia, segundo Charaudeau (2006), aponta para um desejo social, produzem normas e revelam sistemas de valores (2006, p.47).

Assim, a fotografia jornalística não transmite apenas informação,

mas representa um ciclo de transformações, resultado de uma série de acordos e disputas, até chegar aos leitores, interlocutores que irão atribuir-lhe sentidos. A foto depois de publicada também será domesticada outras tantas vezes pelo jogo de sentido negociado entre os sujeitos-leitores dentro de diferentes mediações, considerando que, o que o sujeito-enunciador “quis-dizer” pode não ser o que o sujeito enunciatário “quis-depreender”.

Ninguém tem a menor idéia do que o autor quis dizer; o próprio autor não domina toda a significação da imagem que produz. Tampouco ele é o outro, viveu na mesma época ou no mesmo país, ou tem as mesmas expectativas [...] interpretar uma mensagem, analisá-la, não consiste certamente em tentar encontrar ao máximo uma mensagem pre-existente, mas em compreender o que essa mensagem, nessas circunstâncias, provoca de significações aqui e agora, ao mesmo tempo que se tenta separar o que é pessoal do que é coletivo (JOLY, 1996, p.44).

Incidir uma leitura, um olhar investigativo em direção a uma imagem-fotografia significa, dessa forma, apreender sentidos que não se mostram na superfície, no visível; é dialogar com a conotação e a denotação e não perder de vista o domínio comum dos significados de conotação, que é a ideologia e a retórica, esta como face significante daquela.

O destaque a aspectos como a perspectiva, a utilização da luz e das cores, a composição da imagem e seu enquadramento, as distintas formas de significar e interpretar deveriam ser pensados como vozes, que comporiam a policromia de uma imagem. Como imagem para nós é discurso pensar na sua policromia é enfatizar sua polifonia, as diversas vozes que clamam por ser ouvidas, depreendidas e ditas.

Sousa (2004) afirma que a cor no fotojornalismo permite atrair a atenção e é um agente conferidor de sentido, variando segundo as condições de produção e a cultura. A relação das cores no fotojornalismo, do enquadramento, iluminação, os processos de conotação fotográfica, marcam diferentes formas de significar, marcas que de acordo com Souza (2001) deveriam ser pensadas e ligadas ao conceito de policromia

discursiva, já que recobre o jogo de imagens e cores, elementos constitutivos da linguagem não-verbal, das vozes que se dizem e daquelas que se situam no não-dito.

[...] a policromia revela também a imagem em sua natureza heterogênea, ou melhor, como conjunto de heterogeneidades que, ao possuírem uma correlação entre si, emprestam à imagem a sua identidade. Essa correlação se faz através de operadores discursivos não verbais: a cor, o detalhe, o ângulo da câmara, um elemento da paisagem, luz e sombra, etc, os quais não só trabalham a textualidade da imagem, como instauram a produção de outros textos, todos não-verbais (SOUZA, 2001, p.10).

Dessa forma, se pensamos o campo lingüístico-discursivo como polifônico, podemos pensar o imagético-discursivo como policrômico, haja vista que as imagens, as fotografias, também carregam na sua constituição marcas de heterogeneidade, como a ironia, o implícito, o subentendido e o silêncio.

Para Souza (2001), as relações e os jogos de imagens, luz, cores, sombra, e formas remetem-nos à semelhança das vozes do texto, a uma perspectiva outra instaurada pelo *eu* na e pela imagem, fato que favorece tanto a percepção dos movimentos no plano sinestésico, como a apreensão de diferentes sentidos no plano discursivo-ideológico.

Joly (1996) diz que temos de considerar a imagem como uma mensagem visual composta de diversos tipos de signos (sentidos) e, portanto, como uma ferramenta de expressão e comunicação; para a autora, levar em conta sua expressão e comunicação, é admitir que uma imagem sempre vai constituir uma mensagem para o outro. É a questão do dialogismo na imagem, onde uma imagem constitui outra num movimento infindável, pois é o dialogismo uma característica inerente a todas as formas de discurso.

Destarte, trabalhar com algumas imagens de imprensa significa compreendê-las como produção humana que objetiva estabelecer uma relação com o mundo e com a realidade, é trazer à tona determinado contexto sócio-histórico e certas formações ideológicas que se tornam matéria no ventre dessas imagens, investidas de retoricidade, policromia e uma cadeia flutuante de sentidos, dos quais o sujeito-leitor pode

escolher uns e ignorar outros. Parafraseando Barthes (1990), a língua da imagem não é apenas o conjunto das palavras emitidas, senão também o conjunto das palavras recebidas, donde a língua inclui as “surpresas” do sentido.

* * *

Neste capítulo pudemos mergulhar na seara do plano discursivo e compreender como ao longo da história, o escopo da Análise de Discurso Francesa, desde os pressupostos teóricos erigidos por Michel Pêcheux, tem sido utilizado para depreender determinados sentidos presentes nas formações discursivas constituídas nos diferentes meios de comunicação, nas diferentes mídias.

A conceituação que realizamos acerca de língua, fala e linguagem evidencia que a atividade jornalística está intrinsecamente ligada à língua e às distintas formas de linguagem, já que não conseguimos na contemporaneidade conceber o homem sem a língua e suas variadas formas de expressão – linguagens. Antes do aparecimento e da formulação da língua tal qual a encontramos hoje, tínhamos uma cultura primeiramente voltada à expressão, à comunicação por meio de desenhos, de imagens, e noutro momento, uma cultura eminentemente oral, que se comunicava, que transmitia notícias a respeito de acontecimentos por meio da fala.

O domínio da estrutura lingüística aporta ao homem uma estrutura de fala e no interstício entre as duas – língua e fala – encontramos o discurso, que para nós é produção de sentido entre interlocutores, sentido este móvel, como um rio; quando o homem se “apropria” de determinados códigos da língua e da linguagem e na forma sujeito-enunciador produz uma notícia – por exemplo – faz circular uma cadeia de sentidos que se entrecruzam, dialogam e rechaçam-se concomitantemente, porque o discurso não esconde os sentidos, estes aparecem quando os diferentes discursos presentes nos produtos midiáticos entram em contato com o sujeito-enunciatório.

Ademais, ao fazermos o percurso da AD desde sua aparição como uma metodologia teórica em 1960 e pelos principais conceitos que a tem norteado, pretendemos não apenas descrever e narrar aleatoriamente proposições, definições e conceitos, mas sim abrir desde já um espaço

conceitual que possa ser utilizado nas análises que aparecerão no último capítulo desta dissertação.

Abrir um espaço para a AD e compreender a problemática da fotografia (no nosso caso no jornalismo impresso), representa para nós um salto, já que os principais pesquisadores que têm se debruçado sobre a temática têm afirmado que há uma relação de interdependência entre o textual e o imagético, que diferentemente do que podemos pensar laicamente, a língua da fotografia pode trazer características e sentidos tão relevantes para a análise como os do plano textual.

Discurso, dentro do campo conceitual que elegemos e evocamos neste espaço não são explicações acalentadas e muitas vezes fervorosas de políticos, religiosos e representantes da sociedade civil diante de vários indivíduos; para nós o plano discursivo compreende campos verbais e não-verbais que carregam na sua materialidade formações ideológicas que conduzem o olhar, a interpretação, os valores dos sujeitos enunciatários a certas direções e não outras, a determinados campos do dizer que estão além do domínio total de quem enuncia, ou deixa-se enunciar através dos textos e imagens da comunicação midiática.

* * *

Para nós, desvelar determinados conteúdos enunciativos e imagéticos de forma a não fechar autoritariamente e estancar as contribuições teóricas dos vários autores que aqui apareceram é trazer para esse espaço uma apurada noção de dialética, pois o ir e vir que temos engendrado nunca será o mesmo, sempre estará eivado de novos olhares e formas de interpretar, de manifestar certos conceitos e definições.

Nosso recorte epistemológico é não-totalizante, e nossa análise está ancorada em uma abordagem discursiva que leve em conta a contemporaneidade líquida e fragmentada na qual estamos imersos, o que nos conduz a uma possível leitura dentre várias e não a um fechamento da problemática, que cremos não encerrar-se em si, mas ao contrário, deixa várias fissuras.

Nossos discursos, frutos de outros discursos produzem “novas” formas de dizer, que estão dentro da nossa abordagem teórico-metodológica investidos de opacidade, da falta de algo que está não sabemos onde, porque à medida que construímos esta dissertação, construímos a nós mesmos enquanto sujeitos, e compreendemos que mesmo após

muitas elucubrações teóricas, proposições, diálogos e duelos, sempre permanecerá a sensação de que temos muito mais dúvidas que certezas.

A análise de discurso francesa balizada sobretudo nos postulados e pressupostos teóricos de Michel Pêcheux e Eni Orlandi (2007), imbricada com as observações e apontamentos que fizemos acerca da imagem fotográfica no jornalismo impresso a partir de Souza (2001), Coutinho (2008), Barthes (1990), Joly (1996) e Sousa (2004), será nosso suporte para compreensão, interpretação e leitura dos textos sobre o Brasil veiculados pelo periódico argentino *Clarín*, que surgiu em 1945 em um pós-guerra que deixou marcas indeléveis na história da humanidade.

3 ASPECTOS HISTÓRICOS E CONCEITUAIS DO *Clarín*

3.1 Do criador à criatura: Roberto Jorge Noble: A saga do líder fundador

...las industrias de la información y la comunicación en América latina siguen siendo peculiarmente opacas a la hora de brindar públicamente información sobre su comportamiento económico, hecho paradójico si se lo contrasta con la legítima exigencia de transparencia que los medios sostienen para otros estamentos y actores de las sociedades latinoamericanas.

Martín Becerra y Guillermo Mastrini

O desenvolvimento dos meios de comunicação e das Indústrias Culturais na América Latina revela um caráter de exclusão em relação ao acesso e do usufruto dos principais bens e serviços de informação, cultura e comunicação. Becerra e Mastrini (2008), afirmam que o alto nível de concentração da propriedade e de centralização das produções conspira contra as expectativas de maior disposição dos recursos de comunicação no contexto da construção de sociedades paradoxalmente chamadas “da informação”.

As empresas encarregadas, entre outras tarefas, de informar a sociedade sobre acontecimentos sociais, políticos, econômicos e culturais (as empresas de comunicação e cultura) são sumamente opacas à hora de informar sobre si mesmas (BECERRA & MASTRINI, 2008, p.71, tradução nossa).

Não é possível analisar a estrutura econômica das indústrias culturais sem levar em conta as principais dimensões políticas, sociais e econômicas pelas quais a região tem passado; na última década as políticas impulsionaram uma direcionada e peculiar abertura dos mercados, liberação dos fluxos financeiros e privatização de importantes estatais na Argentina.

Esse processo ganha força sobretudo após 1945 quando surge o Clarín na cidade de Buenos Aires, jornal que vai paulatinamente entrando no gosto popular e galgando espaço dentro da comunidade portenha e posteriormente de todo o país. A saga do líder fundador é bastante obnubilada e está investida de denúncias de crimes, associações à ditadura, favorecimentos, fechamentos e ações ilícitas. Como nosso objetivo maior é trabalhar com as questões discursivas, não adentraremos exaustivamente às questões que tangem a constituição no que é hoje um dos maiores grupos de comunicação da América Latina e do mundo, o Grupo *Clarín*.

* * *

O fundador do *Clarín*, Roberto Noble, nasceu antes do final do século XX e “desde criança seu coração esteve perto do socialismo” (ULANOVISKY, 2005, p.112). Antes de formar-se em Direito em 1928, protagonizou, ao lado de outros políticos, a cisão do Partido Socialista argentino, fundando uma ala independente. Os primeiros passos como jornalista teriam acontecido logo após sua inserção no periódico *Critica Social* e posteriormente no *La Nación*. Mais tarde, Noble cria aquele que seria seu próprio jornal, o *Libertad*, de linha esquerdista.

A ascensão midiática atrelada aos seus anseios patrióticos impulsiona-o em 1928, a chegar ao poder como deputado nacional pela capital federal – Buenos Aires, aos 27 anos de idade. No entanto, sua permanência na posição política é interrompida por um golpe de estado em 1930. Quatorze meses depois, quando a situação política estabiliza-se institucionalmente, Roberto Noble volta a ser eleito pela capital federal, numa lista conjunta com os conservadores, com uma votação expressiva. Articulações políticas tornam-no, em 1936, ministro de governo, no mesmo período em que a Província de Buenos Aires fica a cargo de Manuel Fresco, colega político de Noble.

Durante seu mandato como ministro propõe diretrizes na área de educação inclusive referentes à construção de escolas. Tem participação no projeto de edificação do Hotel Provincial e do Cassino de Mar del Plata. Concomitante, no setor de Comunicação interfere na criação da *Rádio Provincia*. Outra intervenção na área se deu pelo viés intelectual

ao sancionar uma lei, a de número 11.723⁷⁸, a fim de salvaguardar os direitos autorais e protegendo a atividade intelectual.

Em 1939, forçado a abandonar o cargo de ministro pelo presidente Roberto Ortiz, refugia-se em uma de suas propriedades no campo. O episódio está marcado pela acusação por parte de Ortiz de que Noble lidava com fundos de capitais públicos de forma não tão transparente. Driblando a fase política obnubilada, Noble dá vazão ao seu lado jornalístico-empresarial e materializa, em 1945, aquele que seria seu maior projeto comunicacional: o periódico *Clarín*.

3.2 *Clarín*: soou estridente na Argentina de 1945

A fundação do *Clarín* deu-se sob a égide de um discurso que evocava diretrizes jornalísticas como a ética e a independência, e sob a idéia de modernidade, arrojo e pujança.

O *Clarín* não tem vínculos, nem compromissos com nenhuma das agrupações políticas tradicionais. Assim, como é e será um jornal informativo e independente, não poderia

⁷⁸Ley 11.723 (235).- Propiedad intelectual Art. 1º - A los efectos de la presente ley, las obras científicas, literarias y artísticas, comprenden los escritos de toda naturaleza y extensión; las obras dramáticas, composiciones musicales, dramático-musicales; las cinematográficas y pantomímicas; las obras de dibujos, pintura, escultura, arquitectura; modelos y obras de arte o ciencia aplicadas al comercio o a la industria; los impresos, planos y mapas; los plásticos, fotografías, grabados y discos fonográficos, en fin: toda producción científica, literaria, artística o didáctica sea cual fuere el procedimiento de reproducción. Art. 2º - El derecho de propiedad de una obra científica, literaria o artística, comprende para su autor la facultad de disponer de ella, de publicarla, de ejecutarla, de representarla, y exponerla en público, de enajenarla, de traducirla, de adaptarla o de autorizar su traducción y de reproducirla en cualquier forma. Lei 11.723 (235) – Propriedade intelectual Art 1º - Por efeito da presente lei, as obras científicas, literárias e artísticas, compreendem os escritos de toda natureza e extensão; as obras dramáticas, composições musicais, dramático-musicais; as cinematográficas e pantomímicas; as obras de desenhos, pintura, escultura, arquitetura; modelos e obras de arte ou ciência aplicada ao comércio ou à indústria; os impressos, mapas; os plásticos, fotografias, gravuras e discos fonográficos, enfim, toda produção científica, literária, artística ou didática, seja qual for o procedimento de reprodução. Art. 2º - O direito de propriedade de uma obra científica, literária ou artística, compreende para seu autor a facultade de dispor dela, de publicá-la, executá-la, de representá-la, e de expô-la de qualquer maneira (Tradução nossa).

tê-las. O único e exclusivo compromisso que assume é com a nação e consiste em refletir exata e objetivamente os fatos da vida coletiva, analisá-los, julgá-los à luz da verdade e das conveniências nacionais (ULANOVSKY, 2005, p.109).

Com poucos colaboradores, o *Clarín* saiu às ruas com a idéia de apoiar as mudanças de um país tradicionalmente de economia agropecuária para sedimentar-se no setor industrial e despontar como uma possível potência no cenário de subdesenvolvimento da América Latina, sobretudo no pós Segunda Guerra Mundial.

No primeiro dia de circulação foram vendidos 60.000 exemplares do *Clarín*. Desde o início, Roberto Noble por meio de seus editores, inculcou a necessidade da equipe buscar as pulsações e vibrações das pessoas nas ruas, nos bairros e, dessa forma, fazer do periódico um espaço configurado pelas aspirações da população argentina. Noble, ao contrário da rotina de outros jornais, objetivou um periódico que fosse matutino e cuja opinião se mantivesse durante toda a jornada. Como ele mesmo dizia, “um jornalismo de alta função pública”.

3.3 A marca *Clarín*⁷⁹

Segundo Ulanovsky (2005, p.110), o nome *Clarín* que quer dizer trombeta, antes de ter se tornado um dos maiores periódicos da América Latina, estava timbrado em uma pequena revista sindical, ligada ao comércio. Para ceder o nome, ou melhor, a marca, a Noble lhe foram cobrados cerca de 10.000 mil pesos. No entanto, as negociações foram fechadas pela metade do preço.

A tiragem inicial foi de 150.000 exemplares no formato tablóide (inspirado no londrinense *The Mirror*) e editado nas rotativas de Notícias Gráficas. Barreto (1999), afirma que página por página foram mi-

⁷⁹Segundo o dicionário on line da Real Academia Espanhola, *Clarín* pode significar: Instrumento musical de viento, de metal, semejante a la trompeta, pero más pequeño y de sonidos más agudos. Persona que ejerce o profesa el arte de tocar el clarín. Trompeta pequeña usada para toques reglamentarios en las unidades montadas del Ejército. “Instrumento musical de vento, de metal, semelhante à trombeta, porém menor e de sons mais agudos. Pessoa que exerce ou professa a arte de tocar o clarim. Trombeta pequena usada para toques de retirada e exigência nas unidades montadas do exército” (Tradução nossa).

nuciosamente estudadas, desde a apresentação, às seções do jornal, até chegar às características que apresenta hoje, com certo predomínio do vermelho tanto na capa como nas chamadas para as matérias.

Um dado técnico interessante e que se atribui à jornada esquerdista de Noble é a escolha vermelha do logotipo, timbrada na capa do periódico e em algumas seções. Marca que ainda hoje figura em todos os meios de comunicação que integram o Grupo *Clarín* de Comunicação.

3.4 O Jornal *Clarín* e seu êxito na Argentina

Entre 1945 e 1950, período que marca o pós-guerra, as ações e influências do *Clarín* no universo político, econômico e social eram tão substanciais quanto às suas vendas e sua popularidade. Conforme Ulanovsky:

Cada madrugada o jornal chegava aos locais de venda antes dos outros matutinos. Nos primeiros anos, renunciou a uma peleja por um espaço no interior do país; apelou basicamente aos temas locais e começou a dar mais importância à seção de esportes e espetáculos que os outros diziam ser banais e popularescos. Ganhou fama de independente durante o primeiro governo Perón. Em 1948, o fecharam por alguns dias por causa de uma infração de regulamentos trabalhistas. Teve que lutar com as mesquinhas quotas de papel que desde 1948 impôs o governo peronista. No início, o peronismo não controlou excessivamente o jornal porque não o reconhecia como poderoso, apesar de sua circulação e vendas estarem permanentemente em alta (2005, p.111-112, tradução nossa).

De acordo com Ramos, citado por Barreto (1999), em 1980 vários jornalistas protestavam porque o regime militar da época havia dado ao *Clarín*, *La Nación* e *La Razón* o monopólio da produção de papel pela empresa Papel Prensa, associando-os ao Estado; essa medida provocou um embate contra os interesses de uma centena de jornais de todo o país.

Não apenas o governo dos militares concedeu tais privilégios. Hoje continuam associados ao *Clarín* e *La Nación* uma aura protecionista cujo coadjuvante é apontado como sendo o Estado.

Todos os protestos eram levados às reuniões anuais da Sociedade Interamericana de Imprensa, mas os monopólios pareciam não se abalar. A partir de 1988, as pugnas generalizaram-se porque o grupo *Clarín* iniciou seu plano de expansão total sobre os meios de comunicação na Argentina.

Obtém a Rádio Mitre, as transmissões de futebol, a telefonia móvel, compra centenas de cabos de televisão direta, domina uma das principais agências de notícias nacional, incursiona satélites e depois de conseguir 800.000 assinantes de cabo, tenta mudar a lei de radiodifusão em 1996.

Atualmente, o Grupo *Clarín* é considerado o segundo maior grupo de comunicação no mundo hispânico, é responsável pela AGEA, Arte Gráfico Argentino S.A., que edita o *Clarín*, o jornal esportivo *Olé* e administra a versão eletrônica *Clarín Digital*. No braço gráfico incluem-se a Editora de Televisão Transandina que publica a versão argentina da revista *Elle* e a Artes Gráficas Rio Platenses, editora e impressora de revistas, fascículos, livros e guias telefônicos.

O grupo detém segundo Barreto (1999, p.4), a empresa PRIMA, que controla o provedor do grupo, Ciudad Internet. Na área de áudio-texto há a empresa Audiotel e no âmbito do rádio o grupo detém as Rádios Mitre AM 80, FM 100 e a FM Top. A Companhia Inversora Nacional S.A. controla, desde julho de 1998, a operadora Multicanal, quando comprou por US\$322 milhões os 30% que estavam nas mãos da espanhola Telefônica Internacional. Buenos Aires Televisión é sua produtora televisiva e Artear S.A. controla seu canal 13, de TV aberta além dos canais por assinatura Volver e Todo Noticias.

Segundo Getino (1995), *Clarín y Telefé* na Argentina, antigos grupos empresariais de meios de comunicação, deixaram de ser apenas canais de televisão ou produtores de jornais para transformar-se em conglomerados, do mesmo modo que a Rede Globo. O grupo *Clarín* tem 30% de ações na produtora de cinema Patagonik, ao lado da Walt Disney que possui outros 30% e Telefônica Espanhola, que também participa desta produtora com uma porcentagem similar, dividindo-se o resto entre investidores menores.

De acordo com o site “*Diario sobre diarios da Argentina*”, desde 1958 o jornal *Clarín* aumentou vertiginosamente sua tiragem; cresceu uma média de 100 mil exemplares por década, principalmente por causa da decadência de jornais como “*Crítica*” e “*El mundo*”, os quais além de terem perdido força e decretado falência, viram seus leitores e jornalistas migrarem para o *Clarín*. As décadas de 70 e 90 foram os períodos de maior crescimento do jornal; ainda de acordo com o mesmo site, num domingo de março de 1995, o *Clarín* vendeu o maior número de exemplares de toda sua história: um total de 1.215.000 mil.

Por todos esses dados, compras, licitações que revelam relações no campo político, econômico e social demarcando fases históricas da composição do *Clarín*⁸⁰, temos uma rede que transcende o apenas contado, exposto, e essa rede pode tornar-se visível a partir do desvelar das condições de produção de seus discursos e das formações discursivas e ideológicas que se mostram e são mostradas nas páginas do jornal.

Historicamente Brasil e Argentina mantiveram relações ora de apoio, ora de atrito e rechaço, principalmente no que tange aos aspectos político-econômicos, que de certo modo conduziram tais pugnas a outros âmbitos, como o dos esportes, por exemplo, no qual ambos países guardam um histórico de rivalidade, de poder e hegemonia. Mas nos perguntamos: até que ponto tais informações – tão incipientes – podem nortear a produção noticiosa de um meio de comunicação impresso como o periódico *Clarín*?

Na medida em que os sujeitos enunciativos – jornalistas – produzem notícias acerca da realidade brasileira, dos acontecimentos que caem na teia da faticidade nos meios de comunicação do Brasil e em agências fomentadoras de notícias, como são tratados pela imprensa argentina especificamente nas páginas do *Clarín*?

Considerando a opacidade constituinte da linguagem e os vários sentidos que podem residir num mesmo discurso, vamos empreender uma análise de algumas notícias veiculadas pelo *Clarín* sobre o Brasil entre dezembro de 2006 e janeiro de 2007, e depreender que sentidos podem ir do processo evenemencial à recepção, aos sentidos que o sujeito-enunciatário pode apreender de certos conteúdos e notícias, do

⁸⁰Segundo o site www.diariosobrediaros da Argentina, hoje o *Clarín* tem uma tiragem de 370.538 jornais por dia, número que em 1993 chegou aos 717.177 mil.

ponto de vista enunciativo e imagético. E que sentidos nós, enquanto sujeitos-pesquisadores percebemos nas notícias analisadas, já que na forma-sujeito-pesquisador podemos apreender alguns sentidos e “olvidarmos” de outros.

4 SENTIDOS DE BRASIL NA IMPRENSA ARGENTINA – A TEIA NOTICIOSA DO PERIÓDICO *Clarín*

Para realizar uma leitura de produtos jornalísticos impressos tendo a Análise do Discurso como método de análise, parece-nos relevante levar em consideração alguns elementos constitutivos do periódico que será analisado, principalmente as circunstâncias do fenômeno que está sendo estudado, o contexto sócio-histórico no qual está imerso, e o conhecimento científico relevante para a interpretação dos dados recolhidos.

Iniciando nossas observações sobre o *Clarín*, cremos que ele insere-se num modelo Ocidental de Jornalismo, seja pela liberdade que tem dentro do sistema político-social argentino e seu envolvimento com a população, seja pelas articulações que os sujeitos-jornalistas fazem com a língua e as diferentes linguagens para enquadrar determinados acontecimentos e fatos nas páginas, nos cadernos desse jornal. Sousa justifica esse modelo, considerando que nele:

[...] a imprensa tem o direito de vigiar, reportar, comentar, interpretar e criticar as atividades dos agentes de poder, inclusivamente dos agentes institucionais, sem censura, repressão ou ameaça de repressão (SOUSA, 2004, p.12).

Apesar das limitações impostas aos sujeitos-jornalistas, pela ética profissional, pela deontologia e pelas leis, alguns autores, como Herman e Chomsky (1988), citados por Sousa (2004), tentam sustentar a idéia de que o jornalismo estadunidense, paradigma teórico do Modelo Ocidental de Jornalismo, funciona como modelo de propaganda, ou seja, estaria imbricado e beneficiaria os interesses do poder econômico e governamental.

Sousa (2004) afirma que o funcionamento do jornalismo como sistema propagandístico está intrinsecamente relacionado com a concentração oligopólica da propriedade dos média, a dependência da publicidade, a confiança nas informações transmitidas pelo governo e empresas poderosas, e as imposições da audiência à publicação de matérias

com teor parcial e pletóricas de juízos de valor⁸¹, de utilizações não-acidentais da língua para a criação de um imaginário às vezes estereotipado e controverso; incorpora posições políticas e exerce efeitos políticos na materialidade de seus textos e discursos, perpassados pela cultura, que como já afirmamos, também é produtora de sentidos. Nessa direção Kellner afirma que:

[...] a cultura da mídia em geral tem sido um campo de batalha entre grupos sociais em competição: algumas de suas produções defendem posições liberais ou radicais enquanto outras defendem posições conservadoras. De modo semelhante, alguns textos da cultura da mídia defendem posições e representações progressistas de coisas como sexo, preferência sexual, raça ou etnia, enquanto outras expressam formas reacionárias de racismo ou sexismo (KELLNER, 2001, p.77).

Existem algumas críticas em relação ao modelo ocidental de jornalismo por sua rotinização e burocratização; Sousa (2004) comenta que a partir da década de 90 do século XX, há um despontar bastante incipiente do jornalismo cívico ou de cidadania, cujo escopo propõe uma atitude de envolvimento com a comunidade local, sugerindo maior atenção a cada tema, em substituição da fragmentação noticiosa vigente nos periódicos atuais.

Portanto, para compreender as imagens dominantes, seus discursos e seus elementos estético-formais e como os meios de comunicação incorporam certas posições políticas e ideológicas e produzem efeitos políticos, é imprescindível “situá-lo em sua conjuntura histórica” e levar em conta como sua cultura influencia na produção noticiosa (KELLNER, 2001, p.76).

O modelo ocidental de jornalismo, com características de cidadania é onde encaixa-se o periódico investigado nesta dissertação de mestrado – *Clarín* – que leva na sua primeira página o seguinte enunciado: “*Un toque de atención para la solución Argentina de los problemas argenti-*

⁸¹Sousa (2004), diz que os ditames da audiência podem levar, por exemplo, nos Estados Unidos, à publicação de matérias anticomunistas.

nos”⁸² (Observar Figura 1e 2), fato que desde sua fundação em 1945, foi posto como uma filosofia de labor diário no seio das condições de fundação e criação do jornal.

Em um país marcado historicamente por relações de trocas de favor, facilitações e favorecimentos entre *status quo*, meios de comunicação e os proprietários de organizações capitalistas, proprietários do capital, do poder e de práticas hegemônicas, eivadas de dominação e resistência, o *Clarín* veio logrando seu espaço na sociedade argentina e no mundo hispânico; assim, a cultura organizacional do *Clarín* e seus discursos políticos, podem ter ajudado a estabelecer a hegemonia de determinados grupos e projetos político-ideológicos.

⁸²“Um toque de atenção para a solução argentina dos problemas argentinos” (Tradução nossa).

Figura 1: Primeira capa do Clarín – 26 de agosto de 1945



O diário Clarín nasce sob o signo da mudança que aponta o trágico final da Segunda Guerra Mundial com sua manchete

“Todavía arde Nagasaki⁸³”, e no quadro da ascensão do peronismo, o mais perverso governo na relação com a imprensa argentina (BARRETO, 1999, p.28).

Para Barreto (1999), uma das características do Clarín, mantida até os dias de hoje, e valorizada na última reforma gráfica implantada no último trimestre de 1998, o logotipo e o ícone do *canillita*⁸⁴ soprando o Clarim, surgiu de um projeto desenvolvido por Luis Llano e Guevara; a utilização da cor vermelha, adotada na logotipia e em algumas manchetes, levou em conta as características do modelo jornalístico impresso do tablóide inglês *The Mirror*, assevera Barreto.

A *periodicidade* de um jornal influi nos conteúdos e discursos veiculados, haja vista a mudança que provoca no conceito de atualidade; o horizonte de atualidade do *Clarín* é o dia, já que chega às bancas e aos assinantes todos os dias, de domingo a sábado; de acordo com Charaudeau (2006), a máquina de processar informações é complexa sobre vários pontos, e a atualidade aporta-lhe ao jornalismo impresso, “um percurso ocular multiorientado do espaço de escritura”, embora não haja coincidência entre o tempo da escrita, da produção da informação e tempo de leitura (CHARAUDEAU, 2006, p.113).

No que se refere à *propriedade* do jornal diário *Clarín* – como dissemos no capítulo anterior - foi pensado, sonhado e fundado pelo jornalista e político Roberto Noble em 1945; atualmente é responsável pela direção sua viúva, Ernestina Herrera de Noble, não apenas do jornal impresso, mas também do que compõe, hoje, um dos maiores grupos de comunicação de todo o mundo – o Grupo *Clarín*.

Desde que iniciamos nossa investigação científica, o jornal impresso *Clarín*, possuía dois *correspondentes* no Brasil; Eleonora Gosmán, responsável pela cobertura dos acontecimentos brasileiros de caráter político, econômico e social, instalada no Rio de Janeiro, e Nicolas Kischner, responsável pelas coberturas de eventos turísticos, festas, diversão e entretenimento, radicado em Florianópolis.

Percebemos que nos jornais observados, as matérias e notícias centram-se em assuntos restritos ao eixo Santa Catarina – Rio de Janeiro,

⁸³“Ainda queima Nagasaki” (Tradução nossa).

⁸⁴Segundo a Real Academia Espanhola de Letras, significa “*Vendedor callejero de periódicos*”. Que vende jornais na rua (Tradução nossa).

o que corrobora o fato dos correspondentes terem fixado residência nesses dois estados, e nos dá já, alguns sinais para que entendamos porque temos certas notícias e não outras a respeito do Brasil; de acordo com Sousa (2004), os territórios tidos como de maior importância normalmente tem um jornalista profissional como correspondente, e aos restantes é atribuído um colaborador.

Figura 2: O *Clarín* hoje: Capa de 28 de julho de 2009

Clarín

EN TERCER CLASIFICACIÓN PARA LA SELECCIÓN ARGENTINA DE FÚTBOL POR SU BUENA REPRESENTACIÓN

Buenos Aires, República Argentina. Año LVII N° 22.642

Miércoles 29 Julio de 2009

Precio en el exterior en el exterior: \$ 2,50. Abono por correo exterior: \$ 2,00. Abono por correo local: \$ 1,00. Publicidad: \$ 200.000. Más de 10 años en el mercado.

Láminas educativas
Ciencia
torres
GRATIS CON CLARÍN

La AFA paró todo el fútbol hasta que cancelen las deudas
Peligra el Apertura si los clubes no les pagan a los jugadores

EL ROL DE LA FUERZA CREADA POR MACRI

Usarán la Policía porteña para impedir piquetes

Lo confirmó el ministro de Seguridad, Guillermo Montenegro. Explicó que la Policía actuará cuando una marcha impida la circulación. Además, intervendrá en casos de hurtos, daños y usurpaciones, delitos a cargo de la Justicia de la Ciudad. >>>

DEBUT EN DOS MESES
El 1º de octubre salen los primeros 850 agentes

BUENOS AIRES
Scioli echó al hombre que controlaba el juego en la Provincia
Es Luis Poloso, interventor de Lotería y parte de su círculo íntimo. La Justicia lo investiga por presunto enriquecimiento ilícito, entre otras causas. >>>

El gobernador admite que subió muy fuerte el déficit bonaerense

CRISTINA SELLO EL ACUERDO
Llevaron el salario mínimo a 1.500 pesos
Será en tres cuotas, de acá hasta enero. Se decidió en el marco del Consejo del Salario, entre el Gobierno, empresarios y gremios. >>>

INSEGURIDAD
Un detenido por el crimen del abogado
Lo arrestaron en Villa Martelli. Lo acusan de matar el lunes, en Florida, a Maximiliano Robak. >>>

LA VICTIMA
TEMA DEBIDO
COMANDO
MARTIN
ESTABA CON SU
MADRE. ERA
UNO DE LOS
INTERESTES.
SUZANA

Además

EL PAÍS P.9
Ordenaron al INDEC que reponga a una empleada
Había sido despedida por Moreno. Ahora la justicia ordena que vuelva.

SOCIEDAD P.28
Poca demanda para una vacuna contra un cáncer
Es el caso de la vacuna. En el país, la aplicación es 3 días después de salir.

DEPORTES P.47
Boca ante el Manchester, en el debut de Banza
Jugó en el estadio de Boca los 13.30 horas de la Argentina.

EXTRAS Y CÓMO SE CUMPLE

Ushuaia, con la mayor nevada en 14 años. En los días cayeron 40 centímetros de nieve (foto). En el 70% de lo habitual en un año. Por causas de las, se suspendieron las actividades administrativas y la Intendencia reclamará ayuda a la Nación. >>>

FRASE DEL DÍA: Sergio Acuña, gobernador de Santa Cruz y ex titular de la SIBUR: "El incremento de los bienes de los Kirchner es imponente y no auditado". P.32

Tecer algumas observações no que tange à estrutura do jornal, parece-nos importante, pois acreditamos que a existência de determinadas seções podem nos ajudar a compreender por que razão certos aconte-

cimentos são notícia e outros não, por que alguns fatos e temas fazem parte do jornal e de suas pautas, e outros não, e porque há pregnância de determinados assuntos em detrimento de outros.

O jornal impresso *Clarín*, assim, está dividido em cadernos/seções da seguinte forma:

Sumario – é o nome que dão à segunda página do jornal; abarca um editorial de opinião, uma charge, geralmente com temas voltados à política, *personas* e história da Argentina; também contém em todas as edições a opinião de um leitor sobre o que lhe agradou ou não na edição anterior, assim como um índice dos principais cadernos e temáticas do dia, como informações curtas de pessoas específicas da política, esporte, economia, literatura, televisão, etc.

El País – Esse caderno é um dos maiores da edição impressa do *Clarín*; abarca assuntos estritamente argentinos e de interesse público e social, como política e economia nacional, conflitos com os países vizinhos, direitos humanos, privatizações, segurança pública, denúncias de corrupção e apurações de casos históricos de crimes e negociações.

El mundo – Esse caderno, de maior importância para as nossas análises, abarca conteúdos informativos acerca de todas as nações do mundo, e versam freqüentemente sobre o campo da política internacional, dos presidentes latino-americanos, e de outros países. Nesse caderno podemos ler sobre atentados, convênios, filiações políticas e acordos internacionais, terrorismo, massacres, atentados, violência e guerras civis.

Sociedad – Parte do jornal que trata de questões eminentemente portenhas, como problemas em companhias aéreas, atrasos nas estações de ônibus, metrô, trânsito, mas também retrata, durante o verão, as tendências da temporada, medicina, descobertas e avanços.

Zona – Trata de informações acerca de temas relacionados à saúde, descobertas científicas, educação, alimentação, política com um espaço voltado aos leitores. Algumas temáticas são trabalhadas por meio de articulistas, entrevistas, etc.

Cultura – Abarca temas relacionados à arte, literatura, história, povos, exposições, museus, livros, tanto da América Latina como dos outros continentes.

Espectáculos – Caderno que abarca conteúdos do mundo dos shows, atores, atrizes, cantores famosos, apresentadores de televisão, cinema,

música, dança, assim como a programação teatral, cinematográfica e entrevistas com personagens midiáticos de fama nacional e internacional.

La ciudad – Trata de assuntos que tangem à arquitetura de cidades argentinas e de outros países do mundo, shows, acidentes, compras, obras, solicitações, shoppings, etc.

Policiales – Cuida de assuntos relacionados à criminalidade em geral, assassinatos, tiroteios, tráfico de entorpecentes, narco-terrorismo, vinganças, suspeitas, investigações criminais, violações, etc.

Deportes – Abarca sobre tudo informações e dados sobre o futebol argentino, com pelo menos meia página dedicada a cada equipe nacional de grande porte; trata também do futebol sul-americano e europeu, assim como, de forma sucinta das outras modalidades esportivas.

Carreras – Trata de temas relativos ao hipismo e ao *jockey*, assim como das competições realizadas na Argentina e no mundo.

Servicios y juegos – Abarca informações a respeito do tempo no país e no mundo, condições do tráfego aéreo, telefones de urgência, horóscopo, palavras cruzadas e agenda do dia.

Humor y chistes – O jornal dedica uma página inteira ao humor, às piadas e às tiras de personagens mundialmente conhecidas, tal como “*Mafalda*”, “*Yo, Matias*”, “*Clemente*”, “*Diógenes y el linyera*”, “*La Nelly*”, entre outros; ademais há uma história contada a partir de leituras filosóficas, sempre com uma moral ao final, que é o que encerra a edição impressa e se situa ao lado do ISSN do jornal.

Negócios y mercados – Caderno de temas que envolvem estratégias imobiliárias, exportações, importações, finanças, comércio, etc.

Opinión – São duas páginas dedicadas a textos enviados por leitores comentando reportagens e matérias veiculadas pelo periódico ou acontecimentos, discussões de caráter e relevância social. Há também textos de professores universitários, escritores e jornalistas sobre temas mais gerais, tal como democracia, política, economia, literatura e sociedade.

Aos domingos, o jornal inclui os cadernos “*viajes*” e “*económico*”; o primeiro cuida de temas relativos a lugares de atração, *tours*, pacotes turísticos, preços, hotéis, itinerários, circuitos, e locais de festas e interesses; o segundo, por sua vez, versa sobre o sistema financeiro internacional, prognósticos, produção da agricultura e pecuária argentina, marketing e publicidade, mercados e movimentação, moedas, juros, tec-

nologia, empreendedorismo, empregabilidade no país e no mundo, recursos humanos, e alguns anúncios classificados.

* * *

Sabemos que a Argentina passou por graves momentos de crise política, econômica e social, em que diferentes governos impuseram propostas que representaram câmbios em diversos campos da sociedade; nos anos 80 e 90 o país sofreu uma crise paradigmática engendrada pela lei de conversibilidade de 1991, quando a moeda argentina permaneceria, por mais de 10 anos, atrelada ao dólar dos Estados Unidos na paridade de um para um.

Para Paulo Nogueira Batista Júnior (2002), a agonia prolongada do *currency board*⁸⁵ argentino, teria conseqüências dramáticas e nefastas, não previstas nem mesmo pelos seus críticos mais contundentes.

Entre 2000 e 2001, o presidente *De la Rúa*, eleito em oposição ao desgastado governo *Menem*, insistiu em preservar o regime monetário-cambial. Essa insistência produziria um verdadeiro desastre econômico e terminaria por provocar a sua renúncia em dezembro de 2001. Em meio ao caos econômico, político e social, o governo *Duhalde* iniciou, em janeiro de 2002, uma completa revisão do sistema monetário argentino.

As mudanças pelas quais o país tem passado podem ter provocado alguns câmbios na forma como a imprensa tem (re)tratado os acontecimentos, tanto os nacionais como os internacionais; sabemos que para o Brasil, a crise da Argentina e os fatos políticos e econômicos dos associados ao Mercado Comum do Sul são, evidentemente, da maior relevância.

⁸⁵Conselho da moeda. Esse modelo era recomendado particularmente para países que, como a Argentina, experimentaram crises monetárias agudas e prolongadas, é uma variante rígida da ancoragem cambial. Suas características são: a fixação da taxa de câmbio em relação ao dólar (ou alguma outra moeda de credibilidade internacional); a conversibilidade (a eliminação de restrições à transformação de moeda nacional em moeda estrangeira e vice-versa; definição de um "lastro" para a moeda nacional (uma regra que subordina a emissão de passivos monetários à existência de reservas em dólares) http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142002000100006&script=sci_arttext, Acesso em 10/02/2009).

De acordo com Paulo Nogueira Batista Júnior (2002), há um interesse em que a Argentina seja bem-sucedida em suas tentativas de recuperar soberania sobre aspectos essenciais da política econômica. Dentro de suas possibilidades, o governo brasileiro deve estar disposto a ajudar, já que a Argentina começou a enfrentar os seus problemas centrais, dando relevância ao papel do Brasil nesse cenário.

Assim, pretendemos desenvolver uma leitura de reportagens-matérias que fizeram parte do periódico Argentino *Clarín*, notícias que levaram em conta a realidade brasileira, e estiveram no bojo de fatos e acontecimentos que foram notícia aqui no Brasil; nesse sentido, compreender a realidade social da Argentina, onde o periódico está imerso, é,

[...] entender o envolvimento discursivo das fontes noticiosas, entender as preocupações jornalísticas pela auscultação de determinadas fontes, entender por que razão o acontecimento adquiriu valor noticioso (SOUSA, 2004, p. 17).

Dentro das limitações do sujeito-produtor desta dissertação, nossa seleção dar-se-á por meio de uma amostra arbitrária; do total de trinta (30) jornais impressos, vamos eleger oito (08) matérias para imprimirmos um olhar investigativo da produção noticiosa do *Clarín* a respeito do Brasil. Assim, nosso discurso de análise seguirá, na coxia de Charaudeau (2006), as seguintes propriedades:

1. Construção de um objeto segundo critérios precisos, que possibilite conferir os resultados das análises;
2. Determinação de um instrumento de análise que sirva de base às interpretações produzidas ulteriormente.
3. Processo de interpretação que implique uma crítica social, não apenas como ideologia, mas também como processo que procure compreender o não-dito, o oculto, as significações que se situam por trás do jogo de aparências.

Logo, nossa decisão será por uma amostragem arbitrária porque infere características do todo (condições de Produção) a partir das partes

(unidades investigadas e analisadas); arbitrária porque as escolhas teórico-metodológicas e do *corpus* foram realizadas de acordo com aquilo que parece razoável ao sujeito investigador, seus objetivos de pesquisa e “em função das condições que tem para a fazer” (SOUSA, 2004, p.52).

[...] por vezes a necessidade determina a utilização de amostras de conveniência, que, embora não conduzam a resultados que possam considerar-se totalmente representativos (em termos de validade externa), não deixam de poder fornecer pistas para a resolução de determinados problemas científicos (SOUSA, 2004, p.55).

Linguagem e ideologia, não como visão de mundo, nem escamoteação da realidade, mas como “mecanismo estruturante do processo de significação” (ORLANDI, 2007, p.96), serão analisadas no processo de produção noticiosa acerca do Brasil no periódico portenho *Clarín*; traremos à arena alguns conceitos que foram referenciados nos capítulos teóricos e de contextualização da problemática, ou seja, neste espaço vamos promover um diálogo entre a Análise de Discurso, as teorias da notícia e a análise de imagem, com o objetivo de compreender alguns sentidos de Brasil preponderantes na imprensa argentina. A ideologia a qual fazemos referência aqui:

[...] se liga inextricavelmente à interpretação enquanto fato fundamental que atesta a relação da história com a língua, na medida em que esta significa. A conjunção língua/história também só pode se dar pelo funcionamento da ideologia. E é isto que podemos observar quando temos o objeto como lugar específico em que se pode apreender o modo como a língua se materializa na ideologia e como esta se manifesta em seus efeitos na própria língua (ORLANDI, 2007, p.96).

Pensamos que o acontecimento midiático – a notícia – realiza-se pela eficácia da linguagem e pela forma como a ideologia toma corpo no interior de determinadas formações discursivas. Compreender os sentidos de Brasil na imprensa argentina é rechaçar a evidência, o lugar-comum, e seguir em direção ao caminho da descoberta, do sujeito do

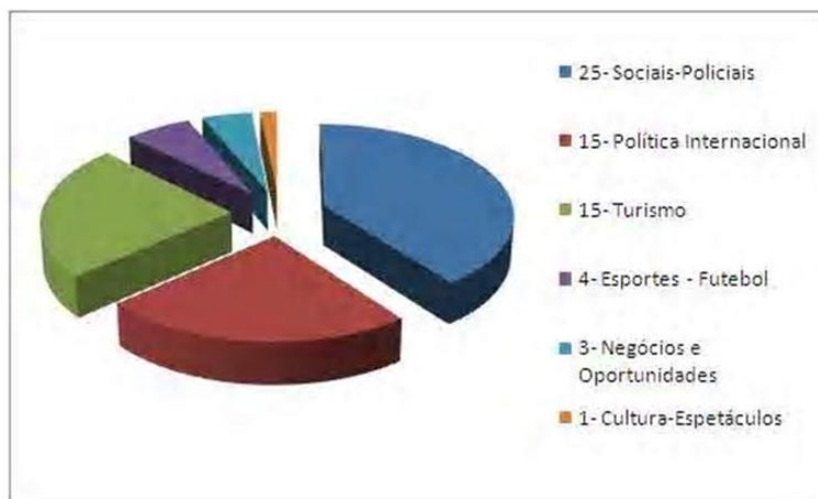
discurso que se faz *na* e *pela* história. Se o sentido é história e os sentidos de Brasil estão inscritos no discurso e o atravessam, significa sujeito, significa mundo, significa Brasil.

A intransparência e opacidade da linguagem guardam determinados sentidos que ficam no tênue limiar entre o dito e o não-dito. Embora os sujeitos jornalistas afirmem veementemente que estão comprometidos com a verdade, que são objetivos e transparentes, se a essência da linguagem não é transparente, como poderia uma atividade norteada, levada a cabo através de diferentes formas de dizer, de linguagem ser transparente? O jornal impresso *Clarín* enuncia com transparência por meio de algo que não é transparente, como podemos criar diálogos dentro dessa antinomia? Os diferentes discursos têm morada efêmera nos meios de comunicação, mas no imaginário do sujeito-enunciatário deixa rastros, marcas, sinais, muitas vezes armazenados na estrutura do seu inconsciente e conduzidos para suas mediações sócio-culturais.

Na nossa concepção, a não-transparência da linguagem pode deixar alguns sentidos apensos e os processos discursivos, desse modo, não seriam nas palavras de Pêcheux (1975), apenas expressões do puro pensamento, de uma atividade cognitiva que utilizaria acidentalmente os sistemas lingüísticos. Vejamos que sentidos as articulações e acionamentos imagético-lingüísticos do *Clarín* produzem no seio de sua produção noticiosa.

Realizamos uma pesquisa de campo para coleta de materiais, nomeadamente de jornais impressos, do dia 29 de dezembro de 2006 a 26 de Janeiro de 2007, momento em que pudemos estar na Argentina e erigir uma quantidade de exemplares de jornais considerável metodologicamente, para assim, levar a cabo a seleção e posteriormente as análises.

No período no qual estivemos na Argentina, identificamos que o Brasil foi enunciado em diferentes reportagens, notícias e cadernos 63 vezes, a saber:

Gráfico 1: Número de reportagens sobre o Brasil no *Clarín*

Assim, por uma questão de predominância e diferenciação de períodos-datas, resolvemos investigar que sentidos de Brasil foram produzidos em oito matérias diferentes, uma chamada de capa, cinco do caderno “*El mundo*”, uma sobre o discurso esportivo e outra acerca dos sentidos de Brasil no discurso turístico-policial, considerando os cadernos que mais matérias veicularam notícias/informações no período de coleta e seleção sobre o Brasil.

Ao utilizarmos a AD, consideramos não apenas os elementos que estão no texto-fotografia, mas também sua exterioridade constitutiva, afim de evidenciar “o jogo discursivo em que ora se revelam, ora se calam as vozes que o determinam”(LEITE, 2007, p.112).

4.1 Sentidos de Brasil no discurso político-econômico internacional

A partir da assinatura do Tratado de Assunção, em março de 1991, o Mercosul foi marcado por diferentes fases de desenvolvimento interno e externo, tanto em função do seu calendário próprio – definido de maneira bastante otimista, de estabelecimento progressivo e de consolidação do mercado comum (como ainda hoje tem buscado atingir) –,

como em virtude de processos internos e externos que impactaram de forma negativa essas diferentes etapas, sem que os Estados membros lograssem controlar, a cada vez, o itinerário e o desenrolar das forças econômicas e políticas em jogo nas tendências de curto prazo do futuro mercado comum sul americano.

As grandes e difíceis questões com que se defronta o Mercosul têm a ver, com o seu relacionamento externo, especificamente o desafio da ALCA, e seu reforço em um contexto de contínuas demandas por maior liberalização e aceitação ampliada dos princípios de tratamento nacional e não-discriminação no contexto regional e no plano multilateral.

Para Paulo Roberto de Almeida (2001), isso não significa que a sobrevivência do Mercosul esteja ameaçada de modo absoluto, uma vez que o bloco é uma construção política (e ideológica) que pode resistir a desafios de caráter comercial ou econômico. Dada sua identidade integracionista e sua vocação ao progresso, o Mercosul deve apontar para patamares ainda mais avançados de coordenação de políticas setoriais e macroeconômicas, quando não de projetos societais, a fim de fortalecer-se e implementar “*confidence building measures*” entre os estratos dirigentes e responsáveis pela condução política e diplomática do processo.

O Mercosul, assim como sucede no exemplo dos fenômenos monetários, representa basicamente, para Paulo Roberto de Almeida (2001), uma questão de confiança entre os participantes: confiança em sua capacidade de “manter valor”, de permitir atingir determinados objetivos valorizados socialmente (emprego, renda, desenvolvimento humano, educação etc.), que possam ser intercambiados segundo as preferências do “sujeito-consumidor”, e a segurança de que sua presença permeia o conjunto das relações humanas e econômicas cada vez que a necessidade se faça sentir.

Nesse contexto de uniões, negociação de objetivos sócio-políticos, alianças, disputas e pugnas no ventre da América do Sul, uma parte do continente americano castigada por uma história de colonização e exploração, tanto das riquezas que possuía como de seu povo e da sua cultura, vamos analisar do ponto de vista discursivo, quais são os sentidos que há sobre o Brasil dentro da política do Mercado Comum da

América do Sul na produção e enquadramento jornalísticos do jornal *Clarín*.

Destarte, abrimos um parêntese sem limites, já que os discursos produzidos acerca do Mercosul, assim como nosso próprio discurso nesta dissertação, não se fecham em si, vão produzindo outros discursos e relacionando seus fragmentos de linguagem com sua exterioridade e formação social. Parafraseando Maingueneau (1982), o discurso é uma encruzilhada de trocas que se situam na história e propõe a determinação de um espaço de interação semântica que explique, ao mesmo tempo, os fundamentos dos discursos que dialogam e a relação polêmica existente entre eles.

Pretendemos compreender, a partir da Análise de Discurso Francesa, análise de imagem e das teorias do jornalismo, como o Mercosul e as relações entre os presidentes dos países coligados têm sido enquadrados pelo *Clarín*, ou, mais especificamente, que sentidos de Brasil apreendemos na produção noticiosa do *Clarín* acerca do Mercado Comum Sul Americano? Por que temos exatamente determinadas notícias, enquadramentos, sentidos e não outros?

Se o Mercosul é um bloco inserido numa construção política, social e ideológica que pode resistir a desafios de caráter comercial, social e econômico, objetivamos entender e lançar alguns olhares analíticos sobre como o Brasil tem sido construído discursivamente dentro desse cenário de desafios, negociações, transações, cúpulas, encontros, debates, dados estatísticos e informações.

Em matéria veiculada no dia 21 de janeiro de 2007, um domingo, no Caderno “*El mundo*”, vamos tecer algumas considerações para posteriormente tratar dos sentidos que depreendemos. Em relação ao título da matéria, a manchete:

“*Brasil le prometió a Bolivia mejorar el precio del gas y una salida al mar.*” – “O Brasil prometeu à Bolívia que vai melhorar o preço do gás, e uma saída para o mar⁸⁶”.

À direita há uma foto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva abraçando o dirigente Boliviano Evo Morales; na legenda consta (Figura 3, da agência Reuters):

⁸⁶(Tradução nossa).

“Amigos. El abrazo del ex cocalero y el ex líder sindical, el viernes durante la cumbre del Mercosur”. - “Amigos. O abraço dos ex-cocaleiro⁸⁷ e do ex-líder sindical, sexta-feira durante a cúpula do Mercosul”.

Do ponto de vista imagético e cromatográfico, apreendemos os seguintes sentidos da fotografia tirada e veiculada pelo Clarín:

Figura 3 – Clarín 21 de Janeiro de 2007.



⁸⁷A palavra “cocalero” aparece no Dicionário on-line da Real Academia Espanhola, como “Que cultiva o explota la coca” (Tradução nossa).

1. O presidente brasileiro durante o abraço retratado demonstra certa distância pela forma como articula e compõe o abraço com o presidente Evo Morales; seu olhar, voltado para outra direção e não especificamente a da face de seu “amigo”, pode conotar um engodo, um abraço voltado apenas ao cumprimento de um protocolo, e não dentro do significado que temos para saudar uma pessoa pela qual temos grande apreço. O rosto de Lula da Silva pode demonstrar um sentido de cansaço e tédio, marcado pelo suor, por um aspecto de fadiga e de necessidade de repouso.
2. Quanto ao presidente boliviano Evo Morales, observamos que seu olhar está voltado muito mais para o broche presente no terno do presidente Lula da Silva que para a expressão de um contentamento e satisfação diante do momento único de estar ao lado do representante político do “gigante” sul-americano no mercado internacional, e segundo o sujeito-enunciador, amigo também. O abraço, que na cultura brasileira, assim como em diversos países, representa a externalização de um sentimento ímpar, de compromisso, relacionamento e intimidade, na foto, está eivado de uma incompletude que rompe com a idéia de amizade, anunciada pelo sujeito-jornalista responsável pela matéria
3. A composição da fotografia mostra ao fundo uma predominância do branco no lado de Evo Morales, enquanto no de Lula da Silva, um azul acinzentado com as mesmas nuances da sua roupa, do seu cabelo e barba. A ordem própria dos discursos presentes nessa fotografia, tanto no que tange às cores como ao enquadramento da cena, nos deixam alguns sentidos apensos, a saber: a) O branco, que conota pureza, pensamento e despertar, associado ao azul, cor do infinito, do sonho, serenidade e afeto. Nessa última característica encontramos na confusão de sentidos entre enunciado e fotografia uma intenção de harmonizar os elementos fulcrais para a constituição da fotografia (Lula da Silva e Evo Morales) e corroborar a questão da amizade que é trazida à arena pelo sujeito-produtor da matéria. Isso vai *de* encontro à possível intenção primeira do enunciador, quando congela a imagem na sua câmara e detecta como em um flagrante a troca de um abraço que não corresponde ao de um amigo, e concomitante a isso, pelos

sentidos das cores, da sua dinâmica na comunicação, harmoniza a imagem através do pano de fundo em azul e branco tentando promover um sentido de amizade diferente do que se evidencia na cena os dois dirigentes sul americanos.

Estamos trabalhando com algumas categorias; é evidente que os sentidos apreendidos nas fotografias, tal como na sua relação com os enunciados destacados por nós e com sua exterioridade, estão no bojo das reflexões teóricas que viemos realizando ao longo desta dissertação; acreditamos que, o que se mostra claro e evidente, pode enganar e por isso, asseveramos que os olhares lançados podem não ser os melhores, os mais adequados, nem os mais teóricos e com melhor correspondência com o que poderíamos chamar de realidade.

Destacamos nessas análises, alguns enunciados cruciais para um olhar sincrético, que una o imagético e o enunciativo:

1. O enunciado sob a imagem 3, “*Amigos. El abrazo del ex cocalero y el ex líder sindical, el viernes durante la cumbre del Mercosur*”, marca a insistência de alguns meios de comunicação em destacar a origem profissional de determinados presidentes de nações da América Latina, e com muito menos frequência de outros países do mundo. O adjetivo “*cocalero*”, é usado para quem cultiva ou explora a coca – *numa tradução nossa* –, deixa marcas de juízo de valor pejorativas e concomitantemente, coloca à prova e em questionamento a legitimidade do presidente boliviano, assim como cria uma não-ruptura com sua história, evocando um embate entre seu passado e presente; é como se o sujeito-enunciador trouxesse à arena discursiva, sentidos de vida de um indivíduo que continuam, são intrínsecos e a ele estão arraigados, ao acionar a memória discursiva do sujeito-enunciatário, podendo ofuscar a trajetória de um líder sindical - que foi “*cocaleiro*” – e se converteu em presidente de um dos países mais pobres da América do Sul.

Ao eleger o sintagma “*Ex-líder sindical*”, o sujeito-enunciador, não apenas retoma a trajetória política de Lula, como não desvenilha o passado do presidente brasileiro à sua condição de dirigente de uma das maiores e mais emergentes nações do mundo.

Ao mesmo tempo, produz uma aproximação entre os dois presidentes, já que embora não figure no campo do *dito*, Evo Morales também foi líder sindical – de “*cocaleiro*” – e sempre esteve engajado com o ideal de igualdade social e de expansão da produção da coca legal.

Assim, fica a confusão entre as identidades e a história dos dois presidentes, pois o acionamento de ambas as ocupações, em um mesmo enunciado, traz, para a exterioridade do enunciado duas formas de fazer política pletóricas de divergências, de embates, sonhos, e problemas sócio-econômicos que ora se acercam, ora se distanciam, já que embora fazendo parte do mesmo grupo de livre comércio e sejam grandes parceiros, não podemos ignorar as vicissitudes de cada país, sua cultura, história, povo e realidade social. Fica, cremos, no campo do implícito, uma aproximação entre os dois em termos de características, valores, formações, passado, ou seja, assim como Lula é como Evo, a recíproca é verdadeira.

2. A palavra “amigos”, em negrito e maiúsculo no início do enunciado-legenda, demarca um campo significativo cheio de paradoxos; primeiro, precisamos compreender a noção de amigo na contemporaneidade: segundo o *Dicionário Aurélio*, amigo é companheiro, protetor, que está ligado por laços de amizade. O abraço “frouxo” posado na foto dos dois presidentes vai *de* encontro à noção de amigo, pois para uma relação de amizade, se esperaria um abraço mais afetuoso e de comprometimento, o que não vemos na fotografia. Ademais, o destaque marcado pelo negrito, uma característica do *Clarín*, pode ser uma referência negativa ao relacionamento que há entre os dois presidentes, já que o negro mobiliza sentidos de destruição, desgraça, temor e dentro dos padrões estéticos de um jornal impresso pode deixar um sentido de ironia, pois no enunciado apenas a palavra “amigo” está em negrito. Pode representar uma pergunta: “Evo e Lula realmente são amigos?”.

Sabemos que a intenção foge do controle do sujeito-enunciador, portanto destacamos essa antinomia porque nos parece que o funcionamento discursivo posto em jogo pelo enunciador não produz

sentidos de amizade, nem mesmo no nível político, que conotaria menos expressividade na troca de cumprimentos, por uma imposição dos protocolos que regem esse tipo de relação presidencial, e claro, a cultura que subjaz a cada nação e a cada sujeito. Vemos um descompasso entre o sentido do enunciado e aqueles que categorizamos na imagem fotográfica.

3. Ao tecer o texto, o enunciador utiliza termos como “*paquete de bondades*” (Pacote de bondades), “*Falta de generosidad brasileira*” (Falta de generosidade brasileira⁸⁸) que aportam no interior do texto, sentidos que remetem ao enunciado da legenda, mantendo a confusão já observada da noção de “amigo”, pois sabemos que no universo político, os jogos de interesses frequentemente deixam de costado as necessidades do povo, suas buscas, ascensão social e econômica.

Tanto o pacote de bondades como a falta de generosidade brasileira remetem à promessa do presidente Lula da Silva em pagar mais pelo gás boliviano – como faz a Argentina – falar menos e fazer mais para a melhoria das relações entre os dois países e desenvolvimento do Mercado Comum do Sul. Falta de generosidade contradiz a noção de amigo, já que num nível de amizade haveria mais “flexibilidade e amor” para negociar.

4. Nas primeiras linhas do texto (no lide), o sujeito-enunciador escreve que os presidentes participantes do Encontro do Mercado Comum do Cone Sul ficaram hospedados no “*Espectacular Hotel Copacabana Palace*”, (Espectacular Hotel Copacabana Palace⁸⁹), o que nos parece irrelevante para a problemática da matéria e as tensas relações que sabemos existir, entre Luiz Inácio Lula da Silva e os presidentes da Bolívia e da Venezuela; desprivilegia e mais uma vez engendra um embate no interior mesmo das formações discursivas acionadas na cena, tanto na fotografia como no texto, haja vista as características dos dois governos – voltados ao desenvolvimento social das classes populares trabalhadoras, com uma política de alargamento das camadas sociais mais

⁸⁸(Tradução nossa).

⁸⁹Ibidem, idem.

baixas, rumo a uma possível igualdade – o que contradiz com a estada em um dos hotéis mais caros do Rio de Janeiro e quiçá do mundo.

O enunciador rompe com o contrato de fala ao enunciar tal informação e quebra a expectativa no que tange ao tema central da matéria, que foi a promessa de Lula em melhorar o preço do gás comprado pelo Mato Grosso e à contenção dos inflamados discursos do presidente venezuelano Hugo Chávez, que prejudica a imagem do Mercosul diante das grandes potências do mundo, nomeadamente dos Estados Unidos da América, país que tem sofrido sérios ataques verbais por parte do presidente venezuelano.

Logo, não fechamos nossas análises, procuramos compreendê-las na sua relação inextricável com as condições de produção, tanto da emissão, como nossa, da recepção. Pela arrogância que pode conotar, não apresentamos essas explicações relativas como verdade absoluta, nem tampouco as realizamos sem acreditar em sua pertinência; aqui queremos entender a produção noticiosa do *Clarín*, descrevê-la propondo possíveis interpretações para ulteriormente pô-las em debate social.

Não temos a pretensão de concluir, de fechar essa investigação, nem tampouco de, nas palavras de Foucault, ir em direção a um núcleo interior e oculto, senão a partir do próprio discurso, de sua aparição e regularidade chegar às suas condições externas de possibilidade e de produção.

4.2 Discurso da violência – sentidos do crime organizado no *Clarín*

Conflito no Rio de Janeiro. Na passagem de 2006 para 2007, no marco de uma transição política com a saída do poder do casal Garotinho e o revés de Sergio Cabral diante do forte oponente bispo Marcelo Crivella, os grupos responsáveis pelo crime organizado, a saber, pelo controle do tráfico, pela “organização jurídica e social” dos morros e das prisões em todos quase todos Estados do Brasil, mas especificamente em São Paulo

e no Rio de Janeiro fecharam o cerco e investiram contra a população e contra os aparelhos repressores do Estado.

Diante da gravidade e do considerável número de mortos e feridos, além dos prejuízos à imagem do Rio de Janeiro e do novo governador – Sérgio Cabral -, este, em reunião com os ministros Tarso Genro, Waldir Pires, comandantes das Forças Armadas e auxiliares da Secretaria de Segurança do Estado solicitou participação do Governo Federal no combate aos ataques ocorridos entre dezembro de 2006 e janeiro de 2007.

Segundo o Jornal Estadão, apesar de ter solicitado a presença da Aeronáutica, do Exército e da Marinha, foi anunciado que Cabral teria o auxílio de 400 policiais da Força Nacional de Segurança e de 200 a 300 membros da Polícia Rodoviária Federal - o que sinalizaria a chegada de mais agentes ao Estado.

O quadro social torna-se ainda mais grave devido à aproximação do início das comemorações do Carnaval em fevereiro e dos Jogos Pan-Americanos do Rio de Janeiro que se dariam a partir do dia 13 de julho de 2007; para apaziguar a onda de ataques e de conflitos, a solicitação feita pelo governador eleito Sérgio Cabral foi atendida e tanto a contenção como a repressão dos grupos dominadores do narcotráfico no Brasil começaram.

* * *

Esse é o quadro em que se encontra o Rio de Janeiro em Janeiro de 2007⁹⁰, marcado por bastante insegurança social e tremores no paradigma político vigente. No dia 15 de janeiro de 2007, segunda-feira, estava estampado no caderno “El mundo” do periódico Argentino *Clarín*:

“Tropas federales de elite llegan a Río para combatir la violencia”.

Na Linha fina:

“Unos 500 hombres de la Fuerza Nacional de Seguridad están desde anoche en la capital carioca para unirse a la policía en la lucha contra las bandas de la droga. Hasta julio se unirán otros 5.500 agentes”⁹¹.

⁹⁰Período em que estávamos em Buenos Aires na Argentina fazendo uma coleta de jornais, visitando bibliotecas e entrevistando jornalistas para levarmos a cabo esta investigação científica.

⁹¹“Tropas federais de elite chegam ao Rio para combater a violência – Uns 500 homens da Força Nacional de Segurança estão desde ontem à noite na capital carioca para unir-se à polícia na luta contra as quadrilhas da droga. Até julho se unirão outros 5.500 agentes” (Tradução nossa).

Na fotografia posada em Brasília (Figura 4 da Agência Folha de São Paulo), alguns homens da Tropa do exército com a indumentária própria de seu labor aparecem com armas em mãos realizando seu último treinamento antes de partir em direção ao Rio de Janeiro. Na legenda o seguinte enunciado: “*Apontem...Tropas do exército, ontem, realizam seu último treinamento de combate em Brasília antes de partir em missão para o Rio de Janeiro.*”

* * *

Os meios de comunicação estão empenhados na produção regular de informações e notícias; os fatores burocráticos podem influenciar sobre o que será selecionado para “ser notícia”, assim como a ideologia profissional dos sujeitos jornalistas. A construção do acontecimento midiático passa por diversas instâncias, e envolve a apresentação do item ao público, tal como sua avaliação, escolhas léxico- gramaticais e as fotografias selecionadas para enquadrar e dar sentido ao fato noticiado.

A presença do Brasil na imprensa Argentina está vinculada na contextualização e identificação, mecanismos importantes já que tornam significativos e inteligíveis determinados acontecimentos; nesse sentido, as notícias, como parte da maquinaria produtiva da Indústria cultural, contribuem para a constituição e legitimação de uma hegemonia ideológica, ou podem estar atreladas aos detentores do poder ou àqueles que anelam estabelecer através dos meios de comunicação relações de dominação e de poder.

A justificativa para termos o Brasil que temos na imprensa argentina e não outro está diretamente ligada aos imaginários de espaço e de tempo; além da importância do Brasil no cenário político, econômico e cultural na América latina, a territorialidade geográfica, sendo que a colocação das redes informativas em diferentes malhas de variação entre informação miúda e graúda, impondo uma ordem no mundo social por meio do discurso.

uma imagem refratada que passa através de um prisma sobre a situação da violência e o tráfico no Rio de Janeiro, o que pode gerar equívocos na relação entre a problemática “real” e o recorte engendrado no ato da enunciação e da apresentação da notícia como produto final.

Zanchetta (2004) afirma que os modos de apresentação do fato e de constituição textual são mediados por um código social consentido, regulador de elementos da notícia. Assim, na relação entre a fotografia e o texto, discursos pertencentes a tipologias distintas, mas nos quais circulam filiações de sentidos que confluem a uma mesma direção, ficam apensos, segundo nosso olhar interpretativo, os seguintes sentidos de Brasil:

1. Ao deixar o verbo “Apontem...” em negrito e letras maiúsculas na legenda da fotografia, o sujeito enunciator estimula o gosto pelo extraordinário, configurando uma tendência à negatividade noticiosa, dá ênfase determinante à manifestação da dicotomia “mojinho e bandido”, e por meio dessa visão maniqueísta coloca de um lado as forças das tropas repressoras e o crime organizado; além disso, desperta na memória discursiva, por meio dos pontos suspensivos, os ruídos, as imagens que cada sujeito-enunciatário tem guardadas em seu inconsciente de outros acontecimentos, de outros conflitos a até mesmo das guerras que avassalaram o mundo. Estimula as experiências já vividas pelo receptor e causa um sentimento de medo, de pavor e expectativa de um possível enfrentamento civil, asseverado pelo enunciado “...em missão em direção ao Rio de Janeiro.”

De fato ao acionar as forças armadas para diminuir e retrain a força das organizações criminosas que atuam no Brasil, o governador Sérgio Cabral - mandatário havia menos de 15 dias – desejava que realmente fosse feita uma força tarefa missionária. Missão, que é termo muito recorrente no Cristianismo, vem do latim “mitto” e significa “enviar”.

O exagero radica na escolha do termo em consonância com a fotografia, que está provida de carga argumentativa e retórica; a estratégia de colocar certas palavras no texto refere a maneira como o sujeito enunciator julga e trata o “fato bruto”, e nesse caso, guarda sentidos de guerra, de combate acirrado, marcação

forte ao crime e principais atores sociais que o promovem. Deixa também um espaço para a constituição de um sentido negativo de Brasil diante do povo argentino, já que no campo do não-dito escamoteia os embates sociais e os fomentadores do crime, muitas vezes sujeitos pertencentes a camadas mais altas, políticos, grandes empresários e membros dos aparelhos repressivos, que paradoxalmente reprimem o crime e são financiadores dele.

O enquadramento feito pela instância da emissão organiza a idéia central da notícia (chegada das tropas e alerta no Rio de Janeiro), sugerindo o que é mais relevante no acontecimento bruto a partir de modelos de cognição, apresentação, interpretação e exercício de poder, já que a máquina midiática faz viver as comunidades sociais, manifesta a maneira como os indivíduos, seres coletivos, regulam o sentido social ao construir sistemas de valores. Como afirma Gans (1979), os jogos da corda no mundo noticioso, entre fontes, jornalistas e público, são decididos pela força, e esse fator é relevante para determinar o que será notícia e como será apresentada ao auditório.

2. A guerra prevista pelos sujeitos jornalistas que compuseram a notícia (*apontem e missão*), embora entre nos critérios de noticiabilidade da Mídia – no nosso caso do *Clarín* – tanto pela *continuidade* como pela *complementaridade*, haja vista a permanência insistente de notícias em destaque sobre a violência no Rio de Janeiro nas páginas do jornal argentino, também assinala para a *negatividade* no jornalismo impresso; de acordo com Van Dijk (1988), desempenha um papel central no processamento da informação cognitiva, emocional e social dos sujeitos-leitores/destinatários, pois a novidade pressupõe a existência de um conhecimento prévio e o desvio, a negatividade, exige reconhecimento e é apreciada como expressão dos nossos próprios receios e medos.

Assim, esse medo gerado pelo enunciador pode mostrar que o sofrimento dos outros (brasileiros) traz tanto alívio como tensão aos leitores nativos – argentinos – do periódico, constituindo uma preparação efetiva para uma ação de evasão ou de proteção e sublinha que, quando envolve quadros de desvio social (crime orga-

nizado), proporciona aos membros de um grupo informação acerca dos *outros* que auxiliam a definir e confirmar a sua própria identidade.

A dramatização na cena retoma aspectos emocionais de acontecimentos já vividos, já materializados em notícia na Mídia, pois a fotografia, certificado de presença traz consigo seu referente e torna-se o que Charaudeau (2006) chamou de imagem-sintoma, já que estimula no inconsciente e imaginário dos sujeitos leitores mecanismos de ativação de memória e de sentidos, abrindo uma lacuna para (re) viver, retomar experiências anteriores e acionar as defesas para a possibilidade do acontecimento no país do outro poder chegar ao seu.

3. Na tessitura de seu texto o sujeito jornalista traz à cena noticiosa a realização da Cúpula de Presidentes do MERCOSUL e a chegada de centenas de turistas em virtude das festividades do Carnaval:

“A partir de amanhã estarão chegando as comitivas dos presidentes que participarão da Cúpula do Mercosul, e no mês próximo a cidade se encherá de turistas pelo famoso carnaval...”⁹².

Se em determinado momento da produção de seu discurso o enunciador deixa evidente uma preocupação com os avanços do comércio ilegal, da lavagem de dinheiro, ataques à população civil e aos aparelhos repressores de Estado, aos dezenove indivíduos que resultaram mortos em virtude dos ataques coletivos comandados pelos chefes do narcotráfico, as atenções voltam-se para o viés político e econômico, num espaço de dissensão dentro de uma mesma formação discursiva.

Embora a complexidade do problema não esteja apenas no âmbito social, o enquadramento que realizado pelo enunciador, causa certa confusão, desfoca a discussão sobre a chegada das tropas federais ao Rio de Janeiro e as mudanças que isso acarretaria na cotidianidade de milhões de cidadãos comuns que vivem sob a

⁹²Em espanhol: “Desde mañana ya estarán llegando las comitivas de los presidentes que participarán de la Cumbre del Mercosur, y el mes próximo la ciudad se colmará de turistas por el famoso Carnaval. . .” (Tradução nossa para o português).

égide do poder dos grupos milicianos e de suas formas de organização da vida social.

Assim, ao atender a solicitação feita pelo governador Sérgio Cabral, identificamos na formação discursiva enunciada a atenção do produtor voltada mais para os turistas que estarão no Estado e ao encontro dos representantes do Mercado Comum do Cone Sul que ao apelo e à dor coletiva partilhada por aqueles que perderam parentes nas investidas e sequer ganharam importância nos meios de comunicação.

Ademais, corroboramos a escamoteação dos embates entre diferentes classes sociais e concentração do valor notícia nas elites; quando vai ao auditório para levantar testemunhas que pudessem comprovar as informações que levou à notícia, o enunciador faz referência ao diretor do Hospital Getúlio Vargas, Paulo Almeida, vítima de um atentado; a noticiabilidade, como fruto de diversas negociações, pode legitimar o *status quo*, haja vista que os grupos sociais que visam uma atuação distante do consenso são tachados como marginais, quando no seio dessa formação discursiva, o produtor generaliza o crime, como se este fosse privilégio apenas daqueles que vivem nas favelas e morros cariocas.

O enunciador apaga as vicissitudes da vida nos morros e preconceitualiza o cidadão comum desprovido de bens materiais de camadas sociais mais baixas, mas que nas suas mediações sócio-culturais leva uma vida desvencilhada de práticas criminosas, envolvimento com o tráfico, o crime e a co-participação na organização social que o narcotráfico tem proposto em diferentes favelas do Rio de Janeiro.

4.3 Lula na teia da faticidade do discurso político do *Clarín* – por alguns sentidos

As políticas – sobretudo as sociais – adotadas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva lograram vários adeptos e críticos ao longo do seu primeiro mandato, que começou em 2002, após uma surpreendente vitória sobre o candidato do PSDB José Serra.

Em 06 de outubro de 2002, no primeiro turno das eleições, Lula é o mais votado e disputa o segundo turno com o "tucano" José Serra. No segundo turno, em 27 de outubro de 2002, Lula finalmente é consagrado

vencedor e é eleito o novo presidente do Brasil, com mandato iniciando de 01 de janeiro de 2003 até 31 dezembro de 2006.

O "governo de transição" é criado no dia seguinte – 28.10.2002 – pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso e, assim, democraticamente, o Brasil inicia uma fase diferente de sua história: um representante do partido de oposição, representante dos trabalhadores – partido de esquerda –, assume o poder no Brasil; Lula, fundador do Partido dos Trabalhadores – PT – é o primeiro candidato de esquerda a vencer as eleições presidenciais no Brasil; com 61.3 % dos votos válidos toma o poder e inicia sua política, calcada em um mandato popular e participativo.

* * *

No dia 2 de janeiro de 2007, uma terça-feira o Caderno “El mundo” do jornal argentino *Clarín* tinha como uma das manchetes:

“Lula pidió coraje y prometió que su segundo mandato será “popular”⁹³”.

Na fotografia posada pelo sujeito-fotógrafo (Figura 5 da Agência EFE) o presidente Lula é enquadrado de traje negro e gravata vermelha ao lado de sua esposa em um carro da presidência da república, escoltado por guardas civis montados em imponentes cavalos em Brasília; um adepto invade o cerco de segurança e com uma camiseta do P.T posiciona-se para tirar uma foto e registrar uma imagem do “novo” presidente e sua esposa. Na legenda da fotografia aparece o adjetivo “penetra, intruso” como referência ao partidário do primeiro presidente de esquerda da história do país.

As relações econômicas, políticas e sociais do Brasil na América do Sul, tanto por sua relevância territorial como pela importância que lhe é outorgada como integrante e potência do Mercado Comum do Cone Sul e um dos principais países inseridos no grupo dos emergentes, dão, do ponto de vista das teorias da notícia, um espaço de *frequência* ao Brasil na agenda noticiosa da imprensa argentina.

Nessa notícia – acerca da reeleição do presidente Lula – vários sentidos ficam soltos no texto; levando em conta os valores notícia, a imagem

⁹³“Lula pediu coragem e prometeu que seu segundo mandato será popular” (Tradução nossa).

1. No que tange à manchete “*Lula pediu coragem e prometeu que seu segundo mandato será “popular”*”, cabe buscar a etimologia da palavra *popular* para que compreendamos que sentidos recobrem o termo “aspado” pelo sujeito jornalista. Tal termo significa “próprio do povo” e “democrático” numa conotação positiva, mas também é sinônimo de “vulgar”, “trivial” e “ordinário”.

O dicionário de latim nos dá basicamente o mesmo sentido, inclusive quando é empregado para expressar “conterrâneo” ou “conciadão”, como em aclamado por populares.

Assim, a contraposição que se estabelece no texto entre populismo e popular (“*Su gobierno no será populista, seguirá siendo popular*”) conota uma postura teoricamente democrática por aclamação social, fato que dá legitimidade a Lula como aquele que foi eleito pela maioria – maioria igual a ele –, popular. (O que podemos confirmar pela expressiva votação que recebeu no nordeste brasileiro, chegando a mais de 75% dos votos no segundo turno).

Embora haja vários sentidos para a palavra “popular”, nesse contexto ela pode caracterizar a postura ideológica do presidente eleito, e o uso das aspas, ao invés de isentar o enunciador de sua responsabilidade pela transmissão da informação, confere uma antinomia e gera uma confusão. Confusão que atende à *polêmica*, pois cobre a matéria da agenda pública no interior de uma esfera de controvérsias, que é a política, seus axiomas, duelos e diálogos. Esse critério de noticiabilidade considera a notoriedade do autor e o privilegia – Lula – por sua importância como chefe de Estado do país que de certa forma dirige o Mercado Comum do Cone Sul.

Trata-se de um efeito de sentido produzido pela carga ideológica do enunciador/jornalista, em um tom de crítica, transmitindo sua visão sobre o governo Lula ao enunciatário/leitor, no sentido de tentar manipulá-lo, enredá-lo na sua teia de sentido, de levá-lo a crer em sua verdade, ou seja, que o primeiro mandato não havia sido “popular”, por isso fazia promessas para o segundo. Diríamos que ele (Lula) trabalha com o processo da *tentação*, à medida que ao *fazer-crer* do destinador corresponde o *crer* (fazer interpretativo) do destinatário, na veracidade de sua promessa di-

ante da população argentina, o que pode fazer-creer em sentidos muitas vezes estereotipados, inverossímeis em relação ao presidente e seu governo.

A escolha lexical feita pelo sujeito enunciador deixa subjacente a estereotipia que tem criado raízes na cotidianidade brasileira, quando alguns indivíduos colocam em cheque a credibilidade, a inteligência, assim como a capacidade de um ex-sindicalista, oriundo de camadas pobres da população, dirigir uma nação tão extensa como a brasileira. Da formação discursiva que encabeça a matéria emerge a história do presidente ao pedir coragem – energia moral diante de situações aflitivas – constrói uma nova imagem, uma imagem-sintoma, incitando à participação da população e dos três setores para a consolidação de uma sociedade mais justa e de inclusão no Brasil.

2. *A continuidade e complementaridade*, – presentes na informação enunciada – apontam para uma idéia de conservação, estimulam a diversidade e o equilíbrio no conjunto perceptivo e são capazes de mobilizar o sujeito-leitor, pela variedade de paisagens informativas que produz, ou seja, ainda que o presidente Lula, assim como as decisões, as mudanças político-econômicas que tem proposto e levado a cabo, tenham lugar certo na cadeia noticiosa do *Clarín*, o exercício de (retro) alimentação, de complementação e continuação está arraigado à prática diária do jornalismo impresso, haja vista que o acontecimento mediático é selecionado e construído em função de seu caráter de atualidade, socialidade e imprevisibilidade (CHARAUDEAU, 2006).

Na matéria, Lula aparece após a vitória alcançada nas eleições presidenciais de 2006, mas freqüentemente está na agenda da imprensa argentina, haja vista que suas ações adaptam-se melhor à mancha temporal dos fatos midiáticos que às variações de estrutura; ao afirmar que vai adotar uma política de “mão-firme” contra os traficantes, retoma reportagens enunciadas anteriormente no mesmo periódico, e alimenta informações já ditas, pois a problemática do combate do narcotráfico é emergente e está na agenda do presidente, assim como dos meios de comunicação.

3. Embora Lula não seja “o Brasil”, ele é representante de uma nação e por isso, ao ter sido fotografado e enunciado no periódico argentino, o sujeito-enunciador traz à arena noticiosa o critério de *personalização*, haja vista os estímulos que amiúde provocam no imaginário coletivo de conhecimento do ator enquadrado na história – Lula, no caso –; retoma seu passado, sua história pessoal e pontilha para o sujeito-leitor uma possível leitura de mundo, uma interpretação do presidente a partir da construção que dele é feita dentro da notícia; isso ocorre porque há necessidade de *significação e identificação* do presidente diante da sociedade argentina.

Esse arquétipo de Lula pobre e “popular” nos meios de comunicação, especificamente na imprensa argentina, é corroborado quando ao final da matéria o jornalista escreve que “...*nascido no seio de uma humilde família de camponeses no estado de Pernambuco, no empobrecido nordeste brasileiro*”⁹⁴, estabelecendo um contrato de fidejussão do presidente brasileiro frente à população argentina, de um indivíduo que corresponda e seja adequado ao molde cultural vigente; a personificação, destarte, pode funcionar como paliativo para contornar e desvirtuar discussões sérias de cunho e fatores econômicos e políticos que subjazem a notícia ou simplesmente não aparecem porque o enunciador “apaga” as contradições sociais, políticas e econômicas que norteiam a gestão de Luiz Inácio Lula da Silva.

Esse acontecimento sob descrição, ou acontecimento individualizado, recorta o mundo da política em um determinado número de universos de discurso tematizados, transformando-os em rubricas e erigindo uma confusão entre o que Charaudeau chamou de acontecimento midiático – tal como aparece na configuração discursiva – e o espaço público, ou seja, entre o Lula midiaticizado e o Lula fora dos enquadramentos e dos sentidos impressos pelo sujeito-jornalista.

A imagem que o *Clarín* constrói do Brasil através do presidente

⁹⁴Em espanhol: “...nascido en el seno de una humilde familia de campesinos en el estado de Pernambuco, en el empobrecido noreste de Brasil” (Tradução nossa para o português).

Lula está arrolada com a *continuidade, relevância, interesse e visualidade*. O acontecimento, em relação à sua significação, é sempre o resultado de uma leitura, de uma narrativa da narrativa – uma contação de estória -; esta leitura que o constrói na formação discursiva noticiosa enunciada, leitura construída de Lula muitas vezes investida de estereótipos e da busca de vinculação do presidente ao popular, ao simples, ex-líder sindical e ex-camponês, deixando várias dúvidas sobre sua forma de governar e sua capacidade de fazê-lo.

Essa ligação à idéia que Pêcheux chamou de pré-construídos, emerge na matéria nos seguintes trechos: Lula afirmou que: “*Deus foi muito generoso com ele*”, “*Sério, mas sem que lhe saltassem lágrimas como há quatro anos*”. Essas construções anteriores, exteriores ao instante da enunciação estão ao alcance do sujeito universal da formação discursiva, são elementos que irrompem na superfície discursiva como se estivessem *já-áí*.

O chamamento à presença de Deus e às lágrimas nas eleições, aportam mais um sentido intrinsecamente vinculado ao popular, um apelo à emoção exacerbada, à expressão de sentimentos repudiáveis na esfera política, já que é um espaço racional que rechaça na enunciação a emoção e formas fervorosas de expressão de gratidão e de vitória. A interdiscursividade, a relação de sentidos entre diferentes discursos inscritos em distintas formações sociais, distintos momentos históricos e espaciais produz no entorno da figura do presidente uma multiplicidade de discursos, de sentidos, que nessa matéria tendem a certa confusão sîgnica, materializada na linguagem noticiosa engendrada pelo sujeito jornalista no *Clarín*.

4. No que tange à imagem – figura 4 –, Lula, o presidente “popular” do povo, estende o braço a um indivíduo com uma camiseta do Partido dos Trabalhadores – PT – que burlou e passou pela estrutura de segurança do presidente eleito; é um convite a que participe da cerimônia e uma sanção positiva para a foto que desejava tirar de Lula. O dedo do “intruso” apontado para cima aporta um sentido que dialoga e legitima as palavras de Lula, quando afirma que “*Deus foi muito generoso com ele*”; o dedo apontado

pode representar agradecimento a Deus por ter podido adentrar ao recinto e enquadrar o presidente em uma foto inusitada, que evoca a generosidade de Deus com o adepto do Partido dos Trabalhadores também.

Vemos duas fotos congeladas na imagem veiculada pelo *Clarín*, a saber: uma que está nas páginas do jornal e outra, do “sujeito-penetra”, que emerge como elemento estranho que tem o consentimento, a permissão do presidente Lula, quando numa extensão de braço convida o manifestante a participar da celebração, a subir ao carro presidencial.

O *imediatismo* e *inesperado* são características das fotografias jornalísticas que representam nas Teorias da Notícia critérios de noticiabilidade; a relevância de uma fotografia nas páginas de um jornal é momentânea e podem adquirir uma característica intemporal⁹⁵ já que registradas nos imaginários coletivos como sintoma de acontecimentos que produzem um efeito de espelho em relação à realidade concreta, visível.

Nesse sentido essa fotografia estimula e retoma nossa memória discursiva, no campo da significação, provoca desejo, surpreendemos, testemunha o ato de posse do presidente brasileiro e abre um abanico de sentidos e de possibilidades de transformações e de legitimação das políticas engendradas em seu primeiro mandato; deixa interrogações sobre a governabilidade de Lula e sua aceitação diante da população brasileira e frente a outras nações, principalmente daquelas com as quais tem relações comerciais.

Lembremos que travar o movimento é a opção mais comum utilizada no foto-jornalismo e que os gestos mais significativos e as posições que sugerem, têm a capacidade de trazer para fora da “realidade” palpável um fragmento de tempo que potencia o nosso limitado poder de visão e de apreensão do real. A imagem lida, estática, veiculada pelo *Clarín* é uma representação, é perce-

⁹⁵Charaudeau (2006) exemplifica com a estrela amarela dos judeus, os arames farpados, as sentinelas, corpos descarnados e crânios raspados dos campos de concentração, as filas de pessoas andando lentamente com o corpo curvado sob o peso de suas trouxas, fugindo da miséria e da perseguição; também cita a foto da menina vietnamita correndo nua dos horrores da guerra (p.246/247).

bida como signo que evoca e sustenta discursos outros, produzidos na truncada teia da existência noticiosa.

Imagem lida não é imagem na sua materialidade intrínseca, é a constituição de outros discursos que “dizem”, que lutam por enunciar-se, por mostrar-se; ao recortarmos uma imagem através do nosso olhar, produzimos novas imagens e erigimos novos sentidos, diferentes posições de observação e interpretação.

A imagem de Lula “satisfeito” ao lado de sua esposa leva à instância da recepção a fotografia com uma função mimética, como se pudesse tratar a complexidade da realidade, quando o fato, o enquadramento é carregado de efeitos emocionais por causa de sua função de sintoma que irrompe nas memórias discursivas dos sujeitos enunciatários, já que torna possível a toda formação discursiva fazer circular formulações anteriores, já enunciadas.

No discurso analisado, a noção de memória discursiva permite, na rede de formulações que constitui o intradiscurso de uma formação discursiva acerca do presidente Lula e de seu governo, o aparecimento, o rechaço ou a transformação de enunciados pertencentes a formações discursivas historicamente contíguas; o ato de enunciar está vinculado a um já-dito que se constitui no Outro do discurso (dialogismo); a foto e o texto complementam-se, somam-se e estimulam uma série de sentidos de discursos que enquadraram o presidente de determinado modo e não de outro.

Ademais, suscita uma reflexão sobre seu governo, as mudanças que ocorreram e as melhoras nos quadros sociais durante o primeiro mandato, abrindo um leque de possibilidades para o segundo mandato e criando uma sensação de expectativas, como num, “...a seguir vamos ver o que o presidente Lula fez e o que fará pela nação brasileira...”, mesclando passado, presente e futuro dentro dos critérios de noticiabilidade do *Clarín*, que determinam aquilo que pode e deve fazer parte da agenda noticiosa e ganhar as páginas do jornal que hoje compõe um dos principais conglomerados de comunicação da América Latina.

4.4 Um Brasil em guerra civil? Brasil-Iraque: Alguns sentidos

Para entender as notícias selecionadas, vamos imbricar os estudos do jornalismo e das notícias e a Análise de Discurso e de Imagem, buscando compreender por meio desse arsenal teórico-metodológico e suas articulações o predomínio de alguns sentidos de Brasil na produção noticiosa do jornal argentino *Clarín*.

De acordo com Ponte (2005, p.74), “ainda que compostas por conteúdos aparentemente aleatórios, há nas notícias uma estrutura comum que desenha uma visão particular do mundo, há uma representação do mundo dotada de coerência, constituindo uma unidade imaginária e esta unificação está implícita na natureza do apelo à audiência das histórias de interesse humano”, o que justifica a predominância de determinadas notícias (e não outras) a respeito do Brasil nas páginas do *Clarín*.

Sendo as notícias uma representação lingüística do mundo, há sempre valores sociais e econômicos que perpassaram diferentes formações discursivas; as notícias não são um reflexo dos fatos isentos de valores, há sempre diferentes formas de enunciar, de dizer as coisas e não é por acaso que alguns acontecimentos midiáticos ganham as páginas dos jornais e de outros meios de comunicação enquanto alguns simplesmente não são noticiados, não entram na agenda diária dos meios de comunicação.

* * *

A edição do *Clarín* de 17 de janeiro de 2007, uma quarta-feira, trouxe, entre as várias manchetes do dia (na capa), uma foto de dois ônibus em chamas e o seguinte enunciado sob a fotografia (Figura 6 Agência EFE):

“*No es Irak, es Rio de Janeiro*” (“Não é o Iraque, é o Rio de Janeiro”⁹⁶).

Sabemos que desde 1980, o Iraque envolveu-se em três guerras num intervalo de apenas um quarto de século. Bombas endereçadas por três nações diferentes (Irã, Israel e Estados Unidos) atingiram seu território. Os motivos de cada conflito variavam, mas o personagem central era

⁹⁶Tradução nossa.

sempre o mesmo: Saddam Hussein, o tirano de Bagdá, figura truculenta, incendiária e sedenta de poder. Na primeira vez que o país foi tema de uma reportagem de capa da Revista Veja, Saddam havia acabado de invadir o vizinho Irã. A guerra estender-se-ia por anos, com resultados desastrosos e nefastos para toda a região.

Quando se viu perseguido pelo governo dos Estados Unidos, Saddam escondeu-se numa toca, foi encontrado em dezembro de 1993, e executado três anos depois. Todavia, os americanos não estavam livres do problema chamado Iraque. Removido o poder de Saddam, surgiu outro ainda mais perverso: o terrorismo islâmico que mergulhou o país num mar de sangue.

Restou a Bush, desmoralizado pelos fiascos dentro e fora dos Estados Unidos, buscar uma saída honrosa para os norte-americanos no atoleiro da guerra. O terrorismo seria então, o maior protagonista na história a arranhar a hegemonia e desvelar a fragilidade do sistema de segurança estadunidense quando houve o ataque às torres gêmeas em 11 de setembro de 2001. Esse evento ocupa lugar nas memórias coletivas, como sintoma de acontecimentos dramáticos; as imagens produzidas eram imagens-sintoma, já vistas, remetendo a imaginários profundos de vida.

Por outra parte no Brasil, o crime organizado e o banditismo têm crescido absurdamente no Rio de Janeiro e em todo o Brasil; diante dessa realidade os governos Estadual e Federal resolveram unir forças para combatê-lo. Os embates são acirrados, truculentos e às vezes sanguinários, sobretudo nas favelas, territórios dominados pelo tráfico, pela marginalidade, pelas milícias, pelo sufocamento e envolvimento de alguns indivíduos da comunidade local na criminalidade.

Após uma operação engendrada pela Polícia, há uma reação por parte da comunidade, uma apresentação corriqueira para a população carioca e brasileira, haja vista a frequência com que a onda de violência tem sido manchete nos principais meios de comunicação no Brasil e no mundo.

Este é o quadro cênico que podemos estabelecer ao considerarmos a exterioridade, os contextos de dois dos principais agentes presentes na notícia – Brasil e Iraque – e ao acercamos a fotografia e o enunciado, uma série de sentidos “mostram-se”.

Do ponto de vista cromatográfico⁹⁷, a mescla de cores presentes na imagem suscita uma série de observações a partir da memória discursiva⁹⁸ que estimula:

1. O negro é uma cor usada para caracterizar o fascismo, os conservadores, os que estão em conformidade com o *status quo*. Mobiliza sentidos do medo, de repressão;
2. O vermelho está intrinsecamente imbricado aos transformadores, às posições revolucionárias, à busca de mudanças sociais que podem ser radicais;
3. O branco faz apelo à paz, ao futuro, à vida.

Dessa forma, a seleção de cores “ditas”, veiculadas, foi exatamente essa porque está em jogo uma intenção que pode não ter sido detectada pelo sujeito enunciador, que na ilusão de que é “dono” e a fonte do seu discurso põe em cena sentidos que relacionados ao enunciado podem proporcionar-nos reflexões outras que não as que estão num olhar focado apenas na superfície textual, no que parece a olho-nu mais evidente.

“*No es Irak, es Rio de Janeiro*” (“Não é o Iraque, é o Rio de Janeiro”) deixa apensos alguns efeitos de sentido:

4. A inevitável comparação que produz entre o Rio de Janeiro e o Iraque, acionando a memória discursiva do sujeito enunciatário no que se refere à realidade inerente ao Iraque, seus conflitos, problemas sociais e políticos;
5. A suspeita de que, assim como no Iraque, no Brasil vivemos um grande conflito interno engendrado por grupos extremistas pela busca do poder ou pela legitimação e dominação de suas ideologias e formas de ter e ver o mundo;

⁹⁷Embora as cores sejam uma decorrência do real, elas estão nas páginas dos jornais não apenas por uma questão de estética; estão ao nosso entender, investidas de sentidos que conferem no plano imagético e textual legitimidade às ideologias que se mostram na formação discursiva.

⁹⁸De acordo com Brandão, a memória discursiva torna possível a toda formação discursiva fazer circular formulações anteriores, já enunciadas (p.95.2004).

6. Se o governo não combater o crime organizado, tornar-nos-emos uma réplica do Iraque e a população viverá sob uma constante ameaça, sob um regime sanguinário, avassalador e truculento.
7. Não só coloca em contraponto a “nação” iraquiana com a “nação” brasileira, mas reduz perigosamente a luta interna iraquiana a uma imagem num contexto de outro país (como se as demandas internas brasileiras sobre a violência dos morros se assemelhasse às iraquianas). O Iraque é muito mais que a representação de um ônibus em chamas, é um país em perene guerra civil.

Figura 6 – Clarín – 17 de janeiro de 2007

Clarín

Miércoles 17 Enero de 2007

► Ortega se confiesa "Estoy muy mal y no pienso en el fútbol". P.12

► Gorriarena Muirió un grande del arte nacional. P.15

► Mr. Comedia Ben Stiller, en la mejor tradición. CLARÍN ESPECTÁCULOS

► Juvenil 3-3 con Uruguay y ahora, Brasil. P.18

► HACE CASI TRES MESES QUE LA TELEVISION DE CUBA NO LO MUESTRA

Afirman que Fidel ya tuvo 3 cirugías y sigue muy grave

► En España, fuentes médicas citadas por la prensa detallaron las operaciones que le hicieron desde julio al líder cubano. Sólo una se había reconocido oficialmente. Explicaron que le sacaron parte del intestino y del recto. Y que debe ser alimentado por sonda. P.22

El médico que lo revisó estudió dar una definición

► BROQUE EN MADRID Otro juez pidió la captura de Isabel

► DIJIMOS ANTES que el juez en Barcelona, la figura formal de la operación con los criminales de la Fuchs A. Uno que en su momento hizo una política criminal y también que fue "institucionalmente implementada". Y que él no podía ignorarlo. P.1

► PROSTITUCIÓN VIP Escándalo en México con un ex agente de la SIDA

► RAUL MARTIN fue espía entre 1974 y 1987, en Caspán lo vinculan con el tráfico de prostitutas argentinas. Dicen que allí tenía protección oficial. P.10

► INVESTIGACION Venden en pleno Centro símbolos nazis

► Lo comprobó Clarín en una jornada de locales. Hay algunos de \$ 30. Y los multibombos de Hitler llegan hasta los \$ 60. P.20

► QUINTO CASO EN EL AÑO Nuevo robo a turistas argentinos en Brasil

► Fle en Garopaba, al sur de Florianópolis. Paso que dos tres familias estaban en la playa. Les robaron una AK47, 4 mil dólares y tarjetas de crédito. La investigación que les sigue, se publica. P.11

► PARA TODAS LAS EDADES Verano con los chicos en la Ciudad

► Son 25 propuestas para destruir en familia. A las 10:00, se agregan los juegos para que los niños aprendan a jugar. P.14

► No es Irak, es Rio de Janeiro

► Los micros arden cerca de la favela Marquês. Fue en el marco de una protesta contra una acción de la Policía que causó 4 muertos. Por la ola de violencia, un cuerpo de elite patrulla la ciudad desde el domingo. P.24

FRASE DEL DÍA: LUCIANO MIGUELS, PRESIDENTE DE LA SOCIEDAD ARGENTINA "NIRCHNER NO CONOCE AL CAMPO. POR ESO HACE LO QUE HACE". P.11

Com todas essas posições postas em jogo nessa cena discursiva, pensamos que nossas leituras confluem para um mesmo caminho: o perigo, a ameaça do crime organizado no Rio de Janeiro, que é ao mesmo tempo uma força revolucionária que aspira transformações so-

ciais (que lhe atribuiria poder e dominação) por meio do tráfico, da criminalidade e da marginalidade contra o conservadorismo, a ordem social possível sobretudo pelos aparelhos repressores e ideológicos do Estado.

Fica evidente a dicotomia Polícia/Governo x Crime Organizado, o primeiro representado pelo negro e o segundo pelo vermelho, e no cerne dessa batalha está a comunidade, e num nível maior a população, caracterizada pelo branco (paz) que emerge entre o negro e o vermelho na fotografia. Isso nos mostra que numa dada formação discursiva há diferentes sentidos e vozes. Vejamos como num mesmo enunciado materializam-se diferentes formações ideológicas; a matéria das representações está inextricavelmente ligada ao discurso.

Ao assumirmos essa posição diante dos discursos apresentados, procuramos transcender o que está dito, o que se localiza na superfície das evidências. Há uma mobilização de imagens na fotografia e de palavras no enunciado, o que essa mobilização pode mostrar além das aparências?

Para que compreendamos como isso ocorre, é necessário que produzamos uma paráfrase⁹⁹ desse enunciado, que seguiria sob a fotografia; ao invés de “*No es Irak, es Rio de Janeiro*”, poderíamos ter: “*Sí, es Rio de Janeiro*”. Neste modo de dizer, outras palavras, outras cores, seriam mobilizadas para produzir efeitos de sentido outros.

O novo enunciado contraporía as belezas da cidade considerada “maravilhosa” à cena enunciada, com certa nuance de indignação criada pelo advérbio de afirmação “*Sí*”, que pode trazer um sentimento de surpresa, de absurdo numa cidade símbolo de turismo internacional, belezas, riqueza ambiental e repleta de magnitudes.

Conforme Eni Orlandi (2007, p.30), “as diferentes filiações de sentidos não estão apenas nas palavras, nos textos, mas na relação com a exterioridade, nas condições em que eles são produzidos e que não dependem somente das intenções do sujeito”. Isso significa que para não ficarmos numa análise de imanência (que seria contraditório à nossa metodologia de análise), precisamos sair da estrutura textual e caminhar em direção às formações sociais, aos contextos nos quais os acontecimentos aparecem, explodem.

⁹⁹Segundo Eni Orlandi, a paráfrase representa o retorno aos mesmos espaços do dizer. Produzem-se diferentes formulações do mesmo dizer sedimentado (2007, p.36).

Assim, o que foi dito tanto na fotografia como no enunciado, tem a ver com o que foi dito em outros lugares, em outros suportes midiáticos, em outro tempo e espaço, bem como o que não foi dito e o que poderia ser dito, porém, não o foi. Esses apagamentos fazem parte da tessitura dos textos e fazem emergir diferentes discursos que se entrecruzam, se contradizem, se complementam, num movimento dialético e dialógico ao mesmo tempo.

Percebemos que esse enunciado nos remete a imagens, a discursos que foram veiculados em outras mídias, através de outros suportes; os sentidos estimulados estão imbricados com nossa memória discursiva: acontecimentos diferentes, mas que dentro de determinadas estruturas provocam-nos sentidos semelhantes, que ao mesmo tempo dialogam-se, discutem e nos proporcionam uma forma de ver e ter com o mundo representado; é nesse movimento que a relação estabelecida é um entrecruzar de idiosincrasias e o(s) sujeito(s) vai(vão) constituindo-se paulatinamente numa relação individual e social concomitante.

Essa construção está diretamente ligada, também, aos meios de comunicação e à Indústria Cultural, (no nosso corpus, ao jornalismo impresso), ao periódico argentino Clarín, pois insere-se nos critérios de noticiabilidade do jornal. Serva (1997) assevera que o procedimento jornalístico procura destacar o raro, o imprevisto e paradoxal, um caos aparente ou verdadeiro; afirma ainda que ao mesmo tempo em que a imprensa tira sua matéria prima do caos, procura ordená-lo, dispondo “as notícias que emergem da geléia geral em um plano organizado, hierarquizado, categorizado” (SERVA, 1997, p.118).

As forças que condicionam e permeiam a produção de notícias provocam alguns sentidos, muitas vezes que transcendem a intenção do enunciator, pois, como a linguagem é opaca e de transparência falaciosa, traz no seu bojo uma luta de sentido que resiste às suas andanças e que, ademais, mostram que uma notícia muito mais que um retrato, é um trato da realidade.

4.5 Sentidos de Brasil no Turismo – O discurso do *Clarín*

Brasil e Argentina possuem grandes riquezas naturais e culturais que os levam ao topo da lista dos países latino-americanos mais visitados

ao longo do ano; em 2008 a moeda brasileira se desvalorizou e vem se acomodando frente ao dólar; o peso argentino demorou, mas vem seguindo a mesma tendência.

O Brasil é o primeiro destino turístico internacional para a Argentina, e a maioria dos turistas que visitam o país, acabam optando pelas praias da região sul. Florianópolis e seus arredores são as localidades mais visitadas por turistas argentinos, principalmente pela localização geográfica, já que o país portenho faz fronteira com a região sul do Brasil, o que é facilitador de locomoção e barateia os custos da viagem.

Tanto o Brasil como a Argentina sofreram os efeitos da crise de fins de 2001 que de certo modo impulsionaram a valorização do turismo na região, haja vista a considerável perda de poder financeiro ocorrida ao largo da crise e do pós-crise; a incerteza do mercado financeiro, assim como o desaquecimento das trocas comerciais, no turismo provocaram a busca de destinos mais viáveis espacialmente, sobretudo nos períodos de férias, alta temporada em todo o mundo.

* * *

O ano de 2007 configurou um período de readequações políticas e sociais no Brasil e na Argentina; a relevância dos dois países no contexto sul-americano lhes outorga a frente na tomada de decisões voltadas aos interesses do MERCOSUL; dessa forma, é natural que o Brasil, o maior país entre os membros do mercado comum, esteja em posições de destaque na imprensa Argentina. Como dissemos anteriormente, o jornal argentino *Clarín* possui um correspondente na cidade de Florianópolis – o jornalista Nicolas Kischner –, a de maior movimentação turística que recebe argentinos ao longo do ano em diferentes temporadas.

É muito freqüente vermos no *Clarín* matérias acerca do Brasil; nos jornais coletados para análise durante o período de um mês, houve 16 matérias sobre turismo e cultura no jornal, fato que demarca a importância que o país tem nas malhas noticiosas do periódico no que tange a tais temáticas. No dia 11 de janeiro de 2007, quinta-feira, a manchete na primeira página do caderno “Policiales” era a seguinte:

“Desvalijaron a dos familias que están de vacaciones en Brasil¹⁰⁰”

¹⁰⁰“Saquearam duas famílias que estão de férias no Brasil” (Tradução nossa para o português).

Na linha fina da matéria constava:

“Son dos matrimonios de Santa fe. Habían alquilado un chalé. Cuando fueron a la playa les robaron 3.500 dólares, 5.000 pesos y otras cosas de valor. Dicen que en la policía los trataron con desgano¹⁰¹”. Abaixo uma fotografia (Figura 7) rica em cores e beleza natural da Praia das Palmas com a legenda: *“Paraíso. Praia das palmas es el lugar donde las familias pensaban pasar 15 días de vacaciones¹⁰²”.*

¹⁰¹“São dois casais de Santa fé. Haviam alugado um chalé. quando foram à praia lhes roubaram 3.500 dólares, 5.000 pesos e outras coisas de valor. Dizem que na Polícia os trataram com sem vontade (Tradução nossa).

¹⁰²“Paraíso. A Praia das Palmas é o lugar onde as famílias pensavam passar 15 dias de férias” (Tradução nossa).

não seja privilégio das camadas mais baixas, sua ocorrência reside especialmente entre aqueles que não têm acesso aos direitos básicos constituídos em lei (educação, moradia, saúde e segurança), e como esse tipo de valor e de atitude inscreve-se nos critérios de noticiabilidade dos meios de comunicação, freqüentemente determinarão o que será notícia.

Ao darem destaque ao que é pouco comum, ao raro, os sujeitos jornalistas ancoram-se em normas e valores sociais evocados nos processos de enquadramento noticioso, mostrando que as notícias envolvem acontecimentos, e não todas as condições que os engendram, privilegiam pessoas, não todo o grupo, dão relevância ao conflito, não ao consenso e dão privilégio aos fatos que retroalimentam a estória, não os que a explicam, o que pode gerar equívocos, um real noticioso constitutivamente estranho à univocidade lógica e um saber jornalístico que não se transmite, não se aprende, não se ensina, e que, no entanto, existe produzindo efeitos de sentido.

Destarte, vemos que tanto na manchete como na linha fina, o enunciador do Clarín já pontilha quais sentidos deseja que o enunciatário palmilhe para compreender a notícia e fique centrado em certos sentidos impressos na enunciação e não em outros. Na dialética entre texto e fotografia depreendemos alguns sentidos de Brasil, a saber:

1. A fotografia conota o que poderia ser um “paraíso” (muito embora não tenhamos uma imagem concreta do que seria um paraíso, pois o cristianismo o descreve, não o desenha a partir do real), como consta na legenda. A aparência do local, cheio de belezas naturais, as árvores nas montanhas que rodeiam o mar levam-nos a pensar no ideal de férias que carregamos em nosso imaginário, já que está atrelada à tranquilidade, natureza, paz e diversão.

Entretanto, se relacionarmos os principais actantes do acontecimento midiático: dois casais, polícia e ladrões, no espaço que é Governador Celso Ramos no sul do Brasil, percebemos que já na linha fina da matéria há uma carga axiológica imposta pelo sujeito-jornalista, quando escreve que os casais foram tratados pela polícia local com “falta de vontade.” Esse léxico verbal e não-verbal (imagético também), pode justificar nas palavras de Bourdieu (2004), a divisão, os conflitos, disputas e rivalidades

que norteiam a prática jornalística e materializam-se na notícia apresentada ao auditório, constituindo quadros comparativos entre países, pautados numa visão maniqueísta, com vítimas argentinas e culpados, delinquentes brasileiros.

Se nas Folhas volantes do século XVII predominavam os fatos que provocavam o espanto, o insólito, na notícia analisada, parece predominar a *significância, etnocentrismo e proximidade*, assegurando um quadro de acercamento cultural por uma maior atenção ao familiar, corrente e cotidiano. Tais valores produzem e legitimam estereótipos na cotidianidade argentina, conferem um sentido negativo ao que é brasileiro, podem causar medo e insegurança por um acontecimento que é de certo modo corriqueiro em países que têm um fluxo turístico intenso como o Brasil. O conceito de Brasil toma dimensões outras pelo enquadramento e pelos sentidos que são impressos pelo sujeito enunciador; a contraposição entre “paraíso” e “saque” de famílias argentinas, erige um paradoxo conceitual de Brasil frente à população argentina e fica a dúvida: paraíso ou inferno?

2. Na formação discursiva emerge uma formação ideológica de proteção ao que é argentino, de prestação de serviço, quando dentro da problemática do roubo, o jornalista abre uma caixa e dispõe à população dois números de telefones de emergência do consulado argentino em Florianópolis.

Ademais, explicita que já são quatro casos em diferentes praias de Santa Catarina, com saques, assaltos, roubos e agressões físicas; para o enunciador parece ser revelador por tratar-se de argentinos, como se fossem as únicas vítimas e prejudicados com a aluvião de crimes que têm sido registrados nas zonas turísticas do Brasil.

Na sua autonomia relativa, o sujeito jornalista revela sua indignação, como se os fatos fossem arquitetados e articulados exatamente contra eles; tal proposição é corroborada durante a notícia, quando aparece: “*Para as famílias assaltadas houve coisas pouco*

*claras com a imobiliária que lhes alugou o Chalé, e isso é o que lhes chama a atenção*¹⁰³.”

A importância de seguir ortodoxamente determinadas regras de segurança, principalmente por parte de turistas estrangeiros não é enunciada como condição *sine qua non* para uma estada “tranqüila” fora do país de origem; o sujeito jornalista, ao contrário, produz no discurso, insinuações de envolvimento da imobiliária brasileira no crime, já que “*os ladrões não causaram nenhum dano às instalações do Chalé e o alarme não funcionou quando os ladrões adentraram o local*”, afirmaram na matéria os casais.

Fica apenso nessa formação discursiva o descaso do brasileiro com o Argentino, e a especialidade com que os vizinho e companheiros do MERCOSUL deveriam ter em nível de tratamento em terras brasileiras; contraditório, uma vez que a mesma família afirma que “*começaram a procurar em várias imobiliárias e encontraram uma (casa) de cinco ambientes, sendo três banheiros e um jardim grande localizada a quatro quadras do mar*”. Em princípio demonstram certa satisfação que é rechaçada após o assalto; ao revés, na formação discursiva testemunhal expressam descontentamento e indignação. Na teia da faticidade noticiosa do *Clarín* esse tipo de discurso produz alguns sentidos de Brasil investidos de equívoco, e de escamoteação das contradições e dos conflitos sociais de segurança pública pelos quais o país atravessa; maneja e leva ao leitor argentino muito mais um efeito de verdade, um “acreditar ser verdadeiro”, pois o efeito de verdade está calcado na convicção, e participa, segundo Charaudeau (2006), de um movimento que se prende a um saber de opinião, a qual só pode ser apreendida empiricamente, através de textos portadores de julgamentos.

O intento do enunciador está vincado a uma busca por credibilidade, que determina o direito à palavra e dá validade à palavra, à imagem emitida, constituindo um mosaico de negatividade e de estereótipo em relação ao Brasil; ficam subjacentes os embates que perpassam nossa formação social e as demandas da popu-

¹⁰³Em espanhol: “Para las familias asaltadas hubo cosas poco claras con la inmobiliaria que les alquiló el chalé, y eso es lo que les llama la atención”.

lação brasileira no que tange nesse caso à criminalidade e à legitimidade da polícia como aparelho repressivo e ideológico de Estado.

3. Intitulado de “Golpe”, o “Punto de vista”, quadro característico do jornalismo empreendido pelo *Clarín* foi escrito pelo jornalista Eduardo Parise; ele escreve acerca do valor simbólico das férias, afirmando que são um prêmio, já que muitas vezes são fruto de poupanças, décimo terceiro, de algumas privações feitas durante doze meses de árduo trabalho. Finaliza argumentando que por conta desse valor que carrega o gozo das férias, o golpe, embora afete apenas no material, dói mais.

O lamento levado a cabo pelo sujeito jornalista evidencia sua indignação frente ao acontecimento bruto, e vai ao encontro da crítica que os casais fizeram à polícia brasileira: “*Non deram importância para nossa denúncia, e como a Policía Científica demorou muito para chegar ao chalé, terminamos tirando as fotos das portas quebradas nós mesmos*¹⁰⁴”.

Nesse sentido, o problema estaria centrado no fato de serem argentinos e não turistas; a forma como a formação discursiva está posta no campo do *dito*, com as estruturas e seleções lexicais e gramaticais utilizadas pelo sujeito jornalista denota uma estratégia legitimadora do que é apresentado na linha fina, quando afirma que a família foi tratada com “falta de vontade”; logo, coloca em cheque a atuação da Polícia brasileira não apenas nesse fato, mas como Instituição, como aparelho repressor responsável pela ordem, pela aplicação das leis, assim como pela punição de criminosos de toda estirpe.

4.6 Sentidos de Anarquia social no Rio Janeiro

Mauro Wolf afirma que será notícia aquilo que for considerado pertinente e plausível pela cultura dos sujeitos jornalistas, aquilo que pode ser explorado sem excessos de alterações nem de subversões e “invada

¹⁰⁴Em espanhol: “No le dieron importancia a nuestra denuncia y como la Policía Científica tardó mucho en llegar al chalé, terminamos sacando las fotos de las puertas rotas nosotros”.

tacitamente” o imaginário e o inconsciente do sujeito-leitor/enunciatório.

Os critérios de noticiabilidade, desde o período das folhas volantes no século XVII estiveram vinculados ao insólito, ao espanto, à surpresa, à qualidade de prodigioso. Nesse sentido, a notícia veiculada para consumo imediato está atrelada à busca de naturalização e reificação do acontecimento construído na notícia, haja vista que a notícia é uma representação, um recorte e não o fato na sua totalidade.

Na quinta-feira, 28 de dezembro de 2006, as principais cadeias de notícias e meios de comunicação do mundo deram especial atenção a uma onda de ataques ocorrida no Rio de Janeiro que explodiu na madrugada do dia 28, deixando em menos de 24 horas, pelo menos 19 mortos e mais de 30 feridos. Foram quinze ataques em série em diversos pontos do Rio de Janeiro, da Zona Sul do Estado à Baixada Fluminense.

Durante a noite os ataques continuaram. Numa contagem extra-oficial o número de atentados poderia ter passado de 26. Um ônibus foi incendiado no fim da noite no bairro do Cantagalo (o segundo), próximo ao Largo da Batalha, em Niterói. Criminosos fizeram vários disparos contra duas bases do Batalhão de Policiamento de Vias Especiais (BPVE) - uma na Linha Vermelha, perto da entrada da Ilha do Governador, e outra na Linha Amarela, próximo ao acesso da Avenida Brasil. Também na quinta-feira foram registradas ocorrências na Taquara, em Jacarepaguá, Zona Oeste da cidade. Um ônibus foi saqueado e um posto da Polícia Militar metralhado. Todas as lojas fecharam as portas e houve “arrastão”. Em vários outros pontos da cidade o comércio também fechou mais cedo.

Esse é o quadro social da capital do Rio de Janeiro durante alguns dias, provocador de medo e desconfiança por parte da comunidade local, dos turistas e da população brasileira no geral, pois vários cidadãos têm perdido suas vidas nos ataques engendrados por facções criminosas e dominadoras do tráfico em distintas favelas da cidade do Rio de Janeiro.

* * *

No dia 29 de dezembro de 2006, sexta-feira, o jornal argentino *Clarín* anunciou na manchete do caderno *El Mundo*:

Entre os elementos óbvios presentes na fotografia posada, vemos dois bombeiros retirando restos de um ônibus com vestígios de chamas e fumaça na favela Cidade Alta à esquerda da matéria, dando destaque à palavra incêndio; à direita, o sujeito fotógrafo enquadrando um automóvel cinza com o farol direito aceso e o pé de um indivíduo apontando para fora do porta-malas do carro – provavelmente o pé esquerdo -; na legenda o jornalista anuncia: “*Cadáver de um narcotraficante no porta-malas de um carro na Zona Oeste do Rio de Janeiro*” e a palavra *morte* em negrito.

Essas informações e dados preliminares compõem o que Barthes chamou de *Studium*, porque marca e demarca na fotografia o interesse geral do sujeito-leitor, concatenado à cultura e a uma forma peculiar de representar, de construir a realidade na notícia e apresentá-la ao público. Além disso, nossa metodologia, a Análise de Discurso predica a importância de irmos às condições de produção do acontecimento midiático mergulhando na formação social, para conseguirmos depreender a intrincada relação entre o acontecimento “bruto” e a notícia que o construiu nas páginas do periódico. O acontecimento constrói a notícia, e esta, o acontecimento.

Do ponto de vista das teorias do jornalismo e da notícia, o critério que Wolf chamou de *importância* pode ser uma das explicações para determinar o porquê desse acontecimento ter ganhado destaque dentro da produção noticiosa do *Clarín* e não outros.

A relevância dos atores sociais envolvidos no fato (polícia, Governo Estadual e Federal, narcotraficantes, milícias, sociedade civil), assim como o impacto da problemática em nível nacional (as imagens enunciadas nos meios de comunicação mostraram o poder da ofensiva do narcotráfico e podem ter deixado no inconsciente coletivo um sentido de medo, insegurança e ansiedade frente a tais acontecimentos).

A quantidade de envolvidos e a pertinência do acontecimento quanto à evolução de determinada situação, desvelando o avanço do tráfico nas favelas e em bairros mais nobres, domínio das favelas por parte das milícias, que tem se tornado uma forma de “novo-governo comunitário”, que estabelece regras, vende produtos diversos, monopoliza bens e serviços imprescindíveis à comunidade e institui paulatinamente um “Quarto Poder”, com leis, mercado, concorrência, determinações e justiça próprias).

Ademais, a escolha feita pela jornalista Eleonora Gosmán, busca proporcionar uma interpretação do fato calcada no interesse humano, nas “pequenas curiosidades”, o que pode ter atraído a atenção do sujeito-leitor e determinado certa predominância e estrutura de sentidos no imaginário coletivo argentino, já que, embora o tráfico e o domínio político, social e ideológico nos morros por parte de grupos paramilitares não sejam tão recentes, o fato constituído na notícia, está na ordem do inesperado, do surpreendente, daquilo que irrompe no seio da sociedade e produz axiomas através dos meios de comunicação e das mediações sócio-culturais das quais fazem parte diferentes sujeitos, actantes diretos ou indiretos no acontecimento midiático.

O processo evenemencial, construção engendrada pelo sujeito jornalista responsável pela cobertura do fato traz, segundo nosso olhar investigativo, alguns sentidos na relação entre o verbal e o não-verbal, a saber, entre as diferentes formas de discurso apresentadas na peça noticiosa. Para depreender esses sentidos midiáticos vamos utilizar alguns conceitos/observações tanto da Análise de Discurso, como da análise de imagens¹⁰⁶.

A imagem tem sentido próprio, sua visibilidade permite sua existência, todavia nesta dissertação, estamos na esteira do investigador Jorge Pedro de Sousa que relaciona o imagético ao textual, porque no jornalismo impresso ambos travam uma relação de interdependência; o texto é insuflador de sentido à imagem e aos elementos que fazem parte dela, tal como a presença de certos objetos, a truncagem e a pose.

Assim apreendemos alguns sentidos nessa notícia – obtusos –, pois irrompem nossa tranqüilidade, abala-nos, excita-nos:

1. O destaque dado às palavras INCÊNDIO e MORTE além de ser uma estratégia na estética editorial do jornal, estão intrinsecamente ligadas à imagem posada; as duas palavras estabelecem uma relação de contigüidade, de legitimação de uma formação discursiva em relação à outra. A cor preta, que na cultura brasileira e argentina está ligada à morte, ao terror, corrobora alguns sentidos apensos na fotografia; na primeira, dois bombeiros retiram restos de destroços (e possivelmente de pessoas) de um ônibus

¹⁰⁶ Ainda que pareça redundante, queremos reiterar que a imagem para nós, é uma forma específica de discurso, já que também está investida de sentidos.

atacado pelos narcotraficantes, enquanto na segunda aparece apenas um pé que reconhecemos como de um traficante. Esse registro é um certificado de que o sujeito-jornalista “esteve ali”, denuncia o estado social emergente no Rio de Janeiro e produz no imaginário social argentino um recorte eivado de pânico, desespero, descontrole e “anarquia social”.

2. Há certo descompasso temporal de uma fotografia em comparação com a outra no que diz respeito ao momento do dia: a da direita foi tirada de manhã ou à tarde e a segunda à noite; o sentimento de compaixão, de emoção, o *punctum* que emerge da fotografia atinge-nos e abala-nos e erige um dinamismo contraditório entre o corpo dentro do automóvel e o caixão que é conduzido pelos dois bombeiros dentro do ônibus queimado. O farol ainda aceso no carro pode denotar movimento de emergência, já que a luz brilhante estimula no campo da memória discursiva, outros acontecimentos midiáticos que vêm à tona e nos atingem como num golpe, pletórico de uma filiação de sentidos que se aproxima a notícias e experiências discursivas já vividas, como em um *déjà vu*.

A luz do carro pode remeter também aos sons – sentidos – emitidos pelas ambulâncias ou “carros oficiais de socorro” quando vão em direção a um acidente, resgate, tragédia; traz à arena as problemáticas sociais emergentes no Rio de Janeiro, como um sinal de alerta; é uma luz acesa como sinônimo de necessidade de mudança social.

Numa simetria contraditória, morte e incêndio se complementam e guiam o sujeito-leitor para sentidos antecipadamente escolhidos pelo enunciador. A morte do traficante e a luz não dialogam diretamente. A morte, fim de uma jornada nesse espaço e tempo e a luz como “um sinal de esperança”. Morte de um traficante, mas que não mata o tráfico nem as articulações que têm feito no interior de diferentes aparelhos de Estado, tanto no Rio de Janeiro, como em outras partes do Brasil, já que é uma rede social que aos poucos dá novas nuances à criminalidade e o narcotráfico no país.

3. No segundo parágrafo do texto, a jornalista afirma que “*Os golpes*

*foram múltiplos e não perdoaram sequer bairros ricos como Barra da Tijuca, Botafogo, o Centro e Lagoa*¹⁰⁷.

O recorte, as escolhas lingüísticas feitas pelos sujeitos jornalistas não são acidentais e evidenciam o olhar subjetivo¹⁰⁸ que imprimem ao mundo e à realidade tratados na notícia, com uma carga axiológica; é uma apresentação tanto da realidade como do mundo; nesse enunciado seu produtor tenta gerar alguns efeitos de verdade, enuncia algumas informações e dados, olvidando-se de outros, posiciona-se como fonte, origem do que diz, rechaçando, apagando inconscientemente qualquer elemento que remeta ao exterior da sua formação discursiva.

Ao dizer que a ofensiva do narcotráfico não perdoou os bairros mais ricos da cidade, o enunciador desconsidera que o tráfico, o consumo de drogas e a criminalidade podem não estar ligados apenas às classes populares. O termo “rico”, que tem um campo de significados vasto, tanto de fértil, abundante, como opulento, que possui bens ou coisas de valor, tem etimologicamente uma vinculação com a palavra pobreza, com a mesma sufixação que riqueza.

Os critérios de escolha gramático-lexical do sujeito produtor escomoteiam as contradições de classes e a concentração de renda no Brasil, não mostram a origem, as implicações do crime organizado e contribui para uma visão estereotipada e reduzida do Brasil diante da sociedade argentina, pois as mencionadas regiões atacadas são de concentração de turistas, de grande fluxo de capital e de belas paisagens. Violência, tráfico, suborno, ataques e criminalidade não são privilégios de classes sociais populares, estão arraigadas a todas classes, e chega até mesmo aos aparelhos repressivos e ideológicos de Estado que por múltiplos interesses vinculam-se, negligenciam e deixam subjacente tais teias de “relações”.

A complexidade do acontecimento dentro de sua formação social não é enunciada; os critérios de noticiabilidade que impregnam e

¹⁰⁷(Tradução nossa).

¹⁰⁸Mesmo que não admitam, o processo de construção de discursos está literalmente ligado à subjetividade e aos sentidos.

norteiam a cultura jornalística fazem um recorte e levam a comunidade jornalística a focar sua atenção ao que é óbvio, deixando o obtuso num segundo plano.

Essa atitude, muitas vezes inconsciente, outorga à imprensa um caráter de policiamento informativo e ao mesmo tempo revela como associa fatos a fenômenos do acaso, a simples atuações de atores como se a vida fosse um espetáculo no qual cada indivíduo representaria um papel; uns seriam inocentados e outros culpados numa perspectiva maniqueísta e reificadora das problemáticas e mazelas sociais brasileiras,¹⁰⁹ que não são questões isoladas da história do país, tem seus germes no descobrimento, na independência e na construção do Brasil enquanto nação.

4. No quinto parágrafo o sujeito enunciador sentencia: *“Depois desse fato bestial, o comandante da Polícia Militar declarou que não havia como impedir a agressão”*, mais adiante *“...tanta impotência não deixa de ser estranha se pensa-se que a investida brutal ocorreu em um lugar central e em plena luz do dia, com trinta homens armados que se moveram com a maior facilidade.”*¹¹⁰

Como escrevemos no primeiro capítulo desta dissertação, a objetividade almejada pela comunicação midiática, pelos sujeitos que fazem a maquinaria comunicacional funcionar não é a recusa da subjetividade, já que esta perpassa e se materializa em diferentes formações discursivas. Nos enunciados traduzidos o sujeito-enunciador axiologiza o acontecimento ao chamá-lo de *“bestial”*, estúpido, indignação que rompe com o lugar assumido pela forma sujeito-jornalista, que deixa entrever sua forma sujei-

¹⁰⁹Sabemos que há uma variada tipologia de jornalismo. Não propomos que o jornalismo impresso cuide de todas as nuances dos fatos enunciados, porque tratar de toda a realidade material não é possível. Nessa investigação abrimos um parêntese para avaliar que sentidos de Brasil ficam soltos nas diferentes formações discursivas do periódico *Clarín* acerca do Brasil, não é uma proposição de mudança do paradigma noticioso adotado pelo jornal analisado.

¹¹⁰Em espanhol: *“Después de ese hecho bestial, al comandante de la Policía Militar declaró que no había cómo impedir la agresión.”*, *“... tanta impotencia no deja de ser extraña si se piensa que la brutal arremetida ocurrió en un lugar central e a plena luz del día, con una treintena de hombres armados que se movieron con la mayor tranquilidad”* (Tradução nossa para o português).

to-cidadão frente ao que viu e vivenciou no Rio de Janeiro. O sentido de “besta” que imprime a jornalista descaracteriza a investida dos traficantes e ao mesmo tempo abre espaço para uma “impotência estranha” da sociedade civil e dos Aparelhos que deveriam reprimir e repreender tal movimento criminoso.

Coloca em cheque a atuação da polícia carioca e brasileira e o frágil papel e poder do Estado diante de novas formas de articulação política e criminosa, haja vista que assegura a presença de trinta homens do tráfico movimentando-se tranquilamente pelo centro do Rio de Janeiro. A denúncia feita pelo sujeito jornalista estigmatiza o estado brasileiro e afirma que os “senhores da droga” estavam forjando uma ação espetacular, capaz de desarticular a Polícia Militar e o poderio das diferentes instituições que deveriam cuidar e zelar pela segurança pública no país. A impotência e precariedade de tais aparelhos é corroborada na fala de uma das vítimas que, de acordo com o jornal, voltava para sua casa depois de passar as festas de natal na casa de parentes: “*Pude escapar pela janela. Foi a mão de Deus que me ajudou*¹¹¹”. Deus fez o que a polícia deveria ter feito antes, evitado os ataques e agido com todo seu arsenal e inteligência frente às arremetidas dos traficantes, senhores da droga e senhores apenas abaixo de Deus, responsável pela salvação de uma das vítimas que estava no ônibus que foi assaltado e incendiado pelos delinquentes.

5. No quadro “Punto de vista”, uma característica marcante do jornalismo do *Clarín*, o jornalista responsável pelo caderno “El mundo” Marcelo Cantelmi comenta o acontecimento tratado na notícia enunciada e enquadrada pela correspondente do periódico no Rio, Eleonora Gosman; o título do comentário “ANARQUIA” e a frase “*Rio de Janeiro é a vitrine mais evidente de uma crise de segurança que se estende por todo Brasil. Na cidade mais amada pelos turistas há centenas de favelas*”¹¹². Mais uma vez

¹¹¹“Pude escapar por la ventana. Fue la mano de Dios la que me ayudó” (Tradução nossa para o português).

¹¹²“Río de Janeiro Es la vidriera más evidente de una crisis de seguridad que se extiende por todo Brasil. En La ciudad más amada por los turistas hay dos centenares de favelas” (Tradução nossa para o português).

o sujeito-jornalista aproxima a segurança pública do Rio e o turismo, grande gerador de capital e atrativo para milhões de estrangeiros que vêm de férias ou de passeio ao Brasil. Sabemos que o turismo é um agravante da violência e da criminalidade no mundo, haja vista a mudança na dinâmica, do *modus vivendi* de algumas cidades em virtude da chegada de turistas de todo o mundo. Esse fenômeno pode despertar interesse naqueles que estão envolvidos com a criminalidade, desde ações mais simples, como um roubo, às mais complexas como assassinato, latrocínio, assim como ofensivas mais bem organizadas como a que ocorreu no Rio e em outros Estados. Entretanto, o problema da violência não está somente vinculado ao turismo, é uma questão social amplamente ligada às políticas públicas, ao alargamento das diferenças de classe e concentração de renda, à ausência de prestação de serviços públicos de qualidade e à instituição família.

O enunciador, nas suas articulações e escolhas lingüísticas deixa subjacente a complexidade da violência social e formação de grupos paramilitares no Rio de Janeiro em contraposição ao *status quo*, e passam a ter seu próprio “*Status quo ilegal*”. Ao mesmo tempo, generaliza sua observação afirmando que a crise na segurança estende-se por todo país. Essa penúria e colapso social, presentes nos ataques que houve em diferentes estados não ocorrem com frequência no país, mas quando acontecem, estão nas principais capas de jornais de todo o mundo; a ofensiva no Rio sucedeu no marco de uma transição política com envolvimento de agentes federais e Policiais Militares nas máfias dos caça-níqueis e no negócio das drogas tanto nas favelas como nos bairros de famílias mais abastadas.

O exagero, as generalizações dessa formação discursiva, deixam entrever que o sujeito enunciador foi atrás do fato, furou as aparências e revelou a verdade numa busca fugaz e metafísica; a simplificação, um dos vários critérios de noticiabilidade, tenta assegurar a clareza aparente do controle da diversidade de possíveis interpretações, o enunciador reduz a polissemia inerente ao texto, mas se esquece da opacidade da linguagem.

O termo anarquia, empregado pelo jornalista, no senso comum

significa e soa como arruaça, zona, bagunça; etimologicamente carrega outros significados que de certa maneira duelam com os presentes na formação discursiva levada às páginas do jornal; uma formação discursiva é heterogênea a ela própria e é onde os embates da luta ideológica são travados. Anarquia é uma sociedade sem poder, sem Estado. Sartre (1982) assevera que sentido da sociedade anarquista é o de uma sociedade na qual o homem não tem poder sobre o homem, senão sobre os objetos. Ele afirma ainda que a idéia de viver anarquicamente está diametralmente vinculada à construção de grupos que tentem viver e pensar fora do poder, procurando destruir a idéia de poder no vizinho. Comunidades que exercem poder sobre as coisas, mas jamais sobre os homens.

Destarte, na intrincada relação entre as teorias da notícia, o arsenal teórico da Análise de Discurso e de imagens para uma possível interpretação dos sentidos de Brasil apensos na notícia analisada, percebemos que em vários momentos o sujeito produtor utiliza-se de uma carga pejorativa na forma de enquadrar discursivamente o Brasil.

Na confluência entre as fotografias posadas e a formação discursiva, o sujeito jornalista deixa apensos sentidos de alerta à “zona”, à ausência de poder no Brasil em virtude do crescimento de grupos de crime organizado e dos enfrentamentos que tais grupos têm travado com a Polícia Militar e outros aparelhos repressores de Estado. Após entrar na máquina de informar, o acontecimento bruto, nas palavras de Charaudeau, passa por uma série de filtros construtores de sentidos, e o relato resultante, assim como o comentário, escapam à intencionalidade de seu autor, o que pode trazer sentidos que fogem à intenção primeira do enunciador ao produzir seu discurso.

Como uma formação discursiva determina o que deve e pode ser dito e busca uma homogeneidade discursiva, as contradições ideológicas e seus efeitos podem ser recuperados no cerne da unidade dos conjuntos de discursos e revelar como inconscientemente o sujeito enunciador produz discursos (sentidos) tentando fazer desaparecer suas contradições e as contradições da sociedade; para compreendermos essas formações discursivas, as inscrevemos na sua intrínseca relação com a história, a língua e suas condições de produção, ou seja, transcender

o contexto proposto e tratado no texto, evitando assim uma lingüística imanente.

Obedecendo aos critérios de noticiabilidade que norteiam a atividade jornalística, o sujeito enunciador privilegiou alguns aspectos em detrimento de outros, tanto no campo verbal como no não-verbal; a imagem veiculada remete a imaginários profundos da existência, da vida humana, tem uma aparição recorrente, tanto na história como no presente, e fixa-se nas memórias, torna-se um instantâneo e ocupa um lugar nas memórias coletivas dos sujeitos-leitores na Argentina.

Nessa análise percebemos que as causas do acontecimento bruto são apresentadas pelo sujeito-jornalista de forma global, geral, e os atores como entidades abstratas; o cuidado necessário está em como o sujeito-leitor, muitas vezes toma certas imagens em sua função mimética, “dando conta da realidade do mundo, quando de fato é carregada de efeitos emocionais por conta de sua função de sintoma” (CHARAUDEAU, 2006, p.248), erigindo assim uma série de estereótipos que se disseminam na cotidianidade familiar e nos diferentes grupos sociais na Argentina.

Assim, o Brasil enunciado está eivado de informações e dados que condizem com nossa “realidade”, situação social e ao mesmo tempo traz no seu bojo uma série de estereótipos, reificações e simplismos que escamoteiam as contradições, as desigualdades, as diferenças e enfrentamentos sociais que muitas vezes não figuram nas páginas dos jornais porque não satisfazem seus critérios de seleção e de relevância.

Tal enquadramento e escolhas léxico-gramaticais na fotografia e na formação discursiva produzem uma fusão dos efeitos de emoção e de razão, desencadeiam imaginários e apresentam fatos complexos como simples e isolados da formação social; marcam como numa sociedade de abundância (no caso do Rio de Janeiro, natural, turística), os problemas e dramas cotidianos de cada um não se resolvem, e o sujeito-leitor, não diretamente implicado no fato (porque não perdeu parentes, não mora nas proximidades, nem tampouco no Estado) refugia-se no espetáculo do sofrimento do Outro e produz uma nova imagem a partir das imagens enunciadas, que pode estar carregada de uma “realidade” e efeitos de verdade reais e verdadeiros apenas nas páginas do jornal, e quiçá não condizente com a problemática e mazelas sociais emergentes na cotidianidade brasileira.

4.7 Lula, Chávez e Kirchner: o discurso da “sintonia-tensa”

Ao utilizarmos a Análise de Discurso, de imagem e as Teorias das Notícias, (especificamente dos valores notícia), para compreendermos porque temos determinadas notícias em detrimento de outras, é condição *sine qua non* relacionarmos o conceito de discurso com o de situação. Orlandi (2007) assevera que situação de discurso, ou condições de produção, podem ser consideradas em sentido estrito, que é o contexto imediato – circunstâncias da enunciação –, e em um sentido mais amplo em que as condições de produção inscrevem-se em um contexto sócio-histórico e ideológico.

Interessa-nos a problemática das condições de produção num contexto social, histórico e ideológico, pois ainda que possamos lançar alguns olhares e levar a cabo algumas análises sobre o sujeito-jornalista produtor de notícias e construtor do mundo material e palpável (por meio de diferentes linguagens), não logramos vê-lo de dentro dele, do seu eixo existencial, o que nos leva a fechar o foco para além das condições de enunciação e ir em direção à sua exterioridade, ao sócio-histórico.

As relações tênues e conflituosas entre Brasil e Argentina são históricas e marca registrada na construção das duas nações; as semelhanças entre o cenário brasileiro e argentino, de acordo com Couto & Baia (2004), foram assumidos por Lula e por Kirchner repleto de instabilidade, principalmente na economia, já que “Como corolário da curta recessão e do crescimento ainda incipiente que se seguiu, o desemprego aumentou” (COUTO & BAIA, 2004, p.239).

No que tange especificamente ao Brasil, no primeiro mandato petista, conforme Couto e Baia (2004), o nível de atividade econômica cedeu diante da redução dos investimentos produtivos iniciada em 2001; os efeitos da turbulência financeira de 2002 e a restrição representada pelas políticas fiscal e monetária cuja austeridade foi intensificada em 2003, foram grandes óbices para a proposição e o engendrar de políticas que contemplassem e sanassem as dificuldades, os problemas e os dilemas que afetavam diretamente a população brasileira.

Nesse cenário de instabilidade, queda acentuada dos índices pela retração econômica e acirramento do desemprego e da desigualdade so-

cial e econômica, a emergência do Mercado Comum do Cone sul tem estreitado, possibilitado e reforçado os laços entre Brasil e Argentina; apesar das divergências no comércio bilateral, a questão energética na região, o desenvolvimento da indústria naval e créditos a empresas, além dos excessos retóricos do presidente da Venezuela Hugo Chávez têm sido assuntos norteadores de longas reuniões entre os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Néstor Kirchner¹¹³.

Entre as conversas e os acordos realizados pelos dois governantes, Lula chegou a dizer que ele e Kirchner têm a clareza de que é necessário discutir com mais profundidade a situação energética do nosso continente, sobretudo a situação do Brasil e da Argentina, privilegiando a posição que os dois “gigantes” do Mercosul têm em relação aos participantes do bloco econômico.

Nesse sentido, Lula opinou em 2007, segundo o portal Uol Notícias, que Argentina e Brasil ainda não exploraram o potencial que têm para trabalhar, seja do ponto de vista da energia elétrica, seja do ponto de vista da energia nuclear, do biodiesel, da biomassa ou até da eólica, as termoelétricas de carvão, gás, biodiesel para que os dois países possam aumentar a independência no setor energético e gerar mais reservas aos países.

* * *

Esse é o cenário, o contexto sócio-histórico em que a matéria que será analisada tomou as páginas do caderno “*El mundo*” do jornal diário *Clarín* da Argentina. Num sábado, dia 20 de janeiro de 2007, a manchete que ganhou espaço no periódico foi:

*“Kirchner y Lula acordaron que tienen que moderar a Chávez – coincidieron en la necesidad de que baje el tono de su discurso para no perjudicar los intereses del bloque regional. Y concluyeron que acelerar los proyectos de integración será clave para contener al venezolano”*¹¹⁴ (Figura 9 – Fonte: Presidência da Nação).

¹¹³Não nos esqueçamos que estamos tratando de dezembro de 2006 e janeiro de 2007, período em que fechamos nosso recorte analítico. Em outubro de 2007, Cristina Kirchner, esposa de Nestor Kirchner havia sido eleita presidente da Argentina e tomaria posse a partir do dia 10 de dezembro. A candidata da Frente pela Vitória venceu a eleição realizada dia 28 de outubro com mais de 40% dos votos.

¹¹⁴“Kirchner e Lula concordaram que tem que moderar Hugo Chávez. Coincidiram

Figura 9 – Clarín 20 de janeiro de 2007



na necessidade de que o presidente da Venezuela abaixe o tom do seu discurso para não prejudicar os interesses do bloco regional. E concluíram que acelerar os projetos de integração será fulcral para conter Hugo Chávez (Tradução nossa).

Sob o enunciado há uma fotografia posada com o presidente Lula à esquerda e ao seu lado, em um gesto de abraço o presidente argentino Néstor Kirchner, e a legenda “*Em sintonia. Os presidentes Lula e Kirchner; ontem, ao final de seu encontro no Hotel Copa Cabana Palace*”.

A presença do Brasil na imprensa argentina não é nenhuma novidade, haja vista a importância que o país tem, não apenas no cenário político e econômico da América do Sul, mas também em relação às grandes potências do mundo, seja por seu considerável crescimento econômico, seja pelas mudanças promovidas pelo primeiro governo de esquerda que assumiu o poder no país desde sua independência.

O estreitamento das relações entre Brasil e Argentina por causa do Mercosul e da liderança do bloco que lhes tem sido outorgada (sobretudo pela Mídia, embora essa hegemonia argentino-brasileira possa afetar a soberania dos governos dos países menores do bloco econômico), e muitas vezes legitimada, é frequentemente tratada pelos meios de comunicação, que situam os dois países na sua agenda pública noticiosa.

Percebemos que o sujeito-jornalista imprime, ao fechar o foco, ao enquadrar e demarcar os elementos constitutivos da notícia, um sentido de atualidade caracterizado pela *frequência* – tempo necessário para que um acontecimento tenha visibilidade e adquira significado.

Ademais, a *significância*, *interesse* e *proximidade* são valores notícia presentes nessa formação discursiva, pois traduzem significados interessantes para o auditório, assegurando um quadro de proximidade cultural por uma maior atenção ao que lhes é familiar: a aceleração de projetos de integração para conter a retórica agressiva do presidente venezuelano e a necessidade de abordar assuntos bilaterais e de interesse da população dos dois países.

O *interesse* do fato mediático está ligado à subjetividade e as notícias são julgadas interessantes e noticiáveis se estas procuram dar uma interpretação calcada no aspecto humano, no insólito e nas curiosidades que podem atrair a atenção dos sujeitos-enunciatários – no interior de uma dimensão cognitiva –; a notícia converte-se em uma expectativa do que recebemos e desejamos ao mesmo tempo, mobilizando na superfície discursiva, sentidos de coerência em um mundo de experiências aparentemente caóticas e de desordem da ordem social que se manifesta nas diferentes formas de discurso jornalístico.

Na matéria analisada a *personificação* é valor notícia marcante com

centração nas elites, tanto em pessoas como em países e no que suas ações/attitudes podem acarretar e causar, sendo o acontecimento construído na notícia, visto como consequência das decisões tomadas pelos actantes do que é noticiado, pois caem na teia da faticidade do meio de comunicação, dando privilégio a determinadas vozes em relação a outras; o presidente brasileiro, assim como o argentino são aproximados e o tratamento que recebem vinca-se à pessoalidade, muito mais que em conceitos, processos ou generalizações, isso evidencia-se no primeiro parágrafo, quando o sujeito enunciador afirma que:

“Lula e Kirchner primeiro deram um forte abraço e o brasileiro cedeu ao argentino o lugar com a melhor vista para o Atlântico”¹¹⁵.

Além de tecer uma estratégia (muitas vezes sem dar-se conta, já que sua autonomia é relativa) para nortear possíveis leituras e interpretações acerca do acontecimento, o sujeito-enunciador começa a pontilhar dentro do seu discurso o caminho pelo qual deseja que seu enunciatário/leitor palmilhe; assim, depreendemos na confluência entre fotografia e texto, pelo aporte teórico das teorias que aqui tem morada, a saber a AD, as Teorias da Notícia e da imagem fotográfica, os seguintes sentidos:

1. No enunciado *“Lula e Kirchner primeiro deram um forte abraço e o brasileiro cedeu ao argentino o lugar com a melhor vista para o Atlântico”*.

Faz parte da atividade jornalística do Clarín, deixar alguns trechos de texto em negrito, quiçá porque procura dar relevância a determinados aspectos da notícia e guiar o ato interpretativo do sujeito-leitor, levando-o a sentidos prévios, estabelecidos pelo enunciador na enunciação e materializados no discurso jornalístico.

O privilégio do presidente argentino ao tomar assento num lugar com vista à beleza e imponência do Oceano Atlântico é corroborada na fotografia, onde Lula está à esquerda e Kirchner à direita, com um olhar de estranhamento diante de Lula, que com a boca

¹¹⁵Em espanhol: “Lula y Néstor Kirchner se dieron primero un fuerte abrazo y el brasileño le cedió al argentino el asiento con la mejor vista al Atlántico” (Tradução nossa para o português).

aberta, a mão adentrando o paletó do representante portenho, evidencia uma mirada de admiração, de certa emoção por estar ao lado do dirigente político mais importante da Argentina.

Ademais, o direcionamento do olhar do sujeito-receptor é para os lugares que ocupam ambos os presidentes, Lula, primeiro presidente brasileiro de esquerda, à esquerda e Kirchner à direita. O encontro entre os dois, de acordo com jornal, teve como tema a contenção dos inflamáveis discursos do presidente venezuelano Hugo Chávez, considerado de extrema esquerda e idealizador do que seria um “socialismo contemporâneo”.

O jogo de posições realizado pelo enunciador traz à tona a dicotomia entre esquerda e direita, e a inconstância e variedade de seus discursos ideológicos, as freqüentes inversões e enxertos conceituais mútuos que, conforme Carvalho (2005), tornam difícil a apreensão da diferença entre essas duas correntes políticas, principalmente nos enquadramentos e conceituações que os meios de comunicação fazem, deixando uma carga de implícitos, equívocos e estereótipos resvalarem na opacidade da linguagem jornalística.

Carvalho (2005) assevera que direita e esquerda, muito antes de serem diferenças ideológicas ou de programa político, são duas maneiras diferentes de vivenciar o tempo histórico, e arremata que tanto uma como a outra servem a grupos políticos atuantes, que as utilizam não só como símbolos de auto-identificação, mas, inversamente, como indicadores esquemáticos pelos quais desenharam em imaginação a figura do seu adversário ideal e a projetam, historicamente, sobre este ou aquele grupo social.

Fato este observável na notícia analisada, haja vista a posição do presidente Lula, sua expressão facial e a temática do encontro versar acerca de Hugo Chávez; aproxima, assim, a figura do presidente brasileiro e venezuelano, acionando na memória discursiva do enunciatário/leitor alguns “sentidos de Chávez” (*Lula e Kirchner estavam aborrecidos pelas últimas declarações explosivas de Chávez, que durante sua assunção, anunciou que a Venezuela entrava na via socialista*¹¹⁶.) e de suas políticas so-

¹¹⁶Em espanhol: “...Lula y Kirchner estaban molestos por las últimas declaraciones

ciais e econômicas, provocando uma confusão de sentidos e um apagamento na notícia, das diferenças e divergências históricas entre ambos os governos e, em contrapartida, atribui ao presidente argentino posição de destaque e de “comando” diante do cenário de polêmica e controvérsias engendrado pelo socialismo venezuelano vislumbrado por Chávez.

Ao mesmo tempo, ao escrever que: “*Não falta muito para que Chávez seja declarado uma ameaça aberta, algo que ele deseja (...) é difícil imaginar que Kirchner e Lula não estejam pensando nisso*”¹¹⁷, o sujeito-jornalista – na forma de Walter Cúria – constrói por meio de seu ponto de vista uma formação discursiva e uma ideológica num conjunto de representações e atitudes diretamente ligadas a posições políticas em conflito umas em relação às outras, e a constituição do sentido através da formação ideológica vai determinando o que pode e deve ser dito.

Assim entre o dever e o poder, o sujeito enunciador – considerando que o campo discursivo é uma espécie pertencente ao gênero ideológico –, faz emergir no discurso noticioso, o perigo e a ameaça que não apenas o presidente Chávez representa, mas principalmente a forma de governo e de organização social que pretende instaurar, pautada pela escassez e desabastecimento de produtos nos supermercados privados (e formação de filas intermináveis no “Mercado Popular” idealizado por ele, condicionando as camadas mais pobres aos produtos fornecidos pelo Estado com “melhores” preços, e deixando as camadas mais altas sem opções nos mercados particulares); privatização dos meios de comunicação contrários ao *status quo* e das grandes organizações produtoras de petróleo e bens diversos.

Um conceito, uma imagem de Chávez vem à superfície como um alerta à necessidade de diminuir o tom retórico do presidente

explosivas de Chávez, quien durante su asunción, anunció que Venezuela entraba en la vía socialista” (Tradução nossa para o português).

¹¹⁷Em espanhol: “No falta mucho para que Chávez sea declarado una amenaza abierta, cosa que acaso íntimamente desea... el difícil imaginar que Kirchner y Lula no estén pensando en esto” (Tradução nossa para o português).

venezuelano, que pode prejudicar os interesses do bloco, sobretudo da Argentina e do Brasil.

Kirchner, de acordo com *Clarín*, “de centro-esquerda” (...comentou ontem uma fonte diplomática que Kirchner transmitiu a Chávez o que ele pensa da centro-esquerda, em um MERCOSUL que vá em direção à modernidade e não que o leve trinta anos atrás¹¹⁸.) e à direita na imagem fotográfica – fragmento de ação no tempo – constrói, nas palavras de Guimarães, um vácuo entre os três políticos, ao ampliar um espaço tão normal entre autoridades em um lugar protocolarmente disposto de forma confortável e natural, mas investido, na fotografia, de sentidos superficiais, que se levados à formação social e a partir de uma leitura apurada deixam-se avistar como em uma revelação, revelar esse que coloca frente a frente Lula e Chávez e não Lula e Kirchner, como está na notícia, fala não daquilo que é, mas apenas daquilo que foi e ratifica aquilo que ela representa.

Kirchner à direita também retoma a tão afamada frase do Cristianismo, “à direita do trono”, outorgando ao presidente argentino lugar de privilégio diante do MERCOSUL e dos presidentes Lula e Chávez, pois aquele que à direita se encontra, a liderança assume diante de todos e de tudo.

2. A foto posada converte o encontro entre os dois presidentes um fato notável, pois seu status de testemunho da realidade é acrescido de cargas axiológicas; além disso, opera um corte no espaço e no tempo e uma focalização (objetos materiais, actantes envolvidos na cena, olhares, formas de expressão não-verbal), e os reverbera, permitindo sua conservação e transporte na memória discursiva dos sujeitos-enunciatórios.

A fotografia de Lula à esquerda de Kirchner não é uma mera ilustração, mas uma narrativa dotada de mensagem específica e intencionada; intencionalidade que produz interdependência contínua entre imagem e texto, onde há complementaridade. Na

¹¹⁸Em espanhol: “...como comentó ayer una fuente diplomática, Kirchner transmitió a Chávez que él “piensa desde la centroizquierda en un Mercosur que vaya hacia a la modernidad y no que lo lleve 30 años atrás” (Tradução nossa ao português).

legenda da notícia consta: “*Em sintonia. Os presidentes Lula e Kirchner, ontem, ao final de seu encontro no Hotel Copacabana Palace*¹¹⁹”. O negrito, característica do *Clarín*, conota relação de amizade e de certa harmonia entre os dois presidentes, eliminando suas contradições e escamoteando as vicissitudes do governo argentino e brasileiro, assim como a dinâmica cultural, econômica e política que perpassa as duas nações, com semelhanças sim, mas ao mesmo tempo com diferenças que os distanciam na história nos mais distintos aspectos.

Muniz Sodré assegura que a legenda serve para realçar os significados da imagem na sua polissemia, ativando no sujeito-leitor os conhecimentos e sentimentos correlatos àquela cena enunciada; está eivada de sentidos flutuantes, dentro de uma cadeia comunicativa de sentidos, já que representa e comunica uma realidade social, cultural, histórica e ideológica em forma de discurso.

A sintonia entre os presidentes é corroborada no lide e no quadro “Punto de vista” escrito pelo jornalista responsável pelo caderno “El País”, Walter Cúria; no primeiro momento, o sujeito jornalista afirma que “*os presidentes deram um forte abraço*”, enquanto no quadro opinativo o enunciador diz “*...a única estratégia dos dois para assimilar o desconforto gerado por Hugo Chávez reside no fato de que contam um com o outro*¹²⁰”. Essa relação de amizade proposta pelo enunciador, ganha terreno quando figura no discurso jornalístico que:

*“...Lula contou com riqueza de detalhes seu próprio processo de reeleição, as dificuldade que teve e como conseguiu elevar sua situação entre o primeiro e o segundo turno...” “...Kirchner ocupou-se de uma das suas questões favoritas: a economia. Contou a Lula detalhes do crescimento sustentável que tem logrado a Argentina*¹²¹”.

¹¹⁹“En sintonía. Los presidentes Lula y Kirchner, ayer. Al cabo de su encuentro en el Hotel Copacabana Palace”(Tradução nossa para o português).

¹²⁰“La única estrategia de Kirchner y Lula para asimilar la incomodidad que genera Chávez radica en que cuentan uno con el otro”(Tradução nossa para o português).

¹²¹“Lula Le contó con lujo de detalles a Kirchner su propio proceso de reelección, las dificultades que tuvo y cómo logró remontar su situación entre la primera y se-

O campo enunciativo dialoga diretamente com o imagético, é uma relação dialógica e dialética, um ir e vir que promovem a legitimação, no palco da política internacional do MERCOSUL de certa informalidade e ruptura de protocolos oficiais languageiros e de práticas sociais; observamos como na máquina mediática a necessidade de determinado formalismo na linguagem jornalística deixa espaço para a informalidade e a um “romantismo noticioso”.

Dizer ou pressupor amizade entre Lula e Kirchner, é entender que, considerando a etimologia da palavra amigo, que deriva da expressão latina *amicus*, a qual, por sua vez, vincula-se ao campo semântico do verbo *amare*, amar, os presidentes se amariam.

Na origem, o vocábulo *amicus* designa precisamente “a pessoa a quem se ama”, e essa relação de amor não se mostra no contexto sócio histórico, nas condições de produção que transcendem a enunciação e a formação discursiva enunciada. Esse sentido de amor, de amizade não reproduz as tênues e conflituosas relações entre Brasil e Argentina, nem tampouco com as formações discursivas que circulam em suas cotidianidades.

Destarte, pensamos que as condições da encenação da informação, calcadas no processo de *transformação* do acontecimento bruto em midiático e a *transação* – que marca a construção da notícia segundo a forma como a instância midiática imagina o seu auditório e reinterpreta conteúdos – a conjugação imagem-texto se esclarece, reveza-se e complementa-se com energia revitalizante, dilacerando a idéia de sentido literal e fixo.

Pode haver sentido claro e evidente na superfície discursiva, mas a “olho-nu” não conseguimos enxergar para além de uma lingüística imanente, portanto, no caminho entre o que o enunciador “quis-dizer” e nós “conseguimos-depreender”, percebemos que ninguém tem a menor idéia do que o autor quis dizer e que nem ele mesmo domina toda a significação do discurso que produz.

gunda vuelta electoral”. . . Kirchner de ocupó de una de sus cuestiones favoritas: la economía. Le contó a Lula detalles del crecimiento sostenido que ha logrado la Argentina” (Tradução nossa para o português).

Nesse sentido, acreditamos que interpretar uma forma específica de discurso consiste, conforme Joly (1996), em verificar o que dentro de certas circunstâncias, provoca de significações no aqui e agora, e em termos pessoais e coletivos, emergindo elementos do óbvio e do obtuso, que são compreensíveis e apreensíveis no seio de qualquer formação social, já que possui regras de projeção que estabelecem relações entre situações e posições sociais, entre direita e esquerda, popular e populista, amigo e inimigo, dominador e dominado, pobre e rico.

4.8 Brasil x Argentina – Do futebol à produção de sentidos na notícia

A rivalidade esportiva entre Brasil e Argentina remonta há décadas, quicá esteja ligada à época de maior reconhecimento e visibilidade para os dois países diante das diversas nações do mundo – a do futebol arte de Pelé – e para a Argentina da era Maradona – momento em que Brasil e Argentina despontam como fortes equipes no universo do futebol.

Para além dos noventa minutos e dos limites dos campos, acreditamos que no futebol pode haver nascido uma série de estereótipos que têm sido (retro)alimentados e legitimados nos contextos sócio-histórico-culturais de ambos países e enfatizados pelos Meios de Comunicação. Essa estereotipia, que toma forma nas práticas e formações sociais, é erigida na e pela linguagem:

Trata-se, na verdade, de interdiscursos que tendem a ser reproduzidos e se materializam em diferentes textualizações que interagem e dialogam entre si. À força de serem repetidas e retomadas, essas referências interdiscursivas e intertextuais vão se consolidando e se cristalizando como representações socialmente partilhadas, ou seja, como estereótipos (LYSARDO-DIAS, 2005, p.25).

Na cotidianidade brasileira circula em diferentes discursos uma estereotipia de sentidos no que tange às duas nações; é comum escutarmos nas ruas e no dia a dia dos brasileiros discursos-falas como¹²²:

¹²²Embora não vamos trabalhar especificamente com a composição social de estereótipos acerca do Brasil na cotidianidade familiar e social Argentina, parece-nos

“Ah, só podia ser argentino mesmo!”, “Os argentinos são demasiado arrogantes”, “Eu jamais iria à Argentina, tratam-nos muito mal lá porque somos brasileiros”, “Eles não entenderam ainda que somos melhores no futebol e em tudo”, “Sem dúvidas Pelé foi melhor jogador que Maradona”, e centenas de enunciados dotados de sentidos que podem não corresponder com o que pensam os argentinos em relação ao Brasil.¹²³

Se há uma estereotípiia, esta pode (ou não) materializar-se nos diferentes discursos jornalísticos e ser recíproca; no que se refere ao *Clarín*, o sujeito-produtor, dentro de suas mediações sócio-culturais está eivado de determinadas formações sociais, idiossincrasias, formas de ter com tomadas na sua forma-sujeito – um lugar social nas palavras de Foucault - pode produzir alguns sentidos que, fora do seu controle constroem e corroboram estereótipos que podem resumir e reduzir, tanto Brasil quanto Argentina aos campos de futebol. Sousa assevera que “um acontecimento que caia dentro dos enquadramentos pelos quais tendemos a ver o mundo, freqüentemente estereotipados (pré-concebidos), tem mais hipóteses de tornar notícia”. (2004, p.23).

No interior dessa circularidade ecoam sistemas de relacionamento, distintas formas de atuação social e representações aparentemente inquestionáveis e homogêneas. Diferentes filiações de discurso são ativadas; parafraseando Lysardo Dias (2005), determinados códigos podem criar uma ilusão de unidade em termos de visão de mundo, percepção da realidade e efeitos de verdade na comunicação midiática.

conveniente tecer algumas observações acerca de tal tema, já que a estereotípiia é possível na e pela língua e linguagem.

¹²³Lembramo-nos de uma publicidade do Guaraná Antártica veiculada tanto na Argentina como no Brasil na qual o protagonista da cena é o jogador argentino Diego Armando Maradona; este sonha que em um estádio de futebol está com a camiseta da seleção brasileira e cantando o hino nacional brasileiro. Quando acorda, vê sua mesa cheia de latas vazias de guaraná e diz: “Acho que tomei demasiado guaraná Antártica”. A publicidade, além de marcar a entrada do produto brasileiro no vizinho do Mercado Comum d Cone Sul, traz à tona a rivalidade histórica entre os dois países no futebol, o que pode ter produzido estereótipos, ou legitimado aqueles já cristalizados nas relações sociais.

Logo, vamos analisar uma matéria do dia 19 de Janeiro de 2007, sexta-feira, veiculada na seção de esportes do *Clarín*; esta reportagem, escrita pelo jornalista Fernando Gourovich, enviado especial do periódico a Assunção, teve como manchete: “*Di Maria y Moralez, dos que siempre quieren “romperla”*”¹²⁴, e no centro da página uma foto de dois jogadores segurando uma camiseta da seleção brasileira, provavelmente em um campo de futebol ou nas imediações de um, haja vista a grama que aparece fazendo uma rima com a gola e as mangas da camiseta brasileira, ambas verdes (Figura 10 Fonte: Gustavo Garelló).

Do ponto de vista do discurso imagético, vemos que o sujeito-fotógrafo, manipulador da cena fotografada, articula diferentes filiações de cores e de sujeitos que, do nosso ponto de vista deixam apenas os seguintes sentidos:

1. O sorriso estampado na face dos dois jogadores deixa entrever que a foto foi manipulada pelo sujeito-fotógrafo, pois não conota uma atitude de quem realmente está iracundo e deseja vencer o Brasil “a qualquer custo”; nos rostos dos dois atletas não há índices de seriedade no que tange à idéia de arrasar a seleção brasileira. Pensamos que a forma como os actantes estão dispostos na fotografia, promove-nos a visão de uma realidade “organizada por um discurso com uma ordem própria”, e estereotípica (MARIANI, 1999, p.103).
2. A relação inevitável entre o verde da grama e os detalhes em verde da camiseta da seleção brasileira estimula sentidos diversos; acreditamos que o recorte que engendramos por meio do olhar é produto de outras imagens – dialogismo Backtiniano – concepção precípua do discurso, traz a partir do verde, cor integrante da bandeira nacional – um sentido para nós enquanto nação, de esperança, vir a ser. Presente no uniforme brasileiro, sugere no contexto da foto, descanso e relaxamento, equilíbrio, coragem, e ideal. Equilíbrio exatamente pelo sentido de rivalidade que sempre existiu entre Brasil e Argentina no futebol, relaxamento porque, “jogando como sabe”, a seleção argentina vai sair vencedora da partida, e realmente rasgar a camiseta brasileira; porém,

¹²⁴“Di Maria e Moralez, dois que sempre querem rasgá-la” (Tradução nossa).

não somente a camiseta, senão a honradez, a legitimidade, a qualidade de futebol brasileiro, pondo em cheque nossa supremacia e histórico de vitórias em torneios internacionais. Ademais, estimula um confronto extra-campo (desnecessário) entre torcedores, contribuindo para a legitimação de estereótipos no imaginário coletivo argentino.

Assim, pensamos que as articulações realizadas para a composição da fotografia relacionam história e linguagem, e os sentidos de Brasil “soltos” na imagem resultam da interação entre fotografia e sujeito – leitor-pesquisador. “Leitor e texto, portanto, vão se integrando e se desvincilhando à medida em que a historicidade de ambos emerge no processo de leitura” (MARIANI, p.106). O que significa que estamos imprimindo um olhar investigativo, não o fechando em si, nem no universo da investigação engendrada.

Creemos que o ato de noticiar não é neutro nem desinteressado, por isso, a maneira como a fotografia foi posada, organiza um flagrante e produz a sensação, a ilusão, de que o que foi tratado pelo sujeito-enunciador pode corresponder a uma “verdade” pautada em um “real”; cremos que desprovido de um referencial teórico, um “sujeito-leitor comum”, entenderia e interpretaria a foto apenas do ponto de vista da ironia¹²⁵, do sarcasmo, da brincadeira, não a relacionando à história e às condições de produção de tal discurso, nem tampouco às relações históricas de rivalidade entre Brasil e Argentina que não se restringem às competições esportivas.

Do ponto de vista lingüístico-discursivo, o enunciado, tema da matéria analisada, promove algumas reflexões e categorias de sentido, haja vista a mobilização de representação que produz, e a instauração de identidades, de estereótipos, estratégia discursiva calcada em um “já-dito”, e na ativação da memória discursiva dos sujeitos enunciatários. Em um enunciado há transmissão de palavras de ordem, seja de um enunciado a outro, seja no interior de cada enunciado, “uma vez que o

¹²⁵Embora Silva (2007), afirme que “o interpretador como agente desempenha um ato – atribuir tanto sentidos quanto motivos – e o faz numa situação e num contexto particulares, com um propósito particular e por meios particulares. Atribuir ironia envolve, assim, inferências tanto semânticas quanto avaliadoras” (HUTECHON, 2000 apud SILVA, 2007, p.102).

enunciado realiza um ato, e que o ato se realiza no enunciado” (GOMES, 2004, p.9).

Acerca dos sentidos pregnantes no enunciado:

“*Di Maria y Moralez, dos que siempre quieren “romperla”*”.

1. O uso do advérbio “*siempre*” mostra uma espera exaustiva pela partida contra o Brasil, e uma oportunidade de avassalar a seleção brasileira, como se os jogadores argentinos ficassem toda a temporada na expectativa de jogar contra o Brasil. O prazer da seleção argentina, mesmo com todos os adversários que tem no mundo, reside em vencer o Brasil, seleção que ganhou o maior número de Copas do Mundo – maior torneio de futebol do Universo – até hoje.
2. O verbo “*quieren*” no presente do indicativo traz uma vontade, um desejo, anseio de realizar algo; no enunciado, além de haver na sua opacidade constitutiva um sentido ideológico de rivalidade “acima de tudo e de todos”, também permite que escape, ao lado de “*siempre*” um estereótipo do ponto de vista de um sentimento nacional, já que, embora os dois países estejam entre os melhores do futebol mundial, suas “realidades” não se resumem aos estádios e às competições internacionais. Como todo discurso remete a outro discurso, os sentidos do enunciado analisado retomam outros sentidos, ditos em outros contextos, em outro momento social e histórico, todos perpassados pela ideologia, que para nós, assevera a relação da história com a língua, na medida em que esta significa.
3. O verbo “*romper*”, acompanhado do pronome objeto direto “*la*”, constituindo “*Romperla*”, guarda vários sentidos; o pronome objeto direto substitui a palavra camiseta, que não aparece escrita, senão na fotografia, fato que leva automaticamente o sujeito-leitor a relacionar imagem e enunciado. O verbo romper, segundo o Dicionário on-line da Real Academia Espanhola¹²⁶ tem vários significados, a saber: a) Separar com mais ou menos violência,

¹²⁶(A tradução é nossa). Os significados foram retirados do site da Real Academia Espanhola. <http://buscon.rae.es/draeI/>. Acesso em 12/02/2009.

as partes de um todo, desfazendo sua união, b) Quebrar ou despedaçar algo, c) Causar uma abertura em um corpo ferindo-o, d) Abrir espaço suficiente para passar, e) Cortar ou tirar todo o verde vicioso da videira. Destarte, pensar do ponto de vista discursivo todo o enunciado, significa apreender um sentimento de desrespeito dos jogadores da seleção argentina em relação à seleção brasileira e ao Brasil, pois todos os significados que compreendem o verbo “*romper*” trazem sentidos negativos, de pugna, conflito, peleja, rivalidade, força, etc. Concomitante a isso, o significado da letra “e” ataca outra vez um dos símbolos nacionais, que é a bandeira, porque tirar o verde é, na nossa opinião ofuscar o possível talento do futebol brasileiro e de seus jogadores, guarda um sentido ideológico de destruição, rendição e quebra da supremacia brasileira no futebol mundial.

Nossas observações são legitimadas nas duas primeiras linhas do texto-matéria, quando o sujeito-enunciador escreve: “Querem rasgá-la por inteiro [...] deixá-la feito pedaços¹²⁷”. Para Orlandi (1988, p.53), “o discurso é caracterizado duplamente pela dispersão: a dos textos e a do sujeito”, desse modo, o reconhecemos como investido de vozes sociais, que ou reiteram-se, ou se polemizam, completando-se e respondendo-se umas às outras; assim, o enunciado traz consigo um efeito de vozes, pois do seu interior diversas vozes emergem, quiçá, da população, quiçá do sujeito-jornalista que no momento da produção deixa entrever uma voz (sua), na forma de sujeito-torcedor.

Essa agressividade presente na formação discursiva analisada é posta em jogo pelo enunciador na tessitura de seu texto, ajuda-nos a entender, dizer e captar elementos acerca da dinâmica de uma sociedade, pois aciona nossa memória discursiva, e faz-nos retomar outros momentos da história, quando Brasil e Argentina duelaram, em Copas do Mundo, torneios Sul-Americanos e Olimpíadas. Todavia, os confrontos entre Brasil e Argentina também fazem parte do dia a dia dos clubes, pois a rivalidade que apreendemos da matéria e da sua exterioridade estende-se a outros níveis, categorias, eventos e campeonatos.

As vozes que tomam materialidade no enunciado adquirem formas

¹²⁷Em espanhol: “La quieren romper toda...Dejarla hecha pedazos” (A tradução é nossa).

sujeito-torcedor, um lugar social em que algumas formações discursivas seguiriam sua ordem discursiva, já que dentro do contexto sócio-histórico. A compreensão de tais sentidos de Brasil faz-nos perceber que o discurso jornalístico tem uma prática discursiva específica, visto que produz uma leitura do presente, “podendo vir a reconfigurar resíduos produzidos no passado e, ao mesmo tempo, organiza os germes de sentidos ainda por vir” (MARIANI, 1999, p.111).

Moura (2006) assevera que em relação à seleção lexical, a escolha das palavras está freqüentemente provida de carga argumentativa e retórica; a eleição do léxico pode revelar a atitude adotada a respeito do que refere, pela forma de julgá-lo e de tratá-lo. Há palavras e imagens que colocadas estrategicamente no texto trazem consigo uma carga poderosa de implícitos, de sentidos que não emergem de lugares já prontos, pois os sentidos estão em movimento dialético, não são estáticos.

Logo pensamos que a linguagem adotada no interior da formação discursiva enunciada no jornal funciona como um mapa, quadriculando o mundo e o universo do futebol brasileiro, de maneira a fazer emergir uma estereotipia que resgata na história, relações de confronto, de duelo e rivalidade. Parafraçando Gomes (2004), a linguagem quadricula eixos de latitude e longitude, é um aprendizado dual que ela nos propõe entre sujeito e objeto; desenhando um quadro de oposições a linguagem faz um recorte da realidade e delinea sua paisagem. Satisfaz os critérios de noticiabilidade dos Meios de Comunicação dentro do imaginário de tempo e espaço que norteiam a atividade de produção noticiosa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Parte I

Quadro nenhum está acabado, disse certo pintor;
Se pode sem fim continuá-lo,
Primeiro, ao além de outro quadro
Que, feito a partir de tal forma,
Tem na tela, oculta, uma porta
Que dá a um corredor
Que leva a outra e a muitas portas.
João Cabral de Melo Neto

Lúcia Santaella (2001) afirma que “em suma, sem paixão não há ciência, pois ela não vinga, do mesmo modo que, sem esse mistério - o da paixão -, que é sempre uma força estranha, não vingam muitas outras coisas na vida”. Nesse sentido, no espectro desta dissertação foi estabelecida e empreendida uma relação de paixão entre o “eu” – sujeito-produtor – e a temática que norteia e perpassa todas suas páginas: O discurso sobre o Brasil na imprensa Argentina – desenredando alguns nós.

Imprescindível nesta dissertação a noção de sujeito e de condições de produção – contexto sócio-histórico – em que interlocutores interagem, e os sujeitos se constituem e são constituídos. A relação que instauramos entre signo, objeto e interpretante confere uma observação e uma leitura de mundo, produtiva e reprodutiva, gera novas relações e reproduz significados já estabelecidos. O sujeito é um lugar social que é atribuído a quem enuncia, vive e trava relações dentro de certas condições de existência, de produção, de emissão e de recepção.

Parafraseando Turin (2007), rapidez e fluidez de raciocínio não nascem prontas para ninguém, são processos de elaboração e de construções mentais conscientes. A possibilidade de transitar entre várias linguagens depende de aprendizados e o aprendizado depende do ensino, pois estão estreitamente vinculados; o ensino e aprendizado fazem parte de um mesmo processo individual e social.

Esse processo busca materialidade nesta dissertação, aporta-lhe um sentido de ruptura do lugar comum, e o assumir de um caminho investido de um risco balizado por um método de pensamento seguro

– não rígido, muito pelo contrário – e sim seguro por acreditar que cada momento decisivo no pensamento sustentar-se-á, menos por pontos fixos e mais pela consciência do movimento. Esse trabalho, calcado num método dialético, representa para nós, um movimento do movimento, um ir-e-vir que nunca termina, perpetua-se na sua própria existência.

Na construção desta dissertação, processos associativos e relacionais foram captados em um sentido produtivo, na formação de novas *semioses*, já que a noção de experiência é empreender, por à prova, vivenciar. Experiência é experimentação, ensaio, verificação. O valor de um trabalho como este reside no seu processo, nos degraus de passagem de um estágio a outro, na incorporação do conhecimento, concatenação de dados e informações. A informação rara e o estranhamento fazem parte do jogo dialético de produção desta dissertação.

Quando captamos a lógica desse processo, passamos a ser os grandes colaboradores da nossa própria transformação. Tornamo-nos um projeto existencial, capaz de redesenhar o percurso de nossos pensamentos e, conseqüentemente, de nossas vidas.

Nosso pensamento é ação, ação que traduz. Quando pensamos no nosso recorte epistemológico, no *Clarín*, não é o objeto (*Clarín*), o fenômeno, o fato, que está sendo pensado, e sim imagens mentais que deles emanam, adquiridas pelas nossas vivências, experiências e aprendizados das linguagens que nos cercam. São os diagramas, os sentidos que apreendemos no nosso existir, redes de associatividades que nos permitem inteligir, que indicam o *design* de nosso pensamento acerca de.

Pensamos que o que representamos, forma significados e forja a realidade de nosso intelecto, do nosso pensar. Tudo que não logramos ver, cheirar, tocar, sentir, ouvir, separar, encaixar, separar, comutar, construir, para nós não é realidade, não existe.

Esses saberes existem no mundo externo, porém, apenas se realizam como linguagem e propriedade de comunicação quando tivermos conseguido aprender e apreender os processos de representação ou substituição que os significam; portanto o que foi representado, enunciado, veiculado e materializado nesta dissertação faz parte de práticas de intelecção do sujeito produtor e dos diálogos e duelos que estabeleceu com as teorias, os autores, seu objeto de investigação e o recorte epistemológico analítico que levou a cabo para lançar olhares acerca

da problemática da produção de sentido na sociedade contemporânea midiática.

* * *

Parte II

O papel do analista é o de observar a distância, para tentar compreender e explicar como funciona a máquina de fabricar sentido social, engajando-se em interpretações cuja relatividade deverá aceitar e evidenciar. Apresentar como verdade absoluta uma explicação relativa e acreditar nela seria arrogância. Fazê-lo sem acreditar seria cinismo. Entretanto, entre arrogância e cinismo, há lugar para uma atitude que, sem ignorar as convicções fortes, procure compreender os fenômenos, tente descrevê-los e proponha interpretações para colocá-los em foco no debate social.

Patrick Charaudeau

Coerentes com nosso aporte teórico, das Teorias da Notícia à Análise de Discurso e de imagens, podemos chegar a algumas conclusões, não-totalizantes e não-fechadas, marcadas mais pela consciência do movimento inerente à comunicação midiática, que por pontos rígidos e fixos, irremovíveis. Cada passo dado, cada degrau subido não pressupõe chegada a um fim, mas chegada a uma reticência eterna, se considerarmos a movência das ciências sociais e o movimento do movimento que tem conduzido, numa perspectiva dialética as pesquisas em comunicação, no nosso caso, no campo do jornalismo impresso.

Se o surgimento da Cibernídia em algum momento deixou antever o desaparecimento do jornalismo impresso, percebemos muito mais um esforço de ressignificação do produto impresso que a aceitação e a proposição do seu fim; é claro que o número de assinantes de jornais caiu muito nos últimos anos, mas concomitantemente a isso, novos formatos, gêneros e linguagens têm sido construídos e aplicados nos meios de comunicação impressa, tornando o produto mais próximo do gênero televisivo e com características da internet também.

No que tange ao nosso recorte epistemológico, podemos afirmar que o periódico argentino *Clarín* trata o Brasil, muitas vezes, de maneira

estereotipada porque nosso olhar interpretativo nos conduz à opacidade da linguagem, às fissuras e à carga axiológica que o sujeito enunciador “deixa aparecer” por sua relativa autonomia no momento de transformar o acontecimento bruto em midiático.

Acreditamos ser impossível aceitar uma concepção de transparência da linguagem (considerando-se que ela se encontra *em* – e é determinada *por* – um contexto institucional), cujo sentido se caracterizaria pela literalidade; também não há como acatar uma concepção de transparência do jornalismo que pregue a existência da informação enquanto transcrição fiel da realidade.

Se a linguagem, que é componente essencial do jornalismo, não é transparente, podemos afirmar que o próprio jornalismo tampouco o é. Somemos a isso, entre outros elementos, a própria carga avaliativa que o jornalista invariavelmente transfere para seus textos. É mais coerente, então, a concepção do jornalismo, assim como a linguagem, atravessado por elementos que possibilitam relações que não são visíveis apenas pelo caráter material manifestado por meio da língua. Conseqüentemente, só se pode falar de notícia/informação enquanto recortes e formas de tratar a realidade.

Essas reflexões mostram a discordância em relação à concepção de objetividade jornalística - atribuída ao jornalista e, ao mesmo tempo, auto-propagada e fundada na suposta imparcialidade dos profissionais da Comunicação, a qual permite uma leitura do jornalismo enquanto transparência da realidade. A linguagem está atravessada por outros aspectos além dos lingüísticos, o que impossibilita a aceitação de uma postura idealista de neutralidade ou isenção jornalística. Assim depreendemos da construção e do enquadramento noticioso do *Clarín* acerca do Brasil alguns sentidos pregnantes, a saber:

1. A insistência do *Clarín* em destacar a origem profissional de determinados presidentes de nações da América Latina (principalmente o Lula), e com muito menos freqüência de outros países do mundo, deixando marcas de juízo de valor pejorativas e concomitantemente, colocando à prova e em questionamento a legitimidade do presidente brasileiro; o sujeito jornalista produz (in) conscientemente uma série de comparações do presidente Lula com os anteriores que governaram o Brasil e com outros modelos de presidentes “com formação” que estiveram à frente da

nação brasileira. Dizer “ex-líder sindical” ou “ex-cocaleiro” estimula a memória discursiva dos sujeitos enunciatários, levando-os a outros lugares e tempo midiático em que o enquadramento feito radicava numa filiação de sentidos outra, mais próxima da estereotipia, do pejorativo, do negativo.

2. A presença de quase todos de valores-notícia, principalmente a *continuidade, negatividade, complementaridade, relevância, interesse, visualidade, personalização, atualidade, significação, identificação, socialidade e imprevisibilidade*, que desempenham um papel central no processamento da informação cognitiva, emocional e social aos sujeitos-leitores/destinatários. Esses critérios vão ao encontro dos “acontecimentos brutos” que erigem no Brasil e pelo alcance das malhas de correspondência do jornal *Clarín* no país, determinando o que será dito e o que permanecerá no campo do não-dito; assim, tende a ser notícia aquilo que além de privilegiar o que é valor para o jornal, está no território de atuação do jornal no Brasil, sobretudo no Rio de Janeiro e Florianópolis.

Ao mesmo tempo em que tenta informar, o *Clarín* – tal como o jornalismo – perde a noção de funcionamento do mundo; é como se os meios de comunicação atuassem e surgissem como uma mãe, “gratificadores do desejo de dominar (ou compreender) o mundo que pelas determinações reais se mostra exatamente indomável, incontrolável, incompreensível” (SERVA, 1997, p.99). A justificativa do jornal como mãe que nos acalma diante do pior dos monstros, à sociedade ele justifica-se como uma agência racionalizadora, uma instância que produz uma imagem de coerência, de ordem discursiva de um mundo que não é mais do que caótico. Logo, no intento de dar ordem à desordem, faz instaurar conteúdos e discursos dentro de uma dança ideológica contínua que prima pela objetividade, pela transparência, pela verdade, mas deixa escapar “pelos vãos da teia noticiosa”, sentidos eivados de estereotipia, rótulos sociais e posições desfavoráveis ao Brasil frente aos sujeitos leitores argentinos, haja vista que tais valores não correspondem à nossa concepção de linguagem

– opaca, não-transparente – e marcada muito mais por efeitos de verdade que verdades em si.

3. Para que compreendamos o Brasil e os actantes que temos tido na imprensa “*Clarinete*”, precisamos pressupor que não é óbvio que seja apresentado de tal forma e não de outra. O Brasil noticiado representa a volubilidade, a natureza conflituosa da nossa realidade e a imprevisibilidade de certos acontecimentos. Assim, ao permitir que tais acontecimentos não permaneçam no limbo do aleatório e trazê-los aos campos do significado, instaura na ordem do espaço e do tempo um palco midiático reificador e intensificador, generalizador e estereotipador de acontecimentos.

Essa leitura do presente que é produzida no discurso jornalístico pode reconfigurar resíduos constituídos no passado, e ao mesmo tempo, organizar os germes de sentidos ainda por vir, levando a diferentes mediações, formações ideológicas inverossímeis, equivocadas.

Sabemos que as notícias sofrem a influência de fatores como das redes que são lançadas para “pescar” fatos dignos de se converterem notícia; o desejo do lucro, os mecanismos de socialização que impelem os sujeitos jornalistas a obedecer às regras e normas da organização jornalística, a disputa entre editores e editorias, os recursos humanos e materiais, a hierarquia, a dimensão da organização interna e sua burocracia; fatores que podem dizer-nos e explicar-nos porque as notícias são como são e determinar o que será notícia, o que estará no campo do dito e do não-dito.

Ademais, as notícias podem sofrer a influência de fatores como: mercado, relações entre jornalistas e fontes, audiência, canais de rotina e mediações sócio-culturais das quais a “forma sujeito-jornalista” pertence, e que pode ser elemento fulcral na “contação” de estórias; a narrativa jornalística composta de várias estórias evidencia em seu discurso diferentes vozes e filiações de sentidos que trazidas à formação social e ao contexto social e histórico se mostram, falam, comunicam, e podem, portanto fazê-lo pletórico de formulações e proposições que manipulam e reduzem o campo discursivo, e o levam a uma estereotipia e a um recorte preconceituoso, reducionista e simplista, escamoteando as contradições sociais brasileiras.

Na complexidade imanente do sujeito, que muitas vezes inconscientemente, deixa escapar por meio do seu discurso algumas formas de dizer “Brasil” que legitimam estereótipos que circulam no senso comum e produzem uma aluvião de novos equívocos, investidos de conteúdos e evocativos de um mundo que é apenas “dominável” pela imagem que cria no conjunto das notícias. Um Brasil que:

- * “Não é o Iraque, é o Rio de Janeiro”.
- * “Di Maria e Moralez, dois que querem rasgá-la” (Com a camiseta da seleção brasileira em mãos).
- * “Ex-líder sindical” (sobre Lula).
- * “Falta de generosidade brasileira”.
- * “Apontem...Tropas do exército, ontem, realizam seu último treinamento de combate em Brasília antes de partir em missão para o Rio de Janeiro”.
- * “A partir de amanhã estarão chegando as comitivas dos presidentes que participarão da Cúpula do MERCOSUL, e o mês próximo a cidade se encherá de turistas pelo famoso carnaval”.
- * “Lula pediu coragem e prometeu que seu segundo mandato será “popular”.
- * “... nascido no seio de uma humilde família de camponeses no estado de Pernambuco, no empobrecido nordeste brasileiro”.
- * “Sério, mas sem que lhe saltassem lágrimas como há quatro anos”.
- * “Saquearam duas famílias que estão de férias no Brasil. Dizem que na Polícia os trataram sem vontade”.
- * “Ofensiva dos “senhores da droga” em plena temporada turística – Dia de terror no Rio de Janeiro: 10 mortos por ataques do narcotráfico”.
- * “Os golpes foram múltiplos e não perdoaram sequer bairros ricos como Barra da Tijuca, Botafogo, o Centro e Lagoa”.
- * “...tanta impotência não deixa de ser estranha se se pensa que a investida brutal ocorreu em um lugar central e em plena luz do dia, com trinta homens armados que se moveram com a maior facilidade”.
- * “Lula e Kirchner primeiro deram um forte abraço e o brasileiro cedeu ao argentino o lugar com a melhor vista para o Atlântico”.
- * “Em sintonia. Os presidentes Lula e Kirchner, ontem, ao final de seu encontro no Hotel Copacabana Palace”.
- * “...Os presidentes deram um forte abraço”(Lula e Kirchner).

Nossa concepção de linguagem caracteriza-se pela atuação de fatores históricos e ideológicos na língua, dessa forma, compreendemos que o *Clarín*, tal qual o jornalismo, não retrata nem cria fatos, e sim constrói visões dos fatos (os trata), sendo estas propagadas como transcrição da realidade, no nosso caso de uma realidade marcada e tratada por uma visão que simplifica, descontextualiza e apaga as antinomias próprias da nação brasileira e do “ser-brasileiro”.

O jornal é uma instituição formadora de opinião. Sabemos, porém, que, como tal, seu propósito é legitimar uma opinião sobre os fatos, aquela que, na melhor das hipóteses, coincida com sua linha editorial - pois pode coincidir com interesses mais imediatos. Obviamente, o público (e o alcance) de cada um desses veículos é diferente e essa diferença deve-se aos interesses que sustentam uns e outros. Podemos, pois, afirmar que o fato tal como o recebemos, enquanto notícia, é uma construção; construção de “visões ideológicas” e não dos fatos em si.

Destarte, o Brasil tratado, ou seja, a visão de Brasil presente no *Clarín*, traz à tona discursos midiáticos que podem enquadrar-se no conjunto de discursos irrefutáveis, tidos como retratores da realidade iminente, como se fossem porta-vozes de outros discursos também tidos como incontestáveis (como o próprio discurso científico, o histórico, o jurídico, o religioso, o financeiro) e que geram uma forma de “ver o Brasil” encravada numa estereotipia noticiosa, na confusão de sentidos ao tratar diferentes acontecimentos (que nem sempre dialogam) numa mesma formação discursiva.

O jornalismo é a prova da ausência do que designa, organiza-se num sistema de satisfação já que anseia a compreensão e acompanhamento do mundo no qual nos queremos confortáveis e seguros; concomitantemente, a ausência de imagens e informação é utilizada para elidir o real, para bloquear a consciência mediante uma satisfação falseada em estereótipos, generalizações e ironia no interior de tentativas quixotescas engendradas pelos sujeitos jornalistas, que ao produzirem, ao contarem estórias, pensam que estão dando consciência, no exato instante no qual injetam seus tóxicos ideológicos em diferentes formas de discurso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMO, C. W. (1991) Império dos sentidos: critérios e resultados na Folha de S. Paulo. In: *Novos estudos*, CEBRAP, no 31, outubro/1991.
- ALMEIDA, Paulo Roberto de. *Trajetória do MERCOSUL em sua primeira década (1991-2001): uma avaliação política a partir do Brasil*. 2001. Disponível em: <http://www.urutagua.uem.br/03almeida.htm>. Acesso em 13/02/2009.
- ARBEX, José. *O poder da TV*. São Paulo: Ed. Scipione, 1995.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR10520: informação e documentação: citações em documentos: apresentação*. Rio de Janeiro, 2002.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR14724: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação*. Rio de Janeiro, 2005.
- BACCEGA, Maria Aparecida. *Comunicação e linguagem*. São Paulo: Moderna, 1998.
- BARRETO, H. R. *Clarín: de coadjuvante a líder* (dissertação de mestrado). Umesp: São Paulo, 1999.
- BARROS, Diana Luz Pessoa & FIORIN, José Luiz (orgs.). *Dialogismo, Polifonia, Intertextualidade: Em torno de Bakhtin*. São Paulo: Edusp, 2003.
- BARTHES, R. *O óbvio e o obtuso, ensaios sobre fotografia, cinema, pintura, teatro e música*. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1990.
- BELTRÃO, Luiz. *Teoria e Prática do Jornalismo – o como e por quê*. Adamantina: Ed. Omnia, 2006.
- BELLUZZO, Regina Célia Baptista; FERES, Glória. Georges. *Recomendações para a padronização na apresentação das dissertações e teses*. (Proposta Preliminar). Bauru: UNESP, 2002.

- BENVENISTE, E. *Problemas de Lingüística Geral*, volume 2. Pontes Editores, 1988.
- BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência: Por uma sociologia clínica do campo científico*. Trad. Denice Bárbara Catani. São Paulo: Ed. Unesp, 2004.
- BRANDÃO, H.H.N. *Introdução à análise do discurso*. Campinas: Ed. Unicamp, 2004.
- BURITY, Joanildo (org). Mudança cultural, mudança religiosa e mudança política: para onde caminhamos? In: BURITY, Joanildo A. *Culturas e Identidades: perspectivas interdisciplinares*. Rio de Janeiro, DP&A Editora, 2002.
- CARVALHO, Olavo de. *Direita e esquerda, origem e fim Diário do Comércio*, 1o de novembro de 2005. Disponível em: <http://www.olavodecarvalho.org/semana/051031dc.htm>.
- CHARAUDEAU, Patrick, *Discurso das Mídias*. Trad. Ângela S. M. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2006.
- CORRÊA, M. L. G. *O modelo jornalístico para o ensino: situacionalidade e instituição na produção da leitura*. (mimeo), 1999.
- COUTINHO, Iluska. Leitura e Análise de Imagem. In: DUARTE, Jorge, BARROS, Antônio. (Orgs). *Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação*. Atlas. 2ª edição, 2008.
- ESCOSTEGUY, Ana Carolina; JACKS, Nilda. *Comunicação e recepção*. São Paulo: Hacker Editores, 2005.
- ESTADÃO. *Tropas federais fazem cerco nas entradas do Rio de Janeiro*. Disponível em: <http://www.infoseg.gov.br/infoseg/destaques-01/24-04-07>. Acesso em 09/07/2009.
- FARINA, M., PEREZ, M.C & BASTOS, T.F. *Psicodinâmica das Cores em Comunicação*, São Paulo: Ed. Edgard Blucher, 2006.

- FERNANDES, Fábio. *Para além de Althusser e Foucault*. Galáxia, São Paulo, nº 7, p. 149-152, Fev. 2004. Disponível em: (<http://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/1379/861>). Acesso em 6 de maio de 2008.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Minidicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.
- FÍGARO-PAULINO, Roseli. *Comunicação e Trabalho: estudo de recepção: o mundo do trabalho como mediação da comunicação*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2001.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do Discurso*. São Paulo: Ed. Loyola, 2006.
- GALEMBECK, Paulo de Tarso; VEASEY, Camila Bambozzi. *O “eu” e o “outro” em diálogos simétricos – projetos Nurc/SP e Nurc/RJ - Parte I e Parte II*. *Revista Philologus*, Ano 8 nº 23. Disponível em: [http://www.filologia.org.br/revista/artigo/7\(23\)08.html](http://www.filologia.org.br/revista/artigo/7(23)08.html). Acesso 25 de junho 2008.
- GERALDI, João Vanderley. *Linguagem e ensino: Exercícios de militância e divulgação*. Campinas: ALB/Mercado de Letras, 1996.
- GETINO, Octavio. *Las industrias culturales en la Argentina*. Colihúe: Buenos Aires, 1995.
- GOMES, Mayra Rodrigues. *Poder no Jornalismo: Discorrer, Disciplinar, Controlar*. São Paulo: Hacker Editores, Edusp, 2003.
- GOMES, Mayra Rodrigues. *Jornalismo e Ciências da Linguagem*. São Paulo: Hacker Editores Edusp, 2000.
- GOMES, Mayra Rodrigues. *Jornalismo e Filosofia da Comunicação*. São Paulo. Escrituras Editora, 2004.
- GREGOLIM, M.R. *Foucault e Pêcheux na Análise do Discurso – diálogos e duelos*. São Paulo: Clara Luz, 2004.

- GUIMARÃES, Luciano. *O jornalismo visual e o eixo “direita-esquerda” como estratégia da imagem*. Acesso em 8/7/2009. Disponível em http://www.faac.unesp.br/posgraduacao/comunicacao/textos/LGuimaraes_T005.pdf.
- HOHFELDT, A. (et al). *Teorias da Comunicação*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- INDURSKY, F. *A análise do discurso e sua inserção no campo das ciências da linguagem*. In: *Cadernos do I. L. nº 20*. Porto Alegre, UFRGS, Instituto de Letras, dez. / 1998.
- JOLY, Martine. *Introdução à Análise de Imagem*. (trad. Marina Apenzeller). Campinas: Papirus, 1996.
- KELLNER, Douglas. *A cultura da mídia*. Bauru: Edusc, 2001.
- LEITE, Maria Regina. B. Bombril e Ratinho: as vozes da sedução. In: GREGOLIM, Maria do Rosário; BARONAS, Roberto. (Orgs). *Análise do Discurso: as materialidades do sentido*. São Carlos: Ed. Claraluz, 2007.
- LYSARDO-DIAS, Dylia *Mídia: o discurso do estereótipo*. In: I Encontro Mineiro de Análise do Discurso. *Caderno de Resumos e Programação*. Belo Horizonte, 2005.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. Trad. Freda Indursky, (Título original: *Nouvelles Tendances en Analyse du Discours*). Campinas: Pontes, 1997.
- MAINGUENEAU, Dominique. 2004. *Análise de Textos de Comunicação*. São Paulo: Cortez.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Revista de Documentação e Estudos em Linguística Teórica e Aplicada (Delta)*. São Paulo: Educ, 1990.

- MARIANI, Bethania S. Corrêa. Sobre um percurso de análise do discurso jornalístico – A Revolução de 30. In: *Os múltiplos territórios da Análise do Discurso*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1999.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. La telenovela en Colombia: televisión, melodrama y vida cotidiana. *Diálogos de la comunicación*. Lima, n. 17, p. 46-59, 1987. Disponível em:
http://www.dialogosfelafacs.net/dialogos_epoca/pdf/17-04JesusMartin.pdf.
- MARTINEZ, Paulo. *A teoria das Elites*. São Paulo: Ed. Scipione, 1997.
- MELO, José Marques; DIAS, Paulo da Rocha. (org.) *Comunicação, cultura, mediações: o percurso intelectual de Jesús Martin Barbero*. São Paulo: UNESP, 1999.
- MEURER, J.L. BONINI, Adair, MOTTA-ROTH, Désirée.(Orgs). *Gêneros: teorias, métodos, debates*.São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- MORIN, Edgard. *A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. Trad.de Eloá Jacobina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- MORIN, Edgar. *Cultura de massas no século XX: espírito do tempo, neurose*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.
- MOURA, Maria Betânia. *Os nós da teia: desatando estratégias de faticidade jornalística*. São Paulo: Annablume, 2006.
- MUSSIO, Simone. C. *Popular sensacionalista: as estratégias discursivas do jornal Agora São Paulo*, 2008, Dissertação (Mestrado em Comunicação). Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação. Bauru: UNESP, 2008.
- ORLANDI, Eni.P. *Análise do Discurso: algumas observações*, Delta. São Paulo: Educ,1986.

- ORLANDI, Eni. P. *Discurso e Leitura*, São Paulo: Ed. Unicamp, 1988.
- ORLANDI, Eni.P. *Análise de Discurso*. Campinas: Pontes, 2007.
- ORLANDI, Eni.P. *Unidade e dispersão: uma questão do texto e do sujeito*. São Paulo: Cad. Puc, 1986.
- PECHEUX, M. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad.Eni Orlandi [et al], Campinas: Ed. Unicamp, 1997.
- PECHEUX, Michel e FUCKS, Catharine. *Por uma Análise Automática do Discurso: Introdução à obra de Michel Pêcheux*. (Orgs) Françoise Gadet, Tony Hak; Trad. de Bethânia S. Mariani...[et al], Campinas: Ed. Unicamp,1997.
- PÊCHEUX, Michel. *O discurso; estrutura ou acontecimento*, Trad. de. Eni Puccinelli Orlandi, Campinas: Pontes, 2002.
- PENA, Felipe. *Teorias do Jornalismo*. São Paulo: Ed. Contexto, 2008.
- PONTE, Cristina. *Para entender as notícias – Linhas de análise do discurso jornalístico*. Florianópolis: Insular, 2005.
- RAMOS, Julio. A. *Los cerrojos a la prensa*. Buenos Aires: Fundación Gada, 1996.
- REBELO, José. *O discurso do Jornal*. Lisboa: Notícias Editorial, 2002.
- REVEL, Judith. *Michel Foucault: Conceitos essenciais*. Trad. Maria do Rosário Gregolim, Nilton Milanez, Carlos Piovesani. Claraluz, São Carlos, 2005.
- ROCHA, Décio & DEUSDARÁ, Bruno. *Análise de Conteúdo e Análise do Discurso: o lingüístico e seu entorno*. D.E.L.T.A., LAEL, PUC-SP. São Paulo: EDUC, 2006.
- ROCHA, Décio. *Agenciamentos coletivos de enunciação e discursos midiáticos*. Semiosfera, 8, ano 5, Rev. de Pós-graduação Eco-UFRJ. 2005. Disponível em: www.eco.ufrj.br/semiosfera.

- ROCHA, Décio. *Produção de subjetividade: a lição de O homem que copiava*. DELTA, 2007, vol.23, no.1, p.97-126. ISSN 0102-4450. Disponível em: <http://www.scielo.br> Acesso em 7 de maio 2008.
- SALLUM, Junior Brasílio (Org.). *Brasil e Argentina hoje: política e economia*. Bauru: Edusc, 2004.
- SANTOMÉ, J. T. *Globalização e Interdisciplinariedade: o currículo integrado*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.
- SARTRE, Jean Paul. *Anarquia e moral: Entrevista com Jean Paul Sartre*. Publicada originalmente pela revista espanhola de filosofia Concórdia, nº 1, 1982.
- SAVARESE, Mauricio. *Lula erra ao comparar crime a terrorismo, dizem especialistas*. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/ultnot/2007/01/02/ult1928u3595.jhtm>. Acesso em 09/07/2009.
- SCHWARTZ, Tony. *Mídia: O segundo Deus*. Summus, 1985.
- SERVA, Leão Pinto. *Babel: a mídia antes do dilúvio e nos últimos tempos*. São Paulo: Mandarim, 1997.
- SILVA, Juremir Machado da. *As tecnologias do imaginário*. Porto Alegre: Sulina, 2003. Resenha de: FERNANDES, Fábio. *Para além de Althusser e Foucault*. Galáxia, São Paulo, n.7, p.149-152, fev. 2004. Disponível em: <http://www.pucsp.br/pos/cos/galaxia/num07/resenhas.htm>. Acesso em 6 de maio 2008.
- SILVA, Marconi Oliveira da. *Imagem e verdade: jornalismo, linguagem e realidade*. São Paulo: Annablume, 2006.
- SILVA, Francisco Paulo da. *A construção da ironia: “uma pitada de veneno?”* In: GREGOLIM, Maria do Rosário; BARONAS, Roberto (Orgs). *Análise do Discurso: as materialidades do sentido*. São Carlos: Ed. Claraluz, 2007.
- SODRÉ, Muniz. *Samba, O Dono Do Corpo*. Ed. Pasquim, 1979.

- SOUSA, Jorge Pedro de. *Introdução à análise do discurso jornalístico impresso: um guia para estudantes de graduação*. Florianópolis: Letras contemporâneas, 2004.
- _____. *Uma história crítica do fotojornalismo ocidental*. Florianópolis: Editora Grifos/Letras Contemporâneas, 2000.
- _____. *As notícias e seus efeitos*. Coimbra: Minerva Editora, 2002.
- _____. *Fotojornalismo: Introdução à história, às técnicas e à linguagem da fotografia na imprensa*. Florianópolis: Letras contemporâneas, 2004.
- SOUSA, Mauro Wilton (org.). *Sujeito, o lado oculto do receptor*. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- SOUZA, Tânia C. Clemente. *A análise do não verbal e os usos da imagem nos meios de comunicação*. *Ciberlegenda número 6*, 2001. Disponível em: www.uff.br/mestcii/tania3.htm.
- THOMPSON, John B. *A Mídia e a Modernidade – Uma Teoria Social da Mídia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998
- TRAQUINA, Nelson. *Teorias do Jornalismo: A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional*. Florianópolis: Insular, 2005.
- _____. *Teorias do Jornalismo, porque as notícias são como são*. Florianópolis: Insular, 2005.
- _____. *O Estudo do Jornalismo no Século XX*. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2001.
- TURIN, Roti Nielba. *Aulas: Introdução ao estudo das linguagens*. São Paulo: Annablume, 2007.
- ULANOVISKY, Carlos. *Parén las rotativas: Historia de los medios de comunicación en la argentina. Diarios, revistas y periodistas (1920-1969)*. Buenos Aires: Emecé, 2005.

- _____. *Paran las rotativas: Historia de los medios de comunicación en la argentina. Diarios, revistas y periodistas (1970-2000)*. Buenos Aires: Emecé, 2005.
- ULANOVISKY, Carlos; ITKIN, Silvia; SIRVÉN, Pablo. *Historia de los Medios de Comunicación en la Argentina: Estamos en el aire*. Buenos Aires: Emecé, 2006.
- VANDIJK, Teun Adrianus. *Cognição, discurso e interação*. Org. Ingedore V. Kock. São Paulo: Contexto, 1996.
- VANDIJK, Teun Adrianus. *La noticia como discurso. Comprensión, estructura y producción de la información*. Barcelona: Paidós Comunicación, 1996.
- XAVIER, Antônio Carlos; CORTEZ, Suzana (Orgs). *Conversas com lingüistas: Virtudes e controvérsias da lingüística*. São Paulo: Parábola, 2003.
- ZANCHETTA, Juvenal. *Imprensa escrita e telejornal*. São Paulo: Ed. Unesp, 2004.